UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

JOSÉ ARNALDO DOS SANTOS RIBEIRO JUNIOR

**O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL DA SUZANO PAPEL E
CELULOSE NO MARANHÃO**

São Paulo

2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

**O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL DA SUZANO PAPEL E
CELULOSE NO MARANHÃO**

José Arnaldo Dos Santos Ribeiro Junior

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Geografia Humana da
Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Mestre em Geografia Humana

Orientadora: Profa. Dra. Marta Inez Medeiros
Marques

São Paulo

2014

JOSÉ ARNALDO DOS SANTOS RIBEIRO JUNIOR

**O DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL DA SUZANO PAPEL E
CELULOSE NO MARANHÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. _____ **Instituição:** _____

Julgamento: _____ **Assinatura:** _____

Prof. Dr. _____ **Instituição:** _____

Julgamento: _____ **Assinatura:** _____

Prof. Dr. _____ **Instituição:** _____

Julgamento: _____ **Assinatura:** _____

*À memória de Aziz Ab'Sáber, Robert Kurz,
Carlos Nelson Coutinho, Neil Smith, Eric
Hobsbawm, Bertha Becker, Jacob Gorender,
Marshall Berman e Stuart Hall.*

*E para Kerlane: pelas lembranças, pela
natureza sublime da tua amizade, riqueza da
convivência, por tornar minha vida vívida,
cheia de paz, verdade, respeito, dignidade.*

*E, é claro, pelo amor que tive quando desfrutei
da sua companhia: a garota que não pude
homenagear antes...*

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, amigos e professores, engrandecedores do meu espírito, que me deram e dão força para enfrentar a *depressão* que se abateu em minha vida. Especialmente, minha mãe, Teresinha Ribeiro, que sempre fez o melhor por mim; ela é a pessoa *mais valiosa que conheci*. Sua existência emprestou sentido à minha vida; obrigado por tudo mãe...

À minha tia querida, Rosário de Fátima Cordeiro, pela dedicação integral desde os meus primeiros dias de vida.

Também para Richard Dutra, o primo-irmão, Ozana Cordeiro, a “dindinha”; Jodiléia Monteiro e Raimundo Dutra “Dico”, pelo entusiasmo e amor.

À querida Karla Jordânia Oliveira, minha irmã e fiel escudeira. Difícil expressar com palavras a minha gratidão pela sua ajuda em todos os campos da minha vida.

Para Edivaldo Marques, membro da família, grande amigo, *beatlemaníaco*, a quem tenho grande admiração e respeito.

Para Danniell Madson, amigo querido e colega de profissão, que me ajudou quando mais precisei na depressão.

Especialmente Irlene Silva, pela companhia, carinho, dedicação e atenção. A você todo meu amor...

Aos camaradas: Eduardo, Vinícius, Saulo e Acrísio Mota, por compartilharem comigo a cosmovisão dialético-materialista da história. Nossas conversas e discussões são verdadeiras aulas, e eu me sinto honrado por poder partilhar com vocês as inquietações políticas e teóricas marxianas. Estar com vocês é participar do gênero humano... Nossa recusa em ceder ao relativismo antropológico pós-moderno e à ausência de ética são provas de que estou diante de grandes espíritos.

À Marta Inez Medeiros Marques, pois sem ela nada disso seria possível. Professora rigorosa e carinhosa, atenta e paciente. Desculpe os erros e equívocos, as falhas e as faltas, as coisas que fugiram ao meu controle.

Ao professor e sociólogo Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior pela suas dicas, leituras e conversas. Obrigado pelas palavras e, mais ainda, pelos gestos. Temo que a minha guinada ao marxismo revolucionário/libertário afaste-nos intelectualmente...

À Professora Amélia Damiani por aceitar participar, não apenas da qualificação, mas também da banca de defesa desta dissertação: suas contribuições são prazerosas e me honram;

Ao professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Fazer sua disciplina, *Agricultura e Capitalismo no Brasil*, bem como conhecê-lo, foi um choque, ou melhor, um soco no estômago. Foi assustador estar na presença dele, seja na disciplina, nas conversas ou ainda na banca de qualificação. Sua oratória é admirável e sua erudição é invejável.

Ao professor Anselmo Alfredo pelas discussões teóricas e, sobretudo, pelas inúmeras polêmicas.

Ao professor Josoaldo Lima Rêgo que gentilmente acompanhou, Marta e eu, no trabalho de campo no Leste Maranhense. Ao lado de Horácio, Josoaldo foi meu grande incentivador pessoal e a minha grande influência dentro da UFMA.

Aos membros do GEDMMA, principalmente Bartolomeu Mendonça, pelo espírito humano e combativo que não fraqueja mesmo diante das piores situações da vida.

A todos do Programa de Educação Pré-Vestibular Comunitário para Jovens Afro-Descendentes "AGADÁ", por fazerem de mim um melhor educador a cada dia.

Aos colegas do Núcleo de Estudos do Pensamento Socialista especialmente Baltazar, Marcelo, Willian, Thiers, Ruan e Augusto.

A todos os membros que, assim como eu, participam da Rede Justiça nos Trilhos, especialmente ao Padre Dário, pois o sacerdócio desse Missionário Comboniano vai além dos assuntos religiosos, e por ter me oferecido abrigo e palavras de conforto quando mais me desesperei.

Aos colegas do *campo em movimento*, principalmente Thiago Araújo Santos. Sua capacidade intelectual ofereceu-me ajuda fundamental para que eu visse os limites do pós-colonialismo e entendesse o debate das ideias. Ele mesmo, o “jovem Thiago”, como ousei rotulá-lo em sua pregressa mentalidade pós-colonial, viu nas minhas dificuldades as que ele, “um aprendiz de marxista”, havia superado.

Não posso deixar de agradecer a Vítor Bartoletti Sartori, com quem tive o prazer de dialogar na disciplina do professor Anselmo Alfredo. Vítor me foi fundamental em elucidar-me que o debate central do ponto de vista ontológico é aquele entre Lukács e Heidegger.

Ao professor e amigo Samarone Carvalho Marinho, pelos cafezinhos geográficos-filosóficos, aulas, indicações de leitura e pela compreensão da arte como objetivação da vida humana. Há uma frase de Marx, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, que personifica Samarone e a relação intelectual que temos: “*Se queres exercer influência sobre outros seres humanos, tu tens de ser um ser humano que atue efetivamente sobre os outros de modo estimulante e encorajador*”.

À Profa. Zilda Márcia pela sua capacidade intelectual de provocar os questionamentos necessários para a compreensão das relações do universalismo-particularismo, indivíduo-sociedade e razão-emoção. Zilda é alguém que mesmo depois de tanto tempo consegue permanecer jovem.

À professora Leda Paulani que me permitiu compreender, mesmo que aproximadamente, a Economia Política capitalista de nossos tempos. Sua disciplina, *Capitalismo Financeiro*, me afastou completamente de qualquer perspectiva pós-moderna.

Ao Nahim com quem tive a honra de dividir momentos filosóficos inesquecíveis no apartamento 402, bloco C, do CRUSP. Foi um dos colegas mais geniais que encontrei.

Principalmente ao meu amigo Michel “Bane” Rocha, pelo companheirismo, camaradagem, hospitalidade e, acima de tudo, amizade.

Ao CNPq/CAPES pela bolsa de mestrado.

RESUMO

Busca-se investigar o desenvolvimento geográfico desigual da Suzano no Maranhão, atentando para a relação com o Estado, os conflitos sociais e os impactos ambientais. Concebe-se, aqui, a Suzano como um agente social e econômico dotado de características particulares cujas ações influenciam e reverberam nas dimensões socioambientais do espaço geográfico maranhense e além fronteiras. Para isto realizou-se três etapas principais: trabalhos de campo, a revisão bibliográfica e a produção da dissertação. Além da apresentação, introdução e metodologia, a dissertação está dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo procurou-se entender o debate realizado por alguns geógrafos acerca da discussão desenvolvimento/subdesenvolvimento. São destacados os seguintes autores: 1) Yves Lacoste, 2) Milton Santos 3) Horieste Gomes, 4) Germán Wettstein, 5) Carlos Walter Porto-Gonçalves e 6) Jorge Montenegro Gómez. No segundo capítulo, advogo que a leitura do capitalismo contemporâneo, para além da dicotomia desenvolvido-subdesenvolvido, deve tomar como base a *teoria do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo*, sustentada pelos geógrafos Neil Smith e David Harvey. No capítulo terceiro, trouxe para a discussão reflexões acerca do papel do Estado na evolução histórica do Grupo Suzano, bem como seu consequente desenvolvimento. Sustento que o apoio do Estado é de fundamental importância para o desenvolvimento da empresa. Apoio esse que se materializa em isenções fiscais, planos de desenvolvimento e apoios financeiros, como no caso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). No quarto capítulo, que trata sobre os projetos de desenvolvimento, o intuito é ofertar um panorama geral acerca da territorialização da empresa no referido Estado. Procuro, sempre que possível, refletir teoricamente acerca da interconexão dos projetos florestais, plantas industriais, acessos rododiferroviários e terminal portuário. Por fim, apresento uma reflexão na qual pretendo compreender a produção da natureza como estratégia de acumulação analisando a aquisição da empresa de biotecnologia FuturaGene pela Suzano.

Palavras-chave: Desenvolvimento geográfico desigual. Suzano. Papel e Celulose. Crítica da Economia Política.

ABSTRACT

Seeks to investigate the uneven geographical development of Suzano in Maranhão state, noting the relationship with the state, social conflicts and environmental impacts. Suzano is conceived here, as a social and economic agent endowed with individual characteristics whose actions influence and reverberates on social and environmental dimensions of Maranhão geographical space and beyond its frontiers. To accomplish this, I set three main stages: field work, literature review and the production of the dissertation. Besides the presentation, introduction and methodology, the dissertation is divided into five chapters. In the first chapter it was sought to understand the debate held by some geographers about the development / underdevelopment discussion. The following authors are highlighted: 1) Yves Lacoste, 2) Milton Santos 3) Horieste Gomes, 4) Germán Wettstein, 5) Carlos Walter Porto-Gonçalves e 6) Jorge Montenegro Gómez. In the second chapter, I advocate that the reading of contemporary capitalism, beyond the dichotomy developed-underdeveloped, must be based on the theory of uneven geographical development of capitalism, supported by geographers Neil Smith and David Harvey. In the third chapter, brought to discussion reflections about the State's role in the historical evolution of the Suzano Group and its consequent development. I argue that State support is crucial for the development of the company. Support which materializes in tax exemptions, development plans and financial support, as in the case of the National Bank for Economic and Social Development (BNDES). In the fourth chapter, which deals with development projects, the aim is to offer an overview about the territorialization of the company in that State. I try, whenever possible, to reflect theoretically about the interconnection of forestry projects, industrial plants, rail-road accesses and port terminal. Finally, I present a reflection in which I want to understand the production of nature as accumulation strategy analyzing the acquisition of biotechnology company FuturaGene by Suzano.

Keywords: Uneven geographical development. Suzano. Pulp and Paper. Critique of Political Economy.

LISTA DE SIGLAS

ABRAF	Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas
ACP	Ação Civil Pública
ADA	Área Diretamente Afetada
AID	Área de Influência Direta
AII	Área de Influência Indireta
ALUMAR	Alumínio do Maranhão S/A
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNDESPAR	BNDES participações S/A
BOVESPA	Bolsa de valores do Estado de São Paulo
BRACELPA	Associação Brasileira de Celulose e Papel
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CEE	Comunidade Econômica Européia
CELMAR	Celulose do Maranhão S/A
CLA	Centro de Lançamento de Alcântara
CMBEU	Comissão Mista Brasil Estados Unidos
CNPq	Comissão Nacional de Planejamento
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COPERBO	Companhia Pernambucana de Borracha Sintética
CONPACEL	Consórcio Paulista de Papel e Celulose
CTNBio	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
CUNY	City University of New York
ECA	Export Credit Agencies
EFC	Estrada de Ferro Carajás
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMAP	Empresa Maranhense de Administração Portuária
ESALQ	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Food and Agriculture Organization
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador

FGV	Fundação Getúlio Vargas
FISSET	Fundo de Investimentos Setoriais
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNS	Ferrovia Norte Sul
FSC	Forest Stewardship Council
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IED	Investimento Estrangeiro Direto
IFC	Internacional Finance Corporation
IPEF	Instituto de Pesquisas Florestais
IPLF	Indústria de Papel Leon Feffer
ITERMA	Instituto de Colonização e Terras do Maranhão
MARGUSA	Siderúrgica Maranhão Gusa S/A
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPT	Ministério Público do Trabalho
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PGC	Programa Grande Carajás
PIB	Produto Interno bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNPC	Plano Nacional de Papel e Celulose
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
RESEX	Reserva Extrativista
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente
SMDH	Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TRF	Tribunal Regional Federal
TRIPS	Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights

LISTA DE FIGURAS

	P
Figura 01. Relações entre agricultura e indústria no setor de madeira.....	21
Figura 02. Máquinas de empresa terceirizada utilizadas para a aplicação de agrotóxicos em área de plantio de eucalipto da Suzano em Santa Quitéria do Maranhão.....	146
Figura 03. Distribuição territorial da Suzano no Brasil.....	149
Figura 04. Custos de Formação Florestal em R\$/ha.....	149
Figura 05. Valor da aquisição de terras.....	150
Figura 06. Crescimento percentual da área plantada com <i>Eucalyptus</i> por estado.....	151
Figura 07. Viveiro de mudas de eucalipto de propriedade de pequeno empresário em Urbano Santos-MA.....	152
Figura 08. Área de implantação do projeto florestal polo Porto Franco.....	155
Figura 09. Terras Indígenas e Unidades de Conservação na Área de Abrangência do Projeto.....	158
Figura 10. Destino das vendas de papel e celulose.....	166
Figura 11. Evolução histórica da produção de celulose no Brasil.....	168
Figura 12. Evolução histórica da produção de papel no Brasil.....	168
Figura 13. Rota através da rodovia BR-222.....	171
Figura 14. Rota através das rodovias BR-226 e BR-135.....	172
Figura 15. Área de implantação do projeto florestal da Suzano em Timon.....	175
Figura 16. Localização e acessos à área do empreendimento a partir do Município de São Luís.....	182
Figura 17. Localização do empreendimento da Suzano Energia Renovável.....	183
Figura 18. Localização do Terminal Portuário Grandis.....	188
Figura 19. Destino das Vendas nos últimos doze meses – Celulose.....	191
Figura 20. Destino das Vendas nos últimos doze meses – Papel.....	191

SUMÁRIO

	P
Lista de Siglas	ix
Lista de Figuras.....	xi
1 APRESENTAÇÃO.....	13
2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	17
3 METODOLOGIA.....	26
3.1 Procedimentos Metodológicos.....	28
4 O DEBATE SOBRE (SUB)DESENVOLVIMENTO NA GEOGRAFIA.....	29
4.1 Yves Lacoste: <i>Geografia do Subdesenvolvimento</i>	29
4.2 Milton Santos: <i>Planejando o Subdesenvolvimento e a pobreza</i>	41
4.3 Horieste Gomes: <i>Geografia e Subdesenvolvimento</i>	46
4.4 Germán Wettstein: <i>Subdesenvolvimento e Geografia</i>	50
4.5 Porto-Gonçalves: <i>desenvolvimento, tecnociência e poder</i>	56
4.6 Jorge Montenegro Gómez: <i>Desenvolvimento em desconstrução</i>	68
5 DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL DO CAPITALISMO.....	83
5.1 Neil Smith e o <i>Desenvolvimento Desigual</i>	83
5.2 David Harvey e o desenvolvimento desigual.....	98
6 O ESTADO BRASILEIRO E A EVOLUÇÃO DO GRUPO SUZANO.....	113
7 A TERRITORIALIZAÇÃO DA SUZANO NO MARANHÃO: OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO.....	146
7.1 O PROJETO FLORESTAL NA REGIÃO DE PORTO FRANCO.....	154
7.2 O RAMAL RODOVIÁRIO.....	163
7.3 A PLANTA INDUSTRIAL EM IMPERATRIZ.....	163
7.4 O RAMAL FERROVIÁRIO.....	170
7.5 O PROJETO FLORESTAL NA REGIÃO DE TIMON.....	174
7.6 A INDÚSTRIA DE PELLETS EM CHAPADINHA.....	181
7.7 O TERMINAL PORTUÁRIO GRANDIS EM SÃO LUÍS.....	187
8 A PRODUÇÃO DA NATUREZA COMO ESTRATÉGIA DE ACUMULAÇÃO: A AQUISIÇÃO DA FUTURAGENE.....	193
8.1 A PRODUÇÃO DA NATUREZA.....	196
8.2 NATUREZA COMO ESTRATÉGIA DE ACUMULAÇÃO.....	198
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	202
REFERÊNCIAS.....	209

1 APRESENTAÇÃO

Esta dissertação integra os objetivos do projeto de pesquisa encaminhado pela Profa. Dra. Marta Inez Medeiros Marques ao CNPq, intitulada “Análise geográfica da expansão recente da indústria de papel e celulose no campo brasileiro, o caso do Grupo Suzano Papel e Celulose”.

Tendo como sustentáculo o projeto aludido, a dissertação aqui apresentada é resultado de análises acerca das diversas estratégias de acumulação¹ que o Grupo Suzano tem lançado mão buscando consolidar-se como uma das maiores empresas nos setores de celulose de mercado e papel, além é claro, de respaldar sua imagem de responsável socialmente e sustentável ambientalmente. Não obstante, grupos sociais, como os camponeses, são atingidos diretamente pelas práticas produtivas concretas da Suzano, cujas ações empreendedoras deflagraram rápidos processos de apropriação de territórios, levando a desqualificar identidades, classificando-as como subdesenvolvidas, e fazendo, portanto, com que seus significantes e significados, suas cosmologias sejam inferiorizadas e ditas atrasadas.

A articulação entre plantio florestal e indústria de papel e celulose tem imposto aos camponeses deslocamentos, realocações, desestruturação do modo de vida, supressão da diversidade biológica e social. Cabe lembrar que o alcance desta dissertação restringe-se à Suzano e que, a partir dela, argumentamos que seus projetos de desenvolvimento têm produzido inúmeros conflitos sociais e ambientais, na medida em que as estratégias de acumulação, por um lado, e manutenção/reprodução do *modo de vida*² camponês, por outro, opõe-se contundentemente.

¹ Tais estratégias passam pela integração de capitais (fusões e incorporações) e pela maior integração técnica das relações entre agricultura e indústria, pela busca de maior participação no mercado mundial, pela expansão das áreas cultivadas e sua maior tecnificação e mecanização, pelo amplo emprego de mão-de-obra terceirizada, pela implantação de novas plantas fabris e infraestrutura de transporte, por novas formas de privatização e **produção da natureza**. Utiliza-se o conceito de produção da natureza tal como proposto por Smith (1988; 1996), que toma como ponto de partida a ideia de que a distinção entre primeira e segunda natureza é hoje irrelevante. Para ele, a produção da natureza é um processo tanto cultural como econômico e diz respeito a como as naturezas dadas são transformadas. Smith nos alerta para o fato de o capitalismo construir e reconstruir paisagens como valores de troca sob o imperativo do lucro e também para o fato de que ele determina constelações particulares de produtos “naturais” em lugares particulares (MARQUES, 2011, p.4).

² O conceito de modo de vida por mim adotado é aquele brilhantemente explicado pelos filósofos alemães Karl Marx e Friedrich Engels na *Ideologia Alemã*: “A forma pela qual os homens produzem seus meios de vida depende sobretudo da natureza dos meios de vida já encontrados e que eles precisam reproduzir. Não se deve, porém, considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, ou seja, a reprodução da existência física dos indivíduos, de uma forma determinada de manifestar sua vida, um *modo de vida* determinado. Da maneira como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o *que* produzem como o *modo* como produzem. O que os indivíduos são, por conseguinte, depende das condições materiais de sua produção” (MARX; ENGELS, 2007, p.44-45).

Nesta dissertação, para além de oferecer *um conceito* ou *uma definição* de desenvolvimento, preferimos ofertar *determinações* que tornam concreto essa “ideia”: recuo das barreiras naturais, a socialização da natureza, o progresso da sociabilidade e suas formas de objetivação (seja pelo trabalho ou pela arte), o grau de esferas constitutivas da totalidade (economia, artes, política, moral, ciência, etc.), a diminuição do tempo de trabalho necessário à produção e reprodução da existência (desenvolvimento das forças produtivas), a formação do gênero humano, a utilização plena e racional dos recursos naturais que objetiva suprir as necessidades e realizar as possibilidades dos seres humanos. Em todas estas determinações, Marx e Lukács são os pensadores que nortearam minha posição em relação à discussão sobre o desenvolvimento. O capitalismo, inegavelmente, contribuiu para alcançarmos algumas dessas determinações, no entanto, é chegada a hora de colocarmos em seu lugar algo mais democrático e justo. Assim, um desenvolvimento para além do capitalismo, caracterizado por sua desigualdade (como ilustram os conflitos sociais e impactos ambientais), requer a articulação necessária entre o campesinato, proletariado e o segmento dos assalariados não-operários comunistas. Deve ser um processo gestado e desenvolvido pelos próprios trabalhadores.

Atendendo a critérios estéticos/metodológicos de organização do trabalho, além da apresentação, introdução e metodologia, a dissertação está dividida em cinco capítulos: 1) **O DEBATE SOBRE (SUB)DESENVOLVIMENTO NA GEOGRAFIA**; 2) **DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL DO CAPITALISMO**; 3) **O ESTADO BRASILEIRO E A EVOLUÇÃO DO GRUPO SUZANO**; 4) **A TERRITORIALIZAÇÃO DA SUZANO NO MARANHÃO OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO**; e 5) **A PRODUÇÃO DA NATUREZA COMO ESTRATÉGIA DE ACUMULAÇÃO: A AQUISIÇÃO DA FUTURAGENE**. Nos cinco capítulos são realizadas diversas discussões de ordem teórica acerca das noções de (sub)desenvolvimento, desenvolvimento geográfico desigual, o papel do Estado na evolução histórica do Grupo Suzano e produção da natureza. Isto permitirá, em trabalhos futuros estabelecer contraposições com casos concretos de injustiça social e conectar com os conflitos ambientais a serem compendiados.

No primeiro capítulo, analiso as contribuições que alguns geógrafos deram à discussão/problemática desenvolvimento/subdesenvolvimento. São destacados os seguintes

autores: 1) Yves Lacoste³, 2) Milton Santos⁴ 3) Horieste Gomes⁵, 4) Germán Wettstein⁶, 5) Carlos Walter Porto-Gonçalves⁷ e 6) Jorge Montenegro Gómez⁸.

No capítulo seguinte advogo que a leitura do capitalismo contemporâneo, para além da dicotomia desenvolvido-subdesenvolvido, deve tomar como base a *teoria do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo*. Esta teoria tem sido desenvolvida por dois geógrafos anglófonos: Neil Smith⁹ e David Harvey¹⁰. Procurando demonstrar o caráter geográfico do desenvolvimento desigual, Neil Smith, partindo de uma análise marxista, atrela o conceito filosófico de *produção do espaço* ao mecanismo analítico-geográfico das *escalas* com o intuito de espacializar a economia política capitalista. Nesse sentido constata uma dialética entre diferenciação e equalização geográficas; Por sua vez, a teoria do desenvolvimento geográfico desigual para David Harvey é de fundamental importância para a compreensão da fase de globalização neoliberal vivida pelo capitalismo. Não só porque ela nos revela as *espacializações* do capital nas mais diferentes escalas (global, nacional, regional, local), mas também porque permite compreender as diversas *lutas de classes* nessas mesmas escalas. Se o capital se globaliza, as lutas de classes se globaliza, mesmo que não seja na mesma intensidade de poder.

No capítulo terceiro, trago para a discussão reflexões acerca do papel do Estado do Brasil na evolução histórica do Grupo Suzano, bem como seu consequente desenvolvimento. Sustentarei que o apoio do Estado será de fundamental importância para o desenvolvimento da empresa. Apoio esse que se materializará em isenções fiscais, planos de desenvolvimento e apoios financeiros, como no caso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

³ LACOSTE, Yves. **Geografia do Subdesenvolvimento**. São Paulo: Difel, 1971.

⁴ SANTOS, Milton. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. Tradução Maria Irene Q. F. Szmerecsányi. 2ªed. 2ªreimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

⁵ GOMES, Horieste. Geografia e subdesenvolvimento. **Boletim Goiano de Geografia**. Vol.7/8.n.1/2.jan.dez.1987.p.39-52.

⁶ WETTSTEIN, German. **Subdesenvolvimento e geografia**. São Paulo: Contexto, 1992.

⁷ PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Parte II: Desenvolvimento, tecnociência e poder. p.59-156.

⁸ MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge R. **Desenvolvimento em (des)construção**. Narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. 2006. 438 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

⁹ Neil Smith (1954-2012) foi um geógrafo e professor de Antropologia e Geografia do centro de pós-graduação da City University of New York (CUNY-EUA). Em 1984, nos Estados Unidos, publica seu principal livro: **Desenvolvimento Desigual** (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988).

¹⁰ David Harvey é Professor emérito de Antropologia no centro de pós-graduação da City University of New York (CUNY-EUA) tem se destacado como um dos maiores intelectuais do nosso tempo cujas contribuições tem se expandido para além das fronteiras científicas da Geografia. Harvey tem buscado construir uma teoria da relação sociedade-espaço tomando como base a teoria marxiana.

No quarto capítulo, que trata sobre os projetos de desenvolvimento da Suzano no Maranhão, o intuito é ofertar um panorama geral, até o momento, ao mesmo tempo descritivo, sem, no entanto, ficarmos reféns da descrição. Procuro assim, sempre que possível, refletir teoricamente acerca da interconexão dos projetos florestais, plantas industriais, acessos rododiferroviários e terminal portuário. Não podemos esquecer também o papel que o Estado tem desempenhado no sentido de garantir as condições gerais para que a produção possa se desenvolver. Um fator primordial dessa condição geral da produção é a ampliação da infraestrutura logística para o escoamento da produção regional.

No quinto capítulo, apresento um *excurso* no qual pretendo compreender a produção da natureza como estratégia de acumulação analisando a aquisição da empresa de biotecnologia FuturaGene pela empresa Suzano Papel e Celulose. Minha hipótese é que a aquisição da empresa de biotecnologia FuturaGene pela Suzano detém a marca da produção da natureza como uma estratégia de acumulação.

Enfim, todas as análises e críticas por ora promovidas foram construídas e alicerçadas na base teórica da Filosofia Marxiana/Marxista, Economia Política Marxiana/Marxista¹¹ e da Geografia Crítica, como será perceptível. Procuro a todo instante entender como cada sujeito social se objetiva e se exterioriza no espaço, ou seja, como fazem Geografia.

¹¹ É comum nas críticas aos marxistas, quando não mesmo ao próprio Marx, advogar que se trata de um equívoco analítico a centralidade da economia na realidade social. Parece-me que estes críticos “esqueceram-se” de uma carta que Friedrich Engels, o outro pai fundador do comunismo ao lado de Marx, escreveu a J. Bloch: “De acordo com a concepção materialista da história, o fator que em última instância determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu jamais afirmamos mais que isto. Se alguém o tergiversa fazendo do fator econômico o único determinante, converte esta tese numa frase vazia, abstrata, absurda. A situação econômica é a base, mas os diversos fatores da superestrutura que se erguem sobre ela - as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as Constituições que, depois de ganha uma batalha, a classe triunfante redige etc., as formas jurídicas e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais na cabeça dos participantes, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as ideias religiosas e o seu desenvolvimento ulterior até a sua conversão num sistema de dogmas - exercem também sua influência sobre o curso das lutas históricas e determinam, em muitos casos predominantemente, a sua forma. Aqui está presente a interação de todos esses fatores, na qual, através de toda multidão infinita de casualidades (ou seja, de fatos e eventos cuja conexão interna é tão remota ou tão difícil de demonstrar que podemos considerá-la como inexistente, que podemos subestimar), acaba sempre por impor-se como necessidade o movimento econômico. Se não fosse assim, aplicar a teoria a uma época histórica qualquer seria mais fácil que resolver uma simples equação de primeiro grau.” (MARX; ENGELS, 2010, p.103-104). Nem adianta explicar que Marx realizou uma *verdadeira crítica da economia política*, curiosamente o subtítulo do seu livro mais famoso.

2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O desenvolvimento do capitalismo no campo processa-se pelas contradições inerentes ao próprio sistema capitalista que ao se desenvolver, promove dialeticamente o desenvolvimento de relações não-capitalistas como é o caso do trabalho familiar camponês (OLIVEIRA, 2001; MARTINS, 2010). Além disso, apesar de a concentração da propriedade da terra continuar no centro da problemática agrária, esta tem passado a se relacionar também com formas de privatização e mercadificação de processos biofísicos (como a captura de carbono), de códigos genéticos e de etnosaberes, que estão implicadas em um emaranhado de formas de valorização do capital, por vezes contraditórias entre si. O movimento de produção e reprodução do capital é responsável pela distribuição desigual no espaço e no tempo da valorização das terras agrícolas, do trabalho e dos recursos naturais e está relacionado à emergência de uma série de conflitos no campo. Assim, o campo brasileiro deve ser entendido à luz do seu desenvolvimento geográfico desigual (MARQUES, 2011).

Para tanto é preciso entender os processos e lógicas que resultaram em conflitos sócio-ambientais a partir de um esforço que tenha como fito recuperar o nascimento e os desdobramentos do modelo de desenvolvimento decorrente das investidas dos Governos Ditatoriais, instalados após o Golpe Militar de 1964, objetivando a industrialização e, conseqüentemente, a modernização do Brasil. Nesse contexto, o governo federal projeta a instalação da infraestrutura (estradas de rodagem, ferrovias, portos, aeroportos, usinas hidrelétricas) necessária ao desenvolvimento do Brasil.

Assim, o Estado percebe a industrialização¹² como o ponto de partida para se atingir a modernidade e o desenvolvimento. Conseqüentemente, a lógica do discurso e das práticas produtivas concretas tem como foco a superação do atraso socioeconômico através da dinâmica industrial.

Na esteira desse processo, o Estado do Maranhão, que apresenta Índice de Desenvolvimento Humano (IDH¹³) de 0,683, se tornou, por isso mesmo, pelo seu “atraso”,

¹² A partir do final dos anos 1940, a integração mundial, pela expansão capitalista em novas bases, estabelece o tema do desenvolvimentismo como questão central, tendo em vista as necessidades de ampliação dos mercados e de superação da ordem anterior. Na América Latina a CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina - foi, na década de 1950, o grande fórum de debates sobre o tema [desenvolvimentismo], colocando a nu as desvantagens dos países pobres no comércio internacional, e apontando a industrialização como solução para os problemas econômicos, sociais e políticos das regiões atrasadas (CASTRO, 1992, p. 60-61).

¹³ O índice de avaliação varia de 0 (zero) a 1 (um), no qual quanto mais próximo de um, melhor será o IDH, ou seja, mais desenvolvido. A unidade da federação que conta com o IDH mais elevado é o Distrito Federal: 0,874. Cabe ressaltar que o IDH parte do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. O objetivo da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano é

foco de iniciativas desenvolvimentistas. A principal delas foi o Programa Grande Carajás “concebido para garantir a exploração e comercialização das ricas jazidas de minério localizadas no sudeste do Pará” (AQUINO; SANT’ANA JÚNIOR, 2009, p.47), que, com consequências em uma grande área de influência e vários ramos de atividade econômica, constituiu-se na expressão mais visível deste modelo de desenvolvimento. No Maranhão, os desdobramentos desse projeto e de outras iniciativas desenvolvimentistas levaram à implantação da infraestrutura necessária para a exploração mineral, florestal, agrícola, pecuária e industrial. Por conseguinte, desde o final da década de 1970, foram implantados: estradas de rodagem cortando todo o território estadual e ligando-o ao restante do país; a Estrada de Ferro Carajás, ligando a província mineral de Carajás (sudeste do Pará) ao litoral maranhense; o Complexo Portuário de São Luís, formado pelos Portos do Itaqui (dirigido pela Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP), da Ponta da Madeira (de propriedade da então Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, atual Vale) e da ALUMAR; oito usinas de processamento de ferro gusa nas margens da Estrada de Ferro Carajás (EFC); uma grande indústria de alumina e alumínio (ALUMAR, subsidiária da ALCOA) e bases para estocagem e processamento industrial de minério de ferro (Vale) na Ilha do Maranhão; um centro de lançamento de artefatos espaciais (Centro de Lançamento de Alcântara – CLA); a Termelétrica do Porto do Itaqui; projetos de monocultura agrícola no sul, sudeste e leste do Estado; bem como, mais recentemente, a construção da Refinaria Premium da Petrobrás e a Usina Hidrelétrica de Estreito.

Toda essa amálgama de iniciativas desenvolvimentistas e modernizantes, decorrentes de planejamentos governamentais atrelados à iniciativa privada, tem provocado profundos impactos ambientais, alterando biomas e modos de vida de camponeses e indígenas, por meio de reordenamento territorial e socioeconômico de áreas destinadas à implantação das mesmas.

Os impactos de projetos de desenvolvimento têm provocado, na qualificação do economista Henri Acselrad, uma série de conflitos ambientais:

[...] aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferentes de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a

oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Além de computar o PIB per capita, depois de corrigi-lo pelo poder de compra da moeda de cada país, o IDH também leva em conta dois outros componentes: a longevidade e a educação. Para aferir a longevidade, o indicador utiliza números de expectativa de vida ao nascer. O item educação é avaliado pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. A renda é mensurada pelo PIB per capita, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). Essas três dimensões têm a mesma importância no índice. Para maiores informações sobre o IDH consultar o sítio da seção Brasil do Programa das Nações Unidas (PNUD): www.pnud.org.br.

continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis - transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc. (ACSELRAD, 2004, p. 26).

No caso do Maranhão, este estado tem sido palco, assim como vários outros da federação, da proliferação de conflitos ambientais. Seja no bioma amazônico, seja no Cerrado Leste Maranhense¹⁴, os projetos de desenvolvimento implantados tem resultado no comprometimento da relativa autonomia que indígenas e camponeses têm em relação ao seu território. O avanço da agricultura capitalista tem ocasionado mudanças socioeconômicas e culturais diversificadas em ritmos cada vez mais velozes, tal como tem sido observado com o avanço do agronegócio da soja e do eucalipto.

Assim, o avanço da agricultura capitalista por sobre o campesinato do Leste Maranhense foi materializado pelas empresas MARGUSA, MARFLORA e Suzano Papel e Celulose - desde a década de 1980. Segundo Paula Andrade (1995), a MARGUSA (Siderúrgica Maranhão Gusa S/A) foi fundada em 1985 por empresários maranhenses com incentivos da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) e vendida, posteriormente ao grupo japonês Yanmar do Brasil S/A. No ano de 2003, a MARGUSA foi comprada pelo grupo siderúrgico GERDAU. Já a MARFLORA era o braço florestal da MARGUSA.

Dessa forma, pesquisas anteriores (PAULA ANDRADE, 1995) focaram no impacto oriundo da transformação do cerrado nativo em carvão vegetal para a metalurgia do ferro e do aço (siderurgia), assim como do avanço da silvicultura na microrregião classificada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de Baixo Parnaíba, na mesorregião Leste Maranhense, e para a agricultura camponesa.

¹⁴ A Mesorregião Leste Maranhense é uma das cinco mesorregiões do Maranhão. Esta mesorregião é composta de seis microrregiões: Coelho Neto, Codó, Chapadinha, Baixo Parnaíba Maranhense, Caxias, e Chapadas do Alto Itapecuru. A microrregião de Coelho Neto é formada pelo município homônimo e mais Afonso Cunha, Aldeias Altas e Duque Bacelar. A microrregião de Codó é formada pelo município homônimo e mais Alto Alegre do Maranhão, Capinzal do Norte, Coroatá, Peritoró e Timbiras. A microrregião de chapadinha é formada pelo município homônimo e mais Anapurus, Belágua, Brejo, Buriti, Chapadinha, Mata Roma, Milagres do Maranhão, São Benedito do Rio Preto e Urbano Santos. A microrregião do Baixo Parnaíba Maranhense é formada pelos municípios de Água Doce do Maranhão, Araiases, Magalhães de Almeida, Santa Quitéria do Maranhão, Santana do Maranhão e São Bernardo. A microrregião de Caxias é formada pelo município homônimo e mais Buriti Bravo, Matões, Parnarama, São João do Sóter e Timon. A microrregião das Chapadas do Alto Itapecuru é formada pelos municípios Barão de Grajaú, Colinas, Jatobá, Lagoa do Mato, Mirador, Nova Iorque, Paraibano, Passagem Franca, Pastos Bons, São Francisco do Maranhão, São João dos Patos, Sucupira do Norte e Sucupira do Riachão.

Tais pesquisas destacaram as transformações na estrutura agrária maranhense como resultado da implantação de projetos industriais, agropecuários e florestais, historicamente situados ao longo das décadas de 1970, 80 e 90, que, por sua vez, tem decorrido no que Wolf (1984) denominou de *crise ecológica*. O que está posto em discussão é a degradação de elementos da natureza, classificados pela lógica capitalista como *recursos*¹⁵, trazendo, conseqüentemente, comprometimento ao modo de vida camponês.

Paula Andrade (1995) constatou que o cercamento de áreas de cerrado - as chapadas - e a destruição da cobertura vegetal, por parte de agentes econômicos, visava a apropriação de elementos da natureza (flora, fauna, corpos hídricos¹⁶) sobre os quais as famílias camponesas exercem o extrativismo, a caça e a pequena criação de animais. Uma vez cercadas as áreas de uso comum, as famílias camponesas têm seu modo de viver ameaçado.

No Leste Maranhense, após a destruição considerável do cerrado nativo, com vistas à siderurgia¹⁷, projetos de desenvolvimento têm sido operados por grupos econômicos que objetivam a produção madeireira, como é o caso da Suzano Papel e Celulose.

Com o intuito de buscar respostas para tais questões, analisaremos a trajetória recente da Suzano visando conhecer suas principais estratégias de acumulação e territorialização no Maranhão. Tais estratégias passam pela integração de capitais (fusões e incorporações) e pela maior integração técnica das relações entre agricultura e indústria (FIGURA 01)¹⁸, pela busca de maior participação no mercado mundial, pela expansão das áreas cultivadas e sua maior tecnificação e mecanização, pelo amplo emprego de mão-de-obra terceirizada, pela implantação de novas plantas fabris e infraestrutura de transporte, por novas formas de privatização e produção da natureza.

¹⁵ Shiva (2000, p.300) mostrou que a palavra recurso originalmente “ênfatizava o poder de auto-regeneração da natureza e chamava atenção para a sua criatividade prodigiosa”

¹⁶ A poluição dos corpos hídricos atinge diretamente os camponeses uma vez que os mesmos dependem de rios, lagos, lagoas, córregos e riachos seja para o abastecimento humano e dos animais, seja para lazer, ou ainda lavar a roupa e tomar banho.

¹⁷ A saber, a maior concentração de plantios florestais (*Eucalyptus* e *Pinus*) ocorre nas regiões sul e sudeste do país (75,2%), onde também estão localizadas as principais unidades industriais dos segmentos de celulose, papel, painéis de madeira industrializada e siderurgia a carvão vegetal. Em termos de área plantada por segmento industrial, de acordo com estatísticas da Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF, 2011), a participação das indústrias de celulose e siderurgia responde por 64,7% e 18,6%, respectivamente.

¹⁸ As relações entre agricultura e indústria: produção de sementes em centros tecnológicos, que podem estar diretamente vinculados a laboratórios de pesquisa genética e biotecnologia; produção de mudas em viveiros; plantio e produção florestal; colheita e transporte da madeira; fabricação de celulose; produção de papel; transporte, escoamento e distribuição no mercado; recuperação do papel usado; produção de papel reciclado.

Figura 01. **Relações entre agricultura e indústria no setor de madeira.** Fonte: Câmara setorial de silvicultura, 2009.

Com efeito, concebemos a Suzano não como um mero “elemento da paisagem”, mas sim como um poderoso agente econômico monopolista que transforma o território a partir de relações sociais capitalistas de produção com o intuito de realizar os seus objetivos (aumento do lucro, da receita, da valorização do mercado).

A presente dissertação objetiva entender a expansão capitalista do Grupo Suzano e seu processo de territorialização no Maranhão, buscando, sempre que possível, refletir teoricamente acerca da interconexão dos projetos florestais, plantas industriais, acessos rodoferroviários e terminal portuário. Ademais, não podemos esquecer a gama de conflitos sociais e impactos ambientais que a Suzano tem ocasionado no Maranhão, especialmente na Mesorregião Leste Maranhense.

A escolha de se realizar trabalhos de campo em municípios da Mesorregião Leste Maranhense (especialmente os municípios de Santa Quitéria do Maranhão, Urbano Santos e Anapurus) foi motivada após conversas travadas com movimentos sociais, notadamente Fórum Carajás¹⁹, com a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), bem como o

¹⁹ De acordo com o sítio do movimento, o Fórum Carajás é uma teia de entidades do Maranhão, Pará e Tocantins que acompanha as políticas de projetos para a Região do Carajás, promovendo atividades de sensibilização da opinião pública, formação de lideranças, realizando estudos no sentido do fortalecimento do Movimento Popular para uma intervenção mais qualificada nas políticas públicas e consequentemente maior democratização na distribuição dos recursos. Cf. <<http://www.forumcarajas.org.br/>> Acesso em 08 jan. 2012.

acompanhamento dos conflitos entre a Suzano e a comunidade em páginas eletrônicas²⁰. O acompanhamento culminou no trabalho de campo exploratório realizado entre os dias 11 e 14 de agosto de 2012 cujas informações aqui contidas resultam das anotações, entrevistas e oitivas de representantes comunitários e moradores das comunidades citadas anteriormente.

De acordo com o que pode ser delineado até agora a partir dos trabalhos de campo e acompanhamento dos conflitos, a Suzano tem: 1) buscado se apropriar das *chapadas*²¹; 2) contestado a posse das referidas comunidades; 3) adquirido terras devolutas de maneira duvidosa; 4) causado uma gama de impactos sociais (como captação de água de rios, lagos e lagoas que prejudica o abastecimento das comunidades); 5) acionado juridicamente as comunidades na luta pela terra; 6) desmatado/queimado as chapadas com vistas ao plantio de eucalipto; 7) aliciado moradores como forma de cooptação; 8) ameaçado representantes das comunidades; 9) procurado invalidar documentos dos órgãos fundiários competentes, como o ITERMA²²; 10) destruído formas de vida animal e vegetal através dos *correntões*²³; 11) lançado mão de práticas violentas como o uso de arma de fogo; 12) interditado áreas antes destinadas à agricultura camponesa; 13) comprometido a segurança alimentar das comunidades; 14) enfraquecido as relações locais tanto internamente, quanto entre as comunidades; 15) interferido na dinâmica das comunidades; 15) danificado corpos hídricos com a utilização de venenos.

²⁰ A saber, os principais sítios consultados foram: Territórios Livres do Baixo Parnaíba Maranhense <<http://territorioslivresdobaixoparnaiba.blogspot.com/>> e o blog Outros Olhares do assessor jurídico da SMDH Igor Almeida <<http://blogoutrosolhares.blogspot.com.br/>>. Cabe destacar que estes blogs funcionam como fontes disseminadoras de informações e denúncias que realizam uma mediação capital que permite a democratização das notícias sobre as lutas de classes. São espaços comunicativos alternativos à assim chamada grande mídia, representada, no caso do Maranhão, pelo Sistema Mirante de comunicação, afiliada da Rede Globo.

²¹ Segundo Paula Andrade (2011) são formações florestais típicas do cerrado onde os camponeses exercem atividades de caça, extração de mel, de plantas medicinais, de materiais para a construção de casas e, sobretudo, de criação de animais.

²² Instituto de Colonização e Terras do Maranhão.

²³ Na definição de Ferreira (2002, p. 153): “o ‘correntão’ era a engrenagem construída com dois tratores de esteira e uma grossa corrente, que agressivamente passava e derrubava a densa floresta tropical com seus bichos. O ambiente do alimento e da água passava a ser destruído pela máquina, em larga escala, e por pessoas da própria comunidade, que passavam a trabalhar para as firmas”.

Na mesma linha de raciocínio encontra-se a definição de Paula Andrade (2011): Grossas correntes, de várias toneladas, amarradas a tratores de esteira e que vão arrancando árvores e toda a vegetação presente nas áreas chamadas *chapadas*, de modo a preparar o terreno para o plantio da soja ou do eucalipto. Cabe destacar que este processo de destruição das chapadas, com vistas ao desenvolvimento de atividades capitalistas, utilizando o correntão, não é algo específico do Leste Maranhense, muito menos se trata de uma técnica recente. Simone Raquel Batista Ferreira (2002, p.95) estudando os impactos ambientais que a Aracruz Celulose promoveu na comunidade de Itaúnas e seu entorno rural, escreve que: “A partir da década de 60, a exploração da madeira dá continuidade à monocultura do eucalipto para a produção do carvão de siderurgias e da celulose. A comunidade presencia a continuidade da destruição da floresta através do machado, da motosserra e do trator de esteira, o ‘correntão’, símbolo do desmatamento realizado pela Aracruz Celulose no município de Conceição da Barra”.

Assim, o conflito entre a empresa Suzano e a comunidade de Bracinho emerge em decorrência dos projetos de desenvolvimento da referida empresa que tem o intuito de desmatar a vegetação nativa para realizar atividade de silvicultura com vistas a abastecer a fábrica de *pellets*²⁴ da Suzano Energia Renovável (SER)²⁵, projetada para o município maranhense de Chapadinha²⁶.

Além da fábrica da Suzano Energia Renovável, o Maranhão tem sido palco de outros projetos de desenvolvimento do Grupo Suzano: Os projetos florestais nas regiões de Timon e Porto Franco, a planta industrial em Imperatriz e o Terminal Portuário Grandis em São Luís.

Tais investimentos em infraestrutura (fábricas, portos, instalações, acessos rodoferroviários, etc.) estão atrelados ao Novo Ciclo de Crescimento da Suzano, lançado em 2008. Além disso, os projetos da empresa são defendidos pelo Estado do Maranhão tendo como argumento as suas possíveis consequências positivas, como emprego e renda para população (MARANHÃO, 2011).

Assim, como ressaltamos anteriormente, buscamos entender historicamente a expansão capitalista do Grupo Suzano e seu processo de territorialização no Maranhão, especialmente seus projetos de desenvolvimento (monoculturas de eucalipto, plantas industriais, acessos, rodoferroviários e terminal portuário).

O entendimento histórico nos remete para o ano de 1983 quando o Grupo Suzano concentrou suas atividades em Urbano Santos, na região do Leste Maranhense²⁷, tendo como objetivo a implantação de plantios comerciais com o gênero *Eucalyptus*. Porém ocorreu inadaptabilidade das espécies de eucalipto utilizadas, levando a empresa a iniciar uma série de pesquisas, visando à seleção de clones adaptados às condições edafoclimáticas da região.

Destarte, desde 1983, a Suzano trabalha em seus viveiros e plantios experimentais instalados no município de Urbano Santos (MA), pesquisando clones de eucalipto para se adaptar ao clima e aos tipos de solos encontrados na região.

²⁴ Pellets são partículas desidratadas e prensadas com alto poder calorífico que servem como combustível para caldeiras residenciais, industriais e usinas termoeletricas. Cf. <www.suzano.com.br>. Acesso em 27 ago. 2011.

²⁵ Criada em 2010, é o braço do Grupo Suzano para o setor de energia. Seu presidente é André Dorf. Dorf é também Diretor Executivo da Suzano Papel e Celulose, responsável pela área de Novos Negócios, há 7 anos. Atuou como responsável pela Unidade de Negócios de Papel da Suzano entre 2005 e 2008. Foi Executivo do J.P. Morgan no Brasil e em NY (Investment Banking Global e América Latina), Chase Manhattan e Banco Patrimônio/Salomon Brothers. É graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

²⁶ No capítulo 7, além de uma análise do RIMA do empreendimento, é explicado o motivo que levou à suspensão do licenciamento ambiental e, conseqüentemente, a paralisação da obra.

²⁷ O interesse da Suzano na região do Leste Maranhense deve-se a vários fatores dos quais podem ser destacados: a proximidade da infraestrutura de escoamento (rodovias, como a BR 135; proximidade para com o Porto do Itaqui, em São Luís), bem como a maior parte de suas terras (do Leste Maranhense) serem classificadas como de boa aptidão para a silvicultura (susceptibilidade do solo à erosão, declividade do terreno, disponibilidade de água e oxigênio).

Atualmente são cerca de 500 ha de eucalipto plantados em caráter de pesquisa, distribuídos em cerca de 10 municípios, em estágios diferenciados de desenvolvimento, com resultados que possibilitam a seleção de clones com maior produtividade²⁸, melhor capacidade de adaptação, entre outros fatores de desenvolvimento.

Todavia, o avanço de qualquer empresa que tenha a terra²⁹ como condição primeira para o avanço do agronegócio da silvicultura não se faz sem conflitos, sem disputas territoriais.

O resgate histórico e as pesquisas realizadas por Paula Andrade (1995), no âmbito da Antropologia, relatam que o avanço da agricultura capitalista por sobre o campesinato do Leste Maranhense foi materializado pelas empresas MARGUSA, MARFLORA e Suzano Papel e Celulose - desde a década de 1980.

Paula Andrade (1995) conta que o cerrado nativo foi impactado em virtude da transformação do mesmo em carvão vegetal para siderurgia. Além disso, a mesma autora constatou que o cercamento de áreas de cerrado e a destruição da cobertura vegetal visavam se apropriar da flora, fauna e corpos hídricos sobre os quais as famílias camponesas exercem o extrativismo, a caça e a pequena criação de animais. Uma vez cercadas as áreas de uso comum, as famílias camponesas têm seu modo de viver ameaçado, pois são expropriadas dos seus meios de reprodução, como é o caso da terra. A situação que Paula Andrade (1995) descreveu, portanto, está em pleno acordo com a definição de conflito ambiental proposta por Acselrad, como vimos.

Mais visível ainda é que apesar de todos projetos de desenvolvimento que têm sido instalados no Estado do Maranhão, esta unidade da federação continua sendo uma das mais

²⁸ Cabe destacar que a produtividade que advém dos clones é altamente questionável, especialmente quando se trata da diversidade de biomassa. Como bem pontuou Barcelos (2010, p.55-56): “As florestas e as árvores produzem vários tipos de biomassa, satisfazendo diversas necessidades humanas. [...] As árvores, ao que parece, produzem outras formas de *bio*-massa, não só a do tronco, mas folhas, frutos, galhos, seivas, óleos, sementes, forragem, palhada, líquens que, pelo critério da produtividade industrial, não são contabilizadas como “incremento”, mas sim como partes acessórias da planta, apêndices. [...] A avaliação da produtividade, portanto, exclui as funções alimentares, de proteção, de reciclagem, de forragem das árvores, que passam a fornecer exclusivamente madeira”. Em outro momento, Barcelos (2010, p.60) elucida o nascimento do conceito de floresta plantada: “Em 2005, após a publicação *Avaliação Global dos Recursos Florestais*, o FRA 2005 (sigla em inglês), a FAO ampliou o conceito de *floresta*, ou melhor, o descartou. Foi incluído na nova classificação de floresta, numa mesma categoria, as florestas primárias, as modificadas, as semi-naturais e as chamadas *florestas plantadas*. O novo arranjo foi definido pelos diferentes graus de intervenção humana e pelos distintos métodos de regeneração”.

²⁹ Apoiamo-nos aqui na contribuição realizada por Moraes (2005, p.104) para quem “[...] a Terra substantiva-se no capitalismo como **condição e meio** de produção, ou melhor, como ampla dotadora de pressupostos e subsídios para as atividades produtivas. Ela fornece a base espacial e as matérias-primas, os instrumentos de trabalho e as fontes de energia, enfim, condições e produtos naturais dotados de um valor passível de ser aferido no mercado capitalista de bens. E tais condições e produtos encontram-se desigualmente distribuídos nos lugares terrestres, o que redundará num valor potencial também variável das diferentes localidades da Terra”.

desiguais e contrastantes do Brasil. A título de ilustração, segundo Ferreira (2008), mais de 26% dos 6 milhões de habitantes do Estado não são alfabetizados, mais de 50% dos domicílios não têm acesso à esgotamento sanitário e, 48,87% dos maranhenses recebem até 01 salário mínimo.

Assim, alguns questionamentos devem ser feitos: em mais de 40 anos de projetos de desenvolvimento, por que o Estado não consegue reverter tais dados? Os projetos de desenvolvimento (monoculturas de eucalipto, plantas industriais) da Suzano irão contribuir para a reversão dessa situação?

Ademais, a sustentabilidade ambiental e a responsabilidade social da empresa serão consideradas em nossa análise uma vez que visamos, de maneira complementar ao nosso objetivo central, compreender as contradições inerentes ao discurso de responsabilidade socioambiental e as práticas produtivas concretas da Suzano, o que nos permite estabelecer um diálogo com nossa pesquisa precedente (RIBEIRO JUNIOR, 2011).

3 METODOLOGIA

*Não é a consciência que determina a vida,
mas a vida é que determina a consciência.*

(MARX; ENGELS, 2007, p.52).

A premissa de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895) nos revela o quanto a escolha de um método é decisiva para a compreensão da vida social. Isto porque, apesar da compreensão metodológica remeter a uma subjetividade (a escolha pessoal do método), o modo como uma determinada sociedade se reproduz materialmente põe a questão para o plano da *objetividade*. A objetividade, portanto, implica o estudo efetivo da realidade que independe das *representações*, das *vontades*³⁰ humanas. Deste modo, voltando à citação de Marx e Engels, não se explica a vida material pela consciência, mas sim se explica a consciência pelas *contradições* da vida material.

Nos termos da dialética, destaque especial merece ser dado ao filósofo alemão George W. F. Hegel (1770-1831). A dialética é em Hegel *idealista*, posto que concebe a realidade como manifestação do Espírito a partir dos movimentos de exteriorização (manifestação nas obras produzidas) e interiorização (sabedoria, reconhecimento e compreensão de que as obras são produto do Espírito). Além disso, a filosofia da história de Hegel apresenta como motor interno a *contradição*, bem como essa mesma história é, na verdade, a história do Espírito³¹.

Todavia, Marx e Engels vão opor-se a esse entendimento da história partindo de concepções basilares do seu pensamento: 1) a *contradição*, que em Hegel é do Espírito consigo mesmo, aparece em Marx e Engels concretamente como *lutas de classes*; 2) a dialética, que em Hegel é *idealista*, em Marx e Engels torna-se *materialista*.

³⁰ Faço alusão aqui ao filósofo irracionalista, anti-dialético e anti-humanista Arthur Schopenhauer: “O mundo é minha representação. Esta proposição é uma verdade para todo ser vivo pensante, embora só o homem chegue a se transformar em conhecimento abstrato e refletido. A partir do momento em que é capaz de o levar a este estado, pode-se dizer que nasceu nele o espírito filosófico. Possui então a inteira certeza de não conhecer nem um sol nem uma Terra, mas apenas olhos que veem este sol, mão que tocam esta Terra, em uma palavra, sabe que o mundo que o cerca existe apenas como representação, em sua relação com um ser que percebe, que é o próprio homem. Se existe uma verdade que se possa afirmar a priori é esta, pois exprime o modo de toda experiência possível e imaginável, conceito muito mais geral que os de tempo, espaço e causalidade que o implicam” (SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e representação**. Trad. M. F. Sá CORREIA. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. p.9). Agora, comparemos o filósofo irracionalista (Schopenhauer) com o que Karl Marx, escreveu nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*: “O Sol é o *objeto* da planta, objeto indispensável e que lhe assegura a vida, da mesma maneira que a planta é o objeto do Sol, enquanto *expressão* da força suscitadora de vida do sol, do poder objetivo do Sol. Um ser, que não tenha a sua característica fora de si, não é nenhum ser *natural*, não participa do ser da natureza. Um ser, que não tenha objeto fora de si, não é nenhum ser objetivo. Um ser, que não seja ele próprio objeto para um terceiro ser, não tem existência para o respectivo objeto, quer dizer, não possui relação objetiva, o seu ser não é objetivo” (2006, p.182).

³¹ CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele, inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento - que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia - é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado³².

Como se vê, é a *dialética* materialista e a cosmovisão *materialista* que nos permite criticar o entendimento da história como desenvolvimento progressivo da Ideia e a filosofia “celestial” de Hegel.

Nos termos do materialismo histórico fundado por Marx e Engels n’A *Ideologia Alemã*, a análise de determinada realidade deve ter como foco as *relações sociais de produção*, posto que, justamente, permite a satisfação das necessidades básicas dos homens (comer, beber, vestir-se). Na mesma linha, pontuo a importância de se considerar a *lutas de classes* como fundamento de uma *totalização em curso*³³ e, simultaneamente, de apreensão das relações sociais concretas. Possibilita-se dessa maneira enxergar a unidade na diversidade como um processo de síntese de várias determinações, ou seja, permite conceber o pensamento como resultado do real³⁴.

Por isso tudo, na construção da dissertação, bem como de qualquer trabalho acadêmico, a metodologia ocupa um lugar de destaque uma vez que o método, de certa forma, é quem vai mediar a relação entre o que quer conhecer e aquilo que vai ser reconhecido. Por isso, o método escolhido para servir de caminho foi o dialético, pois ele permite uma maior interação com o objeto estudado, escapa do objetivismo positivista, da rigidez matemática, permitindo que entendamos o problema.

O método dialético tem como base o movimento e a mudança (POLITZER, 1986). A realidade é mutável, a história não é estática. Até mesmo o mundo, hoje, tal qual como o conhecemos e concebemos está destinado a desaparecer, pois nenhuma sociedade é imóvel, tudo é transformado porque “o que vemos por toda a parte, na natureza, na história, no pensamento, é a mudança e o movimento. É por esta constatação que começa a dialética” (POLITZER, 1986, p. 119).

³² MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I. Trad. Reginaldo SANT’ANNA. 27ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2010.p.28.

³³ “[...] totalização como processo de revelação dialética, como movimento da História e como esforço teórico e prático para ‘situar’ um acontecimento, um grupo, um homem” (SARTRE, Jean Paul. **Questão de Método**. São Paulo: Nova Cultural, 1987. p.158). Ou, como escreveram Moraes e Costa (1999, p.47), a totalização “se constitui na elaboração do conjunto de mediações explicativas do problema tratado, incidindo aí as determinações apreendidas e exaurindo-o em suas manifestações históricas”.

³⁴ MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ªed. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.

A concretização da dissertação somente foi possível, primeiramente porque o caminho traçado permitiu a todo instante sermos incomodados pelo objeto de pesquisa: situações novas surgiam, sujeitos sociais remodelavam seus hábitos, o cenário econômico mundial favorecia as mudanças e os movimentos. Além disso, a escolha dos procedimentos permitiram o aprofundamento do conteúdo; identificar erros e acertos, suscitou mais questionamentos, todavia, nem por isso com mais respostas.

3.1 Procedimentos metodológicos utilizados

Para a realização do presente trabalho lançamos mão de alguns procedimentos metodológicos, a saber:

- Levantamento e análise de material bibliográfico;
- Revisão bibliográfica enfocando temas como desenvolvimento, subdesenvolvimento, desenvolvimento geográfico desigual, Estado, conflito ambiental e lutas de classes;
- Documentação fotográfica, para ilustrar as informações estudadas bem como para validação científica do trabalho;
- Trabalho de campo para registro fotográfico nos municípios de Santa Quitéria do Maranhão, Urbano Santos e Anapurus, Baixo Parnaíba Maranhense.
- Realização de entrevistas dirigidas junto a sujeitos sociais.
- Realização de pesquisa na página eletrônica da empresa;
- Por conseguinte, interpretação, análise e tabulação dos dados brutos e informações obtidas.

4 O DEBATE SOBRE (SUB)DESENVOLVIMENTO NA GEOGRAFIA

A escolha dos geógrafos que compreendem esta seção (Y. Lacoste, M. Santos, H. Gomes, G. Wettstein, C. W. Porto-Gonçalves e J. Montenegro Gómez) deve-se ao fato de que cada um, à sua maneira, ancorados em perspectivas filosóficas muitas vezes divergentes e antagônicas, fazem contribuições importantes para o debate sobre (sub)desenvolvimento de um ponto de vista geográfico. Todos eles elencam critérios, posicionamentos filosóficos e políticos que enriquecem a discussão.

4.1 Yves Lacoste: *Geografia do Subdesenvolvimento*

No campo da Geografia Humana, a temática do desenvolvimento foi considerada e examinada no contexto dos anos 1970 pelo seu par contraditório, ou seja, o subdesenvolvimento. Nessa linha merece destaque o trabalho do geógrafo francês Yves Lacoste: *Geografia do subdesenvolvimento*.

O problema dos países subdesenvolvidos colocou-se no fim da Segunda Guerra Mundial. Durante pouco mais de quinze anos, uma quantidade bastante considerável de livros e artigos foi publicada, tanto sobre os problemas do subdesenvolvimento em geral, como sobre seus aspectos particulares nos diferentes países (LACOSTE, 1971, p.7).

Partindo de uma visão geográfica, Lacoste vai procurar perscrutar quais são as características de um país subdesenvolvido. Para isso, recorre a economistas, “que foram os primeiros a abordar o estudo do subdesenvolvimento e conservam neste domínio um lugar eminente” (idem, p.8), tendo consciência de que o “o subdesenvolvimento não pode ser considerado um problema somente econômico” (idem, ibidem). O geógrafo francês rechaça, assim, a temática desenvolvimento como constituindo parte de um campo teórico estritamente compreendido no âmbito da ciência econômica.

Nesse sentido, Lacoste vai analisar as características essenciais do *Terceiro Mundo*³⁵, o estabelecimento de uma definição objetiva do subdesenvolvimento e as causas deste fenômeno.

³⁵ A noção de Terceiro Mundo foi cunhada pelo demógrafo francês Alfred Sauvy (1898-1990). A expressão apareceu no jornal “L’Observateur” edição de 14 de agosto de 1952 intitulada “Trois Mondes, Une Planète”, ou seja, *Três Mundos, Um Planeta*. No artigo em questão, Sauvy equivale o Terceiro Mundo ao Terceiro Estado da época da *Revolução Francesa* (1789). O interessante nesta associação é que o Terceiro Estado à época foi justamente o setor revolucionário na França. Sauvy, evidentemente tinha isso (a combatividade do terceiro Estado) em mente quando escreveu: *Car enfin ce Tiers Monde ignoré, exploité, méprisé comme le Tiers Etat*,

Para atingir tal feito, o geógrafo francês analisa a noção de Terceiro Mundo em relação com a aparição do conceito de subdesenvolvimento.

A aparição do conceito de subdesenvolvimento é contemporânea de duas das maiores “descobertas” das ciências econômicas e humanas [...] A primeira dessas descobertas foi [...] a de um fenômeno muito antigo: a miséria e a fome. A segunda foi a de um fenômeno completamente novo: o extraordinário aumento da população mundial a partir do começo do século XX (idem, p.16-17).

A intercalação entre subdesenvolvimento, enquanto fenômeno, e Terceiro Mundo, como noção, é o que leva justamente Lacoste a buscar respostas para uma compreensão geográfica do subdesenvolvimento. Conta-nos o geógrafo francês que:

Para designar ao mesmo tempo esta relativa unidade dos países subdesenvolvidos, a massa humana que constituem e sua miséria, pela qual fazem responsável o colonialismo, tornou-se necessário um conceito. Assim se explica o nascimento e o êxito pelo menos em língua francesa, da expressão “Terceiro Mundo”. Ela foi forjada por A. Sauvy, à imitação do “Terceiro Estado” de 1789, que, maioria da nação, era formado de diversas classes e grupos sociais que reivindicavam os direitos até então confiscados pelos dois outros “Estados”, a Nobreza e o Clero. (idem, p.17-18)

É interessante perceber que em Yves Lacoste há oscilação da expressão Terceiro Mundo. Ele a emprega enquanto *noção*, ou seja, um elemento do discurso ideológico, mas também faz uso da expressão como um *conceito*. Aqui é importante fazer uma distinção. Quando Yves Lacoste emprega Terceiro Mundo enquanto noção, a expressão assume um significado político-ideológico forjado no âmbito da Guerra Fria que separou os países de Primeiro Mundo e os países de Segundo Mundo. A chave de interpretação está assentada na *forma* como Sauvy refletia sobre os outros países e sobre o seu próprio (no caso a França), daí o cunho ideológico. Nos países de Primeiro Mundo estavam presentes, por exemplo, os Estados Unidos (que capitaneava a oposição capitalista ao Segundo Mundo), mas também a França de Sauvy. O recorte político-ideológico torna-se visível com a qualificação dos países ditos comunistas, como a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), como sendo de Segundo Mundo, ou seja, um mundo *inferior* ao Primeiro.

Mas Lacoste também utiliza a expressão Terceiro Mundo enquanto *conceito*. Nessa *forma*, a conceituação de Terceiro Mundo parte da ação de qualificar o Terceiro Mundo em termos científicos, nos moldes da ciência. Desse modo, torna-se possível identificar pela

veut, lui aussi, être quelque chose. Cf. < <http://www.homme-moderne.org/societe/demo/sauvy/3mondes.html> >. Acesso em 12 set. 2012.

ciência quais são os conteúdos, as características, que formam e conformam os países subdesenvolvidos.

Lacoste problematiza a noção de Terceiro Mundo não revelando o caráter político-ideológico assente na expressão, mas sim pela incorporação de um conteúdo especial: o crescimento populacional.

A noção de Terceiro Mundo é, pois, particularmente satisfatória e rica de sentido, apesar de não levar em conta a “explosão demográfica”. Exprime de uma forma completa e bastante sugestiva várias noções diferentes combinadas entre si. Pode pois perfeitamente ser utilizada para designar o conjunto dos países subdesenvolvidos (idem, p.21).

Vemos assim que Lacoste não estabelece uma *distinção objetiva interna* à expressão Terceiro Mundo. Explico: tomando a expressão como *noção* reveste-se de uma forma discursiva *ideológica*; já usando como um *conceito* pode-se, através da *ciência* enquanto reflexo da realidade, capturar a *forma* (subdesenvolvimento, Terceiro Mundo) com o *conteúdo* (insuficiência alimentar, industrialização tardia, desigualdade social, etc.) como partes constitutivas da totalidade (o espaço geográfico) dos países subdesenvolvidos.

Como então Yves Lacoste identifica o conteúdo da forma subdesenvolvimento já que ele pretende fazer uma *Geografia* desse fenômeno? Apesar de pensar o subdesenvolvimento como uma noção, ou seja, uma ideologia que incorpora o fenômeno da explosão demográfica, o geógrafo francês procura uma definição objetiva e universal do subdesenvolvimento. Lacoste (1971, p.159-160) vai recorrer então à ciência (econômica, social, etc.) para procurar respostas que rompam com subjetividades e particularismo analítico.

A grande maioria dos países do Terceiro Mundo apresenta os seguintes caracteres fundamentais:

- 1) Insuficiência alimentar;
- 2) Recursos negligenciados ou desperdiçados;
- 3) Grande número de agricultores com baixa produtividade;
- 4) Industrialização restrita e incompleta;
- 5) Hipertrofia e parasitismo do setor terciário;
- 6) Situação de subordinação econômica;
- 7) Violentas desigualdades sociais;
- 8) Estruturas tradicionais deslocadas;
- 9) Ampliação das formas de subemprego crônico e trabalho das crianças;
- 10) Baixa integração nacional;
- 11) Graves deficiências das populações;
- 12) Aumento do crescimento demográfico;
- 13) Lento crescimento dos recursos de que dispõem efetivamente as populações;
- 14) Tomada de consciência e uma situação em plena evolução.

Lacoste (idem, p.166-170), em seguida, retoma as diversas definições de subdesenvolvimento para justamente buscar uma definição objetiva e universal:

- 1) Para muitos autores, o subdesenvolvimento pode ser apreciado como base de referência a evolução histórica das grandes potências industriais. O subdesenvolvimento é um *atraso*, a sobrevivência na época atual de condições econômicas e sociais muito antigas, que os atuais países desenvolvidos conheceram outrora: os países subdesenvolvidos são então “países atrasados”, “países não evoluídos” (J. Marshall). W. Rostow identifica seus caracteres aos que apresentava antigamente a “Sociedade tradicional”. Para numerosos autores, subdesenvolvimento é sinônimo de “situação pré-industrial”, o que seria um fenômeno extremamente antigo: “O subdesenvolvimento existe há milênios” (A. Piatier). “O subdesenvolvimento é tão antigo como a humanidade” (Lebret).
- 2) Muitos autores fornecem uma definição estrutural do subdesenvolvimento: são em geral sociólogos. É a justo título que sublinham como G. Balandier, o caráter relacional do subdesenvolvimento, que corresponderia essencialmente a uma *sociedade dualista*: uma sociedade dotada de um forte avanço tecnológico, organizada numa escala global, entra em contato com uma sociedade dotada de frágeis meios materiais e organizada numa escala restrita.
- 3) Para numerosos autores, a expressão subdesenvolvimento não passa de uma maneira de designar o fenômeno da exploração colonial.
- 4) Para V. Dominique “o subdesenvolvimento é contemporâneo do capitalismo. “Um país subdesenvolvido se caracteriza por um atraso das forças produtivas e humanas causado pelas relações de produção atrasadas em relação às que existem nos países avançados”.
- 5) A expressão subdesenvolvimento é muitas vezes usada para designar a inferioridade de um país em relação a outros Estados.
- 6) Para um grande número de autores, são subdesenvolvidos os países que “não utilizam seus recursos naturais segundo os métodos mais econômicos da tecnologia contemporânea”³⁶. [...] O subdesenvolvimento seria assim a inferioridade em relação ao possível.

Como se vê, o geógrafo francês agrupou seis grandes definições de subdesenvolvimento. Na primeira definição, subdesenvolvimento enquanto *atraso*, Lacoste se contrapõe advogando a eminência do subdesenvolvimento como um fenômeno *moderno*, o que torna impossível assimilar a situação de subdesenvolvimento a um passado pré-industrial dos países desenvolvidos.

É interessante entender que o geógrafo francês põe em relação o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como faces de um mesmo processo. Isso permitiu que o geógrafo em questão não caísse em uma definição estruturalista do subdesenvolvimento. Definição essa que se caracteriza pela articulação de modos de produção, como é perceptível no tópico 2 da citação acima.

Lacoste também não concebe o subdesenvolvimento como algo transversal à história. A desnaturalização promovida pelo geógrafo está intercalada por uma fuga da dicotomia

³⁶ Há uma nota no texto original: FURTH, *Notes sur quelques problèmes du développement économique*, Cahiers I.S.E.A., série F., junho de 1956.

sociedade moderna *versus* sociedade tradicional presente nas análises estruturalistas. O geógrafo francês põe subdesenvolvimento e seu par contraditório como momentos constitutivos da totalidade capitalista.

Rejeita também, como no tópico 3, a identificação subdesenvolvimento-colonização. Argumenta que a questão deve ser posta tendo como foco a exploração que os países do Terceiro Mundo sofreram: “é fato que a quase totalidade dos países subdesenvolvidos é (ou foi até uma época recente) explorada e dominada, e sua economia foi deformada, mas esta exploração começou bem antes que aparecesse o subdesenvolvimento” (idem, p.168-169). A rejeição da identificação entre subdesenvolvimento e colonização se põe na medida em que suprime a contraditoriedade³⁷ do real, ou seja, o caráter dialético da realidade.

No quarto tópico da citação, Yves Lacoste (idem, p.169) argumenta que “o subdesenvolvimento não é contemporâneo do capitalismo, pois a aparição deste último é muito anterior à do subdesenvolvimento. [...] a noção de atraso das relações de produção é aliás muito fraca para exprimir a realidade das coisas. Os conceitos de exploração e de dominação são bastante mais satisfatórios. [...] historicamente, nem todo atraso das relações de produção implica na existência de subdesenvolvimento”.

Vê-se que o geógrafo francês está em busca justamente da especificidade do subdesenvolvimento, em outras palavras, o contorno próprio da realidade geográfica dos países subdesenvolvidos que conformam o Terceiro Mundo.

No tópico 5, Lacoste (idem, p.170) se contrapõe questionando o critério da renda nacional “é um péssimo critério e muitos países incontestavelmente desenvolvidos têm uma renda nacional inferior à dos países subdesenvolvidos cuja renda nacional é aumentada por exportações e importações desmesuradas”.

Não é, portanto, um critério quantitativo (renda nacional) que qualifica uma situação de subdesenvolvimento. “A desigualdade quantitativa das nações, suas riquezas maiores ou menores, é enfim um fenômeno muito antigo” (idem, p.171). O geógrafo francês está chamando atenção para o risco de se pensar o subdesenvolvimento em termos (estritamente) temporais, o que nega o espaço geográfico enquanto produto e condição das produções e reproduções objetivas dos seres humanos. Nessa visão a exploração é vista sob o aspecto temporal sem se manifestar geograficamente no espaço, posto que o espaço é produto e premissa das objetivações humanas. Assim, pensar o subdesenvolvimento e seu par

³⁷ Um país pode ter sido colonizado e ser desenvolvido hoje, como é o caso dos Estados Unidos da América.

contraditório é pensar o caráter geográfico e a espacialização/localização dos caracteres fundamentais do subdesenvolvimento aludidos por Lacoste.

Por fim, no tópico 6, Lacoste sublinha que a definição de subdesenvolvimento enquanto inferioridade em relação ao possível, é absurda: “[...] se todo país que não utiliza a totalidade de seus recursos é subdesenvolvido, é preciso então concluir que todos os Estados do globo, inclusive os mais poderosos ou os mais ativos, pertencem ao Terceiro Mundo” (idem, p.172).

De fato, o entendimento do subdesenvolvimento como inferioridade em relação ao possível é perigoso porque repõe a questão em termos temporais e joga no horizonte inalcançável do tempo a solução do subdesenvolvimento.

Surge então a questão: como o subdesenvolvimento é definido por Yves Lacoste? A resposta é: como um *desequilíbrio interno*. Isso porque

nenhuma dessas definições apreende os países subdesenvolvidos em si mesmos, levando em conta suas realidades internas. Tôdas essas definições apreendem os países do Terceiro Mundo do exterior, e estes só são definidos relativamente a realidades que lhes são estranhas: assim, os países subdesenvolvidos estão atrasados em relação à evolução dos países desenvolvidos; quantitativamente, são *inferiores* ao que não é o Terceiro Mundo; suas relações de produção estão *atrasadas* em relação às dos países desenvolvidos; são dominados e explorados pelo *estrangeiro*; seu dualismo econômico ou sociológico é introduzido do *exterior* (idem, p.173).

Colocando a questão do ponto de vista do *desequilíbrio interno*, Lacoste procura fugir de uma análise temporal (um atraso, uma distância) e perscruta a particularidade dos países subdesenvolvidos e sua relação com o plano internacional (dialética particular-universal). A superação do subdesenvolvimento, é possível compreender, passaria por uma economia moderna capaz de suplantar as causas internas e os fatores externos. “O subdesenvolvimento não é um valor relativo, mas sim, em cada Estado do Terceiro Mundo, uma situação concreta, um fato interno” (Idem, p.176).

Já havíamos escrito acerca dos 14 caracteres fundamentais do subdesenvolvimento. Para Lacoste, a exclusividade do subdesenvolvimento que conforma a especificidade de seu conteúdo deve-se particularmente ao *intenso crescimento demográfico*: “A adição de um só fator, o crescimento demográfico, aos numerosos elementos antigos, bastou para modificar fundamentalmente seu significado e para dar nascimento a uma situação absolutamente nova e paradoxal: o subdesenvolvimento” (idem, p.177).

Ora, mas o problema desta análise é justamente atribuir um peso enorme ao fator demográfico (importante, com certeza). Tal análise se reveste no plano formal de um

malthusianismo³⁸, uma explicação do subdesenvolvimento como um desequilíbrio interno oriundo do crescimento demográfico desproporcional em relação ao crescimento econômico, ou seja, da riqueza material necessária à reprodução social da vida humana.

Fundamentalmente, o estado de subdesenvolvimento de um país pode se definir como uma situação caracterizada por uma distorção durável (ou uma tendência à distorção) entre um crescimento demográfico relativamente intenso e um argumento relativamente fraco dos recursos de que dispõe efetivamente a população.

Esta definição de subdesenvolvimento apresenta muitas vantagens: a situação de subdesenvolvimento pode ser objetivamente verificada num país, como um fato interno, sem ser necessário recorrer à comparação com as características de outro país. Esta definição genética repousa na desigualdade do dinamismo de dois fatores primordiais de toda economia: os homens e os recursos. [...] Esta concepção do subdesenvolvimento enquanto desequilíbrio interno próprio de cada país do Terceiro Mundo não está em contradição com nenhuma das outras definições existentes; [...] é evidente que um país cujos recursos crescem menos rapidamente que a população apresenta um nível de desenvolvimento inferior ao *necessário*, ao *possível* e enfim inferior ao de *outros países* que não são atingidos por esse desequilíbrio interno (idem, p.178-179).

O geógrafo francês adota um critério malthusiano: o crescimento demográfico. Lacoste adota um critério arriscado ao qualificar o subdesenvolvimento em critérios populacionais. Da mesma *forma* que para neomalthusianos o crescimento demográfico é o responsável pela pobreza, essa mesma variante (crescimento demográfico) aparece em Lacoste como o principal fator do subdesenvolvimento que leva ao desequilíbrio interno. O raciocínio é que o crescimento demográfico aumenta a pressão sobre os *recursos naturais* o que levaria à pobreza (subdesenvolvimento) populacional.

O subdesenvolvimento é, pois, uma situação dominada por uma grave contradição interna: de uma parte, ela provoca necessariamente o crescimento rápido das populações; de outra, entrava o crescimento econômico que lhes permitiria atender suas necessidades.

³⁸ Refiro-me aqui aos postulados teóricos do economista britânico Thomas Robert Malthus (1766-1834) para quem “o poder de crescimento da população é indefinidamente maior do que o poder que tem a terra de produzir meios de subsistência” (MALTHUS, 1986, p.282). O erro de Malthus foi comparar a taxa de crescimento populacional dos Estados Unidos com a produção de alimentos da Grã-Bretanha: “Nos Estados Unidos da América, onde os meios de subsistência têm sido muito maiores, os costumes dos povos mais puros e consequentemente os obstáculos aos casamentos precoces têm sido menores do que em qualquer um dos modernos países da Europa, a população se viu duplicada em 25 anos. Nós tomamos como nosso modelo essa proporção de crescimento, embora pequena em relação ao poder máximo da população, ainda que como resultado da experiência atual, e afirmamos que a população, quando não controlada, se duplica cada 25 anos ou cresce numa progressão geométrica. Vamos agora tomar qualquer lugar da terra, esta Ilha [a Grã-Bretanha] por exemplo, e vejamos em que proporção podemos calcular o crescimento dos meios de subsistência que ela fornece. Começaremos com o seu atual estágio de cultivo. Se admito que pela melhor política possível, arroteando mais a terra e fornecendo grandes fomentos à agricultura, a produção desta ilha possa ser duplicada nos próximos 25 anos, penso que esta produção estará fornecendo tanto quanto toda pessoa possa razoavelmente exigir. Nos 25 anos seguintes, é impossível admitir que a produção possa ser quadruplicada. Isto seria contrário a todo o nosso conhecimento acerca da capacidade da terra. O máximo que podemos conceber é que o aumento da produção nos 25 anos se iguale à atual produção” (MALTHUS, 283-284).

O *desajuste* que existe hoje entre o crescimento demográfico e o marasmo relativo da produção determina a extraordinária originalidade histórica do subdesenvolvimento (idem, p.181).

Lacoste passa ao largo da discussão de *quem usufrui dos recursos naturais*. Não adianta simplesmente aumentar os recursos naturais se a utilização dos recursos não é socializada para toda população atender suas necessidades básicas (alimentação, vestuário, moradia).

Todavia, no que tange à resolução deste imbróglio, o geógrafo francês abdica do controle populacional e defende um esforço de desenvolvimento. Lacoste se faz valer das condições naturais para advogar que os homens desenvolvam meios de produção que possibilitem o crescimento econômico. Mas, volta a cair em neomalthusianismo quando *propõe o desenvolvimento como ajuste da discrepância entre crescimento demográfico e econômico*.

Se se quer considerar o subdesenvolvimento como um desequilíbrio interno entre o crescimento demográfico e o crescimento econômico, é então possível dar, de início, ao esforço de desenvolvimento econômico um objetivo realista: restabelecer o equilíbrio entre o aumento da população e o aumento dos recursos de que ela dispõe efetivamente (idem, p.185).

Que seria somente atingido com “a liquidação do subemprego e a utilização produtiva do conjunto da população ativa, o que exige importantes capitais” (idem, p.186).

Mas quais seriam as *causas profundas* do subdesenvolvimento? Lacoste está ciente de que “a situação de subdesenvolvimento se caracteriza essencialmente por um desequilíbrio interno, causado pelo fato de que a população tende a crescer mais rapidamente que os recursos de que dispõe efetivamente” (idem, p.190). Além do mais, o geógrafo francês vê com bons olhos o que o demógrafo Alfred Sauvy chamou de “custo de formação do indivíduo”: “Assim são chamadas as somas que é necessário despende com a criança até que se torne produtiva” (idem, p.192).

Esta majoração do custo de formação do indivíduo, que provocou uma redução considerável das taxas de natalidade, não deve ser considerada por isto um fato negativo: ela foi a condição de uma sensível promoção do homem; embora mais caro, tem melhor saúde, melhor instrução, e é infinitamente mais eficaz. Sem esta promoção, o fator de um crescimento considerável da produtividade, o desenvolvimento econômico da Europa Ocidental e da América do Norte não teria sem dúvida podido ser o que foi (idem, p.193).

Todavia, curiosamente, depois de ter definido o subdesenvolvimento como um desequilíbrio interno entre crescimento dos recursos e crescimento demográfico, Lacoste rechaça o crescimento demográfico como causa primeira do subdesenvolvimento:

Nos países desenvolvidos, a diminuição do crescimento demográfico é muito mais a consequência do desenvolvimento econômico e social do que sua causa. Nos países do Terceiro Mundo, o aumento da população não pode ser considerado como a causa primeira do subdesenvolvimento. [...] o fenômeno demográfico é mais uma consequência da situação econômica e social do que a sua causa (idem, p.194-195).

Isso sinaliza que o geógrafo francês está buscando as causas estruturais do subdesenvolvimento, tentando, assim, se afastar do neomalthusianismo: “é necessário sublinhar que uma política de limitação de nascimentos, por mais eficaz que seja, não diminui em nada as dificuldades presentes dos países subdesenvolvidos” (idem, p.196-197). Dessa forma, a causa principal do subdesenvolvimento está no próprio crescimento econômico.

Lacoste retoma a relação colonização-subdesenvolvimento para sepultar vários argumentos levantados para sua explicação (do subdesenvolvimento como decorrência da colonização), a saber: causas permanentes ou eternas (bênção divina); desigualdades nas condições climáticas e ambientais; e diferenças raciais.

Se o subdesenvolvimento e suas causas fossem eternos, os países hoje desenvolvidos, pretensamente favorecidos pela natureza de maneira congênita, verdadeiros eleitos de Deus, deveriam ter sempre apresentado um incontestável avanço sobre o resto do mundo. Ora, a superioridade da Europa Ocidental não se estabeleceu senão depois do século XVIII. Foram as raças “de côr” que realizaram até o século XVIII o essencial do progresso, do qual se beneficiou em seguida o resto da humanidade. Qual teria sido a contribuição da África Negra se esta parte do mundo não tivesse sido tão profundamente atrasada desde o século VIII até os começos do século XX pelo tráfico dos escravos e as guerras contínuas que lhes permitia a captura? (idem, p.200).

Vemos que para o geógrafo francês o colonialismo é parte constitutiva do subdesenvolvimento, ou da explicação de situação de subdesenvolvimento, mas os dois conceitos não se confundem. Países como Estados Unidos e Austrália foram anteriormente colônias da Inglaterra, porém não podem ser considerados subdesenvolvidos.

No entanto como explicar o desenvolvimento técnico e científico de determinadas sociedades europeias (a exemplo da Grã-Bretanha) que culminou em uma evolução social fazendo progredir as estruturas sociais até então existentes? A resposta de Yves Lacoste está na *burguesia, uma classe especificamente europeia*.

A causa primeira do desenvolvimento econômico da Grã-Bretanha reside na existência de um grupo de homens com uma mentalidade produtivista, que se apoderaram das invenções e criaram as condições para que essas inovações pudessem ter seu efeito e pudessem lhes fazer ganhar o máximo de dinheiro possível. Êsses “empresários” eram essencialmente egressos da burguesia (idem, p.210).

Todavia, é arriscado, como faz Lacoste, pensar essa situação (a existência de uma classe burguesa enquanto causa do desenvolvimento econômico) para o caso do subdesenvolvimento: “[...] um fato histórico fundamental caracteriza o conjunto dos países que são hoje subdesenvolvidos: são *regiões sem burguesia*” (idem, p.215).

Lacoste raciocina o desenvolvimento econômico da Grã-Bretanha, primeira força industrial, como decorrência da formação de uma classe burguesa; mas ao pensar o subdesenvolvimento como *ausência da formação de classe burguesa*, o geógrafo francês incorreu em um erro porque postula a formação de uma burguesia como alavanca para o desenvolvimento: “Qualquer que seja o *nível de civilização* que tenham atingido [os países subdesenvolvidos ou de Terceiro Mundo], sua *evolução econômica* e social se efetuou sobre bases e em condições tais que as *estruturas específicas do feudalismo europeu não ocorreram*: os fatores de individualização e de desenvolvimento da burguesia não apareceram” (idem, ibidem, grifos meus).

Dessa forma, o geógrafo francês reedita um evolucionismo vulgar ao pressupor que os países subdesenvolvidos teriam evoluído à este status porque sua evolução econômica não se efetuou sobre as bases e condições do feudalismo. Numa crítica a este tipo de visão, podemos citar o historiador brasileiro marxista Caio Prado Júnior (1966, p.39-41):

A idéia de que a evolução histórica da humanidade se realiza através de etapas invariáveis e predeterminadas é inteiramente estanha a Marx, Engels e demais clássicos do marxismo cujas as atenções, no que nos interessa aqui, se voltaram sempre exclusiva e particularizadamente para o caso dos países e povos europeus. É deles que se ocuparam, e não generalizaram nunca as suas conclusões acerca das fases históricas percorridas por aqueles países e povos. Analisaram a eclosão e desenvolvimento do capitalismo que, na Europa, emergiu do feudalismo que o precedeu, procurando nessa dialética da história moderna e contemporânea as premissas do socialismo que, revolucionários que eram, eles visavam de fato realizar e de fato se realizou pelo seu ensinamento e ação. Mas não estenderam nunca essa interpretação do que vinha ocorrendo nos países europeus, a saber, a germinação, no seio da economia feudal, das formas capitalistas de produção, o desenvolvimento e a maturação do capitalismo e de suas instituições econômicas, sociais e políticas, com a consequente e paralela decadência e destruição do antigo regime, não estenderam essa análise e interpretação a todas as demais partes do mundo, que aliás não os interessavam diretamente. Tratava-se de fatos específicos da evolução histórica dos países europeus. E assim foram considerados. [...] É certo que tais fatos poderiam ter ocorrido em outros lugares, mas não *necessariamente* e como fatalidade histórica, como se pretendeu, e que por isso se aceitou como um dado preliminar e uma lei histórica e absoluta, sem nenhuma indagação prévia acerca da realidade e verdade da

consciência presumida. Uma coisa seria assinalar semelhanças entre o ocorrido nos países da Europa e em outros lugares. E na base dessa observação proceder à interpretação da evolução histórica de outros países e povos, inspirando-se em conceitos já elaborados à luz do exemplo europeu. Nunca esquecendo, contudo, que se tratava de simples semelhanças, e que qualquer conclusão deveria cingir-se aos limites dessa semelhança. [...] Coisa bem diferente, logo se vê, é partir como se fez no caso da interpretação da evolução brasileira, da presunção, admitida *a priori*, de que os fatos históricos ocorridos na Europa constituíam um modelo universal que necessariamente haveria de se reproduzir em quaisquer outros lugares e, portanto, no Brasil também. Essa maneira de abordar os fatos, escusado dizê-lo, é inteiramente descabida (PRADO JÚNIOR, 1966, p.39-41).

Diferentemente da visão de Caio Prado Júnior, Yves Lacoste incorre no erro que ele mesmo havia censurado: a definição *exterior* de um *desequilíbrio interno*. Faz isso ao definir o subdesenvolvimento (desequilíbrio interno) como o resultado da difusão e evolução da economia moderna capitalista em *estruturas sociais arcaicas*, leia-se, sem uma “verdadeira burguesia” (LACOSTE, 1971, p.217).

Assim, se a primeira causa profunda do subdesenvolvimento é a ausência de uma burguesia, a segunda causa “é o poder exorbitante das minorias privilegiadas” (idem, p.220). Para corrigir tal defeito (o subdesenvolvimento e o consequente poder das minorias) é importante a constituição de uma democracia burguesa:

[...] o poder da burguesia implica condições sociais e políticas relativamente *democráticas*. Com efeito, na Europa, nos conflitos que a opuseram à nobreza, a burguesia não teria podido vencer sem o apoio dos camponeses e dos operários; ela não poderia agrupá-los em torno de si senão em nome da Liberdade, da Igualdade (política) para todos. Uma vez no poder, os dirigentes burgueses não puderam fazer *tabula rasa* dessa ideologia democrática, nem impedir a generalização progressiva dos direitos políticos ao conjunto da população (idem, p.218).

Vemos, portanto, que em Yves Lacoste há a compreensão de que a burguesia teria um papel democrático em varrer resquícios aristocráticos arcaicos garantindo, assim, a universalização dos direitos políticos às massas (camponeses e operários). Ora, mas esta concepção de uma burguesia democrática (e porque não dizer revolucionária) já era extremamente anacrônica à época em que Yves Lacoste escreve a *Geografia do subdesenvolvimento* (a 1ª edição é de 1966). Marx (2007, p. 63-64) em 1852, já percebendo o *caráter reacionário da burguesia*³⁹ ao suplantar a revolução de 1848 compreendeu que “A

³⁹ Na pista deixada por Marx, o caráter reacionário da burguesia foi tratado com brilhantismo pelo filósofo marxista György Lukács (1885-1971). O *mestre húngaro* qualificou a impossibilidade da burguesia em abordar a totalidade do real, de deformar a realidade existente, como *decadência ideológica*. Esta perspectiva está no célebre ensaio “Marx e o problema da decadência ideológica”. Segundo Lukács (2010, p.53, grifos meus): “Essa liquidação de todas as tentativas anteriormente realizadas pelos mais notáveis ideólogos burgueses no sentido de compreender as verdadeiras forças motrizes da sociedade, sem temor das contradições que pudessem ser esclarecidas; **essa fuga numa pseudo-história construída a bel-prazer, interpretada superficialmente, deformada em sentido subjetivista e místico, é a tendência geral da decadência ideológica**”. O artigo em questão é um ataque frontal às manifestações epistemológicas desse período decadente: o irracionalismo de

burguesia tinha uma noção exata do fato de que todas as armas que forjara contra o feudalismo voltavam seu gume contra ela, que todos os meios de cultura que criara rebelavam-se contra sua própria civilização, que os deuses que inventara a tinham abandonado”.

Ora, vimos anteriormente (Lacoste, 1971, p. 215) que para o geógrafo francês o nível de civilização e a evolução econômico-social dos países subdesenvolvidos são resultado das bases e condições estruturais nas quais o feudalismo europeu *não* ocorreu, ou seja, *não* houve, em sua compreensão um aparecimento da burguesia. Se concordarmos com a concepção de Marx, já não teríamos mais motivos, precisamente 119 anos depois, para conceber a burguesia como uma classe revolucionária ou mesmo “relativamente democrática”, como prefere Lacoste.

Não obstante, um fato positivo na análise lacostea é retirar a atribuição total da culpa pelas dificuldades dos países subdesenvolvidos aos colonialistas, ou seja, exterioriza-se e totaliza-se a responsabilidade do subdesenvolvimento às nações colonizadoras realizando “a camuflagem do papel essencial que representaram, desde a independência dos privilegiados autóctones” (idem, p.223).

Em que pese a assimilação parcial da culpa do colonizador pelo subdesenvolvimento, o geógrafo francês, depois de ter perscrutado as causas⁴⁰ que geraram esse desequilíbrio interno, sentencia que:

O subdesenvolvimento procede fundamentalmente da introdução do sistema capitalista no seio de sociedades anquilosadas em estruturas sociais menos evoluídas em proveito de uma minoria (estrangeira e autóctone), dotada de exorbitantes poderes políticos, econômicos e sociais. Essas retiradas restringem de maneira tal o mercado interno que as atividades econômicas modernas são limitadas e essencialmente função dos mercados externos. A pobreza geral e o subemprego maciço que daí resultam favorecem a persistência de uma forte natalidade que, combinada com os efeitos das necessárias melhorias sanitárias, provoca um forte aumento da população. O crescimento desta tende a ser mais rápido que o dos recursos de que dispõe efetivamente (idem, p.225).

Nietzsche, a fenomenologia de Martin Heidegger, bem como o neokantismo. As duas primeiras manifestações epistemológicas serviram de base para as filosofias de Michel Foucault e Jacques Derrida que, por sua vez, servem de suporte para o pós-modernismo (caso do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos), tão hoje em voga, bem como suas variantes ecléticas (pós-colonialismo e pós-desenvolvimentismo).

⁴⁰ “Ausência de burguesia, esclerose econômica e social, aliança dos privilegiados autóctones e dos colonizadores, frágil resistência à expansão colonial, dependência política e econômica, constituição de poderes exorbitantes da minoria privilegiada, deslocação das estruturas tradicionais, redução do mercado interno, orientação do setor de economia moderna para a exportação, evolução desfavorável dos termos de troca, necessidade de melhorias sanitárias, crescimento demográfico acelerado” (LACOSTE, 1971, p.224).

Por isso tudo que foi apresentado, há uma combinação analítica em Yves Lacoste. Por um lado, trabalha o subdesenvolvimento como conceito que permite a inteligência e apreensão da realidade geográfica dos países subdesenvolvidos como fruto de um desequilíbrio interno, uma discrepância entre o crescimento econômico e o demográfico; por outro lado as causas profundas do subdesenvolvimento se situam nos poderes exorbitantes de minorias privilegiadas e na ausência de uma burguesia. Do ponto de vista do conceito, o geógrafo francês se aproxima do neomalthusianismo; já no que tange às causas radicais do subdesenvolvimento, ele aproxima-se da vertente ligada ao marxismo (apesar de negar a existência, como vimos, de uma burguesia nacional nos países subdesenvolvidos).

4.2 Milton Santos: *Planejando o Subdesenvolvimento e a pobreza*⁴¹

Pensador de porte intelectual tal qual o geógrafo e geopolítico francês Yves Lacoste foi o brasileiro Milton Santos (1926-2001). Teórico do espaço geográfico e estudioso da urbanização do assim chamado Terceiro Mundo, Milton Santos também deu sua contribuição ao debate sobre o subdesenvolvimento. A ênfase do geógrafo brasileiro foi dada à importância do papel desempenhado pelo *planejamento*.

Sem o planejamento teria sido impossível atingir-se uma intromissão tão rápida e brutal do grande capital nessas nações [Terceiro Mundo]. Não cremos que seja exagero afirmar que o planejamento tem sido um instrumento indispensável à manutenção e ao agravamento do atraso dos países pobres, assim como ao agravamento ou à exacerbação de disparidades sociais (SANTOS, 2011, p.13).

O objetivo de Milton Santos é “analisar as condições que levaram à implantação e ao desenvolvimento desta ideia [planejamento], e o mecanismo através do qual ela tem sido levada a efeito em diferentes períodos da história” (SANTOS, 2011, p.14). Milton, portanto, enxerga no planejamento um *instrumento do capital*, ou seja, a *capitalização do planejamento* que tem na intervenção do Estado a pedra de toque da promoção do investimento privado.

O geógrafo brasileiro atesta que “a serviço do planejamento a economia perdeu seu *status* científico e se tornou simples ideologia, cujo fito é persuadir Estados e povos das vantagens daquilo que passou a ser chamado desenvolvimento: a venda da ideologia do crescimento aos Estados, a imposição de uma ideologia da sociedade de consumo às

⁴¹ Do original em inglês *Planning Underdevelopment and Poverty*, versão modificada de “Planning versus History”, conferência pública pronunciada na Universidade de Columbia, Nova York, em 1º de março de 1977. Publicado em *Antipode, A Radical Journal of Geography*, vol. X, 1978.

populações” (SANTOS, 2011, p.15). Repare-se aqui o fato de Milton pensar a ideologia⁴² como “inversão falsificadora do real” (LESSA, 2007, p.65). É tão verdade que, mais a frente, Milton vai escrever: “Esse tipo de planejamento não é ciência” (SANTOS, 2011, p.15). O planejamento de que fala Milton é o *planejamento capitalista*. Milton opõe a ideologia (falsificadora do real) e a ciência (reveladora do real). Por essa via, entende-se que fica difícil compreender o planejamento capitalista como *não-científico*, haja vista ciência e ideologia estarem em polos opostos: uma desvendando o real (ciência) e a outra falsificando o real (ideologia). A bem da verdade, o planejamento, seja ele capitalista ou socialista, não abre mão da aplicação científica, especialmente da economia.

No entanto, feita esta ressalva, o que o geógrafo brasileiro quer pôr de fato no debate é a questão de como o planejamento cria necessidades e produz a *pobreza*⁴³ nas nações exploradas (que se tornam, no discurso, subdesenvolvidas). Para Milton, a produção da pobreza está atrelada à dominação econômica própria do capitalismo. Daí a incisiva crítica à redução da pobreza a critérios *meramente* quantitativos.

O geógrafo brasileiro é também um crítico do conceito de *ajuda*⁴⁴ advogando que “era preciso demonstrar que os países subdesenvolvidos eram incapazes de acumular internamente o capital para seus investimentos modernizantes e, portanto, provar a necessidade de lhes fornecer ‘ajuda’ ou de lhes emprestar dinheiro, ou, ainda, de encorajar a entrada de capital privado” (SANTOS, 2011, p. 17). Daí decorrer para Milton que a ajuda é um veículo de dominação. Dominação essa mediada pelo pagamento das importações ou do serviço da

⁴² O conceito de ideologia, no debate marxista, além de contar com as concepções dos pais fundadores do comunismo, Marx e Engels, foi objeto de conceituação dos mais eminentes intelectuais pós-Marx. Cabe destacar nesse sentido nomes como Louis Althusser, Antonio Gramsci e György Lukács. Como é impossível, nestas linhas, recuperar todo o debate acerca da categoria ideologia, advoga-se o conceito lukacsiano. Para Lukács, “a ideologia, tanto na sua concepção mais ampla quanto na mais restrita, portanto, é uma *função social específica*, e não um conjunto de ideias que se caracterizam por ser mais ou menos verdadeiras” (LESSA, 2007, p.73). Um amplo debate acerca das ideologias no conhecimento científico-social nos foi ofertada pelo pensador franco-brasileiro Michael Löwy (*As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. Tradução Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Léwy. 5. Ed. rev. São Paulo: Cortez, 1994). Do ponto de vista histórico-filosófico, destaca-se o trabalho de Marilena Chauí (*O que é ideologia*. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 2008).

⁴³ Na visão de Majid Rahnema (2000), somente após a expansão da economia mercantil, da urbanização e da monetização da sociedade, que levaram ao empobrecimento massivo, é que os pobres passaram a ser definidos como carentes em relação aquilo que os ricos possuem em termos de dinheiro e posse. Sendo assim, nem sempre a pobreza foi entendida como oposto de riqueza. Apenas quando uma cifra econômica, o PIB per capita por exemplo, começa a definir o que é pobreza ou subdesenvolvimento, é que governos, instituições, empresas, operacionalizam programas assistenciais e imputam necessidades.

⁴⁴ A pensadora pós-desenvolvimentista alemã Marianne Gronemeyer (2000, p.18-39) promoveu uma incisiva crítica ao conceito de ajuda. Para ela a ajuda “é uma forma de manter o cabresto na boca dos subordinados sem deixar que eles sintam o poder de quem os está dirigindo”. Ela aponta ainda que a ajuda “é abertamente calculista. Na maioria das vezes tem como base um cálculo minucioso das possibilidades de vantagem própria e não uma preocupação desinteressada com a necessidade alheia” (p.19). Para a Gronemeyer, “a ajuda modernizada só pode ser compreendida como a ajuda que se dá ao processo de modernização. Ajuda moderna é a modernidade ajudando a si mesma” (p.26).

dívida. Estes dois mecanismos, o pagamento das importações e o serviço da dívida, são formas de conquista dos países empobrecidos pelo capitalismo.

Todo este contexto de articulação entre subdesenvolvimento, planejamento e pobreza, levou os economistas a se interessarem por problemas do espaço, enquanto que os geógrafos se interessaram por problemas econômicos. Mas, para o geógrafo brasileiro, tanto a economia ladeou o espaço social, quanto a nova ciência espacial baseou-se numa ciência econômica a-espacial.

Foi assim que se chegou ao paradoxo de uma ciência regional desprovida da natureza e do homem. Seja ela chamada de análise regional, de ciência regional, de economia espacial, de geografia ou de urbanismo, o capitalismo dela se beneficia. Na verdade, não se trata de uma ciência enquanto tal, mas de uma verdadeira ideologia espacial, que muda de acordo com as necessidades do sistema (SANTOS, 2011, p.20).

Vemos que Milton põe a questão do planejamento em termos ideológicos: o planejamento capitalista é ideológico porque remete a uma *falsa consciência*: “*falsa*, na exata escala em que não pode reconhecer a sua própria historicidade [...] mas igualmente *consciência*, na precisa medida em que fornece um certo tipo de *conhecimento* que permite aos homens e mulheres moverem-se na sua vida cotidiana” (NETTO, 2010, p.266). É preciso esclarecer que um problema como a pobreza é um dado da realidade. Por ser um dado da realidade, cabe à ciência revelar a pobreza tal como ela é objetivamente. O conhecimento dessa realidade é o que permite a produção de um conhecimento *científico* sobre a própria realidade estudada: é o caso do planejamento. Ora, mas a construção de um conhecimento científico sobre a realidade (não importando se é o planejamento, a economia ou a geografia) *não* significa que a burguesia, por exemplo, esteja interdita de produzir *toda e qualquer* ciência. O conhecimento científico tem por objetivo desvendar o real. Mas isso *não* impede que a burguesia produza ciência ou ainda que ela forneça *certo tipo de conhecimento* com o objetivo de influenciar a produção de necessidades na reprodução social: a sociedade moderna, que tem como uma de suas determinações o *consumo*, está prenhe de objetos eletrônicos (*iphones, ipods, tablets*, etc.) que se constituem tanto em *necessidades* e *possibilidades* de *negação* ou *afirmação* da própria sociedade burguesa. Indivíduos comuns, populares, podem se apropriar das técnicas e tecnologias modernas com o intuito de *negar* a sociedade burguesa. Da mesma forma, um apologista da ordem capitalista pode utilizar do mesmo artifício, a produção de tecnologias, para *endeusar* a sociedade de mercado e, assim, influenciar a opinião pública acerca do desenvolvimento econômico.

Voltando mais diretamente à relação entre economia-espço-ciência regional. O geógrafo brasileiro vai argumentar que, se os economistas começaram a se interessar pelo espaço, a ciência regional vai ter a tarefa de disseminar o capital em vários espaços nacionais.

Existem muitos exemplos da contribuição da ciência regional, da geografia e do planejamento regional para a difusão do capital; é o caso da popularização de teorias tais como a dos lugares centrais, a dos pólos de crescimento, a da descentralização e desconcentração industrial das grandes cidades, a industrialização deliberada e descentralização concentrada (SANTOS, 2011, p.21).

O que Milton Santos de fato condena é a *aplicação* da ciência, especificamente da geografia e do planejamento, na difusão e *expansão* do capital. A difusão do capital, seu espraiamento, faz com que o planejamento e a geografia se tornem “ideológicos”, ou seja, produtores de uma *falsa consciência*. É este fato que o geógrafo brasileiro desaprova (ele não quer uma geografia à serviço do capital). Milton Santos quer, com efeito, ao dizer que o planejamento produz a pobreza e o subdesenvolvimento, que reconheçamos a historicidade do planejamento capitalista. Ademais, e nesse caso o argumento pode se estender à geografia, a assimilação da *ideologia do planejamento* produz um conhecimento sobre os problemas do mundo e da vida cotidiana que orientam os seres humanos.

Destarte, para o geógrafo brasileiro, o impulso do planejamento é a acumulação. O Estado enquanto fornecedor das grandes obras, a modernização de áreas rurais, o desenvolvimento de monopólios e a ideia de progresso são determinações que tornam concreto a necessidade do planejamento capitalista. Consequentemente, para Milton Santos, a *pobreza planejada é fruto da modernização capitalista* (SANTOS, 2011).

No setor público, gastos de infraestrutura terão que ser aumentados às expensas dos investimentos sociais, as áreas rurais terão que ser modernizadas enquanto que se mantêm os baixos salários nas cidades, o estabelecimento de mercados comuns e a transferência aberta ou disfarçada de tecnologias de uso intensivo de capital deverão ser estimulados. Infraestruturas fornecidas pelo Estado também ajudam a trazer indústrias poluidoras que países desenvolvidos não mais desejam. Então, novos investimentos serão necessários para despoluir. Estes novos problemas ambientais podem bem tornar-se um golfo de investimentos, suficientemente amplo para substituir gastos bélicos (SANTOS, 2011, p.29-30).

O geógrafo brasileiro nos oferta uma compreensão do *modus operandi da produção da pobreza*. E, nesse caso, o Estado é o veículo fundamental da acumulação da riqueza nas mãos dos capitalistas. O Estado é o indutor da *industrialização*, promotor das *políticas de desenvolvimento*, *financiador das grandes firmas* e *fornecedor de infraestruturas* (SANTOS, 2008, p.161-183). A modernização das áreas rurais,

[...] contribuirá para a especialização regional e para a introdução de novos modelos de consumo que possibilitarão a difusão ou a expansão de uma economia monetária. A necessidade de capital será aprofundada juntamente com uma tendência para o assalariamento e com uma diminuição da mão-de-obra rural. A “Revolução Verde” ainda é recomendada, apesar do fato, geralmente reconhecido, de que ela implicou a formação ou consolidação de uma burguesia agrária e a proletarização de camponeses (SANTOS, 2011, p.30-31).

De fato, essa modernização é tornar capitalista. A modernização de áreas rurais, sejam elas indígenas ou camponesas, tem implicado a configuração de regiões voltadas para a *especialização produtiva* (JOLY, 2007). Ou seja, a modernização no campo implica a produção de recortes geográficos, de territórios, que são convertidos à propriedade privada e à produção de uma única *mercadoria* (eucalipto para a produção de papel e celulose, soja, cana-de-açúcar, laranja, etc.).

Finalmente, Milton Santos aponta que o planejamento capitalista é farsante posto que os seus projetos de desenvolvimento alienam os oprimidos e os tornam miseráveis. É importante que fique claro que o geógrafo brasileiro condena não *o planejamento como um todo*, mas o planejamento *capitalista*:

Esse trabalho não deve ser tomado por algo que ele não é: uma profissão de fé antiplanejamento. Condenamos simplesmente aquele planejamento que é o do capital. Desejamos vê-lo substituído por outro basicamente preocupado com a sociedade como um todo e não com aqueles já privilegiados (SANTOS, 2011, p.34).

Podemos fazer uma comparação com outro intelectual que dissertou sobre planejamento. O antropólogo colombiano Arturo Escobar (2000, p.214) concebe o planejamento como uma “técnica essencial para o desenvolvimento”. Não irei me alongar. Mas é interessante perceber como as matrizes teóricas e metodológicas divergem sobre o mesmo problema (o planejamento). Enquanto Milton Santos parte de um referencial marxista, Arturo Escobar parte de um referencial foucaultiano/pós-estruturalista. Se o desenvolvimento é obsoleto, o planejamento também o é porque este é uma técnica daquele. É essa a posição de Escobar. Na outra ponta, o geógrafo brasileiro condena a *capitalização do planejamento*, o planejamento que serve ao capital. Ora, a diferença entre os dois é gritante. Escobar é incapaz de conceber outro tipo de planejamento, já que o desenvolvimento é uma invenção/construção discursiva; Milton Santos, por sua vez, consegue claramente conceber outro tipo de planejamento, um planejamento voltado para a massa de mediocrizados pelo capitalismo.

4.3 Horieste Gomes: *Geografia e Subdesenvolvimento*

Nos fins dos anos 1980, precisamente em 1987, o geógrafo brasileiro Horieste Gomes publica um artigo, no boletim goiano de geografia, intitulado *Geografia e subdesenvolvimento*. Como o próprio título demonstra, não está mais posta a perspectiva de se fazer uma Geografia *do* subdesenvolvimento, tal como fez Yves Lacoste, muito menos de se analisar o papel do planejamento na produção da pobreza, como fez Milton Santos, mas sim estabelecer uma conjunção entre geografia *e* subdesenvolvimento.

Horieste vai então sondar quais são os limites da interdependência desenvolvimento-subdesenvolvimento:

Nosso primeiro passo é situar o chamado desenvolvimento capitalista no contexto do subdesenvolvimento e vice-versa. Isto significa que jamais poderemos dissociar os dois componentes, tendo em vista que um - o desenvolvimento capitalista - é causa determinante do outro - o subdesenvolvimento capitalista -, uma vez que a lei da interdependência (interação mútua) é deturpada pelos ideólogos do sistema, notadamente no plano econômico, e funciona somente a favor dos interesses dos desenvolvidos (GOMES, 1987, p.39).

Vemos aqui que o geógrafo brasileiro define o subdesenvolvimento como efeito do desenvolvimento capitalista. Se Yves Lacoste apontava como causas do subdesenvolvimento os poderes exorbitantes de minorias privilegiadas e a ausência de uma burguesia, para Gomes a causa do subdesenvolvimento é o próprio desenvolvimento. Avancemos:

A “interdependência capitalista” encontrámo-la na essência dos dois fatores que definem a interação mútua: autonomia e dependência. O primeiro, justificado pelo volume de capital e tecnologia disponível, assim como pelo poder de influência e decisão política do detentor dos meios de produção. O segundo, pela dependência ao trabalho, isto é à força mental e física do trabalhador para que ele produza a mercadoria revestida de valor de troca (idem, ibidem).

Em sua interpretação da interdependência capitalista (subdesenvolvimento-desenvolvimento) vemos que o geógrafo brasileiro distingue, por um lado, o desenvolvimento que se caracteriza pela *autonomia*⁴⁵ (capital, tecnologia disponível, poder de influência e decisão política, detentor dos meios de produção), e por outro, o subdesenvolvimento é

⁴⁵ Um posicionamento contrário é encontrado em Porto-Gonçalves (2006, p.81): “Des-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destes com a natureza; é não só separar os homens (e mulheres) da natureza como, também, separá-los entre si, individualizando-os. Não deixa de ser uma atualização do princípio romano - *divide et impera* - mais profunda ainda, na medida em que, ao *des-envolver*, envolve cada um (dos desterritorializados) numa nova configuração societária, a capitalista”.

marcado pelo fator dependência (em relação ao trabalho). Ora, mas esta leitura é equivocada porque qualifica o subdesenvolvimento como dependente do trabalho como se o desenvolvimento não fosse. Se concordamos com Marx acerca de que é o trabalho que produz capital, tecnologia, meios de produção, entre outros, não podemos compactuar com a visão de Gomes (1987).

Para concretização da interdependência entre desenvolvimento e subdesenvolvimento deve existir nos espaços nacionais:

- estruturas políticas subdesenvolvidas corruptas, corruptíveis e subservientes;
 - comunidades atrasadas, dotadas de baixo nível de consciência política, portanto, acríticas e alienadas do processo histórico transformador;
 - abundante potencial de recursos naturais (RN) renováveis e não renováveis, e de matérias-primas existentes no meio geográfico do mundo subdesenvolvido;
 - elevada mão-de obra disponível submetida a baixos salários, etc. (GOMES, 1987, p.39-40).
- O desenvolvimento das nações mais “afortunadas” no mundo capitalista é resultado, no fundamental, da atitude de rapina imposta sobre os não desenvolvidos (idem, p.40).

Horieste Gomes acerta no fundamental: não é possível compreender o desenvolvimento de nações “afortunadas”, como a Inglaterra, sem ponderar o papel da violência, da rapina na constituição desse desenvolvimento. Todavia ele vai cometer o erro que Lacoste não cometeu: *traduzir o subdesenvolvimento como apropriação dos bens* [por parte dos países desenvolvidos]. Por isso, ele vai recuar “ao longo da história, no corpo da gênese, do desenvolvimento e da crise geral do sistema capitalista” (idem, p.40) para *justificar uma identificação entre subdesenvolvimento e a violência da acumulação primitiva*⁴⁶:

Desde o nascer da propriedade privada dos meios de produção, e consequente surgimento da sociedade de classes que passa a concentrar em seu proveito, a riqueza produzida pelo trabalho do homem na proporção que o produtor-trabalhador vai perdendo os seus meios de produção. O capital comercial vai desintegrando a economia natural e o comerciante intermediário passa a comerciante açambarcador,

⁴⁶ A acumulação primitiva é uma “acumulação que não decorre do modo capitalista de produção, mas é seu ponto de partida” (MARX, 2011, p.827). Em *O Capital*, precisamente no Livro I Volume II Capítulo XXIV, o filósofo, economista, revolucionário alemão e principal teórico do comunismo, Karl Marx, promoveu uma análise do referido processo enquanto gênese do processo capitalista. Marx aponta a violência como marca registrada de tal processo que opôs proprietários de dinheiro e trabalhadores livres. A expropriação dos camponeses na Inglaterra, o saque dos bens da Igreja Católica com a Reforma, a pauperização do povo, a usurpação das terras que formaram a oligarquia, são todos momentos do movimento da acumulação primitiva. Além disso, Marx mostra como a lei se tornou veículo do roubo e da destituição de direitos, como a agricultura e a terra comunal foram desconectadas, a transformação da propriedade feudal em propriedade privada moderna e alienação fraudulenta dos domínios do Estado figuram entre os métodos da acumulação primitiva. Somem-se a isso as legislações contra os expropriados, as leis que rebaixavam salários, leis contra trabalhadores, o sistema colonial, a participação do cristianismo e a dívida pública como alavanca da acumulação primitiva.

metamorfoseando-se em empresário fornecedor, e, finalmente chega à condição de capitalista empresário. O resultado de tudo isso é que na sociedade uma minoria acumula, concentra e esbanja riquezas; a maioria é marginalizada e passa a viver, exclusivamente da força do seu próprio trabalho (idem, p.40-41).

Obviamente, não negamos o papel desempenhado pela assim chamada acumulação primitiva. Todavia, Yves Lacoste pontuou que o subdesenvolvimento é um fenômeno bem mais recente, precisamente originário do pós-Segunda Grande Guerra. Isso porque o *desenvolvimento das forças produtivas* alcançou níveis tão altos, se comparados em épocas não-capitalistas, que hoje, por exemplo, temos mais comida do que podemos comer. Temos condições necessárias para superar as necessidades básicas, mas o que nos entrava são as *relações capitalistas de produção* e não o desenvolvimento das forças produtivas. A carência não deveria mais existir porque vivemos em um mundo cercado de abundância, de superprodução, mas que contraditoriamente, em virtude das relações capitalistas de produção, se transforma em acumulação de riqueza de um lado e pobreza do outro.

Alguns pontos da interdependência entre desenvolvimento e subdesenvolvimento levantados pelo geógrafo brasileiro são importantes tais como: a política de arrocho salarial (obtenção de mais-valia, produção de mercadorias a baixo custo) a facilidade que empresas conseguem concessões de exploração e obtenção de empréstimos nos bancos nacionais.

Voltando ao centro do nosso objetivo, a compreensão do (sub)desenvolvimento em Horieste Gomes, encontraremos a seguir uma definição de subdesenvolvimento que põe o problema não nos termos lacosteanos (desequilíbrio interno entre crescimento econômico e populacional), mas na *perda de autonomia*: “**quanto ao subdesenvolvimento, a autonomia deixa de existir**, uma vez que a própria condição de subdesenvolvido elimina a possibilidade de situar-se independentemente” (GOMES, 1987, p.42, grifos meus).

A bem da verdade o subdesenvolvimento não é a perda de autonomia, mas sim uma condição em que os indivíduos que compõem a sociedade não conseguem realizar suas potencialidades humanas. Obviamente, não podemos requerer que no capitalismo as potencialidades humanas sejam exercidas em sua plenitude uma vez que haverá ainda exploração do homem pelo homem (o que elimina qualquer possibilidade de ética no capitalismo). Somente na superação do capitalismo podemos almejar uma independência e soberania em sua plenitude, porque esse estágio permite a real emergência de um autêntico reino da liberdade, reino do tempo livre, no qual os homens exercitariam todas as suas potencialidades, todas as suas faculdades.

Feitas estas considerações, Gomes (1987, p.43) vai analisar quais são os critérios de avaliação do subdesenvolvimento. Começa enumerando as teorias diferenciadas do desenvolvimento capitalista:

- a concepção que mantém os países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento nos parâmetros dos estádios históricos (Rostow);
- a teoria da modernização (Lipset) que joga na revolução técnico-científica como investimento maior para eliminar a contradição atraso-modernização, sendo que este último estágio será alcançado no momento em que se atinge à conciliação entre operário e patrão;
- a teoria da convergência (Meyer, Galbraith, Duverger, Sorokin, outros) que absolutiza o papel da ciência e da técnica para eliminar o subdesenvolvimento, e a contradição entre os dois sistemas opostos: capitalização automática do socialismo e socialização gradual, pacífica do capitalismo;
- teoria da sociedade pós-industrial.

Para o geógrafo brasileiro: “na essência dessas teorias há propósitos ideológicos bem definidos, sobressaindo-se como denominador comum o de buscar eliminar da relação dialética unidade-luta dos contrários esta última componente, a fim de que a unidade se mantenha como valor universal e identificada com a conciliação de classes, de sistemas” (idem, ibidem).

Então, quais seriam os critérios responsáveis pelo subdesenvolvimento dos povos?

- o papel do rendimento per capita ou do rendimento nacional bruto, identificando o subdesenvolvimento com quantitativos técnico-econômicos.
 - o nível de acumulação de capital, identificando o subdesenvolvimento com a insuficiência de capitais;
 - o fator demográfico, na acepção de crescimento acelerado, como impeditivo ao crescimento econômico;
 - o fator qualidade da mão-de-obra, que justifica o subdesenvolvimento em decorrência do baixo nível cultural, científico-tecnológico existentes no Terceiro Mundo;
 - critérios de ordem estrutural, que identifica o subdesenvolvimento com o dualismo dos setores econômicos;
 - fator classe empresarial, o subdesenvolvimento da **não** existência de uma classe empresarial super-dotada;
 - fator trocas internacionais, o subdesenvolvimento estaria embutido nas deficiências existentes na divisão do trabalho.
- No fundamental, o grande erro de todas essas e outras concepções reside no fato de terem sido elaboradas com base na economia de mercado dos países capitalistas (idem, p.44).

Vemos que há convergência entre Horieste Gomes e Yves Lacoste na medida em que ambos rechaçam a renda nacional como um critério qualificador da situação de subdesenvolvimento. Todavia, os dois geógrafos discordam quanto ao papel do fator demográfico. Para o geógrafo francês o subdesenvolvimento é o desequilíbrio interno entre o crescimento econômico e demográfico, como vimos. Já o geógrafo brasileiro considera um

equivoco conceber o fator demográfico como constitutivo do subdesenvolvimento. Todavia, tanto Gomes, quanto Lacoste, pensam que a causa profunda estaria na *não existência de uma classe empresarial* (a ausência de burguesia do que nos fala Yves Lacoste).

4.4 Germán Wettstein: *Subdesenvolvimento e Geografia*

Na mesma abordagem pensada por Horieste Gomes, o geógrafo uruguaio Germán Wettstein escreve, em 1992, uma coletânea de artigos que dá corpo ao livro *Subdesenvolvimento e Geografia*. Se Yves Lacoste propôs uma Geografia do Subdesenvolvimento, se Milton Santos advoga que o subdesenvolvimento e a pobreza são planejados, se Horieste Gomes propunha uma conjunção entre Geografia e subdesenvolvimento, o ponto de partida de Wettstein é o Subdesenvolvimento e não a Geografia.

Tal como Horieste Gomes, Germán Wettstein vai perscrutar as origens do desenvolvimento no próprio sistema capitalista apontando que a forma desenvolvimento/subdesenvolvimento tem como conteúdo relações de dominação/dependência.

É imprescindível levar isso em conta, pois só assim se pode conceber que as formações sociais existentes, atualmente, em todo o Terceiro Mundo, sejam o resultado do desenvolvimento histórico do sistema capitalista.

Além do mais, o sistema capitalista constitui uma unidade, isto é, um todo que precede as partes;

É um todo desigual, porém unitário, mesmo com suas diversidades e desigualdades, com uma forma de produção estritamente capitalista, no centro, e formações sociais matizadas na periferia.

O ponto-chave de qualquer enfoque teórico (ou teórico-prático) é explicar e compreender o significado do alcance da dominação do modo capitalista sobre os outros e como essa dominação constitui a base da unidade.

Somente se partirmos dessa situação de dominação, poderemos superar a idéia de desenvolvimento implícita na sociedade capitalista (e que se poderia assimilar à idéia do “progresso” do liberalismo); ou seja, a melhoria acumulativa natural e inevitável que somente uma catástrofe pode impedir; um perpétuo ir além, que se orientaria para uma maior riqueza e uma maior igualdade e que na época atual corresponderia à linha sempre ascendente do desenvolvimento científico e tecnológico. [...]

As economias e sociedades capitalistas e as economias e sociedades subdesenvolvidas mantêm, entre si, uma estrutura definida de relações de *dominação/dependência*, e não uma simples diferenciação de etapas ou estágios no sistema produtivo (WETTSTEIN, 1992, p.30-31).

Wettstein nos fornece uma explicação positiva quando desvincula o desenvolvimento e o subdesenvolvimento de uma compreensão linear (hoje subdesenvolvido, amanhã

desenvolvido). Pensando dialeticamente, o geógrafo uruguaio compreende os dois fenômenos diversos conformando uma totalidade, ou melhor, como uma *totalização em curso*.

Nesse sentido, o espaço geográfico do capitalismo é uma totalização em curso que revela como o capitalismo evolui de maneira desigual e contraditória, unificando em si desenvolvimento e subdesenvolvimento. Por isso, o geógrafo uruguaio chama nossa atenção para dois períodos e momentos do capitalismo:

O primeiro, foi a etapa da Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra e outros países da Europa ocidental no final do século XVIII (de 1750 em diante). A partir dessa etapa, fica determinada a divisão internacional entre países industrializados e países de economia agrária e tem início a exportação de capitais dos primeiros para os segundos.

A segunda etapa é a imperialista, de exportação maciça de capitais, motivada pela procura de maiores taxas de lucros.

Há um dado importante a considerar: os excedentes do capitalismo podiam continuar sendo utilizados no próprio centro, porém os salários baixos estão fora dele. O resultado direto da emigração internacional do capital monopolista (isto é, do imperialismo) é o *intercâmbio desigual*. Entretanto, graças a essa exportação de capitais foi possível instalar, fora dos grandes centros, uma produção moderna beneficiada com baixos salários. Foi nessa etapa imperialista, já em fins do século XIX, que se originou a situação de subdesenvolvimento.

Germán Wettstein situa a origem do subdesenvolvimento na etapa imperialista do capitalismo em fins do século XIX. Contudo, concordando com Yves Lacoste, o subdesenvolvimento é um fenômeno bem mais recente, precisamente originário do pós-Segunda Grande Guerra. Ademais, como assinala anteriormente, o *desenvolvimento das forças produtivas* alcançou níveis tão altos, se comparados em épocas não-capitalistas (ou do início do capitalismo), que hoje, por exemplo, temos mais comida do que podemos comer. Temos condições necessárias para superar as necessidades mais básicas (saúde, moradia, educação), mas o que nos entrava são as *relações capitalistas de produção* e não o desenvolvimento das forças produtivas. A carência não deveria mais existir porque vivemos em um mundo cercado de abundância, de superprodução, mas que contraditoriamente, em virtude das relações capitalistas de produção, se transforma em acumulação de riqueza de um lado e pobreza do outro.

Um critério da situação de subdesenvolvimento são os baixos salários oriundos do intercâmbio desigual com a exportação de capitais. A associação dominação/dependência é feita também para o par contraditório imperialismo/neocolonialismo ou ainda países industrializados/países de economia agrária.

Sendo assim, a situação de subdesenvolvimento para Wettstein é a condição de dependência no qual os países subdesenvolvidos se encontram. Tais países encontram-se em

tal situação não por uma “ausência de burguesia” como pensara Yves Lacoste, mas sim em virtude do papel desempenhado por aquilo que o geógrafo uruguaio chamou de *burguesias intermediárias*:

Se a chave para a sobrevivência do sistema é proporcionar mão-de-obra barata ao setor exportador, tem-se que assegurar, por todos os meios (econômicos e extra-econômicos, lícitos ou ilícitos), o domínio exercido pelas burguesias intermediárias: latifundiários, grandes comerciantes e burocratas cúmplices dentro do Estado (WETTSTEIN, 1992, p.33-34).

Wettstein toca em um ponto importante que é a sobrevivência do sistema capitalista tanto por meios lícitos ou ilícitos. Os meios ilícitos estão na raiz do que Marx qualificara como acumulação primitiva e, atualmente na mesma linha de raciocínio, Harvey qualificou como *acumulação por espoliação*⁴⁷.

Além disso, diferentemente de Horieste Gomes e Yves Lacoste que relacionaram como causa do subdesenvolvimento a *não-existência* de uma classe empresarial, a burguesia, Wettstein salienta para a existência da citada burguesia intermediária.

A análise do geógrafo uruguaio *coloca sob a mesma classe sujeitos sociais diferentes*. É o que ele faz quando qualifica como burguesia intermediária os latifundiários. Marx foi claro ao distinguir as três grandes classes sociais da moderna sociedade capitalista:

Os proprietários de mera força de trabalho, os de capital e os de terra, os que têm por fonte de receita, respectivamente, salário, lucro e renda fundiária, em suma, os assalariados, os capitalistas e os proprietários de terras, constituem as três grandes classes da sociedade moderna baseada no modo capitalista de produção (MARX, 2008, p.1163).

Nesse sentido, os latifundiários são proprietários de terra e não burgueses. Conforme sugerem os argumentos expostos no texto, a compreensão de Wettstein está imersa na tese de que na sociedade capitalista existam *apenas duas classes sociais*, burguesia, e seu par antagônico, o proletariado.⁴⁸ Não é a toa que o geógrafo uruguaio escreve:

É importante deixar claro que para os terceiro-mundistas, portanto, que enquanto *em uma economia autocentrada existe uma relação orgânica entre a burguesia e o proletariado* (ambos estão integrados em uma mesma realidade que é a nação), *em*

⁴⁷ Para o geógrafo marxista David Harvey a acumulação por espoliação inclui a criação de novos mecanismos de acumulação além daqueles salientados por Marx no capítulo da *Acumulação Primitiva*. Os novos mecanismos são: Acordo TRIPS (*Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*), biopirataria, mercadificação da natureza, privatização de bens públicos, regressão dos estatutos regulatórios destinados a proteger o trabalho.

⁴⁸ Tese partilhada por vários teóricos: Lênin (1982), Kautsky (1980), Hobsbawm (1995) e, no Brasil, Ricardo Abramoway (1998).

uma economia periférica não se verifica essa unidade dos opostos dentro do quadro nacional, mas sim fora dele, em nível mundial (WETTSTEIN, 1992, p.34).

Como se vê, o campesinato não aparece como uma classe e está ausente do quadro analítico de Wettstein. Os latifundiários, por sua vez, aparecem como “burguesia intermediária”. Destarte, o subdesenvolvimento, a dependência, é resolvida por uma maior relação orgânica entre a burguesia e o proletariado no quadro nacional.

É claro que o quadro nacional não está dissociado do plano internacional. E aqui o geógrafo uruguaio advoga a noção de *intercâmbio desigual*: “O intercâmbio internacional define-se como a troca de bens entre formações sociais diferentes. Ele é desigual quando a diferença entre as remunerações do trabalho é superior à que caracteriza as produtivas” (idem, *ibidem*). Mas como superar esse intercâmbio?

Estruturalmente, as opções parecem ser apenas duas: o reformismo ou as transformações parciais capazes de promover a renovação das alianças com o imperialismo através das burguesias periféricas modernizadas; ou a ruptura dos laços de dependência com o sistema capitalista no plano internacional, como condição inexorável para eliminar a forma de produção capitalista dependente no plano interior. Primeiro passo para assumir a independência econômica plena e superar, assim, nossa condição de subdesenvolvimento (idem, p.37-38).

Para a primeira opção, Wettstein retoma a ideia de uma aliança entre as burguesias periféricas modernizadas e o imperialismo. Cabe destacar que este raciocínio se *aproxima* da visão que prevaleceu na II Internacional. *Aproxima-se* no que tange ao poder delegado às burguesias nacionais como classe capaz de fazer as reformas necessárias nos países subdesenvolvidos. Porém, é bom deixar claro que Wettstein (idem, p.151) discorda “dos que na América Latina falam sobre o modo de produção feudal”. Dessa maneira, com as burguesias nacionais (periféricas modernizadoras) à frente da revolução democrática seria possibilitado o desenvolvimento das forças produtivas culminando na revolução socialista liderada pelo proletariado.

Não obstante, na segunda opção, a ruptura acontece apenas no plano *internacional*, que, conseqüentemente, desemboca na inexorabilidade da superação da forma capitalista no plano *interior* (nacional).

Desse modo estamos diante de um paradoxo. A independência econômica vem de alguma dessas duas opções levantadas por Wettstein. No entanto, a segunda e primeira opção estão em contradição. Na primeira opção é retomada a ideia do papel da burguesia *nacional*. Na segunda opção a ruptura se dá no plano *internacional*. A questão é como romper no plano

internacional com o capitalismo sem necessitar da burguesia nacional já que o geógrafo uruguaio não abre a possibilidade de uma revolução camponesa?

Até agora vimos como Wettstein constrói sua argumentação relativa ao subdesenvolvimento como uma situação de dependência. Essa situação de dependência econômico-política diz respeito à relação de dominação que os países desenvolvidos exercem sobre os países ditos de Terceiro Mundo. Mas dizer que desenvolvimento é dominação não responde totalmente a questão. Assim, o que seria desenvolvimento para o geógrafo uruguaio? E mais do que isso quais são os imperativos do desenvolvimento?

Entendo por desenvolvimento o processo de afirmação integral de uma sociedade - na política, na economia e no sócio-cultural - até alcançar sua conversão e consolidação como nação, com poder de decisão sobre seu futuro.

Este processo consiste em manter equilibrado o jogo entre os parâmetros internos e os internacionais.

Compartilho com Frank da Costa (1978), diplomata brasileiro, seus *doze mandamentos* orientadores do verdadeiro desenvolvimento.

1. **Deve ser total.** Não é suficiente o crescimento econômico se ele não atende às exigências sociais e culturais dos povos [...].
2. **Deve ser original.** Respeitar as peculiaridades de cada sociedade e, portanto, apropriado aos objetivos nacionais.
3. **Deve ser autodeterminado.** O tão reclamado respeito à autodeterminação dos povos acaba por permitir-lhes exercer seu livre-arbítrio para escolher a modalidade de desenvolvimento de melhor conveniência a cada sociedade nacional.
4. **Deve ser autogerado e cooperativo a um só tempo.** Há de partir-se sempre da utilização plena de todos os recursos internos, juntamente com a execução de um projeto específico do país.
5. **Deve ser integrado** e não simplesmente setorial. Isto é, não deve estar submetido às mudanças caprichosas dos projetos de desenvolvimento próprios das empresas transnacionais.
6. **Deve respeitar o que o rodeia,** não apenas visando à proteção ecológica e ambiental, mas salvaguardando o patrimônio nacional.
7. **Deve ser planejado.** O desenvolvimento que necessitamos e desejamos não pode depender do livre jogo das forças econômicas e, menos ainda, se elas estão regidas pelas leis da oferta e da procura.
8. **Deve visar à ordem social justa e equitativa.** Ponto-chave a ser definido claramente, porque, considerando a atual situação de quase todos países latino-americanos, essa equidade não será obtida sem mudanças estruturais.
9. **Deve ser democrático.** Exigência imprescindível para enfrentar a tendência tão em voga de priorizar metas científicas e tecnológicas capazes de fomentar o elitismo social.
10. **Não deve isolar os países ou regiões menos desenvolvidos.** Caminha-se perigosamente nessa direção, isto é, de delimitação de áreas de subdesenvolvimento forçado semelhantes às conhecidas “reservas” de população indígena nos Estados Unidos.
11. **Deve ser inovador.** A busca persistente de um “novo desenvolvimento” (que inclui desde as formas peculiares de “economia informal” ao fomento de tecnologias populares de alternativa), aspira, precisamente, estimular a criatividade.
12. **A planificação do desenvolvimento deve basear-se em uma defesa realista das necessidades nacionais.** [...] reitera a exigência de atender às possibilidades próprias de cada país, para fomentar sua capacidade de acumulação e a correta inversão dos excedentes.

Os imperativos do desenvolvimento listados por Wettstein nos permitem avaliar que suas caracterizações estão associadas àquilo que de melhor o espírito humano produziu e não podem ser reduzidos à *forma* capitalista.

Desenvolvimento, portanto, não pode ser reduzido ao crescimento econômico apesar de estar inexoravelmente ligado a ele. Deve ser visto como um recuo das barreiras naturais, a socialização da natureza, o progresso da sociabilidade e suas formas de objetivação (seja pelo trabalho ou pela arte), o grau de esferas constitutivas da totalidade (economia, artes, política, moral, ciência, etc.), a diminuição do tempo de trabalho necessário à produção e reprodução da existência (desenvolvimento das forças produtivas), a formação do gênero humano, a utilização plena e racional dos recursos naturais que objetiva suprir as necessidades e realizar as possibilidades dos seres humanos.

Wettstein escapa, assim, de qualquer formalismo na exata medida em que pontua as peculiaridades sociais e os objetivos nacionais como a especificidade do universal desenvolvimentista. Cada sociedade nacional está apta a deliberar sua melhor forma de desenvolver-se desde que implique o atendimento total das necessidades básicas da população. No entanto, Wettstein coloca as questões a partir do nível nacional e não do ponto de vista de classe.

O geógrafo uruguaio se distancia de Milton Santos para quem o subdesenvolvimento era algo planejado, assim como a pobreza. Mas, Wettstein aproxima-se da trilha deixada por Lacoste para quem o subdesenvolvimento é superado com um esforço de desenvolvimento. Este esforço deve envolver todas as nações no intuito de articular agricultura, indústria e comércio pela via do planejamento de Estado.

Na visão de Wettstein, o Estado é um instrumento fundamental para garantir uma melhoria social. Em que pese o mercado ter se transformado como lócus político-econômico, o Estado, na concepção de Wettstein, deve ser a principal ferramenta política de controle econômico.

O desenvolvimento, por isso tudo, é uma condição do *progresso*⁴⁹ humano no qual há uma utilização plena e racional dos recursos naturais que objetiva suprir as necessidades

⁴⁹ Nas belas palavras do eminente geógrafo anarquista Élisée Reclus (2011b, p.52): “O progresso consciente não é um funcionamento normal da sociedade, um ato de crescimento análogo àquele da planta ou do animal; ele não desabrocha como uma flor, mas se compreende como um ato coletivo da vontade social, que chega à consciência dos interesses solidários da humanidade e os satisfaz pouco a pouco e com método, consolidando-se tanto mais porque essa vontade cerca-se de novas aquisições”. Comentando o tema do progresso em Reclus, o não menos eminente geógrafo brasileiro Manuel Correia de Andrade (1985, p.19) nos conta que “Reclus, porém, fez notar, na *Nouvelle géographie universelle*, que o progresso que trazia benefícios incalculáveis às classes dominantes trazia também, em contrapartida, desvantagens, sobretudo para as populações pobres e para os países colonizados. Em outros estudos ele mostrou, com casos específicos, a miséria, que se propagava nas cidades

básicas das populações com o intuito de transformar quantitativamente e qualitativamente a própria sociedade, seu espaço, sua história, enfim, o gênero humano.

4.5 Porto-Gonçalves: *desenvolvimento, tecnociência e poder*

O geógrafo brasileiro Carlos Walter Porto-Gonçalves tem se destacado no cenário nacional e latino-americano como um dos expoentes da ecologia política ao lado de nomes como o epistemólogo mexicano Enrique Leff e o antropólogo colombiano Arturo Escobar. Porto-Gonçalves é autor de obras que põem a questão ambiental no centro da discussão de nossos tempos, como é o caso de *O desafio ambiental*; *Os descaminhos do meio ambiente*; *Amazônia, Amazônias*; e *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Neste último livro, Carlos Walter buscou desvendar a relação existente entre globalização e natureza tomando como base teórica o pensamento *pós-colonial*⁵⁰. Utilizando diretamente o léxico pós-colonial, Porto-Gonçalves ao longo do livro mostra como se *construiu* o sistema-mundo moderno-colonial pautado num *discurso*⁵¹ de superioridade eurocêntrica que pauta a *racionalidade* capitalista. A abordagem de Carlos Walter é notadamente imbricada de relações entre a *diversidade cultural* e a geopolítica do *poder* que nos incita a re-significar questões do capitalismo global agora sob uma ótica pós-moderna, não dialética⁵², que toma

industriais à proporção que elas cresciam e que camponeses vindos do meio rural se acumulavam em seus arredores, em condições miseráveis”.

⁵⁰ Para uma aproximação ao pensamento pós-colonial recomenda-se a leitura de Lander (2005). O livro traz uma série de artigos com pensadores pós-coloniais que se propõe a re-pensar as ciências sociais na América Latina para além da perspectiva moderno-colonial do eurocentrismo.

⁵¹ Indubitavelmente a categoria discurso é central nas abordagens pós-coloniais tal qual a do geógrafo aqui em tela. A abordagem discursiva nasceu com o filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) quando este propõe o exame desta função, discurso, como fonte/objeto de saber. Não a toa assim ofertou-nos Foucault (2009, p.10) uma definição: “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. O filósofo brasileiro Carlos Nelson Coutinho (2010, p.56) bem qualificou o discurso foucaultiano como o “exame das regras formais do conhecimento”. Conhecimento este que só é passível de apropriação e entendimento abstraído-se as contradições da realidade na qual o próprio discurso se forma. Na mesma linha de raciocínio concordamos com a afirmação de Mavi Rodrigues (2006, p.158, nota 165): “Em *Ordem do Discurso*, aula inaugural no *Collège de France*, pronunciada em dezembro de 1970, não é a origem do discurso que interessa a Foucault, mas a descrição de seu modo de funcionamento. Tanto é assim que em nenhum momento o filósofo busca elucidar os determinantes de sua produção ou os seus sujeitos. Aliás funcionando como um ente abstrato que abarca tudo, o discurso toma o lugar do sujeito e da realidade objetiva [...]”.

⁵² Aliás, a ausência de dialética é uma marca dos estudos pós-coloniais. Vejamos o caso de Fernando Coronil (2005). Este teórico aponta a existência de uma dialética binária entre capital e trabalho e, segundo Barcelos (2010), propõe uma *fórmula trinária*, uma *dialética tripla*, que foge da lógica dicotômica entre capital e trabalho, pois acrescenta a natureza. Trata-se de uma concepção totalmente *discutível* de dialética que pensa que torna a dialética “mais dialética” acrescentando a dimensão natural. Marx, o maior dos dialéticos, jamais ficou precisando escrever e/ou acrescentar a natureza e/ou o espaço a todo instante em suas formulações. Um exemplo corriqueiro: “E todo progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo; e todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradouras dessa fertilidade” (MARX, 2010, p.571).

como categorias analíticas gênero, raça, sexo, etnia, identidade. Em verdade, é uma busca discursiva de *reapropriação social da natureza* que por vezes romantiza o debate. Na parte aqui analisada, “Desenvolvimento, tecnociência e poder”, nos restringiremos à busca de um diálogo com o autor na perspectiva da crítica como aproximação apontando seus limites, possibilidades e perspectivas.

A ideia central é *dominação da natureza*: “Afim, a ideia de progresso e, sua versão mais atual, desenvolvimento é, rigorosamente, sinônimo de *dominação da natureza*” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.61). Por meio desta ideia, Porto-Gonçalves busca mostrar como se articula discursivamente a revolução científica e tecnológica nas relações sociais e de poder culminando na atual questão ambiental.

Um primeiro problema com esta perspectiva é equalizar *progresso*⁵³ com dominação da natureza. A concepção de progresso⁵⁴ do geógrafo em tela está em perfeita sintonia com a definição fornecida por Costa (2008, p.89), que corresponde a um crescimento econômico infinito e à prosperidade, através, entre outros, do uso ilimitado de recursos naturais.

Todavia, numa perspectiva totalmente diferente, o filósofo marxista húngaro György Lukács oferta-nos, na tessitura do debate, uma conceituação distinta do termo:

Filosoficamente, o conceito de progresso pressupõe a descoberta de tendências que, na sociedade, garantam um contínuo - embora não uniforme - acréscimo de valores humanos. Uma tal concepção filosófica implica a aspiração a um estado ideal (donde um progresso infinito, como o concebeu Kant) ou o ingresso num estágio qualitativamente diferente dos anteriores, que assegure o desenvolvimento das faculdades ‘naturais’ da humanidade (o capitalismo na economia clássica, objetivos da Ilustração e da Revolução Francesa etc.); em qualquer caso, trata-se sempre de um desenvolvimento mais alto que se opera na própria realidade (LUKÁCS, 2009, p.35).

⁵³ Em sua essência, o progresso humano consiste em encontrar o conjunto dos interesses e das vontades comum a todos os povos; confunde-se com a solidariedade. De início, ele deve visar à economia, bem diferente nisto da natureza primitiva, que prodigaliza as sementes de vida com tão extraordinária abundância (RECLUS, 2011b, p.53).

⁵⁴ “Ora, um progresso nunca vem sozinho; ele completa-se, repercute-se em outros progressos no conjunto da evolução social. Assim que o senso de justiça for satisfeito pela participação de todos nos haveres materiais e intelectuais da humanidade, disso resultará para cada homem um singular alívio da consciência, pois o estado de desigualdade cruel, que cumula atualmente uns de riquezas supérfluas enquanto priva os outros até mesmo da esperança, pesa como um remorso consciente ou inconsciente, nas almas humanas, sobretudo naquelas dos felizes, e mistura sempre um veneno às suas alegrias. O mais importante elemento de pacificação seria que ninguém causasse mal a seu próximo, pois está em nossa natureza odiar aqueles que lesamos e amar aqueles cuja presença lembra nosso próprio mérito. As consequências morais desse ato muito simples de justiça: garantir a todos o pão e a instrução, seriam incalculáveis” (RECLUS, 2011b, p.60).

A definição lukacsiana de progresso⁵⁵ é muito mais rica e complexa se compararmos com a definição anterior. Isto porque para Lukács o progresso social está para além da base meramente econômica, sem, é claro, prescindir dela. É uma concepção que se arvora nas melhores tradições do Iluminismo (humanismo, historicismo, razão dialética). O progresso em termos lukacsianos tem, notadamente, uma base econômica na qual se desenvolvem as forças produtivas, mas só torna-se verdadeiramente progresso na exata medida em que a humanidade entra em um estágio qualitativamente diferente e superior em relação aos anteriores vivenciados. Nesse sentido, o escravismo representou um progresso em relação ao comunismo primitivo, da mesma forma que o feudalismo representou para o escravismo e que o capitalismo representou para o feudalismo⁵⁶. Nas palavras lúcidas de Lukács (2009, p.238-239):

O homem deixa a condição de ser natural para tornar-se pessoa humana, transforma-se de espécie animal que alcançou um certo grau de desenvolvimento relativamente elevado em gênero humano, em humanidade. Tudo isso é o produto das séries causais que surgem no conjunto da sociedade. O processo em si não tem uma finalidade. Seu desenvolvimento no sentido de níveis superiores contém, por isso, a ativação de contradições de tipo cada vez mais elevado, cada vez mais fundamental. O progresso é decerto uma síntese das atividades humanas, mas não o aperfeiçoamento delas de acordo com uma teleologia qualquer: por isso, tal desenvolvimento destrói continuamente os resultados primitivos que, embora belos, são economicamente limitados; por isso, o progresso econômico objetivo aparece sempre sob a forma de novos conflitos sociais. É assim que surgem, a partir da comunidade primitiva dos homens, antinomias aparentemente insolúveis, isto é, as oposições de classe, de modo que até mesmo as piores formas de inumanidade são o resultado desse progresso. Em seus inícios, a escravidão constitui um progresso em relação ao canibalismo; hoje, a generalização da alienação dos homens é um sintoma do fato de que o desenvolvimento econômico está em vias de revolucionar a relação do homem com o trabalho.

Por isso tudo, quando se fala em *dominação* é reforçada a *dissociação* entre o homem e a natureza na medida em que ambos estão em mundos opostos. A natureza como sendo algo ideal (filosoficamente, eticamente, politicamente) e a sociedade como corrupção dos valores

⁵⁵ “Ordenar os continentes, os mares e a atmosfera que nos envolve, “cultivar nosso jardim” terrestre, distribuir novamente e regular as convivialidades para favorecer cada vida individual de planta animal ou homem, adquirir definitivamente consciência de nossa humanidade solidária, fazendo corpo com o próprio planeta, abranger com o olhar nossas origens, nosso presente, nosso objetivo próximo, nosso ideal distante, é nisso que consiste o progresso” (RECLUS, 2011b, p.70).

⁵⁶ Não nego, assim como é perceptível nos escritos de Marx e Lukács que sou adepto, *não* de uma teoria evolucionista da história, mas sim de uma teoria *evolutiva* da história. É por isso que penso que o escravismo representou um progresso em relação ao comunismo primitivo, da mesma forma que o feudalismo representou para o escravismo e que o capitalismo representou para o feudalismo. Um pensador evolucionista suprimiria as contradições da realidade (as guerras, as fomes, etc.) que culminaram contraditoriamente em estágios qualitativamente diferentes e superiores em relação aos anteriormente vivenciados. É este caráter contraditório da realidade, a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, que evidenciam a *possibilidade objetiva* do socialismo.

cria uma verdadeira dualidade entre homem e natureza, da mesma forma que Marx e Engels (2007, p.66-67) apontaram na *Ideologia Alemã* a oposição entre Natureza e História:

Até agora, toda a concepção histórica tem omitido completamente a base real da história, pois a tem considerado como algo secundário, sem qualquer vinculação com o curso da história. Resultam daí noções de que a história deva sempre ser escrita de acordo com um critério localizado fora dela. A produção real da vida aparece como se estivesse separada da vida comum, como alguma coisa extra e supraterrâneo. Por isso, as relações dos homens e natureza são excluídas da história, o que faz surgir a oposição entre natureza e história.

É justamente o dualismo, a separação entre mundo natural e mundo social que abre a possibilidade da discussão da dominação. Esta ideia é profundamente anti-dialética e romântica, na medida em que não fornece uma base material que coloque no centro a relação indissociável entre história humana e história natural, mediada pelo trabalho, tal como os filósofos alemães perceberam.

Então, como poderia ser resolvido este imbróglio que opõe natureza e sociedade?

Encontramos uma saída oferecida por Smith e O’Keefe (1980) para este imbróglio que envolve a dualidade positivista da concepção da natureza que tem como base o materialismo histórico e a *relação* entre sociedade e natureza. E esta relação é o *processo de produção* pelo qual a natureza é modificada pelo homem. Pelo processo produtivo do trabalho o conteúdo da natureza tem sua forma alterada. A produção de valores de uso é, com o advento da produção capitalista, transformada em produção de valores. O capitalismo produz a natureza de modo progressivo e revolucionário na medida em que se desenvolve internacionalmente na busca de acumulação de capital. Além disso, Smith e O’Keefe (1980) salientam que:

Mas não apenas isso “segunda natureza” que é cada vez mais produzida como parte do modo de produção capitalista. A “primeira natureza” é também produzida. De fato a “segunda natureza” não é mais produzida a partir da primeira natureza, mas a primeira é produzida *pela* e dentro dos limites da segunda (p.35).
Atrás da vaga e mecânica “dominação da natureza”, encontramos, na realidade, a *produção* da natureza (p.36).

Como vê-se, a ideia de produção da natureza não reproduz o dualismo positivista entre natureza-sociedade, natureza-homem. Dualismo esse que a ideia de dominação de Porto-Gonçalves reproduz. E, como veremos, Porto-Gonçalves (2006, p.86) enxerga, pelo que foi analisado, em Francis Bacon (1561-1626) o pai da ideia de dominação da natureza. Em suas palavras:

Francis Bacon já havia afirmado que saber é poder, e deveríamos levar mais a sério sua assertiva. Bacon, inclusive, usou a tortura como metáfora para assinalar como deveríamos obter da natureza a verdade. A idéia de dominação da natureza, em torno da qual gira o imaginário moderno-colonial, está impregnada dessa relação de poder por meio do conhecimento científico.

Dessa forma, Porto-Gonçalves volta a introduzir a natureza como uma esfera passiva, torturável pelo espírito científico baconiano. O sociólogo John Bellamy Foster (2010) perscrutou por que Bacon é na Teoria Verde encarado como um verdadeiro inimigo. Em *A ecologia de Marx*, Foster diz que “o próprio Bacon afirmou que a maestria da natureza estava enraizada na compreensão e na obediência às suas leis” (2010, p.27). Não obstante, promovendo uma defesa do materialismo marxiano e buscando fugir da demonização da ciência por parte dos ecologistas que vêem em Bacon o pai da dominação da natureza, Foster (2010, p.26) sentencia:

Bacon é retratado como o principal proponente da “dominação da natureza” - tópico normalmente desenvolvido pela citação de determinados aforismos, sem qualquer consideração sistemática do pensamento dele. Daí a ideia da “dominação da natureza” ser tratada como uma perspectiva simples, diretamente antropocêntrica, característica do mecanicismo, à qual se pode opor uma visão romântica, organicista, vitalista, pós-moderna.

Foster, portanto, argumenta que Bacon não era sistematicamente um torturador da natureza, tampouco a via como uma esfera passiva. A defesa de Bacon para que se estude no “grande livro da natureza” é uma tentativa dele escapar à metafísica, bem como ao domínio da filosofia aristotélica e da escolástica, com vistas a uma ciência experimental atacando a superstição (POLITZER, 1986).

Dessa forma, a concepção de desenvolvimento de Porto-Gonçalves não tem sustentação porque o homem não domina em sua totalidade a natureza, mas sim a produz em constante relação com a própria, com seus objetos naturais (minerais, vegetais, etc.). E o homem, ao se apropriar dos objetos naturais, os traz para o campo da ação humana transformando a própria natureza e a si mesmo. Por negligenciar a transformação da natureza como própria transformação do homem enquanto humanização da natureza agora transformada que Porto-Gonçalves agora vai opor ambientalistas e progressistas: “Por fazerem a crítica a essa idéia-chave de desenvolvimento, os ambientalistas, com frequência, se vêem acusados de querer voltar ao passado, ao estado de natureza, enfim, de serem contra o progresso e o desenvolvimento” (2006, p.62).

De fato, é preciso negar esse evolucionismo linear do qual a humanidade sai de um estado de natureza e culmina numa sociedade civil. Essa oposição entre civilização e barbárie, natureza e sociedade, não nos serve como fulcro para um horizonte utópico de resolução das questões ecológicas. Mas o autor, como disse, opõe aos ambientalistas, os progressistas. Esta oposição reinsere o dualismo em outros termos: de um lado os que defendem a natureza e de outro os que defendem o progresso social (incluindo liberais e marxistas produtivistas). Assim, a dualidade se rigidifica. Como superar essa rigidez? Marx e Lukács nos fornecem uma resposta:

A Natureza é o *corpo inorgânico* do homem, ou seja, a Natureza na medida em que não é o próprio corpo humano. **O homem vive da Natureza**, ou também, a Natureza é o seu corpo, **com o qual tem de manter-se permanente intercâmbio para não morrer**. Afirmar que a vida física e espiritual do homem e a Natureza são interdependentes significa apenas que a Natureza se inter-relaciona consigo mesma, já que **o homem é uma parte da Natureza**. (MARX, 2006, p.116, grifos meus).

Quando Marx escreve que o homem vive da natureza significa dizer que a própria natureza é condição e suporte da realização da vida humana na terra. Não obstante à medida que o homem estabelece mediações com a natureza, via trabalho, a natureza é trabalhada, transformada pela atividade prática sensível do homem, o próprio trabalho. O trabalho é a mediação ontológica fundamental que garante a manutenção da vida na terra. A práxis criadora do trabalho é a práxis criadora da vida física e espiritual do homem, que, na sua condição de homem, necessita da natureza, relacionar-se com ela, apropriar-se dela para viver.

O homem é diretamente um ser da Natureza. Como ser natural e enquanto ser natural vivo é, por um lado, dotado de *poderes e faculdades naturais*, que nele existem como tendências e capacidades, como *pulsões*. Por outro lado, enquanto ser natural, corpóreo, sensível, objetivo, é um ser que *sofre*, condicionado e limitado, tal como o animal e a planta, quer dizer, os *objetos* das suas pulsões existem fora dele, como *objetos* independentes e, no entanto, tais objetos são *objetos* das suas *necessidades*, *objetos* essenciais, indispensáveis ao exercício e à confirmação das suas *faculdades*. Que o homem seja um ser *corpóreo*, dotado de forças naturais, vivo, real, sensível, objetivo, significa que ele tem *objetos reais*, *sensíveis*, como objetos do seu ser, ou que pode *exteriorizar* a própria existência só em objetos reais, sensíveis. *Ser* objetivo, natural, sensível e simultaneamente ter fora de si o objeto, a Natureza, o sentido para uma terceira pessoa, é a mesma coisa. [...]

Um ser, que não tenha a sua característica fora de si, não é nenhum ser *natural*, não participa do ser da Natureza. Um ser, que não tenha objeto fora de si, não é nenhum ser objetivo. Um ser que não seja ele próprio objeto para um terceiro ser, não tem existência para o respectivo objeto, quer dizer, não possui relação objetiva, o seu ser não é objetivo (MARX, 2006, p.182, grifos meus).

O que Porto-Gonçalves negligencia com sua visão romântica de dominação, é precisamente a relação ontológica que o Homem mantém com a natureza. Trata-se claramente de mostrar como a natureza é condição de objetivação⁵⁷ do próprio homem. A apropriação de objetos naturais externos ao corpo orgânico do homem faz com que o homem tenha a necessidade de se apropriar da natureza e de seus objetos para suprir suas necessidades naturais que, cada vez mais, quanto mais o homem transforma a natureza, tornam-se sociais, têm seu conteúdo alterado. Necessidades naturais tais quais comer, beber, ter abrigo, se tornam, crescentemente satisfeitas pelas mediações sociais. Dessa forma, o próprio corpo do homem, meramente natural, estritamente biológico, vai tornando-se social, socializado pelo trabalho em sociedade uma vez que crescentemente o homem participa da sociedade como espaço histórico das objetivações humanas.

Se Marx foi o pensador responsável por entender o trabalho como mediação ineliminável e constituinte do ser social⁵⁸, foi Lukács que melhor aprimorou a filosofia marxiana como uma verdadeira ontologia do ser social. Tendo como horizonte filosófico o conhecimento objetivo do ser social, Lukács (2012b, p.49, grifos meus), seguindo os passos do seu mestre, rejeita qualquer dicotomia entre homem-natureza, sociedade-natureza, natureza-história.

Deste modo, no plano ontológico objetivo, surge a nova constituição, já por nós descrita sob vários aspectos, da consciência humana, que deixa de ser um epifenômeno biológico e se torna um momento essencial ativo do ser social que está nascendo. Quando nos referimos, em casos diferentes, ao recuo das barreiras naturais provocado pelo trabalho, estava sempre presente esta nova função da consciência como portadora das posições teleológicas da práxis. No entanto, se queremos, a respeito desse complexo de problemas proceder com uma visão crítica ontologicamente rigorosa, devemos observar que **certamente se verifica um contínuo recuo da barreira natural, mas jamais se poderá chegar à sua supressão completa**. O homem, membro ativo da sociedade, motor de suas transformações e de seus movimentos progressivos, permanece, em sentido biológico, um ente ineliminavelmente natural: sua consciência, em sentido biológico, — apesar de todas as decisivas mudanças de função no plano ontológico — está indissociavelmente ligada ao processo de reprodução biológica do seu corpo; considerando a universalidade desta ligação, a base biológica da vida permanece intacta também na sociedade. Não importa quantas possibilidades diversas se possam introduzir neste processo, nada muda quanto à relação ontológica última da consciência com o processo vital do corpo.

Ora, quando Lukács diz que a consciência deixa de ser um epifenômeno biológico está justamente alertando-nos para o papel da consciência em servir ao homem, ao ser social. O ser

⁵⁷ “Toda riqueza produzida [...] nada mais é que o resultado da transformação de objetos da natureza em objetos para satisfazer necessidades humanas” (MORAES; COSTA, 1999, p.76).

⁵⁸ “Não existe o ser social sem o trabalho” (MORAES; COSTA, 1999, p.116).

social progride, pelo desenvolvimento do trabalho, a consciência progride, ou seja, o homem torna-se cada vez mais consciente de suas realizações. Esse tornar real é produto do ato teleológico humano-singular mediado pelo trabalho (a práxis criadora). Lukács acertadamente fala em recuo das barreiras naturais, mas não trata as barreiras como **obstáculos**⁵⁹ ao desenvolvimento do homem. Pelo contrário. A natureza é condição de objetivação/exteriorização do próprio homem, além de ser o suporte da realização da vida humana. Aceitar a condição ineliminável do homem como um ser biológico não é reconhecer que o homem é reduzível ao ser biológico, mas sim reconhecer limites, mas também as bases sobre as quais se erige o ser social.

Enfim, Porto-Gonçalves parece ter se tornado vítima do seu próprio pós-colonialismo e assim abraçou uma visão romantizada da natureza. Esta visão pós-moderna de superação do desenvolvimento aparece no autor quando ele procura deslocar a questão do desenvolvimento desigual do capitalismo para a crítica ao desenvolvimento:

A principal crítica que até então havia sido feita ao estilo de desenvolvimento hegemônico provinha do marxismo, que assinalava o caráter necessariamente desigual em que se fundava o desenvolvimento capitalista. Assim, havia a crítica à desigualdade do desenvolvimento, e não ao desenvolvimento enquanto tal. Deste modo, os que criticavam a desigualdade do desenvolvimento contribuíam para fomentá-lo, na medida em que a superação da desigualdade, da miséria, se faria por mais desenvolvimento. O progresso, dizia-se, era um direito de todos. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.63).

Dessa forma, o autor em tela acaba por essencializar o desenvolvimento. É por isso, por sua postura essencialista (eterna e imutável), que a crítica de Carlos Walter se afasta do marxismo. A herança marxista da teoria do desenvolvimento desigual do capitalismo que remete a Lênin, Rosa Luxemburgo e Trotsky ainda permanece, digamos, no mesmo *discurso*: o do desenvolvimento. Porto-Gonçalves requer então um *deslocamento* do discurso: do desenvolvimento desigual para o *anti-desenvolvimento*. Fazendo isso, o geógrafo em tela desloca o desenvolvimento das *relações de produção* para a ênfase do *discurso* do desenvolvimento. É este mecanismo lógico/epistemológico que permite equivaler liberais e marxistas, socialdemocratas e comunistas: todos desejam o desenvolvimento.

⁵⁹ A noção de obstáculo ao desenvolvimento humano aparece no pensador húngaro como o momento negativo da exteriorização humana. Nas palavras do filósofo lukacsiano Sérgio Lessa (2007, p.125): “Lukács reconhece, contudo, que nem todas as objetivações/exteriorizações assumem papel positivo no desenvolvimento da generalidade humana. E, nesses momentos, tais objetivações, ao invés de contribuir com o devir-humano dos homens, se transmutam em negação da essência humana, em expressão da *desumanidade criada pelo próprio homem*. A esses *momentos de negatividade*, que constituem obstáculos sociogenéricos ao devir-humano dos homens, Lukács denomina, após Marx, de alienação (*Entfremdung*)”.

Não obstante, uma das melhores críticas que Porto-Gonçalves produz é acerca da *imposição do desenvolvimento*. Como já advoguei anteriormente, deslocaria a crítica do desenvolvimento para a crítica do *modelo* (de desenvolvimento). O desenvolvimento progressivo do capitalismo, cujas obras/projetos (hidrelétricas, monoculturas, portos, estradas de rodagem, ferrovias) são sua materialização, expressam o caráter *fascista da economia*. Um fascismo anti-social: o deslocamento *relativo* da economia em relação à vida sociopolítica. Mas esse deslocamento implicou *outro locus da vida: o mercado*. No fascismo econômico, é o mercado quem busca controlar em sua totalidade a vida, o cotidiano, a sociedade e o território. As empresas capitalistas e os banqueiros lançam mão da violência econômica para exercer seu poder cujo intuito é subjugar as mais diversas populações aos seus ditames.

Um aspecto positivo da crítica ao desenvolvimento feita pelo geógrafo em tela é salientar o papel das técnicas jurídicas e militares de expulsão dos povos de suas terras. Ele chama atenção para o aspecto da intencionalidade como forma de não - neutralizar as técnicas. Sem problematizarmos as intenções das técnicas acabamos por naturalizá-las e possivelmente, legitimando o movimento em curso de um “tecnocratismo” que busca substituir a política. Porto-Gonçalves, neste aspecto, faz lembrar o famoso capítulo da acumulação originária de Marx, no qual o filósofo alemão demonstra, além da expropriação dos camponeses, as técnicas jurídicas (as leis sanguinárias contra os expropriados) e militares (o uso da força) necessárias ao nascimento do capitalismo. Harvey (2010), por outro lado, tem apontado que a acumulação originária descrita por Marx continua em voga. Harvey chamou de *acumulação por espoliação* uma gama de processos: a mercadificação, privatização das terras e da força de trabalho, expulsão de populações camponesas, processos (neo)coloniais/imperiais, monetização da troca, comércio de escravos, o uso da força pelo estado e seu monopólio da violência, ênfase em direitos de propriedade intelectual, patenteamento e licenciamento de material genético, biopirataria e privatização.

No entanto, numa tentativa frustrada de tentar superar a dicotomia que ele próprio reproduz, Porto-Gonçalves vai identificar a separação natureza/cultura com a noção de dominação da natureza, sob o nome de *ideias gêmeas* (2006, p.83). O geógrafo Neil Smith (2009, p.9) opôs essa visão com a tese da *produção da natureza*:

Dois esclarecimentos são importantes aqui. Primeiro, muitos marxistas e críticos têm argumentado que as sociedades humanas em geral, e capitalismo em particular, tentam uma certa dominação da natureza. Para a Escola de Frankfurt de um lado do espectro político, esta sempre foi concebida como uma condição inevitável do

metabolismo humano com a natureza⁶⁰. Por outro lado, ecologistas profundos, hipótese de Gaia, e outros essencialistas ecológicos reconhecem uma tentativa paralela de dominação, mas rejeitam-na não como inevitável mas como uma escolha destrutiva social. Não há dúvida de que a intenção ampla da ciência em uma sociedade capitalista é explicitamente destinada à dominação da natureza, mas que o projeto incorpora uma externalização agressiva da natureza, como vimos, e de diferentes maneiras de externalização da natureza também são incorporadas, seja qual for o grau de lamentação, na tese de dominação da natureza. A tese da *produção* da natureza, pelo contrário, não só não assume nenhuma dominação abrangente, mas deixa aberta inicialmente as formas pelas quais a produção social pode criar accidental, involutária, mesmo resultados contra-eficazes vis-a-vis a natureza. Em termos políticos, a tese da dominação da natureza é um beco-sem-saída: se tal dominação é um aspecto inevitável da vida social, as únicas alternativas são uma política anti-social (literalmente) da natureza ou resignação a uma dominação suave⁶¹.

De fato, o capitalismo jamais conseguiu dominar a natureza, do contrário não sofreríamos com o efeito estufa, por exemplo. A tese da dominação da natureza implica, acertadamente como reconheceu Smith, uma externalização da sociedade. A crítica de Smith é caracteristicamente anti-determinista abrindo espaço para inflexões e possibilidades.

Para ser honesto intelectualmente com Porto-Gonçalves, deve-se considerar que um dos maiores expoentes, ao lado do geógrafo brasileiro, na sustentação da tese da identidade entre natureza e cultura é o sociólogo português Boaventura de Souza Santos. Nas palavras desse pensador pós-moderno: “A distinção natureza-sociedade faz hoje pouco sentido, uma vez que a natureza é cada vez mais segunda natureza da sociedade” (SANTOS, 1995, p.274).

De maneira radicalmente diferente da concepção de Boaventura de Sousa Santos, da qual Carlos Walter é diretamente tributário, posiciona-se a compreensão ontológica do filósofo húngaro György Lukács. Lukács distingue três esferas ontológicas: inorgânica, a orgânica e o ser social.

A ciência atual já começa a identificar concretamente as pegadas da **gênese do orgânico a partir do inorgânico** e nos diz que, em determinadas circunstâncias (ar,

⁶⁰ Alfred Schmidt, *The Concept of Nature in Marx*, London: New Left Books, 1971; William Leiss, *The Domination of Nature*, Boston: Beacon Press, 1974.

⁶¹ Two clarifications are important here. First, many Marxists and critics alike have argued that human societies generally, and capitalism in particular, attempt a certain ‘domination of nature’. For the Frankfurt School, on one side of the political spectrum, this was always conceived as an inevitable condition of the human metabolism with nature. On the other hand deep ecologists, Gaia hypothesis and other ecological essentialists recognize a parallel attempt at domination, but they reject it not as inevitable but as a destructive social choice. There is no question that the broad intent of science in a capitalist society is explicitly aimed at the domination of nature, but that project embodies an aggressive externalization of nature, as we have seen, and in different ways this externalization of nature is also embodied, whatever the degree of lamentation, in the domination-of-nature thesis. The production-of-nature thesis, by contrast, not only assumes no such comprehensive domination but leaves radically open the ways in which social production can create accidental, unintended even counter-effective results vis-à-vis nature. In political terms, the domination-of-nature thesis is a cul-de-sac: if such domination is an inevitable aspect of social life, the only political alternatives are an anti-social (literally) politics of nature or else resignation to a kinder, gentler domination.

pressão atmosférica, etc.), podem nascer complexos extremamente primitivos nos quais já estão contidas em germe as características fundamentais do organismo. Mesmo que depois, nas atuais condições concretas, eles não estejam em condições de perpetuar a sua existência e somente possam vir a existir através da fabricação experimental. Além do mais, **a teoria evolutiva nos mostra como gradualmente, de modo bastante contraditório, com muitos becos sem saída, as categorias específicas da reprodução orgânica vão encontrando o seu caminho. É característico, por exemplo, das plantas, que toda a sua reprodução — de modo geral, não sendo as exceções aqui relevantes — se realize na base do intercâmbio orgânico com a natureza inorgânica. Somente no reino animal esse intercâmbio acontece unicamente, ou ao menos principalmente, na esfera do orgânico e, sempre de modo geral, o próprio material inorgânico que intervém somente é elaborado passando por esta esfera.** Deste modo, o caminho da evolução maximiza o domínio das categorias específicas da esfera da vida sobre aquelas que baseiam a sua existência e eficácia na esfera inferior do ser (LUKÁCS, 2012b, p.1, grifos meus).

O fato de que Marx limite, com exatidão e rigor, a teleologia ao trabalho (à práxis humana), eliminando-a de todos os outros modos do ser, de modo nenhum restringe o seu significado; pelo contrário, a sua importância se torna tanto maior quanto mais se toma consciência de que **o mais alto grau do ser que conhecemos, o social, se constitui como grau específico, se eleva a partir do grau em que está baseada a sua existência, o da vida orgânica, e se torna uma nova espécie autônoma de ser, somente porque há nele este operar real do ato teleológico.** Só é lícito falar do ser social quando se compreende compreendido que a sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base, o processo de tornar-se algo autônomo, se baseiam no trabalho, isto é, na continuada realização de posições teleológicas (idem, p.7, grifos meus).

Lukács, como vemos, busca conhecer justamente a peculiaridade das três esferas ontológicas⁶², desses modos objetivos de ser (inorgânico, orgânico e social). Não há identidade como anseiam os pós-modernos Boaventura de Souza Santos e Carlos Walter Porto-Gonçalves, mas sim uma conexão unitária e diferenciada entre as três esferas ontológicas que são absolutamente distintas, mas são/estão ineliminavelmente articuladas⁶³.

⁶² “O marxismo concebe, segundo a formulação de Lukács, três formas de materialidade, cada uma dotada de qualidades próprias. A materialidade *inorgânica* seria o domínio da repetibilidade, isto é, os fenômenos do reino mineral apresentariam uma regularidade e uma constância de manifestação que tornam seu movimento passível de ser expresso em leis absolutas. A repetição aparece, assim, como qualidade própria desse domínio do real, sendo seu conhecimento traduzível numa causalidade rígida. A materialidade *orgânica* já apresentaria as qualidades da adaptação e da mutação, porém o ‘novo’ ainda se manifesta aqui enquanto movimento reativo. A mutabilidade do reino vegetal e animal - à exceção do homem - é reflexiva, respondendo aos estímulos ambientais. Para apreender tais processos, uma visão causal rígida já não basta, introduz-se, em grande parte, o raciocínio probabilístico e as projeções (com uma densa carga de dedução) na análise da natureza viva. A materialidade *social* apresenta qualidades ímpares, advindas do poder transformador e da capacidade decisória dos homens. As sociedades criam e transformam as condições em que vivem. Em função da liberdade possível na ação humana, as projeções e previsões na interpretação dos fenômenos sociais expressam-se apenas enquanto utopias (de maior ou menor consistência lógica e histórica)” (MORAES; COSTA, 1999, p.56).

⁶³ Apoia-nos ainda Sérgio Lessa (2007): “O ser inorgânico, acima de tudo, não possui vida. Seu processo de transformação, sua evolução, nada mais é senão um movimento pelo qual algo se transforma em outro algo distinto. A pedra se converte em terra, a montanha em vale, a força mecânica em calor, etc.” (p.22) Sobre a esfera ontológica orgânica: “Pensemos numa goiabeira. Ela produz goiabas, que produzirão sementes, as quais, por seu lado, ao produzirem mais goiabeiras, reporão o mesmo processo de reprodução biológica. A vida se caracteriza pela incessante recolocação do mesmo” (idem, ibidem). “O ser social que se particulariza pela incessante produção do novo, por meio da transformação do mundo que o cerca de maneira conscientemente orientada, teleologicamente posta” (idem, p.24-25).

Voltando mais diretamente à questão do desenvolvimento, há um aspecto positivo da crítica de Porto-Gonçalves em relação à biotecnologia. Ele ressalta que:

A revolução nas relações de poder por meio da biotecnologia, em vez de estar a serviço da melhoria das variedades que melhor se adaptem aos ambientes históricos das diferentes culturas e de seus povos, dando prosseguimento, assim, aos aperfeiçoamentos que ao longo da história da humanidade diversos povos desenvolveram, contribuem para concentrar poder e, conseqüentemente, aumentar a desigualdade social e os riscos ambientais (2006, p.105).

É oportuno perceber umas coisas. Desenvolvimento, neste parágrafo, não é tomado com algo negativo como o autor faz em outros momentos. Pelo contrário, é encarado como um importante aspecto de melhoria da vida dos povos e culturas. Mas o dualismo persiste em seu pensamento em relação à biotecnologia: Porto-Gonçalves talvez não veja que com a utilização da biotecnologia abriu-se a possibilidade real de produção da natureza (como enxerga o também geógrafo Neil Smith). Não uma natureza exterior, exógena, externa, e que precisa ser dominada; mas uma natureza em sua totalidade, sem separações ou dicotomias, uma natureza simultaneamente humana que se tornou uma engrenagem da mecânica de acumulação capitalista.

Outro aspecto positivo é a crítica que o geógrafo em tela faz à noção de externalidade: “O que não interessa à empresa é considerado externalidade. Só não se sabe ao certo externalidade em relação a quê, na medida em que o meio ambiente é a totalidade concreta de natureza e cultura” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.117).

Porto-Gonçalves, creio, foi bastante dialético neste aspecto. Introduziu o debate sobre externalidade questionando-a: não procurou uma dialética interna ao objeto externalidade, mas sim a relação na totalidade concreta natureza-cultura, unificando assim o que jamais deveria ter separado.

Cabe destacar que outros autores também têm questionado a noção de externalidades. Cito dois exemplos: Elmar Altvater e Joan Martínez-Alier. Segundo Altvater (2006), faz-se necessário rejeitar a noção de que a natureza funciona como um meio de intercâmbio de *externalidades* que levam esse nome de externas *porque não podem ser reguladas pelo mecanismo de mercado*.

Já para Martínez Alier (2007), a noção de externalidade desenvolvida na ciência econômica exclui do cálculo econômico de qualquer investimento produtivo suas consequências aparentemente relacionadas ao produto desejado. Esta noção, ao ser utilizada, camufla o fato de que o investidor se apropria privadamente de todos os benefícios

(econômicos e simbólicos) gerados pelo processo produtivo e socializa os prejuízos, na medida em que os grupos sociais e organizações governamentais de seu entorno terão que arcar com seus resultados nefastos (poluição, comprometimento do ambiente etc.).

4.6 Jorge Montenegro Gómez: *Desenvolvimento em desconstrução*

Numa postura que aprofunda a crítica incisiva ao desenvolvimento de Carlos Walter Porto-Gonçalves, Jorge Montenegro Gómez defende a *desconstrução* do desenvolvimento com o intuito de mostrar o controle social que a prática desenvolvimentista acarreta. No plano teórico, sua crítica baseia-se em um conjunto de autores vinculados à corrente teórica do *pós-desenvolvimentismo*⁶⁴, bem como no pensamento dos filósofos franceses Michel Foucault⁶⁵ (1926-1984) e Gilles Deleuze (1925-1995). No plano metodológico, o geógrafo em tela lança mão da *escala* para mostrar a construção do enfoque territorial que pautam as políticas de desenvolvimento territorial rural nas mais diversas escalas, global, regional (América Latina), nacional (Brasil) local (Pontal do Paranapanema, oeste do Estado de São Paulo).

A princípio já podemos estabelecer alguns apontamentos. Primeiramente, diferente de Yves Lacoste, Milton Santos, Horieste Gomes e Germán Wettstein que pautam sua crítica sob um olhar marxista, Montenegro Gómez, assim como Porto-Gonçalves, deslocam seu referencial analítico do marxismo para o estruturalismo de Michel Foucault. Isso fica claro em termos de método uma vez que dentro do campo marxista, se quisermos ser fiéis ao

⁶⁴ Montenegro Gómez faz menção ao grupo de intelectuais reunidos em torno da obra *Dicionário do Desenvolvimento* no qual os autores, palavra por palavra, buscam desconstruir o desenvolvimento. Wolfgang Sachs (2000), o editor do livro em questão, qualifica o conceito de desenvolvimento como *obsoleto e morto* uma vez que seu sucesso implicou a *polarização social* e a *perda da diversidade*. O livro reúne intelectuais renomados e respeitados internacionalmente como o economista e filósofo francês Serge Latouche, a física indiana ecofeminista Vandana Shiva, e o antropólogo colombiano Arturo Escobar.

⁶⁵ Sobre Michel Foucault, assim qualificou Mavi Rodrigues (2006, p.7): “Foucault foi o pensador mais autêntico e importante de seu tempo. Precursor de uma espécie de um novo irracionalismo, um irracionalismo que encarna aspirações progressistas e de esquerda, o filósofo francês realizou com muito mais êxito aquilo que muitos pensadores de sua geração, e até anteriores a ela, intentaram: uma desconstrução racional da Razão moderna e a formulação de uma proposição política transgressiva viável à intervenção social de uma esquerda que no pós-68 passa a descrever do socialismo, mas se põe numa postura rebelde e transgressiva contra o sistema. Tanto por seu conteúdo quanto pelo papel que desempenha nas lutas de classes, sua obra pode ser lida como uma atualização do legado nietzscheano. Sob a luz da crítica lukacsiana à filosofia de Nietzsche, o projeto foucaultiano pode ser concebido, a despeito de todos os seus deslocamentos temáticos, conceituais e metodológicos, como uma resposta reacionária à fase mais desenvolvida da dialética de sua época. O principal alvo do sistema teórico-político de Michel Foucault é o núcleo revolucionário produzido pela etapa progressista do pensamento filosófico do século XX (o humanismo, o historicismo, a Razão dialética), cuja expressão mais madura se encontra na racionalidade crítico-dialética. É justamente aí que repousa o conservadorismo da sua obra e a sua afinidade com o pensamento libertário hegemônico, na atualidade, auto-intitulado pós-modernismo de contestação ou inquietação”.

pensamento marxiano, o método de compreensão da realidade é o *dialético*. Já para o geógrafo em tela há uma *substituição* da dialética pela *metodologia escalar*.

Essa substituição do método dialético pela metodologia escalar reverbera na *demonização* que Montenegro Gómez (2006) faz do desenvolvimento. Na apresentação da sua tese de doutorado ele fornece várias pistas que corroboram com a nossa tese. Ele compactua com os pós-desenvolvimentistas que defendem que o desenvolvimento é megalomaniaco e absurdo; também identifica desenvolvimento como uma “estratégia de controle social” (p.20); escreve que o “desenvolvimento não desenvolve ninguém” (p.22) e se posiciona não só contra o Banco Mundial, mas contra todo o desenvolvimento “possível” (p.24).

O que estes posicionamentos põem para o debate? Vimos que o geógrafo em tela substituiu a dialética pela escala. Por fazer isso acabou por suprimir justamente a *contraditoriedade do real*, da realidade objetiva, marcadamente conflitiva na medida em que o desenvolvimento do modo capitalista de produção se processa de maneira contraditória.

Com efeito, por obnubilar a contraditoriedade objetiva da realidade é que Montenegro Gómez pode fetichizar o desenvolvimento sob a *forma* capitalista. É por isso que independentemente de qual desenvolvimento se fale (seja na fase keynesiana ou neoliberal como escreve o geógrafo) ele é sempre taxado como “estratégia de reprodução do capital e controle social” (idem, p.27). Montenegro Gómez acerta no principal: *o desenvolvimento sob a forma capitalista tem seu fim na reprodução do capital*. Mas a contradição até aí não aparece porque não se enfatiza que a *forma capitalista* aprisiona/subordina o conteúdo social do próprio desenvolvimento: as forças produtivas, o conteúdo material da riqueza social produzida, as potencialidades humanas (individuais e sociais). Isso fica claro quando o autor escreve que:

O ingente saber produzido para legitimar o desenvolvimento, a forma reificada com a qual incorpora a participação ou a constatação de sua ineficiência geral, afiança nosso posicionamento teórico de entender que o desenvolvimento, contraproducente como instrumento de melhora geral da qualidade de vida, socialmente imposto mediante subterfúgios que o fazem desejável e culturalmente naturalizado, se justifica essencialmente como modo de manter certa ordem social, ou seja, como estratégia de controle social.

O desenvolvimento, tal como nós o entendemos, configura-se pela rede de saberes, de práticas e de poderes que aglutina. Saberes que se concretizam nos objetos, conceitos, teorias etc. que a ele se referem e que ele produz. Práticas em que se materializam esses saberes. Poderes que o sustentam, por meio de instituições políticas, acadêmicas, econômicas (idem, p.36, grifos meus).

Em verdade, quem acaba por reificar o desenvolvimento é o próprio geógrafo em tela. Faz isso quando identifica o desenvolvimento capitalista com o desenvolvimento social em sua totalidade. Temos, portanto, a assimilação da totalidade (desenvolvimento) pela sua etapa histórica atual (desenvolvimento capitalista). É por isso que ao longo de toda sua tese Montenegro Gómez é incapaz de propor uma alternativa ao desenvolvimento capitalista. De fato, ele é radical em sua crítica ao desenvolvimento, assim como Porto-Gonçalves, mas é também conformista porque não vislumbra qualquer superação do desenvolvimento capitalista.

Diferentemente do geógrafo em tela, Bonente oferece-nos uma visão ontológica do desenvolvimento. Baseando-se em Marx e Lukács, a autora em questão conseguiu, de modo objetivo, compreender o desenvolvimento em sua totalidade observando que “o desenvolvimento capitalista se apresenta como uma fase historicamente contingente do desenvolvimento social em geral” (BONENTE, 2012, p.1).

Se o geógrafo Montenegro Gómez desloca-se do marxismo e promove sua crítica no campo *epistemológico* (indo em direção à Foucault e seus consortes - Deleuze e pós-desenvolvimentistas), Bonente pauta sua crítica ao desenvolvimento capitalista no nível *ontológico*, lançando mão de Marx e Lukács com o objetivo “de definir de modo mais preciso o sentido do termo desenvolvimento dentro dessa perspectiva” (idem, p.2).

Ainda que o emprego da palavra *desenvolvimento* [...] tenha alimentado polêmicas, é possível encontrar inteligibilidades bastante diversas da questão dentro do mesmo ambiente teórico. Uma interpretação particularmente instigante encontra-se no trabalho póstumo do filósofo marxista G. Lukács⁶⁶. Considerando o conjunto da obra e o sentido geral da *teoria social marxiana*, **Lukács propõe que, com a palavra desenvolvimento, Marx tem por referência o aumento objetivo da complexidade como elemento regulador da dinâmica de funcionamento de objetos estruturados ao longo do tempo**⁶⁷. Ou seja, “uma dada estrutura (totalidade) é objetivamente superior, ou mais desenvolvida, do que outra estrutura da mesma espécie caso seja constituída por um maior número de componentes específicos, ou pelo mesmo número de componentes mais complexos”⁶⁸.

Tomando exclusivamente nossa condição de seres naturais e o critério acima apresentado, podemos dizer, por exemplo, que mesmo o mais deplorável dos seres humanos é mais desenvolvido que um animal de estimação (por maior que seja a estima pelos últimos). Se a sociedade é entendida como uma totalidade composta de vários complexos, complexamente articulados, o mesmo tipo de análise pode ser a ela aplicada. E, assim como no caso anterior, proferir sentenças a respeito do desenvolvimento da sociedade significa falar sobre o grau de desenvolvimento/complexidade de suas esferas constitutivas: economia, política, artes, direito, religião etc.

⁶⁶ Há uma nota da autora: György Lukács, *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

⁶⁷ Nota da autora: Idem, ibidem, p. 54.

⁶⁸ Nota da autora: João Leonardo Medeiros, *A economia diante do horror econômico: uma crítica ontológica dos surtos de altruísmo da ciência econômica*. No prelo, 2007, p. 45.

Assim, em um nível ainda bastante elevado de abstração, podemos resgatar a descrição oferecida por Marx sobre a sociedade em geral e aquelas determinações que são comuns a todas as épocas (independentemente das condições históricas específicas). Nesse caso, o aumento no grau de complexidade poderia ser traduzido no *crescimento da sociabilidade* em sentido extensivo (aumento da quantidade de componentes predominantemente sociais como elementos mediadores da vida em sociedade) e/ou intensivo (crescente complexidade dos componentes já existentes), tendência essa que Marx costumava caracterizar como *recuo das barreiras naturais*. Sobre as tendências que regulam a dinâmica de funcionamento da sociedade, Lukács menciona ainda o aumento das *forças produtivas do trabalho* (ou seja, a diminuição do tempo de trabalho necessário à produção e reprodução das condições de vida humana) e a *formação do gênero humano*, resultado das “ligações quantitativas e qualitativas cada vez mais intensas entre as sociedades singulares originalmente pequenas e autônomas”⁶⁹.

Assim, o desenvolvimento não diz respeito única e exclusivamente a uma estratégia de reprodução do capital e/ou controle social. Pelo contrário, quando livre do domínio da forma capitalista, que na nossa compreensão é passageira e não eterna, o desenvolvimento pode ser pensado como uma crescente *socialização da natureza*, mas também como um progresso na *sociabilidade* e nas *formas de objetivação* desta sociabilidade, seja pelo *trabalho* (como atestou primariamente Marx) ou pela *arte* (como enriqueceu Lukács). A sociabilidade em questão põe-se como uma característica ineliminável do próprio ser humano em seu processo de humanização que é, por seu turno, um processo *espaço-temporal* na medida em que os seres humanos travam relações sociais em espaços-tempos determinados não importando se tais relações se processam no campo ou na cidade, na comunidade rural ou no bairro. É justamente este processo amplo de desenvolvimento que relaciona sociabilidades espaço-temporais com formas de objetivações que conformam o conteúdo do próprio ser humano.

Mais ainda, Montenegro Gómez desconhece a discussão sobre (sub)desenvolvimento na Geografia que conta com nomes como Yves Lacoste, Milton Santos, Horieste Gomes, German Wettstein e Carlos Walter Porto-Gonçalves. Por isso ele afirma: “na Geografia não observamos uma produção acadêmica no sentido de questionar os discursos e as práticas em relação ao desenvolvimento, como construto histórico que tenta ser naturalizado, como se sempre tivesse existido” (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p.46). Note-se que a crítica do geógrafo em tela aos seus companheiros de profissão se fundamenta não numa crítica do desenvolvimento *capitalista* (como fazem Yves Lacoste, Milton Santos e Horieste Gomes), mas do desenvolvimento *em si* (como faz Porto-Gonçalves). *Sua análise identifica desenvolvimento com capitalismo*. Em termos análogos, guardadas as devidas proporções,

⁶⁹ Nota da autora: György Lukács, As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: Carlos Nelson Coutinho; José Paulo Netto (org.), *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*: György Lukács. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, p. 237-238.

assume postura semelhante à de Hegel quando este *identifica a razão com o presente*⁷⁰, como nos apoia Lukács (LESSA, 2007).

Há de se destacar ainda que o geógrafo em tela promove uma total *entificação* do desenvolvimento ao mesmo tempo em que suprime a contraditoriedade do real:

Nosso objetivo, com esta pesquisa, **não é realizar a radiografia do conflito** entre posições divergentes **no campo do desenvolvimento**, **mas construir uma metodologia de análise** que nos ajude a entender como funcionam os mecanismos de construção, implementação e consolidação **do controle social exercido pelo desenvolvimento** (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p.39, grifos meus).

Há de se perceber dois tópicos nessa citação. O primeiro, como estamos insistindo, é a supressão do conflito que o autor promove. E não é a toa que o geógrafo usa a palavra *análise* e não *dialética* uma vez que no campo analítico ele pode fazer uma *descrição formal* do desenvolvimento sem se preocupar com contradições objetivas da realidade social. O segundo e mais perceptível é quando diz que o desenvolvimento exerce o controle social. Transforma-se o desenvolvimento em uma entidade que controla a sociedade. Fazendo isso obnubila-se os verdadeiros agentes do controle social: os capitalistas, burgueses.

Há em Montenegro Gómez um claro deslocamento de sua argumentação do campo da *Economia Política* para o campo da *Antropologia*. De fato, o desenvolvimento, como aparece na tese do geógrafo em tela, é uma categoria econômica mistificada e absurda. É por isso que ele se afasta da *Economia Política*, mais ainda da *crítica da economia política*. De um ponto de vista contrário, concordamos com o que ensina Carlos Nelson Coutinho (2010, p.31): “O

⁷⁰ Quando digo que o Montenegro Gomez assume postura semelhante à de Hegel ao *identificar* desenvolvimento com capitalismo, estou querendo dizer que se trata da mesma manobra hegeliana que identifica, por exemplo a *racionalidade* do real com a *presentificação* do real. Hegel, por essa via, estava tentando justificar o Estado monárquico prussiano. Senão vejamos: a famosa afirmação hegeliana, “o que é racional é real e o que é real é racional”, encontra-se no prefácio de sua obra *Princípios da Filosofia do Direito* (2003, p. XXXVI). Hegel escreve: “Esta é a convicção de toda consciência livre de preconceitos e dela parte a filosofia tanto ao considerar o universo espiritual como o universo natural. Quando a reflexão, o sentimento e em geral a consciência subjetiva de qualquer modo consideram o presente como vão, o ultrapassam e querem saber mais, caem no vazio e, porque só no presente têm realidade, eles mesmos são esse vazio. Quanto ao ponto de vista inverso, o daqueles para quem a Ideia só vale no sentido restrito de representação da opinião, a esses opõe a filosofia a visão mais verdadeira de que só a ideia, e nada mais, é real, e então do que se trata é de reconhecer na aparência do temporal e do transitório a substância que é imanente e o eterno que é presente”. Vemos que, por esse caminho, Hegel identifica o presente com a razão e a razão com o presente. Para o filósofo marxista húngaro György Lukács essa seria a *falsa ontologia* hegeliana como nos apoia Lessa (2007). O presente histórico é a realidade, logo o presente histórico é racional. Celso Frederico (2009, p.21) acerca da formulação hegeliana supracitada nos conta que: “A direita hegeliana priorizou o segundo momento da frase para justificar a *racionalidade do real*, entendida por eles como a sociedade e o Estado prussianos onde viviam. Os jovens contestadores, por sua vez, preferiram enfatizar o *racional* para contrapô-lo às mazelas da realidade, para mostrar que o momento da racionalidade ainda não tinha chegado e que ele só se efetivaria mediante a negação do existente e toda sua gritante irracionalidade. O movimento da razão em direção à realidade, portanto, exige a superação do presente: esse não é, de forma alguma, o ponto final da história, mas um momento a ser necessariamente negado pelo movimento da Ideia em sua marcha inexorável rumo à plena racionalidade”.

critério para avaliar a cientificidade de uma filosofia do social reside no modo pelo qual ela apreende (ou ignora, ou mistifica) as categorias econômicas, que constituem a modalidade fundamental da objetividade humana”.

De fato, o geógrafo em questão pensa que numa simples reorientação epistemológica (em direção à Foucault, Deleuze, Escobar) consegue compreender em sua totalidade a questão do desenvolvimento⁷¹. Na verdade ele apenas ficou na *manifestação fenomênica* da referida questão. Isso porque, na minha visão, sem uma discussão de *natureza ontológica* do desenvolvimento não se supera o nível aparente e superficial das discussões. Destarte, pensar a natureza ontológica do desenvolvimento é trilhar a interpretação lukacsiana da filosofia de Marx como uma *ontologia do ser social*. Conforme sugerem os argumentos expostos no texto, Montenegro Gómez conhece toda a “sagrada família” do pós-desenvolvimentismo, do pós-modernismo ou do pós-colonialismo. Todavia, com certeza, pelo menos no que diz respeito à sua tese, desconhece a obra de György Lukács, especialmente sua *Ontologia do Ser Social*. O problema da *alienação*, por exemplo, que passa longe de ser abordado pelo geógrafo, ganha um peso importante na análise lukacsiana em relação ao desenvolvimento:

O desenvolvimento das forças produtivas é necessariamente também o desenvolvimento das capacidades humanas, mas – e aqui emerge plasticamente o problema da alienação – o desenvolvimento das capacidades humanas não produz obrigatoriamente aquele da personalidade humana. Ao contrário: justamente potencializando capacidades singulares, pode desfigurar, aviltar etc. a personalidade do homem (Lukács, 1981b, p. 564 apud SARTORI, 2010, p.39).

Estamos diante de uma compreensão do desenvolvimento muito mais rica e complexa do que a que nos oferta Montenegro Gómez. Este último, que desconhece a obra lukacsiana, prefere reificar e identificar desenvolvimento com capitalismo tal qual faz outro “crítico

⁷¹ É a mesma concepção de Barcelos (2010, p.13-32). O geógrafo pensa que simplesmente evitando expressões como *desenvolvimento*, *Terceiro Mundo*, e adotando a metáfora *Norte-Sul*, conseguirá compreender o caráter *objetivo* da *realidade* (como se a metáfora Norte-Sul não gozasse de *intencionalidade* tanto quanto desenvolvimento, por exemplo). Ele diz que expressões como desenvolvimento, Terceiro Mundo tem intencionalidade. Mas a expressão Norte-Sul não teria intencionalidade também? Ou seria ela neutra? O fato é que a realidade objetivamente *independe* daquilo que se pensa ou representa dela; a menos, é claro, que a matriz teórica esteja ancorada nos filósofos irracionalistas Arthur Schopenhauer e Friedrich Nietzsche é que a realidade deixa de ser algo objetivo e passa a ser um *regime de representação*, ou seja, é a própria representação que esses teóricos fazem da realidade que se torna o regime epistemológico, regime de conhecimento (é o caso de Boaventura de Souza Santos e Arturo Escobar). Pensar que com uma *simplória desobediência epistemológica*, ou seja, desobedecendo ao conhecimento de matriz europeia e com tendências universais (leia-se hegelianismo, marxismo, leninismo, trotskismo, etc.) o sistema capitalista-imperialista vai ceder lugar a outro é, justamente, *impensável*.

Não obstante, a análise de Barcelos tem muitos méritos. Mas esses méritos aparecem apenas quando ele se afasta do *idealismo pós-colonial*, a vertente mais hodierna do idealismo. Quando faz isso, o geógrafo compreende a resistência camponesa, os impactos, o modelo de desenvolvimento capitalista, as lutas de classes, o marketing ambiental, a mercadorização da responsabilidade social, etc.

crítico”, para utilizar o jargão marxiano, o antropólogo colombiano Arturo Escobar. Lukács, por seu turno, por ser marxista, consegue compreender como o próprio processo humano de objetivação/exteriorização podem “aviltar a personalidade do homem”. Esse aviltamento, essa “*desumanidade criada pelo próprio homem*” (LESSA, 2007, p.125) é justamente o que Lukács chamou de *alienação*. É o fenômeno da alienação, portanto, que impede o pleno desenvolvimento das capacidades humanas e das forças produtivas, uma interagindo com a outra.

Não obstante, a análise de Montenegro Gómez possui uma ampla e vigorosa análise do desenvolvimento. Seus méritos analíticos são muitos: ele critica o desenvolvimento unicamente economicista/mercantil, faz críticas severas ao desenvolvimento rural pautado na agricultura familiar empresarial integrada ao mercado:

No entanto, é interessante observar como essa categoria de agricultura familiar, lapidada nos moldes do desenvolvimento capitalista, vai desconsiderar as múltiplas dimensões que a agricultura de base familiar realmente mostra, no campo brasileiro, por exemplo: **o problema da luta pela terra diante da extrema concentração fundiária existente; a agricultura de subsistência a que muitos pequenos produtores se veem impelidos, por falta de uma política integradora; a existência de formas de vida camponesa relutantes, não tanto às mudanças per se, mas àquelas que as ignoram e até as tentam anular; a existência de movimentos sociais que lutam e resistem aos embates do capitalismo.** Enfim, poderíamos enumerar um amplo leque de aspectos que a estreita visão econômico-mercantil, tomada para definir oficialmente a agricultura familiar, despreza e que, em geral, são os aspectos característicos da população mais pobre, no meio rural, aquela que mais precisa de políticas públicas que a ajudem a sair dessa situação (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p.68, grifos meus).

Nessa passagem podemos observar que o geógrafo visualiza as contradições que o desenvolvimento capitalista no campo promove (luta pela terra, concentração fundiária). E o mais curioso é que Montenegro Gómez chega mesmo a falar em “políticas públicas que ajudem [a população do campo] a sair dessa situação [de pobreza]”. Observa-se que no trecho citado anteriormente o geógrafo em tela captura a contraditoriedade objetiva do desenvolvimento capitalista.

Mas, ao mesmo tempo em que fala de *relações capitalistas*, fala também em *relação poder-saber*⁷². Ora, mas qual o problema disso? Um ecletismo⁷³ que *por um lado* vê a

⁷² “Diante de tudo isto, podemos entender esse processo de **construção** da **categoria** da agricultura familiar como uma iniciativa que visa a produzir um certo **saber** sobre o produtor rural, possibilitando seu controle pelas instituições detentoras do **poder** e servindo, também, para promover um desenvolvimento rural capaz de permitir um aprofundamento das relações capitalistas, no campo brasileiro. Em nenhum caso, um processo de construção de uma política pública destinada a reduzir realmente a pobreza, nem de uma categoria que conseguisse incluir todas as categorias de trabalhadores rurais que fazem do trabalho familiar seu fundamento” (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p.68, grifos meus).

exploração do trabalhador pelo burguês; *por outro* equivale essa mesma relação a um discurso (a relação poder-saber). Seu ecletismo também transparece ao elencar quatro aspectos da análise do discurso:

- a) a análise do discurso do desenvolvimento propriamente dita; b) o desenvolvimento como um campo teórico e prático historicamente construído; c) o desenvolvimento como instrumento de difusão da modernidade ocidental; e d) o desenvolvimento visto como uma nova religião ocidental.

Note-se que na passagem Montenegro Gómez lança mão de várias correntes de pensamento (diretamente ou não), para pautar sua crítica ao desenvolvimento. A análise do discurso remete claramente ao epistemólogo **estruturalista**⁷⁴ francês Michel Foucault; O desenvolvimento como um campo teórico e prático historicamente construído remete a uma leitura pós-estruturalista nos marcos do antropólogo colombiano Arturo Escobar⁷⁵; O desenvolvimento como modernidade e religião ocidental nos direcionam para uma leitura pós-moderna que tem em Boaventura de Souza Santos um importante referencial⁷⁶.

⁷³ Por ecletismo, compreende-se “o uso de proposições de variados métodos, sem levar em conta seus pressupostos antagônicos” (MORAES; COSTA, 1999, p.30).

⁷⁴ “O programa estruturalista consiste, essencialmente, na afirmação de que - sendo a realidade social um conjunto de sistemas simbólicos ou de formas de comunicação - o método capaz de torná-la inteligível é aquele próprio da linguística moderna; as ciências humanas, ou aquilo que deve substituí-las, tornam-se disciplinas particulares no interior de uma semiologia geral” (COUTINHO, 2010, p.77).

⁷⁵ Como se percebe nessa clara citação do seu livro *La invención del Tercer Mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo*: “[o] enfoque do livro é pós-estruturalista, no sentido que parte do reconhecimento da importância das dinâmicas de discurso e poder na criação da realidade social e no estudo da cultura. O desenvolvimento [...] deve ser visto como um regime de representação, como uma “invenção” que resultou da história do pós-guerra e que, desde seu início, modelou inelutavelmente toda possível concepção da realidade e a ação social dos países que a partir de então são conhecidos como subdesenvolvidos (apud MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p.124). Há de se notar nessa pequena, mas importante, passagem que os limites do pós-estruturalismo se põem. Em primeiro lugar porque quando Escobar nos conta das “dinâmicas de discurso e poder na criação da realidade social e no estudo da cultura”, ele, como um bom estruturalista, põe no lugar da realidade as próprias dinâmicas de discurso e poder; Em segundo lugar Escobar, assumindo uma postura claramente idealista, advoga que o desenvolvimento deve ser visto como uma “representação”. trata-se, indubitavelmente de uma *percepção* na qual o desenvolvimento é significado idealmente, no plano do intelecto, pelo próprio sujeito que pensa/idealiza (no caso, ele mesmo, Escobar). Aliado a esta **postura idealista/subjetivista**, quando Escobar escreve “no estudo da cultura”, trata, por sua vez, da cultura como uma entidade autônoma ou, no mínimo, como sujeito da ação (da mesma forma que ele faz com o discurso, mais precisamente, com as dinâmicas de discurso e poder); Em terceiro lugar, e nessa perspectiva ele diferencia-se um pouco de Michel Foucault que não está preocupado em precisar a origem do discurso, Escobar marca o nascimento do discurso do desenvolvimento no âmbito do pós-Segunda Grande Guerra; Todavia, em quarto lugar, o próprio Escobar escreve que o desenvolvimento, como um regime de representação, foi quem “modelou inelutavelmente toda possível concepção da realidade e a ação social dos países”. Note-se, que por essa tonalidade, a realidade é produto do discurso: o discurso é o sujeito, a realidade objetiva o predicado.

⁷⁶ O sociólogo luso é claro: “o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal” (SANTOS, 2007, p.71). Esse pensamento abissal é a forma de pensamento ocidental que separa aquilo que é científico e racional daquilo que não é. Isso leva a uma injustiça cognitiva, uma vez que conhecimentos alternativos (teologia, filosofia) são qualificados pelo pensamento moderno ocidental como inferiores, posto que a *episteme* eurocêntrica (ciência) seria superior. O problema desta análise é justamente deslocar a qualidade da injustiça do campo socioeconômico para o campo cognitivo. Por mais que a injustiça social global esteja ligada à injustiça cognitiva global, propor a criação de um novo pensamento, uma nova episteme, não resolve problemas como tráfico,

Como vemos, Montenegro Gómez é um legítimo pós-moderno, um eclético. É esta manobra *epistemológica* eclética, sem qualquer rigor metodológico⁷⁷, que impede o geógrafo em tela de se aprofundar nas relações sociais e nas relações de produção ancoradas no capital. Sobre o ecletismo Lukács foi claro:

A forma científica na qual se manifesta este espírito da pequena burguesia capitalista é o **ecletismo**, a tentativa de erigir como “método” científico o “por um lado... e por outro”, tão caro ao pequeno-burguês; de negar as contradições da vida ou, o que é a mesma coisa, de contrapor entre si, de maneira superficial, rígida e carente de mediações, determinações contraditórias. Ademais, este ecletismo se veste com roupagens tanto mais suntuosas quanto mais for vazio (Lukács, 2010, p.60 grifos meus).

O geógrafo em questão faz exatamente o que Lukács escreve. Por um lado vê as relações capitalistas, as lutas de classes; por outro a produção de um discurso (a relação poder-saber). O que não *percebe* é que só consegue *compreender* objetivamente as contradições na sociedade burguesa quando sua análise pauta-se no entendimento da própria realidade capitalista. Pelo contrário, quando equivale tal análise à produção do discurso ele simplesmente abraça o teor formal da realidade e *entifica* o discurso fazendo com que a própria construção da categoria agricultura familiar seja afastada das contradições objetivas da realidade (as lutas de classe, concentração fundiária, a necessidade da reforma agrária, a transformação da agricultura em agronegócio, de alimentos em commodities, os movimentos sociais, etc.) De uma maneira distinta, captando bem as contradições do desenvolvimento capitalista no campo, mostrando o cenário do nascimento do conceito de agricultura familiar, escreve o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007, p.147, grifos em sublinhado meus):

colonizações, misérias, favelas, privatizações, mazelas, violência, desigualdade, criminalizações, pobreza, cegueira social, fundamentalismos. A origem da injustiça deve ser buscada no sistema que é injusto *por excelência*: o capitalismo. Nesse sentido o pensamento pós-abissal é, de certa forma, uma variante ideológica do pensamento pós-moderno na exata medida em que este também é ideológico. O falseamento da historicidade da realidade constrói um conhecimento enganador que oculta, como atesta Netto (2010, p. 263), “*a ordem do capital, com a dominação de classe da burguesia*”. Em vez de identificar o sistema capitalista como o verdadeiro responsável das desigualdades e injustiças sociais, o sociólogo português prefere atribuir a culpa a uma razão que coloniza e a uma ciência que é moderna, ocidental e sexista (NETTO, 2010).

⁷⁷ É o que se depreende quando ele deseja complementar os estudos pós-coloniais com o viés de classe: “para elaborar formas de construção social mais justas e diversas, os desejos de bem-estar, de progresso, de eliminar as desigualdades, a fome etc., que hoje o desenvolvimento monopoliza, devem ser revistos à luz dos “**descentramentos**” provocados pelo **pós-estruturalismo** e pelo **pós-modernismo**. Os estudos pós-coloniais, de gênero ou de raça **complementariam as análises pelo viés da classe** e permitiriam qualificar mais amplamente melhor o que se entende por progresso, em diferentes espaços e por diferentes pessoas” (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p.178, grifos meus). Há de se destacar que o “descentramento” do qual nos fala o autor tem íntima ligação com a ideia de outro famoso estruturalista, Jacques Derrida. Como bem explica Carlos Nelson Coutinho (2010, p.105): “Jacques Derrida, por exemplo, partindo da afirmação lévi-straussiana de que a “estrutura não tem centro” (ou seja, não pode ser explicada a partir do *telos* ou da práxis humana), afirma a supremacia do “jogo” (dos signos formais) sobre o significado (o conteúdo)”.

O monocultivo de exportação até então chamado de *agribusiness*, ganhou sua expressão na língua portuguesa: **o agronegócio**. Como sempre lembra Carlos Walter PORTO-GONÇALVES, tratava-se de substituir e diferenciar a **agri-cultura** do **agro-negócio**. Ou por outras palavras, tratava-se de distinguir entre a atividade econômica milenar de produção dos alimentos necessários e fundamentais à existência da humanidade, e, a atividade econômica da produção de *commodities* (mercadorias) para o mercado mundial. Definia-se assim, na prática da produção econômica, uma distinção importante entre a agricultura tipicamente capitalista e a agricultura camponesa. Esta distinção abriu caminho para que, vários intelectuais do estudo do mundo agrário voltassem suas produções acadêmicas para forjarem um novo conceito de agricultura de pequeno porte voltada, parcial ou totalmente, para os mercados mundiais e/ou nacional, e integrada nas cadeias produtivas das empresas de processamento e/ou de exportação.

Nascia assim, uma concepção neoliberal para interpretar esta agricultura de pequeno porte, a **agricultura familiar**. O neoliberalismo invadia desta forma, o mundo da intelectualidade. E, como se isso não bastasse, invadiu também o mundo dos movimentos sindicais e sociais do Brasil. Julgaram os neoliberais do estudo agrário que era preciso tentar sepultar a concepção da **agricultura camponesa** e com ela os próprios **camponeses**. Afinal, era preciso no plano teórico e político afastar de vez o velho fantasma da questão camponesa que já assustava os latifundiários brasileiros da UDR – União Democrática Ruralista, e agora assustava também lideranças sindicais e de partidos políticos progressistas e de esquerda.

Como se vê, Oliveira iluminou as *contradições* (a conversão de alimentos em *commodities*, por exemplo) e apontou ainda a manobra teórico-ideológica na supressão/substituição do termo agricultura *camponesa* (que implica um posicionamento político e classista) pelo de agricultura *familiar* (que suprime justamente a compreensão do campesinato como sujeito político e como classe social da sociedade burguesa).

Essa manobra tem reverberações claras na prática de milhares de agricultores e Montenegro Gómez, ao que parece, tem ciência disso. Ele denuncia a conversão do que chama de “pequeno produtor” em “pequeno empresário”, considera impossível de se resolver a questão agrária no cerne do capitalismo, percebe que a agricultura de mercado alimenta as desigualdades sociais, critica o papel do Estado como promotor das condições gerais de produção (serviços e infraestruturas) e a consolidação da agricultura familiar. Contudo os limites de sua análise ficam claros quando aborda o território. Polemizando com Schneider e Roni, acerca da simplificação do território como mera pressão antrópica, Montenegro Gómez (2006, p.104) atesta:

O reducionismo que sofre a categoria de território, nessa perspectiva, induz à elaboração de políticas públicas para o meio rural que tomam o território como simples depositário da intervenção, como receptor de uma ação mais bem direcionada, já que agora se conheceria melhor onde se localiza, graças aos indicadores utilizados, o “verdadeiro” meio rural. Mero receptor, porque o território definido a partir da densidade demográfica não é um território carregado de interações homem-meio, porque perde a miríade de relações entre a sociedade e a natureza, não considera que o território está no cerne da dinâmica social.

Existe outra dimensão que se perde nessa consideração normativa do território: o conflito. O território está relacionado com disputa na apropriação do espaço, portanto, com interesses conflitantes que convergem num mesmo espaço. A apropriação do espaço por um grupo ou indivíduo entra em disputa com as aspirações de outro grupo ou indivíduo.

O geógrafo em tela está correto em criticar uma concepção estatística do território, no qual a realidade é simplesmente matematizada, convertida em meros números. Acerta mais ainda quando chama atenção para o conflito. Esta é uma compreensão do território semelhante à de Oliveira (2004, p.40), que aqui nós endossamos:

Parto, portanto, da concepção de que o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.), em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é, assim, efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra.

Dessa forma, são as relações sociais de produção e a lógica contínua/contraditória de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo, o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização da natureza.

Voltando mais diretamente à questão central do desenvolvimento, pudemos constatar, até o momento, que a crítica incisiva que Montenegro Gómez faz remete-se primordialmente ao campo do discurso (a relação poder-saber). Como ele próprio escreve: “o discurso do desenvolvimento não tem nada de ontológico, de essencial, mas se revela uma construção histórica” (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p.129).

Esta afirmação não é simplória. Ela aponta para uma questão mal resolvida. Primeiramente: há um discurso do desenvolvimento ou desenvolvimento é discurso? Em segundo lugar vemos aqui o total desconhecimento da *Ontologia do Ser Social* lukacsiana. Isso porque ontologia não quer dizer “essencial” (como julga o autor), mas sim “estudo ou conhecimento do ser ou das coisas como realmente são. Portanto, a ontologia é a teoria do ser, isto é, diz respeito ao primado da objetividade do ser em relação a sua representação” (RODRIGUES, 2006, p.68).

De fato, a análise do desenvolvimento promovida pelo geógrafo em tela não tem nada de ontológico. E por não tentar compreender objetivamente as contradições da realidade

Montenegro Gómez (2006, p.134, grifos meus) prefere desferir seus ataques à ciência⁷⁸ e à razão:

O modelo dos países desenvolvidos, que, ao mesmo tempo, é o modelo da **racionalidade científica** superando o obscurantismo supersticioso do atraso, o modelo da fé no progresso como algo acumulativo, o modelo da universalização de padrões econômicos, sociais, políticos e culturais ocidentais.

Uma das críticas mais representativas do pós-estruturalismo ao desenvolvimento consiste em “denunciá-lo” como “cavalo de tróia” da modernidade. Com o desenvolvimento chegaria junto a **racionalidade moderna ocidental**, na sua dupla dimensão, com suas promessas de progresso e sua lógica instrumental que domina e empobrece.

Por essa via, a Razão, a racionalidade científica “moderna” e “ocidental” é tratada como intolerante (pra não dizer totalitária), dominadora e empobrecedora. Não é a ordem do capital, a dominação de classe burguesa (como ensina José Paulo Netto) responsável pelas desigualdades e injustiças sociais, mas sim a razão. Não é a toa que Netto (2010, p.262-263) tem total *razão* ao escrever que:

O que deve ser sublinhado como um dos traços que melhor caracteriza a ambiência cultural pós-moderna reside numa concepção clara e grosseiramente *idealista* do mundo social. A regressão teórica contida nessa recaída idealista aparece especialmente na *entificação da razão moderna* pelos pós-modernos, entificação que a torna um demiurgo onipotente de fazer inveja ao Espírito Hegeliano: a razão moderna é responsável pelas “falácias” que se revestiram do caráter das “promessas da modernidade” - o controle otimizado da natureza (que, de fato, revelar-se-ia como destruição e vestíbulo da catástrofe ambiental) e a interação humana emancipada (que, com efeito, mostrar-se-ia como opressão e heteronomia). Para os pós-modernos, na imanência da razão moderna, a dimensão instrumental estaria inevitavelmente vocacionada para “colonizar” a dimensão emancipatória. É ao movimento da razão moderna que os pós-modernos creditam as realidades constitutivas da sociedade urbano-industrial, com sua coorte de sequelas deletérias - nas elaborações pós-modernas, a realidade da ordem burguesa contemporânea aparece como derivada do dinamismo interno da razão incondicionada, que tudo pode.

⁷⁸ “O desenvolvimento, devidamente resguardado pelo parapeito da ciência moderna, enfrentaria os problemas, as desigualdades, as mazelas associadas à pobreza. Mas, essa ciência se impõe mediante o apelo a uma razão universal e acumulativa, o que limita a possibilidade da melhora das condições de vida, pois elimina, pelo desprezo, formas de racionalidade, de entendimento dos problemas, de percepção da realidade, que não estão sob o padrão ocidental capitalista” (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p.137). Como se vê a culpa não é do capitalismo, mas da ciência que se faz parapeito ao desenvolvimento... capitalista! A questão é: como se resolve a pobreza, os problemas, as mazelas? Silêncio. O autor só nos oferta silêncio e ceticismo já que nega direta e indiretamente o progresso humano objetivo. Equivocadamente, o geógrafo transpôs um elemento da totalidade (a ciência) e elevou ao status de entidade. Dessa forma transformou a parte em todo e subsumiu o todo à parte. A ciência seria incontrolável porque tudo pode, porque se auto-desenvolve (sem precisar de cientistas é claro!). Trata-se de uma ciência sem cientistas, autônoma, sem sujeito, sem conflitos, sem homem. A *percepção* equivocada de uma razão *universal* entendida como razão *homogeneizadora* subsume todas as teorias (hegelianismo, marxismo) calcadas na compreensão racional “no mesmo saco”, para utilizar um jargão popular. Marx, assim, não passaria de um economista como Adam Smith e David Ricardo, um positivista tal qual foi Comte, um sociólogo como Durkheim e Weber...

A caracterização fornecida pelo marxista José Paulo Netto serve como uma luva para o pós-moderno Montenegro Gómez. Além do mais, a concepção de progresso do geógrafo em tela é extremamente vulgar e nem de longe aproxima-se da rica e complexa definição de progresso ofertada pelo marxista húngaro György Lukács, como escrevi anteriormente.

Não é por puro acaso que a base da crítica do geógrafo é o estruturalismo. Em suas palavras: “o estruturalismo, por sua parte, já supõe uma reação contra o modernismo, no sentido de colocar em questão a formação de um conhecimento universal produzido por um sujeito racional, objetivo, autônomo e livre” (MONTENEGRO GÓMEZ, 2006, p.135).

Note-se que o geógrafo em tela concorda com a análise estruturalista. Em primeiro lugar, quando *reage* contra um sujeito racional ele quer nos dizer que o homem (o sujeito racional do conhecimento) *não é capaz* de se apropriar da realidade de maneira objetiva e dialética. Nesse movimento, a unidade dos contrários é suprimida e a objetividade da realidade é reduzida ao reino das *representações*, das *vontades*, dos símbolos, dos signos.

Em segundo lugar, quando reage contra um sujeito objetivo, Montenegro Gómez reage não só contra o *agir humano* (o sujeito que age racionalmente), mas também procura reagir contra o próprio *movimento de objetivação* humano. De maneira diferente, Marx (2006, p.144, negritos meus) chamou clara atenção para o processo de objetivação: “portanto, a **objetivação** da essência humana, tanto do ponto de vista teórico como prático, é **necessária** para *humanizar os sentidos* do homem e criar a *sensibilidade humana* correspondente a **toda a riqueza do ser humano e natural**”. Vemos, portanto, que a ação de objetivar é produzida subjetivamente (ou seja, por um sujeito individual/concreto/singular/racional) ao tomar um objeto (seja ele natural ou técnico) e trazê-lo para o campo das significações objetivas do homem. O homem, o verdadeiro e único sujeito racional objetivador (que se objetiva), antecipa mentalmente aquilo que produzirá na prática. Essa prática materializada em um objeto, esse “processo que articula a conversão do idealizado em objeto - sempre com a transformação de um setor da realidade - é denominado por Lukács de objetivação” (LESSA, 2007, p.38).

Em terceiro lugar, o problema da autonomia/liberdade é simplesmente *lançado* sem qualquer mediação, sem qualquer conexão unitária entre a razão e a objetividade da vida material. Marx, por sua vez, sabia claramente da relação existente entre necessidade e liberdade como bem expressou em um famoso trecho do *18 Brumário de Luís Bonaparte*:

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam

diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos (MARX, 2007, p.19).

Isso põe para o debate que existem sim condições que oprimem a realização plena da liberdade humana. Mas nem por isso é possível descartar-se a relativa autonomia que o indivíduo humano, em sua relação com outros indivíduos humanos, ou seja em sua relação social com o gênero humano, possui. Como diz Marx, os “homens fazem a sua própria história” e isso significa precisamente que a liberdade é fruto único e exclusivamente das ações humanas objetivas. Em um trecho memorável, o *mestre húngaro* assim sentenciou sua visão sobre a questão da liberdade:

A liberdade, bem como sua possibilidade, não é algo dado por natureza, não é um dom do "alto" e nem sequer uma parte integrante - de origem misteriosa - do ser humano. É o produto da própria atividade humana, que decerto sempre atinge concretamente alguma coisa diferente daquilo que se propusera, mas que nas suas conseqüências dilata - objetivamente e de modo contínuo - o espaço no qual a liberdade se torna possível (LUKÁCS, 2009, p.241).

Qualquer comentário sobre a citação de Lukács seria mera tautologia.

O pós-estruturalismo não pode resolver a questão da liberdade. Não pode porque retira do homem a capacidade objetiva de produzir a liberdade. Além do mais, como viemos insistindo, não há qualquer ontologia, ou seja, qualquer preocupação com a realidade objetiva da vida material. Como diz Montenegro Gómez (2006, p.136):

O pós-estruturalismo, ao contrário do estruturalismo, não busca abolir o devir histórico, analisando sincronicamente as estruturas que o sustentam e que lhe serviriam de padrão mais ou menos repetitivo; sua aposta está numa história crítica, diacrônica, preocupada com a descontinuidade das estruturas, com desvendar, não seu fundamento, mas sim sua *genealogia*⁷⁹, as condições que em cada momento a fazem possível. A ontologia no pós-estruturalismo se faz histórica. Não há uma essência primeira e perdurável, mas construções históricas que vão sofrendo mutações, descontinuidades, transformações, repetições.

O que está posto em questão é que, quando Foucault bebe em Nietzsche⁸⁰, a sua genealogia põe a **morte do sujeito**, como bem enfatizou Mavi Rodrigues (2006, p.126-127):

⁷⁹ Nota do autor: Genealogia entendida no sentido que Foucault, a partir de Nietzsche, lhe deu: “uma forma histórica que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história” (FOUCAULT, 1988a [1977], p. 7).

⁸⁰ No que tange à Nietzsche, Lukács foi enfático: “Nietzsche procura assentar ideologicamente sua utopia reacionária sobre esta negação do progresso. [...] sua verdadeira concepção de história é muito próxima à de Schopenhauer: a história revela uma corrupção contínua, uma degradação irrefreável, no interior das quais as transformações individuais são milagres inexplicáveis. [...] sua doutrina do eterno retorno é uma nova negação de qualquer historicidade, de qualquer progresso (LUKÁCS, 2009, p.36-37). Portanto, é necessário recuperar o

“ao enfatizar a estrutura ou o inconsciente, o estruturalismo levava a morte do sujeito”. Foucault faz isso para poder elevar a abstração sua epistemologia discursiva e assim autonomizá-la (já que o homem está morto). É por isso que o discurso se transforma numa verdadeira entidade manipulando a tudo e a todos.

Por isso tudo é que o referido geógrafo transforma o desenvolvimento em uma crença, uma religião. Na sua concepção o desenvolvimento, essa entidade fantasmagórica, esvazia o conteúdo da vida social que foi colonizado pela ciência economia. Mas o curioso é que Montenegro Gómez (2006, p.146) possui momentos de lucidez perceptíveis, quando, por exemplo critica o mercado:

Que, suprimindo ou marginalizando tais questões básicas, provocou a generalização da pobreza através da destruição das redes de solidariedade comunitárias, ao privatizar e restringir o acesso a recursos naturais básicos (terra, água, madeira, sementes etc.), ao provocar êxodos massivos de mão-de-obra.

No entanto, sua lucidez termina por aí porque seu intelecto fetichizado pelo pensamento pós-estruturalista trata o desenvolvimento como uma “construção” “histórica” que faz inveja aos hegelianos, mas que passa longe de fazer inveja ao *pensador da história* Georg Hegel que compreendia a história de maneira *objetiva* (apesar de *idealista*), *dialética*, *racional*, *progressista* e *humanista*, todas estas características apresentando uma *conexão interna e unitária*.

Enfim, para Montenegro Gómez a sociedade já não é mais burguesa/capitalista, mas sim disciplinar e de controle, tais como definiram Michel Foucault e Gilles Deleuze. Note-se que temos a repetição do mesmo movimento: separa-se uma parte (controle/disciplina) do todo (sociedade) eleva-se ao nível de abstração autonomizando e *entificando* a parte em detrimento do todo. Esse é o movimento pelo qual o controle e a disciplina (as partes) se tornam *sujeito* em relação à sociedade (o Todo, a Totalidade) que vira *predicado*. Em vez de pensar o controle ou a disciplina como uma *totalidade* de uma *totalidade maior* e mais complexa e, assim, apreender a conexão unitária entre o Todo e as partes, o geógrafo em tela, partindo da leitura fiel dos filósofos franceses, confere grande autonomia ao plano *discursivo-formal*, quer se trate do controle delleuziano e/ou da disciplina foucaultiana. É por isso que a violência (seja do Estado, milícias, contra movimentos sociais, meios de comunicação) *aparece* para Montenegro Gómez como um produto da sociedade disciplinar/controle e não

caráter progressista e dialético da História livrando-a de seus vernizes irracionais, existencialistas, estruturalistas e pós-modernos no qual a realidade não é passível de ser apropriada racionalmente, o que equivale a dizer que a mesma realidade é irracional.

como expressão concreta, ainda que *fenomênica* e superficial, das lutas de classes *incontrolável e indisciplinável*, pois *imane*nte da sociedade capitalista/burguesa.

5 DESENVOLVIMENTO GEOGRÁFICO DESIGUAL DO CAPITALISMO

5.1 Neil Smith e o *Desenvolvimento Desigual*

Procurando demonstrar o caráter geográfico do desenvolvimento desigual⁸¹, Neil Smith, partindo de uma análise marxista, atrela o conceito filosófico de produção do espaço ao mecanismo analítico-geográfico das escalas com o intuito de espacializar a economia política capitalista. Nesse sentido constata uma dialética entre diferenciação e equalização geográficas.

Smith focaliza o caráter político-econômico do desenvolvimento desigual capitalista que remonta aos clássicos do pensamento marxista como Vladimir Lênin⁸² e Leon Trotsky⁸³. Em ambos os casos, está presente a concepção de que o capitalismo hierarquiza a diferença em desigualdade e assim desenvolve-se (desenvolvimento desigual, Lênin) combinando formas modernas [capitalistas] com formas arcaicas [não-capitalistas] evoluindo desigualmente (desenvolvimento desigual e combinado, Trotsky).

A intentona de Neil Smith é justamente mostrar que o desenvolvimento desigual é *marcadamente geográfico* na exata medida em que tende para a diferença (a incorporação da base natural ao processo de produção capitalista, a divisão territorial do trabalho) e para a igualização. Assim, concordando com Leon Trotsky, Neil Smith (1988, p.151) escreve:

⁸¹ Foi o geógrafo anarquista Élisée Reclus quem tomou a categoria desenvolvimento desigual como um dos fundamentos da Geografia. Em suas palavras: “A primeira categoria de acontecimentos que o historiador constata nos mostra como, pelo efeito de um *desigual desenvolvimento* nos indivíduos e nas sociedades, todas as coletividades humanas, com exceção dos povos que permaneceram no naturismo primitivo, se desdobram, pro assim dizer, em classes ou em castas, não apenas diferentes, mas também opostas em interesses e em tendências, até mesmo francamente inimigas em todos os períodos de crise” (1985, p.39).

⁸² Lênin (1987, p.10, grifos meus) nos fornece o exemplo das estradas de ferro mostrando o desenvolvimento desigual do capitalismo: “As estradas de ferro nos dão o balanço dos ramos chaves da indústria capitalista, da indústria hulhífera e siderúrgica, o balanço e os índices mais significativos do **desenvolvimento** do comércio mundial e da civilização democrática burguesa. [...] A **desigual** repartição da rede ferroviária, a **desigualdade do seu desenvolvimento constitui, à escala mundial, o balanço do moderno capitalismo monopolista**. E este balanço mostra que, com tal base econômica, as guerras imperialistas são absolutamente inevitáveis durante e enquanto existir a propriedade privada dos meios de produção”.

⁸³ Segundo Michael Löwy (1995, p. 73): “A teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky [...] é uma tentativa de [...] dar conta da lógica das contradições econômicas e sociais dos países do capitalismo periférico ou dominados pelo imperialismo”. E prossegue o mesmo autor: “Contrariamente a Lênin que examinava o desenvolvimento do capitalismo na Rússia sobretudo a partir das contradições internas da agricultura, Trotsky o aborda sob o ângulo da inserção da economia russa no sistema capitalista. A formação social russa era tomada como um subconjunto periférico do capitalismo mundial, que formava, de forma determinante, sua estrutura econômica e social” (idem, p.74).

Não é, como sugere Ernest Mandel, o “sistema do mundo capitalista” que está em *função* da validade universal da lei do desenvolvimento desigual e combinado; antes é o desenvolvimento desigual e combinado que está em função da universalidade contemporânea do capitalismo.

Isso significa que a universalização do capitalismo incorpora para si as diferenças geográficas e as toma como premissas para seu desenvolvimento. Se o desenvolvimento desigual atravessa a história, ele constitui uma geografia própria sob o capitalismo.

Essa geografia do capitalismo assenta-se em uma *base natural* que confere, juntamente com a divisão territorial do trabalho, a tendência para a *diferenciação*.

A divisão do trabalho na sociedade é a base histórica da diferenciação espacial de níveis e condições de desenvolvimento. A divisão espacial ou territorial do trabalho não é um processo separado, mas está implícito, desde o início, no conceito de divisão do trabalho. [...]

Sob condições naturais diferentes, o mesmo gasto de trabalho resultará em diferentes qualidades de uma dada mercadoria, e isto implica a possibilidade (mas somente a possibilidade) de produção excedente em um lugar embora não em outro. Além disso, a diferenciação qualitativa da natureza coloca certos limites para que os processos de produção possam ocorrer numa dada área. Assim, o algodão não pode naturalmente ser cultivado no Ártico e o carvão não pode ser extraído de camadas geológicas que não o contenham. Esta é a base natural para produção excedente (SMITH, 1988, p.152).

O caráter geográfico repousa no entendimento de como o **trabalho**⁸⁴ permite o desenvolvimento das forças produtivas e consequentemente uma apropriação maior da terra e da natureza. Desse modo o processo de trabalho permite que os homens se apropriem dos elementos naturais e objetivam os mesmos (transformação em objetos) humanizando a natureza e a si próprios⁸⁵. O território é nesse caso o âmbito da objetivação humana mediada

⁸⁴ “O processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é a condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural e eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais” (MARX, 2010, p.218). O filósofo marxista húngaro György Lukács, na trilha deixada por Marx, atentou para a centralidade ontológica do trabalho: “A essência do trabalho consiste precisamente em ir além dessa fixação dos seres vivos na competição biológica com seu mundo ambiente. O momento essencialmente separatório é constituído não pela fabricação de produtos, mas pelo papel da consciência, a qual, precisamente aqui, deixa de ser mero epifenômeno da reprodução biológica: o produto, diz Marx, é um resultado que no início do processo existia “já na representação do trabalhador”, isto é, de modo ideal” (LUKÁCS, 2012a, p.5).

⁸⁵ Lukács foi claro em relação ao papel do trabalho no processo de humanização do homem e sua relação com a natureza, a sociedade e a história: “Com justa razão se pode designar o homem que trabalha, ou seja, o animal tornado homem através do trabalho, como um ser que dá respostas. Com efeito, é inegável que toda atividade laborativa surge como solução de resposta ao carecimento que a provoca. Todavia, o núcleo da questão se perderia caso se tomasse aqui como pressuposto uma relação imediata. Ao contrário, o homem torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida em que - paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente - ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e quando, em sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade

pela relação de trabalho. A divisão do trabalho é marcadamente territorial (expressão espacial do metabolismo homem-natureza, homem-sociedade, homem-história) e incorpora a base natural da diferenciação no processo produtivo. Assim a fabricação de novos objetos produzidos pelo homem o leva a novas situações objetivas que requerem, assim, forças produtivas capazes de modificar a realidade existente. O território, assim, é o espaço usado pelos homens que incorporam a natureza ao processo de fabricação de meios de produção e subsistência abrindo novas necessidades e possibilidades de realização da existência (vida social) através da práxis criadora (o trabalho, a categoria essencial e fundante do ser social). Por isso, Neil Smith (idem, p.152-153) mostra que “numa economia mais desenvolvida, a apropriação das vantagens naturais deixa de ser acidental. Com efeito, as diferenças naturais são internalizadas como a base para uma diferenciação social sistemática do processo de trabalho”.

Obviamente, a expressão espacial mais visível da divisão do trabalho é aquela que relaciona campo-cidade às atividades econômicas agricultura-indústria. Tanto o campo quanto a cidade não existem “naturalmente”, assim como “não existe nada na natureza que estimule uma divisão entre agricultura e indústria” (idem, p.153). Aqui a natureza joga um papel importante, pois seus elementos distribuem-se de maneira desigual sob a superfície da terra. A apropriação deste caráter desigual da distribuição dos elementos naturais sobre a superfície terrestre serve como base e ao mesmo tempo indica a *tendência* dos cultivos na superfície terrestre. No caso da indústria, o par dialético da agricultura, a localização em relação às matérias-primas serve como base, o primeiro passo, para seu posterior desenvolvimento.

Todavia, Neil Smith nos alerta sobre os perigos de uma explicação puramente natural/ambiental:

Esse tipo de explicação - a da localização geográfica das atividades sociais de acordo com as diferenciações na natureza - é o material de trabalho da Geografia tradicional. Até o presente século, e em grande parte até os nossos dias, o primado da natureza e das diferenciações inerentes dentro da natureza foram sacralizadas no estudo da Geografia (idem, ibidem).

com tais mediações, frequentemente bastante articuladas. De modo que não apenas a resposta, mas também a pergunta é um produto imediato da consciência que guia a atividade; todavia, isso não anula o fato de que o ato de responder é o elemento ontologicamente primário nesse complexo dinâmico. Tão-somente o carecimento material, enquanto motor do processo de reprodução individual ou social, põe efetivamente em movimento o complexo do trabalho; e todas as mediações existem ontologicamente apenas em função da sua satisfação. O que não desmente o fato de que tal satisfação só possa ter lugar com a ajuda de uma cadeia de mediações, as quais transformam ininterruptamente tanto a natureza que circunda a sociedade, quanto os homens que nela atuam, as suas relações recíprocas etc.; e isso porque elas tornam praticamente eficientes forças, relações, qualidades etc., da natureza que, de outro modo, não poderiam exercer essa ação, ao mesmo tempo em que o homem liberando e dominando essas forças - põe em ser um processo de desenvolvimento das próprias capacidades no sentido de níveis mais altos” (LUKÁCS, 2012a, p.5-6).

Em verdade, não podemos negligenciar o papel da natureza no fornecimento de matérias-primas que se potencializam e se efetivam em objetos úteis à vida humana. Exemplifiquemos: os camponeses do Leste Maranhense utilizam-se de determinadas madeiras (Bacurizeiro, Pau Pombo, Janaguba) com as quais edificam o telhado de suas casas. Esta não é uma informação qualquer. Pensemos em termos lukacsianos: este “simples” fato demonstra como os camponeses apropriam-se de elementos da natureza (as madeiras supracitadas) para satisfazer suas necessidades (a construção do telhado de suas casas). Desta forma, antecipam na consciência e dirigem sua ação para atender seus objetivos. A prévia-ideação que os camponeses executam se materializa em objeto (o telhado feito de madeira extraído das chapadas). Estamos diante de uma relação de objetivação: a transformação de uma ideia em objeto. A natureza (as espécies vegetais), o objeto da ação humana (no caso dos camponeses), é apropriada pelos sujeitos da ação e transformada e, ao mesmo tempo, o homem se transforma abrindo novas necessidades e possibilidades em sua relação com a natureza, a sociedade e a história.

Procurei demonstrar em termos lukacsianos que a fonte de explicação não está na natureza em si, ou seja, a natureza sendo entendida como condição única do desenvolvimento das forças produtivas. Mas sim no trabalho humano, na atividade de reprodução material, em primeira instância, da sociedade (economia *lato sensu*).

Smith menciona que a busca de explicações do desenvolvimento tomando como base única e exclusivamente a natureza foi uma visão que figurou na Geografia Comercial durante muito tempo, espalhando-se para Geografia Regional, Agrícola e Política.

[...] A “Geografia Comercial” descreveu a variedade de produtos provenientes das diferentes nações e regiões do mundo e tentou explicar os diferentes padrões de produção agrícola e industrial com base nas diferentes dádivas da natureza. [...] As concentrações urbanas e regionais de capital industrial eram explicadas como resultado da proximidade de matérias-primas específicas de estradas e caminhos naturais e de coisas semelhantes, ao passo que as concentrações de capital agrícola resultavam do caráter particular do solo, do clima e da fisiografia (idem, p.154).

Trata-se de uma *positivação* uma vez que transforma a Geografia em uma legisladora da atividade humana, em outras palavras, não explica a produção social das riquezas, mas preocupa-se com a localização das vantagens naturais. O problema desta análise é *universalizar* o ponto de partida, ou seja, a natureza é, indubitavelmente, uma condição objetiva de desenvolvimento humano, *mas o desenvolvimento humano não é redutível à natureza*.

Com o desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo, a lógica que preside a localização geográfica afasta-se cada vez mais de tais considerações naturais. [...] O que ligava o desenvolvimento econômico às condições geográficas era primeiramente a dificuldade de vencer as distâncias e em segundo lugar a necessidade de grande proximidade das matérias-primas (idem, p.157).

Graças ao desenvolvimento do setor de transportes, o homem consegue afastar-se das limitações naturais e ter uma maior autonomia sobre os processos produtivos e de circulação das mercadorias. Pensemos no caso da Suzano. Para superar as limitações naturais (solos não adaptados ao cultivo do eucalipto) e as barreiras espaciais (distância dos mercados consumidores, notadamente a Europa) ela (1) iniciou uma série de pesquisas biotecnológicas visando à seleção de clones adaptados às condições de clima e solo da região Leste Maranhense; e (2) vem implantando uma série de objetos técnicos⁸⁶ que permitam superar as barreiras espaciais: rodovias, ferrovias e portos. Assim, o homem vai cada vez mais estabelecendo mediações com a natureza por conta de suas ações e objetos técnicos que se encontram no espaço. O desenvolvimento progressivo do capitalismo assenta-se crescentemente em novas bases materiais que não são redutíveis às bases da natureza. Isso altera não só a relação entre sociedade e natureza, mas também a divisão socioterritorial do trabalho.

“A diferenciação do espaço geográfico, a que nós chamamos divisão territorial do trabalho deriva da divisão social do trabalho mais geral” (idem, p.159). Temos assim que o espaço geográfico é produto e premissa da divisão socioterritorial do trabalho. Smith (idem, p.163) distingue quatro escalas nas quais ocorre o processo de diferenciação social a partir da divisão do trabalho e do capital:

- a) a divisão social *geral* do trabalho (e do capital) em diferentes departamentos;
- b) a divisão do trabalho (e do capital) em diferentes setores *particulares*;
- c) a divisão do capital social entre diferentes *capitais individuais*;
- d) a divisão *específica* de trabalho no interior da fábrica

Para o nosso caso, interessa o que o geógrafo escocês aborda sobre a escala da divisão *geral* do trabalho porque “o capitalismo está historicamente fundamentado sobre a divisão entre indústria e agricultura” (idem, p.164). Ele alerta para o seguinte sentido:

⁸⁶ Seguindo o filósofo húngaro György Lukács, os objetos nada mais são que a objetivação de ideias previamente construídas na consciência. O homem, enquanto portador único de atos teleológicos, arquiteta primeiro na mente, de maneira abstrata, determinado objeto. Quando esta ideia é objetivada temos então o objeto. Para o caso específico de objetos técnicos foi o geógrafo Milton Santos que a incorporou tal definição como parte de sua teoria do espaço geográfico.

A separação da cidade e do campo é tanto o fundamento lógico quanto o histórico da divisão social do trabalho contemporâneo no seguinte sentido: somente quando o proletariado estivesse livre da necessidade e da responsabilidade de produzir seus próprios meios de subsistência é que essa divisão do trabalho poderia progredir como o fez. A separação da cidade e do campo não se origina com o capitalismo mas é, ao contrário, herdada pelo capitalismo em sua origem. Somente com a libertação dos camponeses da terra e com sua migração para a cidade é que se consuma a separação final entre a cidade e o campo. A separação da cidade e do campo é, por si mesma, um produto da divisão social do trabalho, mas vem a se tornar o fundamento como dizia Marx, para a divisão do trabalho.

Não seria surpreendente que precisamente esta divisão do trabalho haja solapado seu próprio fundamento - a separação da cidade e do campo. A urbanização do campo, através da industrialização da agricultura, é hoje uma realidade indiscutível e algo que Marx previu. “A história da Antigüidade Clássica”, disse ele, “é a história das cidades fundadas sobre a propriedade da terra e sobre a agricultura. A Idade Média (período germânico) começa tendo a terra como o assento da História, cujo desenvolvimento posterior avança, então, na contradição entre cidade e campo; na época moderna ocorre a urbanização do campo e não a ruralização da cidade como na Antigüidade”. A separação da cidade e do campo ainda hoje ocorre de alguma forma, mas deveria ser visto como uma relíquia das origens do capitalismo. Falar dela hoje como se fosse ainda uma questão central na determinação da divisão geral do trabalho, como se faz comumente, é ler Marx de forma acrítica e fossilizar a dicotomia campo-cidade. Estritamente defendida, esta dicotomia é um derivado do dualismo ideológico mais amplo da natureza *versus* a sociedade - a máquina *versus* o jardim (idem, p.164-165).

Neil Smith acerta no fundamental: é verdade que campo e cidade estão separados. Porém, estão separados por uma contradição dialética que os unifica na totalidade do capitalismo. O *campo* na região Leste Maranhense, especificamente de Santa Quitéria e Anapurus, continua sendo o *espaço da realização da existência* dos camponeses onde estes últimos conectam agricultura e terra comunal (como as chapadas), praticam o extrativismo vegetal (a extração do bacuri, por exemplo) para complementação da renda, fazem a roça onde plantam espécies vegetais de primeira necessidade (arroz, milho, feijão, mandioca), quebram o coco-babaçu, etc.

Vimos que a tendência para a diferenciação está atrelada a dois aspectos cruciais: a base natural da diferenciação e a divisão territorial do trabalho. Estas duas características estão em relação dialética com aquilo que Neil Smith chamou de tendência para a igualização.

Inerente à produção global do espaço relativo está uma tendência para igualização das condições de produção e do nível de desenvolvimento das forças produtivas. Esta aniquilação do espaço pelo tempo é o resultado final, ainda que nunca totalmente realizado, dessa tendência. Em constante oposição à tendência para a diferenciação, a tendência para a igualização e a contradição resultante são os fatores determinantes mais concretos do desenvolvimento desigual (idem, p.179).

A tendência para igualização é o nivelamento ao plano do capital. Um exemplo fornecido pelo geógrafo escocês é a relação cidade-campo. De acordo com o raciocínio do autor, o capitalismo igualizou cidade-campo via industrialização da agricultura. Ele exemplifica dizendo que: “A acumulação de capital avança não simplesmente através do desenvolvimento da divisão do trabalho mas pelo nivelamento dos modos de produção pré-capitalistas ao plano do capital”. Ora, mas de qual campo fala Neil Smith? No caso do campo brasileiro, como já havíamos falado antes, o que Smith aponta não se justifica totalmente porque o desenvolvimento do capitalismo tem se caracterizado de maneira *contraditória* posto que tem propriamente articulado *relações não-capitalistas*, como o *campesinato*, e relações propriamente capitalistas, caso do trabalho assalariado. Assim, a proposta teórica de análise da Suzano no campo maranhense está em sintonia com a perspectiva de Oliveira (2004) que distingue dois processos: a **territorialização do capital monopolista** e a **monopolização do território** pelo capital monopolista.

No primeiro mecanismo no qual o capital se territorializa, ele varre do campo os trabalhadores, concentrando-os nas cidades, quer para ser trabalhadores para a indústria, comércio ou serviços, quer para ser trabalhadores assalariados no campo (bóias-frias). Nesse caso, a lógica especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital se desenvolve na sua plenitude (OLIVEIRA, 2004, p.42).

O capitalista/proprietário da terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola (cultura da cana, por exemplo) e a renda da terra gerada por esta atividade agrícola. A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num “mar” de cana, de soja, de laranja, de pastagem etc. (OLIVEIRA, 2005, p.106).

Já no segundo mecanismo, quando monopoliza o território, o capital cria, recria, redefine relações camponesas de produção familiar. Abre espaço para que a economia camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social. O campo continua povoado, e a população rural pode até se expandir. Nesse caso, o desenvolvimento do campo camponês pode possibilitar, simultaneamente, a distribuição da riqueza na área rural e nas cidades, que nem sempre são grandes (OLIVEIRA, 2004, p.42).

Neste segundo caso ainda, o próprio capital cria as condições para que os camponeses produzam matérias-primas para as indústrias capitalistas ou mesmo viabilizem o consumo dos produtos industriais no campo (ração para a avicultura ou para a suinocultura). Esse processo revela que o capital sujeitou a renda da terra produzida pelos camponeses à sua lógica, ou seja, está-se diante da metamorfose da renda da terra em capital. O que o processo revela, portanto, é que estamos diante do processo de produção do capital, que nunca é produzido por relações especificamente capitalistas (OLIVEIRA, 2005, p.106).

É por isso que o desenvolvimento do capitalismo no campo abre espaço para a expansão do trabalho familiar camponês, nas suas múltiplas formas, como camponês proprietário, parceiro, renteiro ou possessor. É assim que os próprios capitalistas no campo utilizam-se desse processo para produzir seu capital (idem, ibidem).

Para o nosso caso em questão, compreendemos que a Suzano está propriamente se territorializando no Estado do Maranhão. *Isso porque ela é na mesma pessoa jurídica o*

capitalista, o dono dos meios de produção, e o proprietário de terras, que vive da renda fundiária. Ou seja, duas classes sociais em uma (OLIVEIRA, 2004).

Dessa forma, podemos concordar com Neil Smith no que diz respeito à como o capitalismo unificou dialeticamente cidade e campo; mais ainda: como o campo brasileiro em parte industrializou-se (caso dos setores de silvicultura e sucroalcooleiro, por exemplo); Todavia discordamos quando a interpretação pela via da industrialização da agricultura leva a obnubilar as especificidades do campo ou ainda pensar que as relações propriamente capitalistas (o trabalho assalariado) subsumiu a tudo e a todos.

O desenvolvimento do capitalismo está assentado sob a base natural da diferenciação e a divisão territorial do trabalho. Estas duas características conformam a tendência para diferenciação. Vinculada à diferenciação está a tendência para igualização: a elevação ao plano do capital de todas as relações não-capitalistas, a industrialização da agricultura e a superação da dicotomia Cidade-campo (no âmbito *formal*). Todavia, mais dois aspectos compõe a dialética entre diferenciação e igualização: *a concentração sócio espacial/centralização do capital e o ritmo da acumulação*. Como explica o autor:

Em primeiro lugar, devemos distinguir entre a concentração social e espacial e a centralização do capital. Quando Marx fala a esse respeito, geralmente quer dizer sobre o processo *social*, segundo o qual as unidades individuais de capital vêm a controlar quantidades cada vez maiores de capital. A concentração espacial e o processo de centralização referem-se à localização física do capital e é, desse modo, diferente da concentração e centralização sociais (SMITH, 1988,p.176).

É claro que estes dois processos escalares não podem ser pensados separadamente: a Suzano pode muito bem, se a considerarmos na escala do *capital individual*, concentrar capital e centralizar em determinados lugares (como está fazendo agora no Maranhão com suas fábricas). Um bom exemplo da concentração de capitais é observável com a aquisição de 50% da Ripasa⁸⁷ em 2005, bem como a aquisição de 50% da Conpacel e KSR⁸⁸, em 2010. Não podemos olvidar que este movimento do capital financeiro está vinculado ao capital produtivo que se materializa na criação de ambientes propícios à produção, extração de mais-valia e acumulação de capital: acessos rododferroviários, plantas industriais, terminais portuários, etc.

⁸⁷ A Ripasa foi fundada em 1959, e na década de 70 já figurava entre os maiores produtores de celulose do Brasil. Em 1982, a Ripasa transformou-se em sociedade por ações de capital aberto e, em novembro de 2001, aderiu ao Nível 1 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da BOVESPA. A Ripasa atua na produção de celulose, papéis de imprimir e escrever, especiais, papel cartão e cartolinas.

⁸⁸ A Conpacel é o Consórcio Paulista de Papel e Celulose, formado pela Suzano e pela Votorantim Celulose e Papel S.A. Já a KSR é uma divisão especializada na distribuição de produtos gráficos, a maior da América Latina. Cf. <www.suzano.com.br>. Acesso em 28 ago. 2011.

Este “investimento de capital no ambiente construído está em sincronia com o ritmo cíclico mais geral de acumulação do capital” (idem, p.182). Para Smith o ritmo da acumulação está profundamente ligado ao investimento no “ambiente construído, por causa do período prolongado durante o qual o corpo material do capital fixo está fossilizado na paisagem” (idem, *ibidem*). A fossilização na paisagem é a marca geográfica da sucessão de tempos históricos regulares que dão forma a uma geografia específica de acumulação do capital. Em suas palavras: “o ritmo histórico do investimento no ambiente construído forja padrões geográficos específicos que, por sua vez, influenciam fortemente o programa de acumulação do capital” (idem, p.183). O ritmo, portanto, está no plano da temporalidade, da intensidade na qual a produção econômica inscreve-se na materialidade espacial (os objetos técnicos) ao longo do tempo.

Não obstante, o ritmo da acumulação traz, contraditoriamente, os períodos de **crise**⁸⁹. O desenvolvimento das forças produtivas traz consigo o germe da crise (superprodução, capital produtivo estagnado, queda de preços e redução da demanda, etc.). Fusões, aquisições e o investimento em capital fixo ao mesmo tempo em que são frutos do desenvolvimento do capitalismo e estratégias alternativas à crise, irão compor a geografia do desenvolvimento capitalista que se inaugura posteriormente.

Nesse aspecto, a crise do neoliberalismo iniciada em 2006 constitui bom exemplo. A Suzano (2009, p.5) destacou à época da crise, que “houve uma queda mundial da demanda por produtos e serviços e, conseqüentemente, uma redução dos preços, entre eles os da celulose, que já caíram cerca de 40%”. Continuando:

Depois de anos de crescimento econômico, essa desaceleração, ainda que não com esta dimensão, já era esperada. Por isso, desde 2006, a Suzano vem implementando medidas para se consolidar como uma das mais eficientes empresas de seu setor. Por conta disso, fizemos movimentos importantes:

⁸⁹ A compreensão das crises não é algo fácil e muito menos simplório dentro do modo capitalista de produção. E várias são as correntes que buscam explicar este fenômeno. Na visão de Harvey (2011, p.99): “Há uma tendência dentro da história da teorização de crises de procurar uma explicação dominante para a propensão capitalista a crises. Os três grandes campos tradicionais de pensamento são o esmagamento do lucro (os lucros caem porque os salários reais aumentam), a queda da taxa de lucro (mudanças tecnológicas que poupam trabalho se voltam contra o capitalista e a concorrência ‘ruinosa’ derruba os preços), as tradições do subconsumo (a falta da demanda efetiva e a tendência para estagnação associadas com a monopolização excessiva)”. O geógrafo britânico propõe uma análise das crises que, sem diminuir as contribuições dos três campos supracitados, amplifique o complexo de mediações explicativas. Em suas palavras: “Há, acredito, uma maneira muito melhor de pensar a formação de crise. A análise da circulação do capital aponta para vários limites e barreiras potenciais. A escassez de capital-dinheiro, os problemas trabalhistas, as desproporcionalidades entre os setores, os limites naturais, as mudanças tecnológicas organizacionais desequilibradas (incluindo a concorrência versus o monopólio), a indisciplina no processo de trabalho e a falta de demanda efetiva encabeçam a lista. Qualquer uma dessas condições pode retardar ou interromper a continuidade do fluxo do capital e assim produzir uma crise que resulta na desvalorização ou perda do capital. Quando um limite é superado, a acumulação muitas vezes depara-se com outro em algum lugar” (idem, *ibidem*).

- focar no aumento de escala,
- ampliar os prazos para pagamentos de dívidas e
- tornar a operação mais eficiente.

Isso nos permitiu chegar fortalecidos ao momento atual. O problema é que ninguém previu que essa desaceleração viria tão rapidamente e com essa força.

O momento exige mais esforços. Para preservarmos a saúde financeira da empresa, condição fundamental para continuarmos operando e crescendo, tomamos medidas preventivas como a parada de produção, a redução de algumas posições de trabalho e a renegociação com fornecedores de equipamentos e insumos e prestadores de serviço (idem, ibidem).

A crise, como disse, abriu espaço para o *Novo Ciclo de Crescimento* da Suzano, iniciado em 2008. Este Novo Ciclo de Crescimento da Suzano inclui a construção de novas plantas industriais no Piauí (Suzano Papel e Celulose) e no Maranhão (em Imperatriz e a fábrica da Suzano Energia Renovável em Chapadinha). Em outros termos, reflete a retomada do investimento da Suzano que se materializa no território na forma de objetos técnicos: (1) plantio florestal⁹⁰, (2) plantas industriais, (3) acesso rodo-ferroviário e (4) terminais portuários. Esse movimento geográfico produz o que eu chamaria de *complexo monocultura-indústria-rodovia/ferrovia-porto*. O Maranhão tem sido palco desse movimento a julgar pelas monoculturas na região de Timon e Porto Franco, a planta industrial em Imperatriz, o ramal ferroviário de João Lisboa⁹¹ e o Terminal Portuário Grandis, na capital do Estado. Compreende-se que a Suzano está buscando garantir as condições necessárias à produção e circulação de suas mercadorias. Isso explica o investimento em capital fixo para solucionar as crises. Mas, se concordarmos com Neil Smith, concluiremos que essa solução é sempre temporária:

Por mais catártica que possa ser, a exportação de mercadorias, de capital de produção, de trabalhadores, de dinheiro, ou mesmo de desemprego e desvalorização, é sempre, somente uma solução temporária que, no final das contas, exacerba o problema. Quanto mais geral se torna a crise, tanto mais difícil se torna exportar a crise (SMITH, 1988, p.193).

Ressalta-se o papel das escalas espaciais como conceito-chave de compreensão do desenvolvimento desigual. E aqui justamente reside a maior contribuição de Neil Smith para a

⁹⁰ Em verdade, plantio florestal deveria estar entre aspas. Insisto que floresta é muito mais que uma área coberta de árvores. Isso são, em verdade, monoculturas. E o próprio prefixo *mono* define que aquilo que é cultivado/produzido é algo único. Nesse sentido, empresas como a Suzano Papel e Celulose podem destruir a diversidade florestal (sem qualquer exagero nessa afirmação) em nome de um monocultivo que é considerado, erroneamente, como floresta. Barcelos (2010, p.52) também é enfático: “não podemos confundir as plantações homogêneas para fins industriais com o plantio de árvores como prática histórica e cultural”.

⁹¹ O referido ramal ferroviário a ser construído contará com 33 km de extensão interligando a futura fábrica de celulose e papel da Suzano em Imperatriz (MA) até a ferrovia Norte-Sul, localizada em João Lisboa, também no Maranhão (PÖYRY, 2011).

teoria do desenvolvimento geográfico desigual: a dialética da diferenciação-igualização é apreendida pelas escalas espaciais produzidas pelo capital.

O capital herda um mundo geográfico que já está diferenciado em complexos padrões espaciais. À medida em que a paisagem fica sob o domínio do capital [...], estes padrões são agrupados em uma hierarquia cada vez mais sistemática de escalas espaciais. [...] Da mesma forma que a integração espacial é uma necessidade da universalização do trabalho abstrato, na forma de valor, assim também a diferenciação de espaços absolutos como escalas particulares da atividade social é uma necessidade intrínseca para o capital. Como um meio de organizar e integrar os diferentes processos envolvidos na circulação e na acumulação de capital, tais espaços absolutos são fixos no fluxo mais amplo do espaço relativo e se tornam o fundamento geográfico para a circulação e expansão globais do valor. [...] O ponto chave não é simplesmente considerar as escalas espaciais como dadas, não importando quão evidentes por si mesmas elas pareçam, mas sim entender as origens, a determinação e a coerência interna e a diferenciação dessas escalas como já contidas na estrutura do capital (idem, p.196-197).

Para o geógrafo escocês as três escalas espaciais do capital são: urbana, nação-estado e global. A escala urbana é “a expressão necessária da centralização do capital produtivo” (idem, p.197). Ela está vinculada ao deslocamento diário para o trabalho e ao mercado de trabalho local.

Assim, os limites geográficos aos mercados de trabalho diários expressam os limites à integração espacial na escala urbana: **onde os limites urbanos se tornaram super-estendidos, surge a ameaça de fragmentação e desequilíbrios na universalização do trabalho abstrato**; onde são por demais restritos geograficamente, a força de trabalho urbana é comparativamente limitada e a oportunidade surge da estagnação prematura no desenvolvimento das forças produtivas (idem, p.198, grifos meus).

Mas existem problemas com essa avaliação de Neil Smith (especialmente na parte por mim grifada). Por dois fatores: primeiro porque um desequilíbrio na universalização do trabalho abstrato sugere um desequilíbrio na universalização do valor (posto que o trabalho abstrato é, em Marx, a substância do valor). O segundo problema é que o trabalho (a relação orgânica entre o homem e a natureza), sob o modo capitalista de produção, é convertido em trabalho abstrato (aquele que produz mais-valia).

Começemos pelo primeiro problema. Em *O capital*, escreve Marx (2010, p.60):

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos nele corporificados; desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato.

O trabalho abstrato é assim a abstração real da concretude de todos os outros trabalhos (do marceneiro, do pedreiro, do fiandeiro, etc.):

Pondo-se de lado o desígnio da atividade produtiva e, em consequência, o caráter útil do trabalho, resta-lhe apenas ser um dispêndio de força humana de trabalho. O trabalho do alfaiate e o do tecelão, embora atividades produtivas qualitativamente diferentes, são ambos dispêndio humano produtivo de cérebro, músculo, nervos, mãos, etc., e, desse modo, são ambos trabalho humano. Sem dúvida, a própria força humana de trabalho tem de atingir certo desenvolvimento, para ser empregada em múltiplas formas. O valor da mercadoria, porém, representa trabalho humano simplesmente, dispêndio de trabalho humano em geral (idem, p.66).

Vê-se, então, que a utilidade individual/particular do trabalho concreto cede espaço ao trabalho em seu sentido geral, abstrato. Esse geral, abstrato é justamente o que igualiza todos os trabalhos concretos. Dessa forma, não importa se se trata de um trabalho urbano ou um trabalho rural, tampouco se é um trabalho industrial ou agrícola, muito menos se é um mercado de trabalho local, regional ou nacional: todo trabalho humano igual ou abstrato cria o valor das mercadorias.

O corpo da mercadoria que serve de equivalente passa sempre por encarnação de trabalho humano abstrato e é sempre o produto de um determinado trabalho útil, concreto. Esse trabalho concreto torna-se, portanto, expressão de trabalho humano abstrato. Considera-se o casaco, por exemplo, simples corporificação do trabalho humano abstrato, e o trabalho do alfaiate, nele realmente aplicado, apenas a forma, em que se realizou o trabalho humano abstrato. Na expressão de valor do linho, a utilidade do trabalho do alfaiate não consiste em que ele faça um casaco, hábitos ou até monges, mas em que produza um corpo que denota valor, massa de trabalho, portanto, que absolutamente não se distingue do trabalho objetivado no valor do linho. Para ser esse espelho de valor, o trabalho do alfaiate tem de refletir, apenas, a propriedade abstrata de ser trabalho humano (idem, p.80).

A alma da mercadoria é o trabalho humano abstrato; é aquilo que anima as trocas. O trabalho humano abstrato é então a forma social que igualiza todos os trabalhos, concretos, úteis, dos conteúdos mais diversos. Quando Marx fala do fetichismo é também enfático quanto ao caráter social do trabalho humano abstrato:

Os trabalhos privados atuam como partes componentes do conjunto do trabalho social, apenas através das relações sociais que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, entre os produtores. Por isso, para os últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem de acordo com o que realmente são, como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas, e não como relações sociais diretas entre indivíduos em seus trabalhos (idem, p.95).

Não restam dúvidas, portanto que o trabalho humano abstrato, geral, socialmente necessário é a substância do valor. A discordância quanto às argumentações de Smith é o fato

dele sugerir a ameaça de fragmentação e desequilíbrio na universalização do trabalho abstrato. O trabalho abstrato, como vimos, é universal numa sociedade regulada pelas trocas posto que seja esta qualidade de ser uma abstração real que torna as mercadorias permutáveis funcionando como valor, cuja substância é o trabalho humano abstrato. O duplo caráter do trabalho, de ser individual e abstrato, somente é especificamente social na segunda assertiva, ou seja, só é socialmente necessário quando se põe como abstração real.

O segundo problema diz respeito à distinção entre trabalho e trabalho abstrato que Neil Smith não faz posto que concebe todo trabalho como trabalho abstrato sem atentar-se para a peculiaridade do modo capitalista de produção que é subordinar o trabalho (o intercâmbio orgânico com a natureza) ao trabalho abstrato (aquele que produz mais-valia). Nas palavras de Sérgio Lessa (2007, p.169-170):

O trabalho é o intercâmbio orgânico com a natureza, a categoria fundante do mundo dos homens. O trabalho abstrato é aquele que produz mais-valia. Como a mais-valia pode ser produzida não apenas no intercâmbio orgânico com a natureza, mas também na prestação de uma enorme gama de serviços, o trabalho abstrato é muito mais amplo que o trabalho. O trabalho abstrato inclui toda e qualquer atividade que produza mais-valia, seja ela uma posição teleológica primária ou não. O trabalho, por sua vez, é a conversão da natureza nos bens indispensáveis à reprodução da sociedade, inclusive da sociedade capitalista. É ele que produz os bens de produção e de subsistência. O fato de, sob a regência do capital, ser também produtor de mais-valia, faz com que ele seja, além de trabalho, trabalho abstrato. Se hoje quase todo o trabalho (transformação da natureza) foi convertido em trabalho abstrato (produção de mais-valia), o inverso não é verdadeiro: nem todo o trabalho abstrato produz meios de subsistência e de produção como o faz o trabalho (transformação da natureza).

Nesse sentido, não podemos concordar com o geógrafo escocês quando este afirma que a extensão amplificada dos limites urbanos (que não se confunde com os limites da cidade) torna-se iminente a fragmentação e o desequilíbrio na universalização do trabalho abstrato.

A segunda escala do capital analisada por Neil Smith é a escala global. Ele começa dizendo que “o capitalismo herda a escala global na forma do mercado mundial” (SMITH, 1988, p. 201). Ora, mas o capitalismo não *herda* a escala global, mas sim produz as escalas onde vai atuar, sejam elas quais forem (global, regional, nacional, urbana).

Outro problema é Smith defender que “o mercado mundial baseado na troca se transformou numa economia mundial baseada na produção e na universalidade do trabalho assalariado” (idem, *ibidem*) O capitalismo *não* universalizou o trabalho assalariado, a relação propriamente capitalista, mas sim universalizou o trabalho *abstrato*, como advogamos

anteriormente. O trabalho familiar camponês é uma relação totalmente distinta do trabalho assalariado, por exemplo.

Mas concordamos com o autor quando escreve que “o capitalismo define a escala geográfica global precisamente à sua própria imagem. Apesar das forças e dos processos econômicos que ajudam a constituí-lo, a definição da escala global é quinta-essencialmente política; é o produto das relações de classe do capitalismo” (idem, p.202).

Por essa leitura Smith (idem, p.202) chama atenção para o *ajuste espacial* presente no colonialismo, que “funcionou como um tipo de ajuste espacial “externo”, embora transitório, mas da mesma forma que a integração espacial na escala global se tornava real e não simplesmente formal, o espaço geográfico negava sua exterioridade”.

O conceito de ajuste espacial, que Neil Smith introduz para explicar o colonialismo, foi, na verdade, primeiramente trabalhado por David Harvey (2005). Para Harvey, o ajuste espacial é um mecanismo econômico-político do capitalismo caracterizado pela exportação de excedentes de capital e de força de trabalho de um determinado espaço para outro que irá absorvê-los lucrativamente por meio do capital fixo incorporado à terra ou pela expansão geográfica. Eis mais uma contradição no modo capitalista de produção: para superar as barreiras espaciais e continuar o seu caminho de acumulação deve *produzir espaço*.

Em nossa pesquisa é possível verificar um *ajuste espacial*? A resposta é afirmativa uma vez que a Suzano tem exportado seus excedentes de capital para espaços “exteriores” como o Maranhão, transformando-o em um espaço de acumulação ao mesmo tempo em que produz espaço (plantas industriais, plantios florestais, portos, etc.). Cabe ressaltar que é uma solução temporária para crise, porque, como sabemos, o capitalismo não supera suas crise, apenas contorna.

Chegamos, finalmente à terceira escala espacial do capital: A Escala da Nação-Estado.

Se a escala urbana e a global representam, respectivamente, a perfeita expressão geográfica das tendências contraditórias para a diferenciação e para igualização, a escala da nação-Estado é um produto menos direto dessa contradição. O impulso para produção dessa escala vem da circulação de capital, mais especificamente das injunções da competição entre diferentes capitais no mercado mundial (SMITH, 1988, p.204).

A escala da nação-estado realiza uma espécie de mediação entre a escala urbana (que tende para diferenciação) e a escala global (que tende para a igualização). Nessa mediação, as Nações-Estado erigem-se sobre o território nacional controlando o espaço político subjacente. Por outro lado, sendo o Estado o comitê político da burguesia, um Estado de classe, ele se

desenvolve “para defender o capital militarmente, onde seja necessário. Além disso, o capital deve defender-se a si próprio contra a classe trabalhadora, de quem há sempre uma permanente ameaça de revolta” (idem, p.205).

Está claro o nexó Estado-capital que Neil Smith quer demonstrar. A escala da nação-estado não é só um produto do capital, mas também tem sua gênese nas cidades-estados, reinos, ducados, entre outros, que foram transformados pela evolução do capitalismo em um poderoso agente territorial político-econômico. Apesar disso, não se formou um Estado Internacional; o que ocorreu, todavia, foi a constituição de instituições internacionais com caráter de Estado ao mesmo tempo em que são supra-estatais: FMI, Banco Mundial, Organização das Nações Unidas, por exemplo⁹².

Por isso tudo, as três escalas aludidas por Smith estão em permanente tensão dialética a cada movimento do capital (o ir e vir incessante de excedentes). Centraliza-se em um lugar, descentraliza-se em outro. À época do *Imperialismo*, tão bem retratado por Lênin (1987), foram as colônias o espaço privilegiado de absorção de excedentes de capital; no *novo imperialismo*, a China tem sido o espaço por excelência da expansão do capitalismo pós-Muro de Berlim. Desenvolvimento e subdesenvolvimento caminham lado a lado em virtude do movimento do capital em busca de lucratividade. Crise imobiliária nos Estados Unidos? Exporte capital para o Brasil. Dificuldade em adquirir terras em São Paulo? Adquiras as terras no Maranhão. O movimento incessante do capital produz espaços de acumulação cada vez mais globalizados e integrados à dinâmica regional, nacional e mundial. Trata-se de uma permanente busca de superação das crises (excedentes de capital e força de trabalho) que se tornam cada vez mais globais.

Julgo ter apresentado as contribuições de Neil Smith acerca do desenvolvimento geográfico desigual e relacionado, sempre que possível, com a realidade da pesquisa desenvolvida. O geógrafo escocês dá sua contribuição decisiva via o conceito de escala.

⁹² Raciocínio similar é feito por David Harvey em *O enigma do capital*. Recorrendo à acumulação por espoliação, a exemplo das hipotecas *subprime*, bem como, aos ajustes espaciais perpetrados com o objetivo de resolver o problema de absorção do capital excedente, Harvey salienta a criação de **instituições internacionais com caráter de Estado** como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico.

Decorre daí a importância de se analisar o Estado moderno como uma **forma territorial de organização social**. Harvey (2011, p.157) nos diz que: “foram as principais potências capitalistas que dividiram grande parte da superfície da terra em áreas coloniais e imperiais, especialmente no período de 1870 a 1925”. Isso prova que não podemos negligenciar a dimensão territorial e que tampouco podemos nos regozijar em dizer que o Estado é (apenas) o aparelho político que administra os negócios burgueses.

5.2 David Harvey e o desenvolvimento desigual

O geógrafo britânico David Harvey, professor emérito de Antropologia no centro de pós-graduação da City University of New York (CUNY-EUA) tem se destacado como um dos maiores intelectuais do nosso tempo cujas contribuições tem se expandido para além das fronteiras científicas da Geografia. Harvey tem buscado construir, junto com Neil Smith, uma teoria do desenvolvimento geográfico desigual tomando como base a teoria marxiana.

A teoria do desenvolvimento geográfico desigual para David Harvey é de fundamental importância para a compreensão da fase de globalização neoliberal vivida pelo capitalismo. Não só porque ela nos revela as *espacializações* do capital nas mais diferentes escalas (global, nacional, regional, urbana), mas também porque permite compreender as diversas *lutas de classes* nessas mesmas escalas. Se o capital se globaliza, a luta de classes se globaliza, mesmo que não seja na mesma intensidade de poder.

Dito isto, o que compõe a teoria do desenvolvimento geográfico desigual para David Harvey? Assim como Neil Smith a escala é fundamental na análise de geógrafo britânico. Por isso, o desenvolvimento geográfico desigual compõe-se fundamentalmente de dois componentes vinculados: 1) a produção de escalas espaciais e 2) a produção da diferença geográfica. No primeiro caso:

Os seres humanos costumam produzir uma hierarquia acomodada de escalas espaciais com que organizar suas atividades e compreender seu mundo. Lares, comunidades e nações são exemplos óbvios de formas organizacionais contemporâneas existentes em diferentes escalas. Intuímos de imediato no mundo de hoje que o caráter das coisas se afigura distintos quando analisado nas escalas global, continental, nacional, regional, local ou do lar/pessoal. O que parece relevante ou faz sentido numa dessas escalas não se manifesta automaticamente em outra. Sabemos, não obstante, que não se pode entender o que acontece numa dada escala fora das relações de acomodamento que atravessam a hierarquia de escalas - comportamentos pessoais (por exemplo, dirigir automóveis) produzem (quando agregados) efeitos locais e regionais que culminam em problemas continentais, de, por exemplo, depósitos de gases tóxicos ou aquecimento global. Mas essa decomposição intuitiva é imprópria, pois dá a impressão de que as escalas são imutáveis ou mesmo totalmente naturais, em vez de produtos sistêmicos de mudanças tecnológicas, formas de organização dos seres humanos e das lutas políticas (HARVEY, 2004, p.107-108).

O movimento que faz Harvey é no sentido de desnaturalizar as escalas. A *positivação* das escalas aparece de imediato no plano da *forma* como algo dado pela natureza (daí a naturalização). Somente superando a imediatividade e indo essencialmente ao conteúdo das escalas espaciais, verificamos que as mesmas são produzidas pelos homens em sociedade, através da história, no espaço.

Não obstante, isso significa dizer, segundo Harvey (2004) que a produção das escalas espaciais está para além das influências “naturais”. Isso não quer dizer que a natureza, ou os processos biofísicos, estejam excetuados. Os processos ecológicos e físicos que regulam as condições da terra, da água e do ar, por exemplo, atuam em várias escalas. Portanto, é a interação dinâmica com os planos escalares de processos naturais que os seres humanos produzem suas próprias escalas.

Movimento bem claro do que o geógrafo britânico nos explica faz a Suzano. Suas atividades produtivas são simultaneamente interações com processos biofísicos (apropriação de rios, lagos, da terra) e sociais (lutas de classe com camponeses, contratação de trabalhadores - proletarização). Além do mais as mesmas atividades produtivas causam desequilíbrios ecológicos (como a contaminação de lençóis freáticos) interferindo, mais uma vez, nas escalas de sua atuação.

Harvey (2004, p.109) advoga que:

As escalas em que a atividade humana pode ser orquestrada é algo que depende pesadamente, é claro, das inovações tecnológicas (sendo vital o sistema de transporte comunicações) bem como de várias condições político-econômicas mutáveis (o comércio, as rivalidades e alianças geopolíticas etc.). Elas resultam igualmente de lutas de classes e de outras formas de luta política/social, ao mesmo tempo que definem as escalas em que se tem de travar a luta de classes.

Tal assertiva tem correspondência na realidade quando pensamos a luta de classes entre camponeses, especificamente da comunidade de Bracinho, e a Suzano. Apesar do conflito se materializar na escala *local*, por um lado, a Suzano executa seu projeto de territorialização de modo *regional*⁹³, envolvendo o Maranhão e o Piauí; por outro, os camponeses atingidos, ao lutarem por aquilo que desejam manter (como a posse da terra) operam em escalas que suplantam o nível local, quando se articulam regionalmente ou quando requerem a presença do ITERMA (órgão estadual, escala estadual) no que tange a deliberação de suas questões.

Tem-se que ambos os sujeitos estão em movimento, um ir e vir perpétuo cujas ações compreendem produções do espaço distintas: se os camponeses produzem seus roçados em sua atividade metabólica com a natureza via trabalho, por exemplo, a Suzano produz espaço à sua imagem e semelhança: plantios florestais, plantas industriais, acessos rododiferroviários, terminal portuário. Para os camponeses, o espaço é o âmbito da essência de ser camponês (o

⁹³ Minha concepção do que vem a ser *regional* está atrelada à definição de *regiões* que fez David Harvey (2010, p.88): configurações relativamente estáveis de economias regionais que alcançam certo grau de coerência estruturada em termos de produção, distribuição, troca e consumo.

trabalho familiar como práxis criadora) ao mesmo tempo em que é o lugar de realização da existência (a vida social em comunidade).

O segundo componente fundamental da teoria do desenvolvimento geográfico desigual é a produção da diferenciação geográfica.

O exame do mundo em qualquer escala particular revela de imediato toda uma série de efeitos e processos que produzem diferenças geográficas nos modos de vida, nos padrões de vida, nos usos dos recursos, nas relações com o ambiente e nas formas políticas e culturais. A longa geografia histórica da ocupação humana da superfície da terra e da evolução distintiva de formas sociais (línguas, instituições políticas e valores e crenças religiosos) inseridas integradamente em lugares com qualidades todas suas tem produzido um extraordinário mosaico geográfico de ambientes e modos de vida socioecológicos. Esse mosaico é ele mesmo um “palimpsesto” - composto de acréscimos históricos de legados parciais sobrepostos em múltiplas camadas uns sobre os outros, tal como ocorre com as diferentes contribuições arquitetônicas de diferentes períodos que se distribuem em camadas nos ambientes construídos de cidades contemporâneas de origem antiga. Algumas das camadas têm maior saliência que outras (pensa-se na Batalha do Boyne [Irlanda] e na separação entre católicos e protestantes na Irlanda do Norte, que continua a ter uma importância tão imensa para a região). Esse mosaico geográfico é uma criação, aprofundada pelo tempo, de múltiplas atividades humanas (HARVEY, 2004, p.110-111).

De fato, o uso dos recursos por parte dos camponeses difere bastante da forma de utilização da Suzano. Se por um lado as chapadas são os lugares de extração de recursos vegetais que são fundamentais para a realização da vida, por outro as mesmas chapadas, na visão da Suzano, tornam-se espaços que *impedem* a monocultura do eucalipto. Na ótica dos camponeses, as chapadas servem como espaço de criações de animais e extrativismo vegetal (bacuri, plantas medicinais, etc.); na visão da Suzano as chapadas são condição de suporte das suas atividades econômicas, notadamente, o plantio de eucalipto. Se para os camponeses a relação com o ambiente, melhor dizendo, o espaço, é uma condição de realização da essência (a práxis, o trabalho familiar) e da existência (a vida em comunidade), para a Suzano a relação com o ambiente (espaço) toma a forma-mercadoria, o espaço transforma-se em “receptáculo dos processos e materiais da natureza e como suporte das atividades produtivas e reprodutivas de uma sociedade” (MORAES, 2005 p.103).

Harvey salienta ainda que:

[...] as diferenças geográficas são bem mais do que legados histórico-geográficos. Elas estão sendo perpetuamente reproduzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por meio de processos político-econômicos e socioecológicos que ocorrem no momento presente (HARVEY, 2004, p.111).

O que o geógrafo britânico faz é mostrar que sob uma base natural de diferenciação, nos termos de Neil Smith, erige-se a produção social da diferenciação geográfica. Esta produção social da diferença é perpetuamente reproduzida. Pensemos no caso da Suzano. Esta empresa ao iniciar seu processo de territorialização no Maranhão começou, simultaneamente, a produzir espaço a partir do espaço anterior. Esta relação reconfigurou a geografia do lugar na medida em que as terras da região se mostraram atrativas para as atividades econômicas da Suzano. Tal reconfiguração econômica trouxe consigo uma reconfiguração política: a luta de classes entre camponeses e a empresa latifundiária. A busca pelas terras do Leste Maranhense foi um fator importantíssimo para a produção da diferença geográfica encetada pela Suzano, uma vez que gerou um movimento de capital para a construção de ambientes propícios à acumulação. Contraditoriamente, levou a uma reconfiguração ecológica uma vez que os camponeses se queixam da diminuição do nível dos rios, destruição das chapadas, etc.

Por isso tudo Harvey (idem, p.112-113) resume:

A concepção geral de desenvolvimento geográfico desigual que tenho em mente envolve uma fusão desses dois elementos, a mudança das escalas e a produção de diferenças geográficas. Temos por conseguinte de pensar em diferenciações, interações e relações tanto interescares como intra-escares. Um erro comum tanto de compreensão analítica como de ação política decorre do fato de, com demasiada frequência, nos aprisionarmos numa dada escala de pensamento, tratando então as diferenças nessa escala como *a* linha fundamental de clivagem política. Julgo ser esse um dos mais disseminados erros a advir de toda a pletora de discursos sobre globalização a que nos vemos expostos atualmente. Ele sustenta erroneamente que tudo é determinado fundamentalmente na escala global

Compreender a geografia das lutas entre os camponeses e a Suzano requer entender suas posições de classe no plano político-econômico. A analítica do campesinato nos mostra dois principais elementos que os diferenciam da empresa latifundiária: a forma de tratar a terra (base do trabalho familiar) e a forma de trabalho (realizado com a família). No plano escalar, os camponeses atuam principalmente no nível local.

Diferentemente da Suzano que, por força de seu poderio econômico-político, detém uma capacidade maior de interferir em planos escalares maiores (estadual, nacional). A peculiaridade analítica está em ver como esses processos político-econômicos ganham materialidade no território entendido como “produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência” (OLIVEIRA, 2004, p.62).

Podemos compreender até agora como David Harvey opera o arcabouço teórico-metodológico marxiano para advogar uma compreensão materialista simultaneamente histórica e geográfica do capitalismo globalizado. O conceito de escala funciona como

norteador da apropriação dialética da produção de formas-conteúdos inerentes à globalização neoliberal que restauram, no modo de ver de Harvey, o poder de classe da burguesia.

Sob essa ótica, em *Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development*, Harvey amplia a noção de desenvolvimento geográfico desigual para além da escala e da produção da diferenciação geográfica. Ele começa apontando que existem várias maneiras sobrepostas de pensar o desenvolvimento geográfico desigual:

- 1) interpretações historicistas/difusionistas tratam o desenvolvimento político-econômico dos países capitalistas avançados (o Ocidente) como o motor do capitalismo que arrasta todos os outros territórios, culturas e lugares por caminhos de progresso econômico, político, institucional e intelectual.
- 2) argumentos construtivistas concentram no "desenvolvimento do subdesenvolvimento". As práticas de exploração do capitalismo apoiado pelas atividades políticas, militares e geopolíticas dos Nações-Estado mais poderosas envolvidos em exploração imperialista, colonial ou neo-colonial de territórios e populações inteiras e suas culturas, estão na raiz do desenvolvimento geográfico desigual.
- 3) explicações ambientalistas voltam pelo menos a Montesquieu e Rousseau. Apesar de sua reputação ter ficado manchada por associações com o racismo e a doutrina das (geralmente) superioridades culturais europeias, nunca o fio do argumento de que as diferenças de desenvolvimento atribuídos à subjacentes condições ambientais desapareceu.
- 4) interpretações geopolíticas veem o desenvolvimento geográfico desigual como um resultado imprevisível de lutas políticas e sociais entre os poderes territorialmente organizados que operam em uma variedade de escalas⁹⁴.

O objetivo de Harvey é não tratar estas interpretações como mutuamente excludentes, mas sim ver como cada uma dessas interpretações, explicações e argumentos podem ajudar a compreender o desenvolvimento geográfico desigual. Por isso, estrutura o argumento em torno de quatro condicionalidades radicalmente distintas que possuem status epistemológico diferente:

- 1) a incorporação material dos processos de acumulação de capital na teia da vida sócio-ecológica.

⁹⁴ There is nothing new, of course, about uneven geographical development within capitalism or, for that matter, within any other mode of production. There are, more over, several overlapping ways of thinking about it

1) historicist/diffusionist interpretations treat the political economic development of the advanced capitalist countries (the West) as the engine of capitalism that entrains all the other territories, cultures and places into paths of economic, political, institutional and intellectual progress. [...]

2) Constructivist arguments focus on the "development of underdevelopment". the exploitative practices of capitalism backed by the political, military and geopolitical activities of the most powerful nation states engaging in imperialist, colonial or neo-colonial exploitation of territories and whole populations and their cultures lie at the root of the uneven geographical development. [...]

3) Environmentalist explanations go back at least to Montesquieu and Rousseau. Though their reputation became sullied by associations with racism and doctrine of (usually) European cultural superiorities, the thread of argument that attributed development differences to underlying environmental conditions never disappeared.

4) Geopolitical interpretations see uneven geographical development as an unpredictable outcome of political and social struggles between territorially organized powers operating at a variety of scales (2006, p.71-73)

- 2) acumulação por espoliação (uma generalização do conceito de Marx de acumulação "primitiva" ou "original" em que ativos pré-existentes são reunidos - como força de trabalho, dinheiro, capacidade produtiva ou mercadorias - e postos em circulação como capital).
- 3) o caráter semelhante a lei da acumulação de capital no espaço e no tempo
- 4) as lutas políticas, sociais, e de "classe" em uma variedade de escalas geográficas⁹⁵.

O desafio de Harvey é justamente desenvolver uma argumentação pró-teoria do desenvolvimento geográfico desigual pondo em tensão dialética estas quatro condicionalidades aparentemente excludentes com o fito de mostrar que a acumulação de capital cria espaço e espacialidades.

Para o geógrafo britânico: “desenvolvimentos geográficos desiguais refletem as diferentes formas em que diferentes grupos sociais têm materialmente incorporado seu modo de sociabilidade na teia da vida, entendida como uma evolução do sistema sócio-ecológico⁹⁶”.

A metáfora da teia da vida em Harvey diz respeito às sociabilidades realizadas em distintos sistemas ecológicos nos quais os grupos sociais arquitetam sua sobrevivência no mundo. A metáfora permite compreender a interação dialética desenvolvida pelos grupos sociais em relação com o sistema sócio-ecológico.

Dessa forma, a teia da vida sócio-ecológica dos camponeses envolve a sociabilidade dos grupos e os sistemas ecológicos. Empiricamente, podemos citar os camponeses de Vertente e Bracinho que desenvolvem sua sociabilidade dentro do mesmo grupo mas também com outros grupos de camponeses (como os de Lagoa das Caraíbas, Coceira, etc.). Tais relações são complexificadas pelas mediações que os grupos camponeses travam com os sistemas ecológicos, como as chapadas. A teia da vida se constrói justamente nessa relação social entre camponeses e chapadas, por exemplo. Esta relação com a natureza (o sistema ecológico, as chapadas) travada pelos camponeses (sistema social) é uma relação de objetivação, ou seja, uma relação socialmente ineliminável na qual os seres humanos (no caso os camponeses) partindo de uma práxis criadora (trabalho, especificamente o familiar) apropriam-se dos objetos (elementos) naturais (palha do coco babaçu, por exemplo) e

⁹⁵ 1) The material embedding of capital accumulation processes in the web of socio-ecological life. 2) accumulation by dispossession (a generalization of Marx's concept of "primitive" or "original" accumulation under which pre-existing assets are assembled - as labor powers, money, productive capacity or as commodities - and put into circulation as capital). 3) the law-like character of capital accumulation in space and time. 4) Political, social, and "class" struggles at a variety of geographical scales (HARVEY, 2006, p.75).

⁹⁶ Uneven geographical developments reflect the different ways in which different social groups have materially embedded their mode of sociality into the web of life, understood as an evolving socio-ecological system (HARVEY, 2006, p.77).

produzem artesanato (objetos trabalhados manualmente por um artesão, como os cofos que são uma espécie de cestos)⁹⁷.

Vemos, portanto, que a base natural (a natureza, ou as chapadas, por exemplo) é o alicerce sobre o qual se ergue o *ser social*⁹⁸ (camponês, especificamente nesse caso) que nunca é redutível à natureza (apesar de partir dela) ou ainda ao trabalho (mesmo sendo este o ato primário do ser social).

O ser humano, racionalmente, se apropria, a partir de seus poderes e faculdades, dos objetos naturais que existem fora dele. Essa apropriação via trabalho traz tais objetos para o campo da ação dos homens. Com o intuito de satisfazer uma necessidade (construir uma casa, um telhado, fazer um cofo, um cesto, etc.) os homens antecipam na consciência a ação. Fazendo uso de suas faculdades, por exemplo, os camponeses *exteriorizam*⁹⁹ seus conhecimentos no mundo objetivo. Esse mundo objetivo é o espaço de realização da sua existência (a vida social, a sociabilidade) mediado pela essência (a práxis criadora, o trabalho). O espaço ganha contornos ontológicos uma vez que ele é o âmbito da existência e existir é *existir-no-espaço*. O *existir-no-espaço* acontece quando os seres humanos produzem e reproduzem seus atos teleológicos objetivamente (no espaço).

Nesse sentido, os camponeses da comunidade de Bracinho encontram-se, no âmbito da teia da vida sócio-ecológica, como nos fala Harvey, *existindo-no-espaço*. Sem o espaço, entendido como o próprio âmbito da vida sócio-ecológica, o grupo social (camponês) fica órfão do lugar social (o campo) no qual ele realiza suas atividades transformativas e práticas cotidianas.

Dito tudo isto, a segunda condicionalidade da teoria do desenvolvimento geográfico desigual é a *acumulação por espoliação*¹⁰⁰. Trata-se da ampliação do conceito marxista de

⁹⁷ É curioso ver que Simone Raquel Batista Ferreira (2002) tenha chegado, penso eu, a esta mesma conclusão (do processo de objetivação-exteriorização do homem no/com o espaço) quando estudou a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no extremo norte do Espírito Santo. Analisando a comunidade de Itaúnas e seu entorno rural Ferreira (p.34) descreve, não nos mesmos termos que eu, o processo de objetivação-exteriorização que os camponeses tem com o espaço: “a floresta de terra firme constituía o espaço da caça de outros bichos, da coleta de frutos, da coleta do cipó para a produção dos cestos, samburás e vassouras, da coleta das ervas medicinais para chás, banhos e unguentos, bem como da retirada de madeira para lenha, estacas, construção de casas e canoas”.

⁹⁸ Obviamente, o ser social não se restringe ao camponês: estou apenas querendo enfatizar este aspecto no âmbito do campesinato. Não obstante, é sempre bom deixar claro que o ser social é uma característica do Homem em sua relação com a Natureza mediada pelo trabalho (LUKÁCS, 2012b).

⁹⁹ Segundo Sérgio Lessa (2007, p.38) a *exteriorização*, para Lukács, é a distinção “entre o sujeito, portador da prévia-ideação, e o objeto criado no processo de objetivação”. Prosseguindo: “Ao previamente idealizar o que será objetivado, o sujeito assume que tanto a natureza quanto ele pessoalmente se comportarão da forma prevista na prévia-ideação” (idem, 37-38).

¹⁰⁰ O geógrafo brasileiro Antônio Carlos Robert Moraes (2005d, p.140) não fala em *acumulação por espoliação*, mas sim numa *contínua acumulação primitiva*: “Pode-se dizer que a lógica colonial revive na condição periférica reiterada na formação do país, a qual repõe a necessidade de contínua acumulação primitiva que tem

acumulação primitiva ou originária. O objetivo de Harvey é mostrar que a referida *forma* de acumulação permanece no capitalismo contemporâneo com novos *conteúdos*. Estes novos conteúdos foram bem desenvolvidos por Harvey em *O novo imperialismo*:

Um exame mais detido da descrição que Marx faz da acumulação primitiva revela uma ampla gama de processos. Estão aí a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva. O Estado, com seu monopólio da violência e suas definições da legalidade, tem papel crucial no apoio e na promoção desses processos, havendo [...] consideráveis provas de que a transição para o desenvolvimento capitalista dependeu e continua a depender de maneira vital do agir do Estado (HARVEY, 2010, p.121).

Foram criados também mecanismos inteiramente novos de acumulação por espoliação. A ênfase nos direitos de propriedade intelectual nas negociações da OMC (o chamado Acordo TRIPS) aponta para maneiras pelas quais o patenteamento e licenciamento de material genético, do plasma de sementes e de todo tipo de outros produtos podem ser usados agora contra populações inteiras cujas práticas tiveram um papel vital no desenvolvimento desses materiais. A biopirataria campeia e a pilhagem do estoque mundial de recursos genéticos caminha muito bem em benefício de umas poucas grandes companhias farmacêuticas. A escalada da destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar, água) e degradações proliferantes de habitats, que impedem tudo exceto formas capital-intensivas de produção agrícola, também resultaram na mercadificação por atacado da natureza em todas as suas formas. A transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual envolve espoliações em larga escala (a indústria da música é notória pela apropriação e exploração da cultura e criatividade das comunidades). A corporativização e privatização de bens até agora públicos (como as universidades), para não mencionar a onda de privatizações (de água e de utilidades públicas de todo gênero) que tem varrido o mundo, indicam uma nova onda de “expropriação de terras comuns”. Tal como no passado, o poder do Estado é com frequência usado para impor esses processos mesmo contrariando a vontade popular. A regressão dos estatutos regulatórios destinados a proteger o trabalho e o ambiente da degradação tem envolvido a perda de direitos. A devolução de direitos comuns de propriedade obtidos graças a anos de dura luta de classes (o direito a uma aposentadoria paga pelo Estado, ao bem-estar social, a um sistema nacional de cuidados médicos) ao domínio privado tem sido uma das mais flagrantes políticas de espoliação implantadas em nome da ortodoxia neoliberal (idem, p.123).

Muito do que Harvey aponta tem correspondência na realidade dos camponeses de Bracinho. A Suzano, no seu processo de territorialização, tem buscado mercadificar e privatizar as terras camponesas. A terra se transforma em um ativo (uma riqueza) diferentemente do que é para os camponeses, posto que para estes últimos ela é a condição *sine qua non* do trabalho familiar. O Estado do Maranhão tem ajudado diretamente nessa

por alvo as novas terras. A dependência externa apresenta como contrapartida a voracidade interna na ocupação do solo, o expansionismo sendo praticado em ritmo cada vez mais veloz”.

situação via o ITERMA na medida em que não regulariza a situação fundiária das comunidades.

Dando continuidade, a terceira condicionalidade da teoria do desenvolvimento geográfico desigual é a *acumulação de capital no espaço e tempo*. Para Harvey (2006, p.95), esta condicionalidade possui as seguintes características fundamentais:

(1) a atividade é expansionista e o crescimento é aceito como inevitável e bom, (2) o crescimento é sustentado através da exploração do trabalho vivo na produção, (3) a luta de classes é endêmica, mas não ameaçadora, (4) a mudança tecnológica (ou "progresso") é inevitável e aceita como um bem em si, (5) o sistema é contraditório e inerentemente instável (condições de produção de capital no local de trabalho permanentemente em conflito com as de realização do capital no mercado, por exemplo), (6) as crises são inevitáveis e caracterizam-se pela sobreacumulação (uma condição na qual os excedentes de capital e trabalho existem lado a lado com aparentemente nenhuma maneira de reuni-los), e (7) se os excedentes não podem ser de alguma forma absorvidos em seguida, eles serão desvalorizados¹⁰¹.

A acumulação de capital no espaço e tempo está conectada a busca de absorção lucrativa dos excedentes de capital e de força de trabalho (extração de mais-valia). A sobreacumulação é resolvida temporariamente através do deslocamento espaço-temporal dos excedentes supracitados, como vimos. Este movimento geográfico não resolve as crises, apenas as contorna e cria instabilidades a medida em que se expande a atividade capitalista (à medida em que a crise vai se tornando cada vez mais global). No cenário dessas condicionalidades, Harvey enumera 10 passos teóricos que, unidos dialeticamente, ajudam-nos a entender a teoria do desenvolvimento geográfico desigual: 1) troca de mercado, 2) as leis coercitivas da competição espacial, 3) divisões geográficas do trabalho, 4) competição monopolista, 5) aniquilação do espaço pelo tempo, 6) infraestruturas físicas para produção e consumo, 7) a produção da regionalidade, 8) produção da escala, 9) sistemas territoriais de administração política e 10) a geopolítica do capitalismo.

No âmbito do *mercado*, Harvey salienta o papel da busca por *melhores localizações*. Ele discorda dos clássicos da teoria da localização, como August Lösch e Alfred Weber, que

¹⁰¹ (1) activity is expansionary and growth is accepted as both inevitable and good, (2) growth is sustained through the exploitation of living labor in production, (3) class struggle is endemic but not threatening, (4) technological change (or "progress") is inevitable and accepted as a good in itself, (5) the system is contradictory and inherently unstable (conditions of production of capital in the workplace perpetually conflict with those of realization of capital in the market, for example), (6) crises are inevitable and are characterized by overaccumulation (a condition in which surpluses of capital and labor exist side by side with seemingly no way to bring them together), and (7) if the surpluses cannot be somehow absorbed then they will be devalued.

tendem presumir certo equilíbrio¹⁰² racional entre os custos crescentes de transporte e a diminuição correspondente da demanda:

A principal diferença reside no fato de essas obras [de Lösch, Weber] terem tipicamente buscado identificar um equilíbrio espacial na paisagem geográfica da atividade capitalista, enquanto no meu caso os processos de acumulação do capital são vistos como em perpétua expansão e, portanto, em permanente ação de rompimento de toda tendência ao equilíbrio (HARVEY, 2010, p. 83).

E é por isso que a busca por melhores localizações acirra ainda mais as *leis coercivas da competição espacial*. A procura de terras melhores localizadas, mais rentáveis, e que ofereçam lucros maiores se torna uma vantagem na competição capitalista e reorganiza, dessa forma, a economia espacial capitalista. Por isso não é possível falar em equilíbrio, no máximo pode-se falar de uma tendência para a igualização (nos termos de Neil Smith). Uma igualização que nunca se realiza porque “as leis coercivas da competição, no entanto, produzem uma perpétua instabilidade dentro da paisagem geográfica do capitalismo¹⁰³”.

Estas leis coercivas da competição espacial produzem *divisões geográficas do trabalho* em virtude do movimento do capitalismo em sua perpétua busca de conter as crises de sobreacumulação. Isso desemboca em realocações da atividade industrial, como a Suzano está fazendo agora: deslocando-se de um Centro-Sul mais concentrado industrialmente e territorializando-se no Nordeste Brasileiro (destaque para Maranhão e Piauí). Isso se relaciona, como vimos anteriormente, com o que Neil Smith qualificou como concentração socioespacial e centralização do capital. Diante disso, Harvey salienta o papel da *competição monopolista* como resultado contraditório deste processo de concorrência. O monopólio é um conceito central porque é uma das bases do capitalismo. Além disso, o monopólio dos meios de produção na forma da propriedade privada garante certa segurança e calculabilidade:

A competição no âmbito de um sistema espacial é no entanto [...] uma espécie de competição *monopolista*. [...] Embora a teoria abstrata do capitalismo (incluindo sua variante neoliberal) recorra o tempo todo aos ideais da competição, os capitalistas cobiçam poderes de monopólio porque estes proporcionam segurança, calculabilidade e uma existência de modo geral mais pacífica (HARVEY, 2010, p.84).

¹⁰² Para Harvey, o capitalismo tem haver com crescimento e não um estado de equilíbrio (como presumiam Lösch e Weber): “But capitalism is about growth not stationery state equilibrium” (HARVEY, 2006, p.96).

¹⁰³ “The coercive laws of competition nevertheless produce perpetual instability within the geographical landscape of capitalism” (HARVEY, 2006, p.98).

As leis coercivas da competição pelo espaço levam à formação de monopólios. Contraditoriamente, o aumento da concorrência gera o monopólio e o monopólio gera a concorrência. Ocorreu a redução das barreiras espaciais (distância) e das “barreiras políticas ao comércio graças a arranjos como a OMC (idem, p.85)”.

Os capitalistas tiveram portanto de descobrir outras maneiras de criar e preservar seus tão cobiçados poderes monopolistas. As duas principais manobras a que recorreram foram: uma ampla centralização do capital, que busca o domínio por meio do poder financeiro, economias de escala e posição de mercado, e a ávida proteção das vantagens tecnológicas [...] por meio de direitos de patente, leis de licenciamento e direitos de propriedade intelectual. Não por acaso, estes últimos tem sido alvo de intensas negociações no âmbito da OMC, tendo produzido o chamado Acordo TRIPS [Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPs) Agreement - Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio] (idem, ibidem).

A competição monopolista, portanto, é uma marca do desenvolvimento geográfico desigual. Os monopólios representam um papel importante na *aniquilação do espaço pelo tempo*. Não, isso não significa dizer que o espaço não tem mais importância na economia capitalista, ou que ele possui uma inferioridade em relação ao tempo. O que Harvey procura assinalar é que este processo constitui uma lei da acumulação capitalista. E nesse sentido não há uma *redução das barreiras espaciais* associada à taxa de giro do capital, ou seja, uma necessidade do modo capitalista de produção.

Se existe uma *necessidade* de reduzir as barreiras espaciais à acumulação para que o capital tenha *liberdade* de se locomover, isso só pode ser feito a partir de *infraestruturas físicas (capital fixo incorporado na terra) para produção e consumo*. A contraditoriedade do capitalismo se repõe mais uma vez: para *aniquilar* o espaço ele precisa *produzir* espaço: “infraestruturas físicas de transporte e sistemas de comunicação (portos, aeroportos, sistemas de transporte) espacialmente fixas e imóveis são necessárias a fim de libertar as outras formas de capital e trabalho para facilitar o movimento espacial” (HARVEY, 2006, p.101).

Tais infraestruturas físicas absorvem os excedentes de capital e de força de trabalho para prosseguir na extração de mais-valia e para tornar lucrativas/rentáveis as atividades desenvolvidas. Os investimentos distribuem-se desigualmente na paisagem geográfica do capitalismo:

A concorrência entre diferentes usos da terra, o poder dos proprietários de terra para extrair renda de locais favorecidos, bem como a tendência para paisagens físicas tornarem-se mais escleróticas e menos flexíveis com o tempo, todas tendem a congelar os padrões de desenvolvimento geográfico desigual. O capital fundiário frequentemente requer forte apoio do capital financeiro e/ou Estado, a fim de

elaborar e construir projetos que requerem o uso adequado e contínuo sobre um período considerável de tempo, se não eles são desvalorizados¹⁰⁴.

A citação de Harvey, especialmente quando o autor nos fala que o capital fundiário requer apoio do capital financeiro ou do Estado, tem correspondência direta com a nossa pesquisa. Um bom exemplo que pode ser citado tem que ver diretamente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O BNDES tem apoiado os chamados “campeões nacionais” que se concentram na área de commodities (soja, minério de ferro, etc.) O BNDES, que foi criado para potencializar a industrialização brasileira, está hoje mais voltado para o financiamento de empresas de matérias-primas. O referido banco tem escolhido os setores de papel e celulose, alimentos, frigorífico, petroquímico, petróleo e mineração para receber seus vultuosos empréstimos. No final de 2010, a Suzano Papel e Celulose recebeu um aporte financeiro no valor de 2,7 bilhões de reais do BNDES para a construção da unidade industrial do Estado do Maranhão e, dentre outros, a implantação da infraestrutura e apoio necessário à operação desta unidade, construção de planta de cogeração de energia de biomassa, capital de giro e aquisição de máquinas e equipamentos nacionais (SUZANO, 2011). Cabe ainda destacar que no primeiro semestre de 2011, o BNDES, que atualmente mantém cerca de 4% de participação na Suzano, aprovou a disponibilização de um total de R\$ 4,4 bilhões em crédito para a companhia nos próximos anos (FONTES, 2011).

Este exemplo ilustra como o capital bancário, no caso do BNDES, está diretamente relacionado, neste caso, à valorização produtiva, uma vez que a Suzano tomou emprestado capital para ser utilizado na aquisição de capital fixo (instalações, máquinas, equipamentos, fábricas, etc.).

Os processos de acumulação do capital ao mesmo tempo em que produzem instabilidades geram *configurações geográficas que atinge certa estabilidade temporária*. Harvey chamou isso de *produção da regionalidade*: “economias regionais que alcançam certo grau de coerência estruturada em termos de produção, distribuição, troca e consumo - ao menos por algum tempo” (HARVEY, 2010, p.88).

A produção da regionalidade articula-se com *a produção da escala*. As escalas não são naturais na visão de David Harvey, mas sim são produzidas pelo processo de acumulação que muda ao longo do tempo e do espaço.

¹⁰⁴ “Competition between different land uses, the power of land owners to extract rent from favored locations as well as the tendency for physical landscapes to become more sclerotic and less flexible with time, all tending to freeze patterns of uneven geographical development. Landed capital often requires heavy support from finance capital and/or the state in order to elaborate and build projects that require adequate and continuous use over a considerable period of time if they are not to be devalued” (HARVEY, 2006, p.102).

A escala geográfica dominante em que ocorre acumulação vem mudando ao longo do tempo. Uma hierarquia de escalas (muitas vezes descrita como local, regional, nacional e global, ainda que estas sejam designações arbitrárias em si) através do qual existe a circulação do capital funciona ao mesmo tempo em que produz suas próprias escalas distintas de organização¹⁰⁵ (HARVEY, 2006, p.104).

O desafio é compreender a regionalidade em movimento. Mesmo as estruturas regionais que gozam de certa coerência econômica devem ser entendidas como inerentemente instáveis tal qual a volatilidade dos fluxos de capital e trabalho.

Crucial para a acumulação de capital é o papel desempenhado pelo Estado. Entendido como um *sistema territorial de administração política*, este aparato tem sido fundamental para garantir estruturas de regulação conter conflitos de classe e arbitrar entre as reivindicações de diferentes facções do capital (HARVEY, 2010). Menosprezar a importância do Estado é um posicionamento profundamente equivocado:

Enquanto seria errado insistir, como alguns já fazem, que os Estados-nações tradicionais tornaram-se irrelevantes e impotentes em relação ao capital global, ele certamente tornou-se muito mais poroso (especialmente com respeito ao fluxo de capital) e ele tem em alguns aspectos importantes mudado suas funções (principalmente para o objetivo neoliberal de estabelecer um "bom clima de negócios" [...]). Na sua configuração neoliberal, as funções do Estado funcionam mais claramente agora como um "comitê executivo dos interesses da classe capitalista" do que em qualquer outro momento da história¹⁰⁶ (HARVEY, 2006, p.106).

Por esse e outros motivos o Estado continua sendo fundamental para o capitalismo e sua forma mais nefasta, o neoliberalismo. É o Estado quem administra o território nacional, garante as condições gerais da produção capitalista, detém o monopólio da violência, da tributação, etc.

Por fim, mas não menos importante, o último passo teórico que conforma a terceira condicionalidade do desenvolvimento geográfico desigual é a *geopolítica do capitalismo*. Harvey chama atenção para a contradição existente dentro do capitalismo de duas lógicas distintas de poder: a lógica territorial e a lógica capitalista.

¹⁰⁵ "The dominant geographical scale at which accumulation occurs has been changing over time. A hierarchy of scales (often depicted as local, regional, national and global, though these are arbitrary designations in themselves) exists through which the circulation of capital works at the same time as it produces its own distinctive scales of organization".

¹⁰⁶ While it would be erroneous to insist, as some now do, that traditional nation states have become irrelevant and powerless in relation to global capital, they have certainly become much more porous (particularly with respect to capital flow) and they have in some important respects changed their functions (mainly towards the neo-liberal goal of establishing a "good business climate" [...]). In its neo-liberal configuration, the state functions more clearly now as an "executive committee of capitalist class interests" than at any other time in history.

Por lógica territorial, eu quero dizer as estratégias políticas, diplomáticas e militares invocadas e usadas por uma entidade territorialmente definida, como o estado, enquanto se esforça para defender os seus interesses e acumular poder em seu próprio direito. A lógica capitalista focaliza as formas em que o poder econômico flui através do espaço contínuo, em direção ou para longe de entidades territoriais (tais como estados, ou blocos de poder regionais) através das práticas diárias de produção, intercâmbio de mercadorias, comércio, os fluxos de capital, transferências de dinheiro, migração laboral, transferência de tecnologia, a especulação monetária, os fluxos de informação, impulsos culturais e semelhantes¹⁰⁷ (idem, p.107).

Estas lógicas por mais que sejam distintas são internalizadas contraditoriamente pelo processo de acumulação no espaço e tempo. A lógica capitalista implica busca de acumulação de capital. A lógica territorial, por sua vez, implica um comando sobre o espaço (geralmente executado por políticos e estadistas).

A lógica capitalista e a lógica territorial do poder estão imbricadas com as questões geopolíticas e relacionadas ao imperialismo. Harvey (2006) dá o exemplo da Inglaterra e de suas colônias nas quais aconteceu um *ajuste espacial* decorrente dos excedentes de capital e de trabalho que foram exportados para serem lucrativamente absorvidos. Os territórios poder ser abertos à penetração do capital pela força, colonização, pressão comercial, mas também poder se abrir com o intuito de tirar vantagens dos excedentes de capital a serem absorvidos, a exemplo da China hoje (HARVEY, 2006).

Finalmente chegamos à quarta condicionalidade que compõe a teoria do desenvolvimento geográfico desigual: *a política das lutas sociais*. O objetivo de Harvey é compreender tais lutas sociais em relação à dinâmica de acumulação do capital no espaço e tempo. Harvey distingue três tipos de lutas que se processam em uma variedade de escalas: 1) movimentos sociais e acumulação por espoliação, 2) conflitos em torno da reprodução ampliada do capital, e 3) conflitos sobre a incorporação material de processos sociais na "teia da vida".

No primeiro aspecto, decorrentes da acumulação por espoliação, “essas lutas são de uma variedade quase infinita. As lutas tangíveis mais óbvias são sobre o acesso a terra e o espaço da vida, e de recursos fundamentais, como água, biomassa (florestas), energia e outros” (idem, p.110).

¹⁰⁷ By territorial logic, I mean the political, diplomatic and military strategies invoked and used by a territorially defined entity such as state as it struggles to assert its interests and accumulate power in its own right. The capitalistic logic focuses on the ways in which economic power flows across and through continuous space, towards or away from territorial entities (such as states, or regional power blocs) through the daily practices of production, trade, commerce, capital flows, money transfers, labor migration, technology transfer, currency speculation, flows of information, cultural impulses, and the like

No nosso caso específico, Suzano *versus* camponeses, não se trata de uma luta levada a cabo por movimentos sociais (apesar dos camponeses contarem com o apoio de importantes aliados como Fórum Carajás e a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos). Os camponeses têm resistido à invasão da Suzano e encontrado respaldo político-jurídico nos aliados supracitados que encampam a luta contra a empresa.

No segundo aspecto, conflitos em torno da reprodução expandida do capital, Harvey chama atenção para os conflitos decorrentes da relação capital-trabalho: “o mais óbvio, e para os marxistas o lugar mais saliente do conflito, surge do antagonismo de classes entre capital e trabalho na produção de valor excedente” (idem, p.112). Se no primeiro aspecto Harvey tende a ver as lutas decorrentes da acumulação por espoliação como *não* sendo luta de *classes*, no segundo torna-se difícil aceitarmos, para o nosso caso, compreender as lutas entre a Suzano e os camponeses como *não* sendo luta de *classes*.

Finalmente, o terceiro aspecto, conflitos sobre a incorporação material de processos sociais na “teia da vida”, Harvey salienta o fato de o “capitalismo tratar como mercadoria muitos elementos fundamentais dentro da teia da vida que não são produzidos como mercadorias¹⁰⁸” (idem, p.113). Os exemplos são o trabalho, natureza, cultura, tradições, memória, inteligência, assim como a reprodução física das espécies.

E é precisamente isso que a Suzano tem feito no Leste Maranhense. Mercadificado a força de trabalho, transformado a natureza (como suas “florestas” de eucalipto) em ativos, desrespeitado a cultura e tradição camponesas quando põe em risco a reprodução material dos mesmos aos destruir, por exemplo, as chapadas.

Enfim, as quatro condicionalidades elencada por Harvey são fundamentais para uma compreensão satisfatória da determinação da desigualdade do desenvolvimento. Elas condicionam o desenvolvimento da Suzano, o apoio do Estado e as lutas de classe decorrentes do seu processo de territorialização no Maranhão.

¹⁰⁸ Capitalism treats as commodities many of the fundamental elements within the web of life that are not produced as commodities.

6 O ESTADO BRASILEIRO E A EVOLUÇÃO DO GRUPO SUZANO

Nós vemos no Estado uma instituição desenvolvida através da história das sociedades humanas para impedir a união direta entre os homens, para entravar o desenvolvimento da iniciativa local e individual, para aniquilar as liberdades que existiam, para impedir a sua nova eclosão e para submeter as massas aos interesses, egoísmos e ambições das minorias ociosas e autoritárias (KROPOTKIN, 2000, p.86).

Toda realização que se dá assim sem a intervenção dos chefes oficiais, fora do Estado, cujo pesado mecanismo e cujas práticas ultrapassadas não se prestam ao movimento normal da vida, é um exemplo que pode ser utilizado para empresas mais vastas; e os antigos súditos, tornados associados, agrupando-se com toda independência, em conformidade com suas afinidades pessoais, com suas relações com o clima que os envolve e o solo que os suporta, aprendem a dispensar as tutelas que os guiavam tão mal, mantidas por homens degenerados e loucos. É pelo fenômeno do trabalho, agricultura, indústria, comércio, estudo, ensino, descobertas, que os subjugados chegam gradualmente a liberar-se, a conquistar a posse completa dessa iniciativa individual sem a qual nenhum progresso jamais se realiza (RECLUS, 2011a, p.94).

Para entender o desenvolvimento da Suzano é preciso fazer um recuo estratégico no tempo visualizando como uma pequena fábrica de papel, cresceu, diversificou-se, adentrou no mercado de celulose, até se consolidar como um dos maiores grupos brasileiros.

Essa história começou com o ucraniano Leon Feffer¹⁰⁹. Após a imigração para o Brasil, em 1921, ele criou uma empresa comercial que passou a atuar no ramo de venda de papéis, passando logo para a manufatura, fabricando envelopes, sacos de papel e embalagens, montando também uma pequena tipografia (SUZANO, 2007). Em 1923 foi constituída a Leon Feffer & Cia., cujo objetivo era revender papéis nacionais e importados. Na visão de Joly (2007), imigrantes como Feffer foram os pioneiros que permitiram o desenvolvimento do setor no Brasil ao buscarem oportunidades de crescer empresarialmente. Em suas palavras:

Até a década de 20, essa produção pioneira continua com força, mas sempre muito dependente da importação de maquinário, de celulose escandinava para misturar ao produto nacional e de papel de imprensa. Além disso, as primeiras indústrias de papel e celulose que surgiram eram todas integradas, ou seja, produziam (ou

¹⁰⁹ “Nascido em 27 de novembro de 1902 em Rovno, emigrou para o Brasil em 1920, juntamente com a mãe, um irmão e duas irmãs. seu pai já se encontrava no Brasil desde 1910. iniciou suas atividades no comércio de papéis. Morava na rua Bresser, no Brás (centro de São Paulo), e usava o porão da casa para armazenar papéis. Alugou uma casa na rua Rangel Pestana, no mesmo bairro e passou a comercializar suas mercadorias no atacado e varejo” (SICILIANO, 2003, p.59) .

importavam da Escandinávia) a pasta de celulose para confeccionar seu papel. Somente mais tarde, em meados dos anos 40, essa lógica de produção é modificada, originando também os segmentos que produzem celulose somente para comercialização, sem transformá-la em papel (a chamada celulose de mercado) (JOLY, 2007 p. 32).

Joly (2007) aponta em seu estudo que dois fatores proporcionaram o desenvolvimento do setor de celulose e papel. O primeiro, que destacamos em princípio, foram os imigrantes pioneiros, como Leon Feffer; o segundo deveu-se ao começo do apoio do *Estado*¹¹⁰ nos anos 1930¹¹¹. Esse apoio foi tímido no começo e só vai ser intensificado a partir da década de 1960¹¹².

O marco decisivo de mudança se deu com o início do governo de Getúlio Vargas, em 1930, quando o circuito passa a receber forte apoio estatal. Vargas tinha como objetivo tornar o país auto-suficiente na produção de papel e derivados, através da política de substituição de importações¹¹³, dada a profunda crise de 1929 que derrubou a economia cafeeira. Dentre as medidas de incentivo, estão a isenção de

¹¹⁰ O Estado para Moraes (2005b, p.43) é “o dotador dos grandes equipamentos e das infraestruturas, o construtor dos grandes sistemas de engenharia, o guardião do patrimônio natural e o gestor dos fundos territoriais. Por estas atuações, o Estado é também o grande indutor da ocupação do território, um mediador essencial, no mundo moderno, das relações sociedade-espaco e sociedade-natureza”.

¹¹¹ Barcelos (2010, p.229) aponta que na década de 1930, “o uso generalizado dos contratos de integração [...] está compreendido como a reestruturação das relações produtivas, em especial, a crescente internacionalização do capital e sua reprodução ampliada sob distintas escalas. Esse processo implica uma profunda integração da agricultura à indústria [...]”. Numa visão que focaliza a relação do Brasil com a economia-mundo capitalista, Becker; Egler (2003, p.67), salientam que “Após 1930, o Estado começou também a planejar o desenvolvimento industrial. Além disso, a consolidação do território nacional transformou-se num crescente recurso simbólico para a legitimação do Estado”. e mais a frente escrevem: “Na era Vargas, após 1930, o estatismo consolidou-se sob uma forma autoritária, iniciando-se o planejamento governamental” (p.68). O autoritarismo revela que o Estado estava muito mais interessado no seu território do que no povo. De um ponto de vista histórico Moraes (2005d, p.96-97) escreve que “os anos 30 começam com um novo padrão de interpretação do país [...] O papel catalisador que a noção de ‘civilização’ cumpriu [...] será agora ocupado pelo conceito de *modernização*. [...] Pode-se dizer que modernizar é, entre outras coisas, reorganizar e ocupar o território, dotá-lo de novos equipamentos e sistemas de engenharia, conectar suas partes com estradas e sistemas de comunicação. Enfim, modernização implicava no caso brasileiro necessariamente valorização do espaço. Nesse sentido, o país podia ser novamente equacionado como âmbito espacial no qual o Estado devia agir para instalar o novo projeto nacional: a construção do Brasil moderno. E o primeiro governo Vargas, notadamente no período do Estado Novo, opera a adequação do aparato estatal para realizar tal tarefa, com a criação de órgãos, programas e normas dedicados à execução de políticas territoriais. Diga-se de passagem que a ditadura varguista fornece bom exemplo de vigência da máxima tutela do povo em nome da integridade do território”.

¹¹² Na opinião do geógrafo Wanderley Messias da Costa (2011, p.74), é “a partir da década de 60” que “generalizou-se o planejamento (econômico, regional, urbano, etc.) no país. Afora os inúmeros planos globais e setoriais elaborados continuamente pelo governo federal, também os governos estaduais e municipais (estes em algumas cidades de médio e grande porte) passaram a formular os seus próprios planos”.

¹¹³ Segundo Siciliano (2003, p.54): O chamado “*processo de substituições de importações*” foi decorrente do estrangulamento externo que levou a economia brasileira a tornar-se menos dependente do exterior, tendo como efeito a aceleração do processo de industrialização. Na mesma linha de raciocínio, Scarlato (2011, p.349) escreve que “a expressão *indústria de substituição de importações* designa o processo que se vinha desenvolvendo no interior da sociedade agroexportadora [...]. Caracterizou-se pelo crescimento da demanda interna de manufaturados, estimulada pelo aumento da circulação de dinheiro, principalmente nos momentos em que as exportações eram favorecidas por circunstâncias especiais do mercado internacional. O crescimento resultou também das dificuldades nas importações por motivos internacionais, financeiros ou políticos, como a desvalorização do nosso dinheiro e as guerras. Isto criou internamente no país os estímulos para investir nas atividades industriais”.

impostos para a importação de máquinas, insumos, ferramentas, etc., além de auxílio financeiro na construção de unidades fabris, no fornecimento de energia elétrica e nas instalações dos laboratórios de pesquisa. Em contrapartida, o governo exigia a produção mínima de cinco toneladas diárias de papel, além da condicionante de somente utilizar matéria-prima nacional (JOLY, 2007, p.32).

Endossando a opinião de Joly, na década de 1930, Siciliano (2003, p.55) nos conta que:

[...] em abril de 1933, entra em vigor o decreto nº 22.636, que isentava as empresas produtoras de celulose dos impostos de importação e taxas alfandegárias para aquisição de maquinário sem similar nacional. Os incentivos do governo foram ampliados através do decreto nº24.023 de 21 de março de 1934.

É interessante notar que a página eletrônica¹¹⁴ da empresa não faz menção a esse *apoio do Estado*¹¹⁵ na época do Governo Getúlio Vargas¹¹⁶. Não é possível afirmar se isto faz parte

¹¹⁴ Cf. <www.suzano.com.br> Acesso em 25 ago. 2011.

¹¹⁵ Sabiamente disse Milton Santos (2008, p.161): “Entre as formas de apoio do Estado ao nascimento e ao desenvolvimento do circuito moderno, encontramos a proteção concedida à concentração e aos monopólios, financiamento direto ou indireto das grandes firmas através da construção de infra-estruturas caras, a formação profissional, a promoção das indústrias de base, os subsídios à produção e à exportação e todas as formas de acordos com as firmas dominantes da economia, tais como legislações fiscais discriminatórias, leis de investimentos e planos de desenvolvimento”. Ferreira (2002, p. 203) escreve que “o Estado atua no fornecimento da estrutura necessária à implementação e consolidação de um macro projeto regido pela lógica capitalista sobre um território outrora gerido pela ética das comunidades *tradicionais, camponesas* ou *rústicas*, que utilizavam a terra e outros recursos naturais como o sustentáculo de sua vida cotidiana”.

¹¹⁶ Nas palavras de Becker; Egler (2003, p.77): “Ao Estado coube, pois, papel de relevo no alargamento das bases produtivas quer como empresário na indústria de base, quer rompendo os pontos de estrangulamento em energia e transporte, e extração mineral, quer como regulador do mercado de trabalho através de uma complexa legislação trabalhista. Mas a industrialização continuou restrita pela capacidade de importar da nação”. Vemos assim que o modelo de modernização que o Estado propõe confunde-se com o seu território, ou seja, a questão era modernizar o território ao mesmo tempo em que se conservava as relações sociais de produção, caso do trabalho assalariado, bem como as relações políticas que favorecia as elites agrárias e as elites urbanas em detrimento do campesinato e do proletariado. Mudava-se para que tudo ficasse como estava! A expansão urbano-industrial, contraditoriamente, no Brasil, engendrava o controle do território em detrimento da democratização do acesso à terra por parte do campesinato. O geógrafo e professor titular de Geografia da Universidade de São Paulo, Ariovaldo Umbelino de Oliveira nos conta que: “A sociedade nacional que, desde 30, marchava na direção da industrialização e da urbanização, continuava a conviver, no lado oposto das elites, com o aprofundamento dos conflitos no campo. Parte desses conflitos derivavam das tentativas de organização dos camponeses e trabalhadores assalariados rurais buscada pelo então, Partido Comunista do Brasil, fruto de sua curtíssima legalidade pós Constituição de 1946. Assim, o final da década de 40, os anos 50 e o início da década de 60 foram marcados por este processo de organização, reivindicação e luta no campo brasileiro. *No Nordeste esse processo ficou conhecido com a criação das ‘Ligas Camponesas’, cuja luta pela terra e contra a exploração do trabalho marcou significativamente sua ação*” (2007, p.104, grifos meus). O Estado é de fato um ente autoritário e classista, ou seja, dominado por burgueses e latifundiários que tomam seus interesses particulares como expressão de um dito interesse nacional supraclassista. Dessa forma, a estatização do processo modernizador conservava estruturas antidemocráticas que tiveram na *militarização da questão agrária* (MARTINS, 1984; OLIVEIRA, 1996), possivelmente, seu ponto culminante. Consequentemente, foi o Estado Novo varguista quem “inaugurou o período posterior denominado de ‘nacional desenvolvimentismo’, no qual se propunha o planejamento estatal como agente indutor do progresso, entendido basicamente como a industrialização do país. Nessa formulação a questão social (até então vista como um ‘caso de polícia’) começou a ganhar corpo, associando-se aos desígnios geopolíticos ainda preponderantes. O segundo governo Vargas (findo com o suicídio do presidente em 1954) e, com maior nitidez, o governo seguinte de Juscelino, reafirmam

de uma estratégia que objetiva vangloriar o pioneirismo de Leon Feffer como exemplo do empreendedorismo individual. A companhia se restringe a dizer que em razão da dependência do Brasil em relação à importação do papel, a empresa começou a ter dificuldades em suas atividades, motivo pelo qual, em 1939, foi iniciada a fase industrial com a instalação da primeira máquina de papel, no bairro do Ipiranga. Em 1940, Leon Feffer “inaugurou a sua fábrica de papel *Companhia Suzano de papel e celulose*, na cidade de Suzano-SP¹¹⁷” (JOLY, 2007, p.31). Em 1946, já sob a denominação de Indústria de Papel Leon Feffer S.A., a Suzano possuía três conjuntos industriais em operação, utilizando como matéria-prima celulose importada. Todavia, era o Estado brasileiro que garantia as *condições gerais de produção* nesse momento¹¹⁸. Como bem mostrou Joly (2007), ele garantia isenção de impostos¹¹⁹, importação de máquinas, insumos, ferramentas, auxílio financeiro para construção de fábricas e instalação de laboratórios de pesquisa. Vê-se que a dimensão empreendedora, ou o pioneirismo de Feffer foram substancialmente ajudados pelo Estado¹²⁰ que fornecia os elementos necessários para o desenvolvimento privado.

A trajetória da nossa Empresa é marcada pelo pioneirismo, inovação e compromisso com o desenvolvimento econômico e social. Até os anos 1950, toda a produção brasileira de papel era feita a partir de celulose de pinus, matéria-prima importada, cujo abastecimento era sujeito a interrupções e períodos de escassez. Percebendo nesse inconveniente uma grande oportunidade de negócio, Leon Feffer e seu filho Max Feffer conduziram um processo de pesquisa, em parceria com a Universidade de Gainesville – Flórida, com diversas espécies florestais, além de outras culturas,

o binômio modernização do território e construção nacional, porém já mais atentos ao componente popular no equacionamento desse processo” (MORAES, 2011, p.93).

¹¹⁷ Essa informação, a inauguração da fábrica Suzano em 1940, é contestada por Siciliano (2003, p.70, grifos meus) quando escreve: “para desenvolver o projeto de fabricação de celulose à base de eucalipto, a empresa necessitava de uma nova planta industrial. Com esse intuito, **adquiriu em 1956 uma empresa no município de Suzano, próximo a São Paulo, denominada Indústria de Papel Euclides Damiani. Nesse mesmo ano, a razão social da empresa foi alterada para Companhia Suzano de Papel e Celulose** e, já no ano seguinte, entraria em funcionamento a primeira fábrica de celulose de eucalipto no Brasil”.

¹¹⁸ Essa vai ser a tônica do capitalismo industrial no Brasil no período posterior à Segunda Grande Guerra, ou seja, pós 1945: O Brasil posicionou-se na economia-mundo através de um processo de industrialização politicamente dirigido, através de uma estreita parceria entre o capital monopolista estrangeiro, o capital estatal e o capital privado nacional, inaugurando o famoso modelo do “tripé” (BECKER; EGLER, 2003, p.67).

¹¹⁹ “O sistema dos impostos representa uma dupla maneira de proteger a atividade moderna e particularmente a indústria. De um lado o Estado, sobretudo através da coleta de impostos indiretos, transfere para a população, principalmente as camadas menos favorecidas, as cargas que deveriam pesar sobre as grandes firmas. Mas, o imposto direto representa também uma espécie de poupança forçada que permite aos governos facilitar ainda mais a implantação e a expansão das grandes firmas” (SANTOS, 2008, p.174).

¹²⁰ “O Estado garantiu uma coalizão de poder que conciliou as elites agrárias tradicionais e o emergente setor industrial. O poder dos primeiros decorria fundamentalmente da manutenção das relações sociais de produção no interior, mantendo os trabalhadores rurais fora da arena política. Por sua vez, as elites industriais beneficiaram-se basicamente das políticas econômicas do Estado. Por último, o Estado reforçou sua própria incorporação dos setores populares urbanos, abrindo a via da política para os trabalhadores urbanos, especialmente através dos direitos sociais, garantidos por uma extensa e moderna legislação trabalhista, embora os sindicatos estivessem controlados pelo Ministério do Trabalho e a estabilidade social e política fosse mantida através de uma severa repressão” (BECKER; EGLER, 2003, p.78-79).

como sisal e o bagaço de cana, em busca de novas fontes de matéria-prima. O eucalipto apresentou os melhores resultados (SUZANO, 2008, p.32).

Compreende-se que foi justamente a escassez de abastecimento e a dependência em relação ao pinus, que induziu a Indústria de Papel Leon Feffer à procura de uma alternativa à celulose importada. Assim, precisamente em 1954, iniciaram-se os estudos de pesquisa de desenvolvimento da fabricação de celulose de eucalipto no laboratório da Universidade da Flórida, em Gainsville, alugado pela Indústria de Papel Leon Feffer S.A.. Equipe de técnicos da empresa realizou todos os testes - centenas de ensaios de cozimento, lavagem e branqueamento¹²¹ - que confirmaram plenamente os resultados já obtidos nos laboratórios da Indústria de Papel Leon Feffer S.A. Foi então a Suzano que em 1955¹²² “iniciou, em fase experimental, a produção de celulose de fibra curta de eucalipto” (HILGEMBERG; BACHA, 2000, p.148).

No ano seguinte, 1956¹²³, adquiriu uma empresa no município de Suzano para instalação da fábrica de celulose de eucalipto. No mesmo ano foi alterada a razão social dessa empresa para Companhia Suzano de Papel e Celulose¹²⁴.

¹²¹ O branqueamento é um processo de purificação que visa à remoção de grande parte da lignina residual não dissolvida. O objetivo é a obtenção de um grau de alvura elevada (PÖYRY, 2010, p.20). Alvura é um termo que se usa para expressar o grau de claridade, ou “brancura” que se almeja (PÖYRY, 2010, p.25).

¹²² “No final do período de 1955, a Cia. Suzano de Papel e Celulose iniciou um importante projeto para tentar substituir a celulose importada por uma celulose nacional de fibra curta extraída de eucalipto, com o intuito de fazer papel exclusivamente dessa fibra. Cabe ressaltar que a iniciativa pioneira em pesquisar o uso da celulose a base de eucalipto em larga escala foi da empresa Nitroquímica Brasileira, pertencente ao grupo Klabin, durante a Segunda Guerra Mundial, objetivando a substituição de celulose solúvel para a produção de rayon. Porém com a retomada das importações no final da guerra, a empresa desistiu dessa empreitada. Assim, a pesquisa foi retomada pelo grupo Suzano, através da contratação de técnicos e, em especial, Benjamim Solitrenick, chefe da área química da Nitroquímica, que coordenou o estudo a partir de 1947, continuando sua pesquisa na Cia. Suzano onde implantou a primeira fábrica voltada à produção de celulose de eucalipto em 1954. Nesse contexto, o processo de desenvolvimento tecnológico que iria revolucionar a fabricação de papel no Brasil, também contou com a participação de Max Feffer, filho de Leon Feffer, o fundador da empresa, que passou a liderar, a partir de 1952, um grupo de cientistas responsáveis pelas pesquisas da utilização do eucalipto na produção de celulose. Assim em 1954, foi alugado pela empresa um laboratório da Universidade da Flórida, em Gainsville. A equipe, formada por Max Feffer, Gunnar N. Krogh e Arturs Yankauskis, realizou nesse laboratório todos os testes, com centenas de ensaios de cozimento, lavagem e branqueamento da celulose e acabou confirmando os resultados anteriormente obtidos nos laboratórios da Indústria de Papel e Celulose Leon Feffer S/A. Entretanto, para desenvolver o projeto de fabricação de celulose à base de eucalipto, a empresa necessitava de uma nova planta industrial” (SICILIANO, 2003, p.69-70).

¹²³ Não podemos esquecer que o ano de 1956 marca o início do governo de Juscelino Kubitschek. Isso significa que o modelo de industrialização por substituição de importações, bem como a ênfase dada à empresa privada, não seriam mais os capitães do desenvolvimento nacional. Coube, portanto, ao planejamento de Estado, se fortalecer ainda mais como modelo de industrialização do Brasil. “Esta tese coincidia com as aspirações dos militares interessados em questão de segurança e desenvolvimento, bem como a reduzida parcela das elites brasileiras interessadas na diversificação da estrutura produtiva e na aceleração do ritmo de formação do capital na indústria e na infra-estrutura produtiva. Acreditavam que qualquer processo de transformação estrutural da economia brasileira requeria tanto um significativo grau de intervencionismo do Estado na vida econômica, quanto uma expressiva contribuição da tecnologia e recursos externos, oficiais e/ou privados.

¹²⁴ Como vemos, a informação ofertada por Siciliano (2003), acerca da alteração da razão social das Indústrias de Papel Leon Feffer para Companhia Suzano de Papel e Celulose, é a versão correta, diferentemente da versão

Em 24 de agosto de 1957, a Companhia Suzano produziu suas primeiras 30 toneladas de celulose branqueada a partir do eucalipto. O feito foi o primeiro no Brasil e nas Américas. Em pouco tempo, a Companhia Suzano passou a fabricar papel com 30% de celulose de eucalipto. A quantidade foi crescendo até que, em 1960, pela primeira vez no mundo, foi produzido um bom papel com 100% de celulose branqueada de eucalipto.

Começa aqui uma grande transformação em toda a indústria de papel e celulose de alcance mundial. Num primeiro momento, a novidade ajudou o País a superar sua dependência da celulose importada. Com o aumento da produção, em 1978, passamos a ser exportadores dessa matéria-prima, que hoje é um item importante na pauta do comércio externo brasileiro (SUZANO, 2008, p.33).

No mesmo ano, 1957¹²⁵, a Suzano constituiu sua Diretoria de Recursos Naturais. Não há informações maiores sobre esta diretoria nos documentos até aqui perscrutados. Então, não podemos pautar a discussão em termos da questão ambiental, até porque o nascimento dela como ponto de discussão da agenda mundial só se fará em momentos posteriores com Clube de Roma (1968), A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (1972), A Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas e o Relatório Brundtland (1987), A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992) e A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (2002). Todos esses marcos históricos da questão ambiental são posteriores à criação da Diretoria de Recursos Naturais da Suzano. Então, como se explica a criação de tal órgão? Penso que uma explicação possível pode tomar como referência o argumento de Harvey (2011, p. 66): “o conceito de recursos naturais é, por exemplo, uma avaliação técnica, social e cultural, de tal modo que qualquer escassez natural aparente pode, em princípio, ser mitigada, se não totalmente contornada por mudanças tecnológicas, sociais e culturais”. Com efeito, não podemos esquecer que o fator que provocou o direcionamento da Suzano para a produção de celulose de eucalipto foi justamente a vulnerabilidade às interrupções e aos períodos de escassez da celulose de pinus. Como a empresa não podia depender do mercado externo e ainda havia o governo brasileiro exigindo como contrapartida ao apoio dado ao setor a utilização de matéria-prima nacional, a saída foi buscar uma espécie florestal alternativa ao pinus e ao mesmo tempo produtiva. O eucalipto, como vimos, foi a solução. Continuando:

ofertada por Joly (2007). Correta porque se encontra em sintonia com as informações fornecidas pela própria empresa em seu respectivo sítio eletrônico: www.suzano.com.br.

¹²⁵ “A partir de 1957, o investimento direto e os financiamentos de fornecedores estrangeiros para importação de máquinas e equipamentos foram mais fáceis devido à competição entre indústrias europeias e norte-americanas, com o surgimento da Comunidade Econômica Européia (CEE). Estabeleceram-se, então, as bases do modelo do “tripé”: o capital privado nacional produzindo bens não duráveis, o capital estrangeiro dominando a produção de bens duráveis, e o capital estatal operando na esfera dos bens de produção” (BECKER; EGLER, 2003, p. 83).

Em 1957, durante o governo de Juscelino Kubitschek, é lançado o Plano de Metas (1957-1960), no qual as indústrias de papel e celulose sofrem grande expansão da capacidade produtiva, através da combinação entre financiamentos do então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e também da abertura ao capital externo. As principais empresas do setor (herdeiras do pioneirismo e algumas filiais estrangeiras) se reafirmam no mercado e se tornam grandes empresas. Assim, começa o processo de oligopolização do circuito, percebido até hoje (JOLY, 2007, p.33).

O que temos no Brasil da época é um processo de estruturação de uma economia capitalista moderna que se insere cada vez mais na economia mundial. Assim, o progresso é identificado com o progresso técnico e científico, sem necessariamente levar em consideração a dimensão democrática do planejamento ou ainda do progresso social. A necessidade de modernizar, de progredir, reverbera no Brasil na questão do desenvolvimento¹²⁶ unificando tanto burgueses quanto proletários. O problema disso é que se trata de um desenvolvimento capitalista, o que ficará mais claro com Juscelino Kubitschek¹²⁷:

A proposta de JK era de acelerar o “desenvolvimento”, avançando “50 anos em 5”, conforme seu lema. O sujeito desse processo, o Estado em si, também objeto de modernização, sua grande arma: o planejamento. A racionalidade técnica imporia um eixo aos diferentes interesses associando-os na conquista dos “objetivos nacionais”. Uma nova leva de especialistas passa ao primeiro plano: inicia-se a era dos economistas, e dos “planos de desenvolvimento”. E, já no primeiro global - o “Plano de Metas” - em nome dos interesses nacionais, patrocina-se uma profunda internacionalização da economia brasileira. A entrada do capital estrangeiro posta

¹²⁶ “Na década de 1950, a temática do ‘desenvolvimento’ começava a ganhar corpo em estudos que abordavam a ‘questão nacional’ em sua dimensão social e política e que a equacionavam em esquemas teóricos de alcance internacional [...] Tal condição era associada à idéia de formação de um mercado nacional coeso que suplantaria as disparidades regionais ao estruturar a economia interna como um todo orgânico funcionando articuladamente na escala nacional, como propunha, por exemplo, o modelo da CEPAL. A harmonia desse funcionamento era vista como elemento básico para a superação da situação de ‘subdesenvolvimento’ atribuída ao país” (MORAES, 2011, p.129).

¹²⁷ “O governo JK e o Plano de Metas expressam um momento em que o ajuste entre as ideologias geográficas e as políticas territoriais do Estado é total e explícito. O discurso e a materialização física das metas caminham em consonância, com a tarefa estatal de construir o país objetivando-se em agressivas políticas territoriais, num esforço de produção de espaços impas na história brasileira. A objetivação do velho projeto geopolítico de interiorizar a capital, associado a um extenso plano viário, completam no interior o esforço industrializante operado nas áreas centrais do país. Uma nova divisão inter-regional do trabalho se estabelecia, ao mesmo tempo que se materializavam as bases físicas do mercado nacional, num quadro onde as regiões eram explicitamente definidas como objeto de intervenção estatal e o planejamento regional despontava como instrumento primordial de modernização do país. Nesse turbilhão de mudanças, em que se destaca um veloz fluxo urbanizador, e num contexto político mais democrático, a ideia de povo começa a ganhar peso na discussão da identidade nacional” (MORAES, 2005d, p.99). Além do mais, “o apelo geográfico do projeto desenvolvimentista ficava bem manifesto nas ações elencadas no Plano de Metas de JK que previa uma forte interferência na materialidade do espaço nacional, com a instalação de grandes próteses territoriais e amplos sistemas de engenharia. A transferência da nova capital, a construção de grandes usinas hidroelétricas, um ambicioso plano rodoviário, constituem exemplos das políticas territoriais do período. Um clima de entusiasmo e otimismo político legitimava este processo de construção do país agora mais aproximado de uma ideia de nação. O modo de vida moderno, de uma aspiração dos projetos nacionais, passava a ser uma vivência dos setores mais envolvidos com o surto modernizador do final da década de 1950. O elogio da novidade dominou o imaginário da inteligência nacional e uma nova sociabilidade começava a se praticar no país. O Brasil moderno parecia triunfar sobre o arcaísmo secular (MORAES, 2011, p.94).

como alavanca básica do desenvolvimento. Assiste-se uma maciça instalação de empresas transnacionais no país. Mesmo assim, fala-se em desenvolvimento “autônomo” e “nacional” (MORAES, 2005c, p.134).

Acerca do Plano de Metas¹²⁸, Siciliano (2003, p.74) aponta que “A meta nº 24 do referido Plano visava à ampliação da capacidade produtiva das empresas de papel e celulose, por serem estas consideradas relevantes para o desenvolvimento industrial do país”. Atesta ainda que “O plano de metas atingiu os objetivos para a produção de papel e celulose, exceto no caso do papel de imprensa. A produção de celulose, em 1950, era 40.000 toneladas e saltou, no ano de 1960, para 200.000 toneladas” (SICILIANO, 2003, p.79).

Sobre o processo de oligopolização, Goldenstein (1975, p.29, grifo em itálico meu) já havia salientado, em meados da década de 1970, que “aquilo que vem se verificando no setor de celulose: crise, fechamento de firmas pequenas, amplo processo de concentração e centralização, formação de “unidades combinadas” de produção, em nada difere do processo de *oligopolização do sistema*”.

Retomando o raciocínio, é, portanto, o Estado o grande condutor do desenvolvimento industrial. E o agente central do Estado no fomento e na própria modelagem do desenvolvimento nacional (projetos e planos nacionais) é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico¹²⁹ (BNDE). Criado no Governo Getúlio Vargas pela Lei nº 1.628 de 20 de junho de 1952, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) atuou (e atua) fortemente no direcionamento do processo de industrialização do País no contexto da substituição de importações tanto como *financiador*, quanto como *formulador* e definidor de novos parâmetros econômicos¹³⁰.

¹²⁸ “Voltado preferencialmente para os setores de ponta da estrutura industrial, nem por isso deixou de afetar todo o conjunto produtivo do país, desde os setores básicos, passando por transportes e energia, até a estrutura territorial como um todo” (COSTA, 2011, p.52). Assim, determinados planos econômicos, como o Plano de Metas, apesar de terem como causa o processo de industrialização do Brasil, acaba também efetivando mudanças territoriais, atraindo novos investimentos e induzindo novas ocupações econômicas.

¹²⁹ O leitor deve estar curioso para compreender o por que da ausência do “S” na sigla do BNDE. Explico: apenas em 1982 que o Banco passou a se chamar Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O “S”, que até então não existia, surge com o argumento de reforçar o caráter público e social de uma instituição federal que compreendeu o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, atendendo a interesses privados/particulares enclavistas, num âmbito estritamente economicista.

¹³⁰ Sobre o papel do BNDE, assim dissertou Barcelos (2010, p.78-79): “Em meados dos anos 50, o setor público foi reestruturado para conduzir os mecanismos de investimentos e planejar as ações no seu intento de promover a aceleração da industrialização e do parque industrial no país. Assim, em 1952, o BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, atual BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) nasce para controlar os investimentos do setor público, desenvolver linhas de financiamento e medidas tarifárias como também articular os financiamentos internacionais ao setor privado como avalista. Mesmo priorizando os setores de geração de energia e de transportes, a história do BNDES com o setor celulósico-papeleiro seguiu uma trajetória de intensa cumplicidade. [...] Em 1955, o banco concede o seu primeiro financiamento ao setor através da Celulose e Papel Fluminense S.A. para a produção 20t/dia de celulose não-branqueada e cerca de

O Plano de Metas foi importantíssimo ao definir uma clara intenção do governo em desenvolver substancialmente o setor, com ênfase no atendimento do mercado consumidor, sem ainda considerar as vantagens competitivas existentes no Brasil para implantar fábricas voltadas para a exportação. A partir de então, o governo passou a apoiar sistematicamente o desenvolvimento desta indústria através de medidas tarifárias e de financiamento, principalmente através do BNDES (LOPES; CONTADOR, 2011, p. 2).

Na visão de Barcelos (2010, p.77):

O Plano de Metas do Governo Kubitschek (1957-60) foi a primeira agenda macroeconômica e o primeiro grande esforço do Estado Brasileiro em empreender uma industrialização pesada e planejada com grandes investimentos quer através da concessão de empréstimos oficiais, quer como avalista e estimulador de empréstimos e investimentos externos. O Plano de Metas representou a institucionalização da ideologia do desenvolvimentismo como via de superação do atraso e da pobreza das supostas “regiões periféricas” que, naquele momento, estavam, em sua maioria, atreladas às fortes economias agrícolas de produção familiar.

Para ambos os autores acima supracitados o Estado é o agente social por excelência do desenvolvimento¹³¹. Em todo caso os investimentos¹³² estatais sinalizam para mostrar o esforço do planejamento estatal em consubstanciar e garantir as condições necessárias à burguesia nacional para seus investimentos privados. E o BNDE foi a peça-chave dessa política de financiamento:

Em 1956, o esforço de planejamento do Estado brasileiro para promover o desenvolvimento econômico se materializou no Plano de Metas. O BNDES, devido ao contexto econômico-político-social do momento seguinte a sua criação, tivera atuação menos abrangente do que aquela proposta pela CMBEU¹³³. Com o Plano de Metas, entretanto, o Banco assumiu papel de grande relevância.

Desde 1953, o BNDES, em conjunto com a Cepal, participava da elaboração de projeções para a economia brasileira. Em relatório que serviu de base para o Plano de Metas, o Grupo Misto Cepal-BNDE definiu as áreas prioritárias de investimento e os pontos de estrangulamento, e o Banco passou a atuar não só como agente financeiro, mas também como formulador de políticas públicas, especialmente industriais.

25t/dia de papel de embrulho por meio do processamento do bagaço de cana. Entre 1956 a 1973, o BNDE passa a apostar na celulose produzida a partir de eucalipto e na importância da escala nos processos produtivos [...]”.

¹³¹ O termo pejorativo desenvolvimentismo deve ser entendido como uma “política de industrialização favorável ao capital monopolista privado, um capitalismo orientado politicamente” (BECKER; EGLER, 2003, p. 82).

¹³² “A intervenção do Estado na economia pode ser feita através dos investimentos. Nesse caso, pode haver a participação do Estado na indústria privada ou a criação de indústrias de base nacionais com capitais públicos. Tal política, sem dúvida, tem como pretexto o encorajamento e o estímulo à industrialização, mas frequentemente ela equivale a um financiamento, com os fundos públicos, da indústria privada local ou estrangeira. Quando o Estado se encarrega da criação e do funcionamento de indústrias de base nacionais, as indústrias leves privadas que têm um mercado privilegiado também se beneficiam com uma redução de seus custos de operação” (SANTOS, 2008, p.166-167).

¹³³ Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

O Plano de Metas elegia cinco áreas prioritárias para destinação de investimentos e fixava metas para serem atingidas em cinco anos. Essas áreas eram: energia, transporte, alimentação, indústria básica e educação. [...]

Celulose e papel era um dos segmentos da indústria de base contemplados no Plano. A meta de produção anual estabelecida era de 200 mil toneladas de celulose e 450 mil toneladas de papel, aí incluídas 130 mil toneladas de papel de imprensa. Como resultado, o BNDES, embora não tenha concedido prioridade especial ao setor, passou a apoiá-lo de forma mais constante a partir de 1957, inclusive com alguns projetos emblemáticos de produção de celulose de eucalipto (JUVENAL; MATTOS, 2011, p.3-4).

De qualquer forma, os números do setor de papel e celulose após o apoio do BNDE revelam como este agente econômico foi (e continua sendo) importante para a consolidação do setor e desta política econômica estatal:

Já nos anos 60 pode-se sentir o expressivo avanço do setor: as importações totais de celulose para papéis caem de 100.191 ton. em 1955 para 10.293 ton. em 1964. A produção brasileira de todos os tipos de papéis que foi de cerca de 346.081 ton. em 1955, atinge 718.065 ton. em 1965 (SILVA, 1994, p.8).

Assim, nesse momento econômico de substituição das importações, em 1956, ocorre a aquisição da fábrica da Suzano, o nome pelo qual a empresa viria a ser conhecida no Brasil. Posteriormente, em 1960, a Suzano adquire o controle acionário das Indústrias de Papel Rio Verde, fato esse que demonstra, na visão de Goldenstein (1975), a concentração e a centralização do grupo. No mesmo ano, a capacidade de produção de celulose atingiu 35 mil toneladas/ano. A Suzano investiu também na produção para o mercado externo, transformando-se a partir da década de 1960 numa das mais importantes empresas do Brasil.

O modelo econômico de Juscelino Kubitschek¹³⁴ será levado adiante pelos Governos Ditatoriais instalados após o Golpe Militar de 1964¹³⁵. A lógica de desenvolvimento

¹³⁴ A economia brasileira no modelo de JK favorecia os setores de energia e transporte, principalmente, bem como favorecia à indústria em detrimento da agricultura. Essa dimensão econômica tem um rebatimento político e territorial assaz importante. Do ponto de vista político, favorecia a burguesia; do ponto de vista territorial, acirrava as lutas de classes (camponeses e proletários *versus* latifundiários e burgueses). Além do mais, o território foi pensado como veículo de modernização e desenvolvimento. Assim, o desenvolvimento *capitalista* é um *tipo* de desenvolvimento *funcional* que se pauta numa *mentalidade empresarial, cálculos, contabilidade, previsões, técnicas de gestão* e na *eficiência da administração*, que tem no *Estado* burguês seu principal motor. Nas palavras de Becker; Egler (2003, p.86): “A legitimidade política durante o governo de Kubitschek foi lograda através de alianças partidárias, de métodos tradicionais de barganha, e de algumas concessões concretas à classe trabalhadora a respeito de salários e participação política. Não obstante, foi a ideologia do desenvolvimentismo nacional, incluindo a articulação territorial, a que mais contribuiu para neutralizar as tensões sociais. Esta ideologia tinha uma visão dualista da sociedade brasileira - um setor agrária tradicional contra o urbano-industrial moderno- e elevou a burguesia nacional ao papel de vanguarda revolucionária na superação do subdesenvolvimento. Na verdade, o projeto do empresariado nacional não foi a defesa da industrialização autônoma e sim um acordo de cavalheiros com o capital estrangeiro. O discurso nacionalista tentou engajar a sociedade toda num processo de “capitalismo nacional”, ocultando a contradição da abertura da economia”.

objetivava a industrialização e, conseqüentemente, a modernização do Brasil. Para atender tal objetivo, o Governo Militar projeta a instalação da infraestrutura necessária ao desenvolvimento: estradas de rodagem, ferrovias, portos, aeroportos, usinas hidrelétricas. Na visão de Joly (2007, p.34):

Com o início do período militar, em 1964, começa uma verdadeira preparação do território, tanto no aspecto normativo quanto na configuração territorial do país, para dar o grande salto do circuito produtivo, especialmente no segmento de celulose. O objetivo era tornar uma produção que ainda não era capaz de suprir o mercado interno plenamente numa produção com volume e qualidade para exportação de celulose (JOLY, 2007, p.34).

Assim, o Estado entende a industrialização como o ponto de partida para se atingir a modernidade e o desenvolvimento. Conseqüentemente, a lógica do discurso e das práticas produtivas concretas tem como foco a superação do atraso socioeconômico por meio da dinâmica industrial.

Em termos de legislação federal, cabe destacar o novo Código Florestal Brasileiro (Lei Federal n.º 4.771/65)¹³⁶ que versa desde os direitos de propriedade até as formas de vegetação. Conforme Joly (2007, p.34), a criação do Código Florestal¹³⁷ contribuiu “para o início das atividades de reflorestamento programado, portanto, para a formação de fontes renováveis de suprimentos de madeira”. Barcelos (2010, p.79) comenta que a promulgação da

¹³⁵ Sobre o golpe militar de 1964, assim dissertou Moraes (2005c, p.138): “A força das armas ‘resolve’ os impasses numa situação de consenso difícil. Novamente a ditadura, agora com um Estado melhor aparelhado, dotado de maior poder centralizador e de ágeis instrumentos do planejamento. A história é conhecida: repressão aos movimentos populares, intervenção nos sindicatos, assassinato e perseguição de líderes políticos, leis de exceção etc. Nas universidades a ‘caça às bruxas’, e o exílio ou prisão dos intelectuais mais combativos. A Geografia brasileira perde as inteligências de Milton Santos, Josué de Castro, Navarro de Brito, Maria Regina Sader e outros. Vive-se um tempo sem sol”. Em outro texto, o geógrafo escreve que “[...] o golpe militar de 1964 representou um ponto de inflexão na tendência observada de incorporar o tema da nação (e da cidadania) na formulação dos projetos nacionais. O governo ditatorial repôs com ênfase e a ótica geopolítica tradicional na concepção do país e do desenho de seu futuro. Não só a visão territorialista foi retomada no período como a máxima de tutela do povo em nome da integridade do espaço foi fortemente resgatada pela Doutrina de Segurança Nacional implantada pelos militares, a qual identificava setores da população como um possível ‘inimigo interno’ que colocava em risco a soberania do país. A meta da integração nacional explicitada pelo regime militar completava a identificação do país com seu território, reafirmando os objetivos do desenvolvimento econômico e da ultrapassagem das desigualdades regionais” (MORAES, 2011, p.94-95).

¹³⁶ O prefixo novo implica reconhecer que havia um preexistente: O primeiro Código Florestal Brasileiro foi instituído pelo Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Goldenstein (1975, p.145) escreve que “Os códigos florestais que a maioria das nações têm, expressam a preocupação da sociedade para com as florestas, e no Brasil constituiu o ponto de partida para o próprio Direito Florestal. [...] Indiscutivelmente o Código de 1935 representou um início de regulamentação do uso das florestas e, apesar de muitos aspectos obsoletos que continha, o seu não-cumprimento certamente foi um atraso”. Siciliano (2003, p.104) já nos atesta que o Novo Código Florestal, junto com a regulamentação da lei dos incentivos fiscais ao reflorestamento vem na esteira dos incentivos fiscais do governo: “a promulgação de um novo Código Florestal, que passou a vigorar em 1965 e, em 2 de setembro de 1966, a regulamentação da lei dos incentivos fiscais ao reflorestamento” tornavam “as fábricas de celulose e papel proprietárias das florestas com grande subsídio do Estado”.

¹³⁷ A íntegra do Código Florestal pode ser visualizada em: http://www.controleambiental.com.br/codigo_florestal.htm

Lei 5.106, em 1966, foi “[o] grande mecanismo que impulsionou o setor [florestal]” e, consequentemente, “foi amplamente comemorado pelos setores empresariais e pela elite industrial (idem, ibidem). Ele escreve ainda que “a lei regulamentou os incentivos fiscais determinados no Código Florestal de 1965 definindo uma política setorial de incentivos fiscais ao ‘reflorestamento’ [...] não só isso, mas a oportunidade de amortização dos investimentos a longo prazo” (idem, ibidem). A consequência foi “a expansão dos grandes monocultivos comerciais e a indústria celulósico-papeleira naquele momento, mesmo com a ideologia do desenvolvimentismo-nacionalismo e a política de substituição de importações, já era totalmente desnacionalizada” (idem, ibidem). Mas é importante notar que a criação de uma legislação específica para o setor florestal revela o interesse do Governo Ditatorial em impor *normas* para a atividade.

Compreende-se, portanto, que além de começar a normatizar o setor florestal e apoiá-lo via BNDE, o Governo Ditatorial estava empenhado em oferecer as condições necessárias para que o negócio pudesse se desenvolver. Já salientamos, tais condições necessárias abrigavam desde o auxílio financeiro até a construção de fábricas, por exemplo. O auxílio financeiro vai ser mais visível ainda em 1966 quando

[...] institui-se o plano de Incentivos Fiscais ao Reflorestamento, que beneficiou sobremaneira o circuito de celulose, pois previa uma série de abatimentos tributários significativos para que as propriedades fossem reflorestadas, aumentando bastante a oferta de madeira para ser explorada (JOLY, 2007, p.34).

Tanto a normatização quanto a financeirização nos revela precisamente o quê? Precisamente, territórios sendo destinados ou produzidos para a expansão da produção de celulose e papel. Revela também a silvicultura¹³⁸ em escala industrial para abastecer o mercado externo e atender o mercado interno. Hilgemberg e Bacha (200, p.150) destacam também que:

Em meados da década de 60, foi promulgado o Decreto-Lei 5.106/ 66 para viabilizar a implantação de maciços florestais pelas empresas e, assim, cumprir as determinações do Código Florestal, promulgado em 1965.

Este decreto-lei regulamentou os incentivos fiscais, previstos no Código Florestal de 1965, destinados a gerar recursos para investimentos em reflorestamentos. Assim, o referido decreto-lei permitiu às pessoas físicas abaterem da renda bruta as importâncias efetivamente aplicadas nesta atividade no ano-base da tributação e às pessoas jurídicas abater até 50% do Imposto de Renda devido. Os resultados da regulamentação dos incentivos fiscais foi uma grande expansão da área reflorestada nos anos seguintes.

¹³⁸ “A silvicultura ensina as técnicas de aproveitamento das matas; é o ramo da ciência florestal que trata da propagação e, cultivo dos povoamentos naturais e artificiais” (GOLDENSTEIN, 1975, p.12).

O Estado, como vemos, desempenha um importante papel enquanto normalizador e financiador da silvicultura. Joly (2007, p.34) compreendeu isso muito bem quando atentou para o papel do Estado, no período militar que se inicia em 1964, como normalizador da “configuração territorial do país, para dar o grande salto do circuito produtivo, especialmente no segmento de celulose”. O papel de regulação do Estado é realizado pela institucionalização das questões relativas ao desenvolvimento e pesquisas florestais:

Em 1967, é criado o IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, órgão governamental que tinha como objetivo coordenar todas as atribuições referentes à exploração e comercialização da madeira, bem como ao plantio de árvores e à proteção das florestas. O IBDF nasce com a função de administrar os incentivos fiscais ao reflorestamento e acompanhar os projetos florestais. Desta forma, além dos instrumentos jurídicos criados, criava-se também uma estrutura administrativa que impulsionava os projetos de reflorestamento (FERREIRA, 2002, p.119-120).

Nesse mesmo ano, forma-se a primeira turma de engenheiros florestais de um convênio entre o IBDF e a FAO/ONU. Em 1968, o governo criou o Instituto de Pesquisas Florestais (IPEF), numa iniciativa conjunta da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) da Universidade de São Paulo e das empresas Champion, Duratex, Rigesa, **Suzano** e Madeirit. Esse instituto teve um papel importante na difusão das técnicas de manejo e seleção das espécies mais aptas para a produção (onde o eucalipto era uma boa promessa) (JOLY, 2007, p. 34, grifo meu).

É relevante salientar que, com a institucionalização, as empresas do setor de celulose e papel tiveram uma oportunidade maior de captar financiamentos. O uso de engenheiros, por outro lado, forneceu o caráter científico e simultaneamente técnico no desenvolvimento florestal em caráter industrial. Mas, o desenvolvimento também necessita de pesquisa florestal: o IPEF¹³⁹ simboliza isso. Não estranha, portanto, a conjunção de forças de uma instituição pública (ESALQ) e empresas privadas (Suzano, Champion, Duratex, Rigesa e Madeirit).

Compreende-se que o nexos Estado-Empresas existente no setor de papel e celulose fomentou a formação de um grupo de agentes privados que controlam a oferta de produtos e

¹³⁹ Nos anos 1970, dois aspectos merecem ser atestados. Em primeiro lugar “a ótica geopolítica e a centralização das decisões de localização no âmbito exclusivo do executivo federal” que “propiciaram um amplo exercício de políticas territoriais por parte do Estado brasileiro por toda a década de 1970” (MORAES, 2011, p.95). *Segundo*, Indubitavelmente, o IPEF, além de representar a *institucionalização* da pesquisa florestal, remete-nos à questão da produção da natureza na medida em que o produto final é uma natureza modificada, *produzida*, por assim dizermos, sob os auspícios do melhoramento genético subordinado ao processo industrial celulósico-papeleiro. Ferreira (2002, p. 129) já havia apontado que “nos primeiros anos, o eucalipto chegava no ponto de corte com 15 anos, tempo reduzido para 6 a 7 anos, devido aos avanços na manipulação genética”. Joly (2007, p.42-43) é clara: “O IPEF, por exemplo, disponibiliza sementes selecionadas e mudas clonais, além de manter um amplo banco de material genético. O instituto também oferece cursos para capacitação de mão-de-obra técnica qualificada, nas áreas de engenharia florestal e agronomia”.

serviços relacionados ao setor de silvicultura. Oligopolização é o nome deste fenômeno que no Brasil teve sua razão fundante no apoio concedido pelo Estado, via BNDE, para a consolidação das empresas do setor. Este processo de configuração econômica será mais visível ainda nos anos 1970¹⁴⁰.

Os anos 70 foram de reviravolta no setor, com o aumento do preço das matérias-primas no mercado internacional e os choques de preço do petróleo. O aumento do déficit em conta corrente exigiu do país um novo ciclo de substituição das importações e um maior volume de exportações. O primeiro grande ciclo de investimentos no setor tem início com o lançamento do II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento -, e do I PNPC - Plano Nacional de Papel e Celulose -, durante o governo Geisel (1974-1979). O objetivo de fortalecer o empresariado nacional, aliado à uma estratégia de integração competitiva, fizeram o governo realizar uma injeção relevante de recursos no setor para os projetos considerados prioritários. A política industrial incentivava, através do financiamento público e de vantagens fiscais, à expansão da capacidade produtiva, à formação de maciços florestais, à melhoria da eficiência e à melhoria da produtividade nas unidades fabris, visando o autoabastecimento e a inserção do país no cenário internacional. Como resultado desta política formaram-se as grandes empresas que existem hoje no setor, como a Aracruz, Klabin, *Suzano*, Votorantim, Ripasa, dentre outras (LOPES; CONTADOR, 2011, p.3, grifo em itálico meu).

Barcelos (2010, p.80), por sua vez, relata que:

Na década de 70, em pleno regime militar, duas grandes medidas foram tomadas que favoreceu os empresários do setor. A primeira foi o Decreto-Lei 1.134 de 1970, que endossou ainda mais as concessões fiscais e aumentou os incentivos às plantações em larga escala, além de atender antigas reivindicações das elites industriais. E a segunda, foi o Fiset, Fundo de Incentivos Fiscais¹⁴¹ (Decreto Lei nº. 1.376 de 1974) que reajustou a política de concessão aos incentivos fiscais às necessidade de execução das metas do Programa Nacional de Papel e Celulose [...]. Essas duas medidas consolidaram o auge do “reflorestamento incentivado” por meio das concessões fiscais, que vai se estender até 1986, quando então foi extinto.

¹⁴⁰ O Brasil inicia os anos setenta com a plena afirmação de um novo ciclo de crescimento anual e de acumulação. O “milagre econômico” é erguido sobre o arrocho dos salários e sob a paz dos cemitérios. Vive-se uma época de terrorismo oficial, que diferencia duas classes de brasileiros: os acima das leis e do Estado, e os impotentes frente às leis e ao Estado. No plano das ideias, sedimenta-se uma indústria cultural sofisticada, que tem na televisão o seu principal veículo. O Estado imiscui-se nos negócios da cultura, através da censura, do financiamento e das concessões. Diversifica-se a estrutura de empregos, complexiza-se a divisão do trabalho. A população urbana ultrapassa aceleradamente a rural. Expande-se consideravelmente o sistema de ensino, público e privado, com destaque para o de terceiro grau (MORAES, 2005c, p.139). Estudando o espaço industrial brasileiro, Scarlato (2011, p.359) aponta que “no conjunto das políticas definidas pelo Estado brasileiro para promover sua industrialização a partir dos anos 60, quando se iniciou o chamado ‘milagre brasileiro’, o Estado desempenhou um papel muito importante na associação entre os interesses das multinacionais e os órgãos públicos responsáveis pelo planejamento do nosso crescimento. A ação do Estado brasileiro se fez sentir principalmente no plano da política salarial. Durante o período do ‘milagre’, os trabalhadores foram submetidos a um forte arrocho salarial e a um grande controle em seus movimentos sindicais. Estas foram algumas das exigências das multinacionais para expandir seus negócios no Brasil”.

¹⁴¹ Em verdade, Fiset significa *Fundo de Investimentos Setoriais* e não Fundo de Incentivos Fiscais.

Sobre o *Fundo de Investimentos Setoriais*, Ferreira (2002, p.120) aponta que “o Fiset seria alimentado pelas importâncias descontadas do Imposto de renda de pessoas físicas e jurídicas, a serem aplicadas em empreendimentos florestais. Estas importâncias passaram a ser movimentadas após aprovação dos projetos pelo IBDF”.

Mais uma vez o Estado é o agente central no cenário político-econômico. Ao planejar no nível macroeconômico o desenvolvimento da nação o faz levando em consideração o setor de papel e celulose. A criação de um plano específico para o setor revela a conexão classista existente entre a burocracia estatal do Regime Militar e a burguesia nacional. O Estado, dessa forma, visa o ordenamento econômico do território e financia a expansão da base florestal. O Estado do Regime Militar é, ele mesmo, um “Estado-fomentador”: “a atuação do Estado como fomentador” de projetos relacionados “à produção de celulose para exportação” é uma “prática da Ditadura Militar que se perpetua no momento atual através de uma legislação de favorecimento, de uma política de incentivos fiscais e da ausência de fiscalização” (FERREIRA, 2002, p. 189).

A partir de 1974, o Governo Geisel enfrentou os reflexos da crise do petróleo e a instável conjuntura externa desacelerou a economia nacional e apontou para a urgente necessidade de elaborar novas estratégias. Assim, neste mesmo ano, surge o II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento – que propunha a construção de uma moderna economia industrial através da intervenção ativa do Estado na condução do desenvolvimento econômico voltado à exportação (idem, ibidem).

Sobre o II PND¹⁴², assim escreveu Siciliano (2003, p.137):

O cerne do II PND enfatizava o desenvolvimento das indústrias de base voltadas para o setor de bens de capital, eletrônica pesada, bem como para o campo dos insumos básicos, com a finalidade de substituir produtos importados, tornando a produção brasileira mais competitiva. Além disso, o plano pretendia abrir novas possibilidades de exportação integrando o país na economia mundial.

Isso significa que em face da crescente mundialização da economia capitalista o Governo do Brasil objetivava dotar o país da capacidade necessária para se desenvolver e competir no próprio mercado mundial. Como asseverou Siciliano (idem, ibidem):

¹⁴² Finalmente, em 1974, é editado o II PND, para os anos de 1975 a 1979. É de certo modo conhecida a mudança de enfoques nas diretrizes maiores do desenvolvimento nacional, representadas por esse plano e os demais que o precederam. *Grosso modo*, essa mudança está assentada basicamente no novo patamar da política econômica global do país, formulada num contexto de declínio dos investimentos e a partir de um diagnóstico do comportamento do comércio exterior brasileiro. A ênfase do plano estará, portanto, centrada no esforço do crescimento econômico, em especial daqueles setores que pudessem contribuir decididamente para o crescimento das exportações. Essa mudança repercutirá nas diretrizes do plano no que concerne às políticas territoriais, consubstanciadas em medidas agressivas relacionadas à expansão da fronteira econômica e ao tipo de ocupação econômica das chamadas “áreas vazias” do território (COSTA, 2011, p. 64).

Essa política objetivava alcançar a auto-suficiência da produção da maioria dos suprimentos básicos industriais, em especial, produtos siderúrgicos, petroquímicos, defensivos agrícolas, papel e celulose, fertilizantes, insumos para produtos farmacêuticos, cimento, enxofre e outros minerais não-metálicos. Além da busca pela auto-suficiência, o desenvolvimento desses segmentos da produção brasileira deveria estabelecer novos fluxos de exportações, contribuindo para melhorar o resultado da balança comercial.

Como se compreende, o intuito desta política de desenvolvimento está claramente atrelado ao crescimento¹⁴³ do PIB. E, se o crescimento econômico é uma condição de desenvolvimento, a agricultura capitalista desempenha um papel importante na balança comercial principalmente em virtude de o Estado agir tanto como financiador, quanto no que tange ao aspecto fiscal. E o setor de celulose e papel, por nós aqui tangenciado, não fica de fora. Como escreve Léa Goldenstein (1975, p.346): “Ao propor o II PND uma política visando auto-suficiência e abertura de fluxos de exportação para insumos básicos, o papel e a celulose foram considerados como um dos setores a serem privilegiados”.

No que diz respeito ao I Programa Nacional de Papel e Celulose, Siciliano (2003, p.132) e Goldenstein (1975, p.337) atestam, respectivamente, que:

O I PNPC, concebido pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), tinha o objetivo de estabelecer uma estratégia produtiva para o setor papelero. A proposta visava atingir a auto-suficiência da produção de papel e, além disso, produzir um volume de celulose de mercado suficiente para atender as necessidades internas, além de gerar excedentes exportáveis.

Esse programa gerou boas perspectivas no mercado brasileiro, além de propiciar a ampliação das empresas em operação e estimular a instalação de novas plantas industriais. Dentro dessa estratégia, a partir de 1974, o governo passou a transferir para o BNDES os recursos do PIS-PASEP para que projetos substituidores de importação pudessem ser financiados (SICILIANO, 2003, p.132).

Em 1973 o BNDE já havia definido um montante de produção que se baseava na demanda do mercado externo. O Programa Nacional de Papel e Celulose, feito por um Grupo de Trabalho instituído pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico, em 1974, manteve a diretriz de ampliação, tendo em vista as projeções de consumo interno, assim como as metas de exportação, em primeiro lugar da celulose e, numa outra etapa, de papel.

O programa é, em todos seus aspectos, uma resposta positiva às proposições que fazem diferentes órgãos internacionais, como a FAO, a OECD e outros mais. Partindo do princípio básico das condições ecológicas especialmente favoráveis para o rápido crescimento das florestas, refere-se às grandes disponibilidades de terras, à abundância de mão-de-obra, ao plantio que já está sendo feito e estabelece metas e propõe diretriz política para as agências governamentais e para o setor privado.

Algumas medidas que pretende estimular dão idéia destas diretrizes:

1) quanto à matéria-prima: desenvolver pesquisas tecnológicas e econômicas para maior utilização de celulose de fibras curtas; estimular a implantação de unidades à base de bagaço de cana, bambu, sisal e outras fibras; aumentar o reaproveitamento

¹⁴³ “Indubitavelmente, a ideologia do crescimento entra como uma parte importante nas decisões de investimento dos poderes públicos” (SANTOS, 2008, p.172).

de papéis usados e de aparas; estimular a conversão de altos fornos à base de carvão vegetal e com isto liberar maciços florestais que os abastecem atualmente.

2) quanto ao aspecto econômico-financeiro: propõe que várias agências governamentais “estimulem os investimentos no setor celulose, papel e pasta mecânica, garantindo aos seus produtos níveis de preços que permitam adequada remuneração de capital e favoreçam a acumulação de poupanças ao nível das empresas...”. Sugere que se efetuem formas variadas de concentração e centralização, sob a forma de fusão, incorporação ou associações. Baseia seus projetos numa integração floresta-indústria, em termos espaciais e empresariais (GOLDENSTEIN, 1975, p.337-338).

Com esta política desenvolvimentista o objetivo era claramente transformar o Brasil em um exportador de celulose. Do ponto de vista macroeconômico, o setor celulósico-papeleiro encaixava-se no plano governamental de mundialização da economia brasileira, de sua cada vez maior integração ao mercado em nível mundial. Como bem escreveu Barcelos (2010, p.80):

Foi neste contexto de re-definição da economia nacional pelo II PND, que surgiu, após três meses, o I PNPC – Plano Nacional de Papel e Celulose, que impulsionou e ampliou as metas de investimentos para o setor. O aumento dos incentivos fiscais, a criação dos “distritos florestais” e os vultosos financiamentos do BNDES, conferiram ao estado brasileiro, um papel protagônico na estruturação e consolidação do setor na econômica nacional.

A partir do I PNPC foram transferidos volumosos montantes financeiros ao setor, já que as intenções tanto pelo empresariado, como pelo Estado, era de atingir uma economia de escala voltada as exportação com níveis produtivos competitivos, como também liderar as inovações tecnológicas e o mercado internacional.

Já a Suzano na década de 1970 assim é retratada por Siciliano (2003, p.153-154):

A Cia. Suzano de Papel e Celulose iniciou, em 1971, um processo de expansão por intermédio da instalação de uma fábrica de celulose alvejada de 175 mil t/ano e outra de cartão de até 140 mil t/ano, no município de Suzano, o chamado projeto “G”. Quanto aos equipamentos já existentes, a empresa promoveu seu aperfeiçoamento tecnológico, o que permitiu a elevação da produção de papel de 36.500 t/ano para 55.000 t/ano. Em 1973, implantou o projeto “G1”, iniciando a modernização da antiga fábrica de celulose, elevando sua capacidade produtiva de 105.000 para 140.000 t/ano. Com a execução desses projetos, a empresa passou a produzir 315 mil toneladas/ano de celulose, 55 mil t/ano de papéis e 140 mil t/ano de cartões.

A empresa iniciou atividades na área de petroquímica, em 1974, com participação acionária nas empresas Políteno Indústria e Comércio S.A., na Polipropileno S.A., na Alclor Química de Alagoas S/A. Além disso, em 1976, financiou capital de giro para a integralização de sua participação no aumento de capital junto à Suzano Kimberly Indústria e Comércio Ltda. (produtora de papéis higiênicos).

Também iniciou uma nova linha de produção de papéis de imprimir e escrever de baixa gramatura, em 1979, e outra de papel couché, adicionando 113 mil t/ano à produção da empresa.

A década de 1980, conhecida como a “década perdida”, foi um período de profundas transformações na economia brasileira. É o momento em que a ditadura começava a

enfraquecer, altas inflações, estagnação econômica, dentre outros fatores. O Brasil atravessava um período de endividamento oriundo de fatores externos que debilitavam as contas internas da nação.

Contudo, “nos anos 80, o circuito produtivo de celulose constituiu uma exceção em meio à crise generalizada e continuou a crescer, mas houve uma diminuição dos investimentos em novas plantas” (JOLY, 2007, p.35). Barcelos (2010, p.81) confirmou essa informação de Joly quando escreveu que o setor celulósico-papeleiro “passou a reduzir os custos de produção, investir nas exportações e também apostar na profissionalização da gestão empresarial e na abertura ao capital estrangeiro”.

Os anos 80 foram de consolidação da posição brasileira no mercado internacional com o lançamento do II PNPC, incentivando mais uma vez o aumento da capacidade, o aumento da competitividade, a melhoria dos padrões de qualidade, a uniformidade dos produtos, a proteção ambiental, a melhoria do processo produtivo e a melhoria dos controles de processo, através da introdução de novos equipamentos. A retração econômica na primeira metade da década contraiu o mercado interno, fazendo com que as empresas destinassem uma parte maior da produção para as exportações (LOPES; CONTADOR, 2011, p.2-3).

O planejamento macroeconômico do II Plano Nacional de Papel e Celulose relacionou-se com o movimento geográfico da Suzano. Em 1980, a empresa tornou-se uma Companhia de capital aberto, através da realização de subscrição pública no valor de Cr\$ 800 milhões. Instalou uma unidade de produção de celulose reciclada de aparas, com capacidade de 32 mil toneladas/ano. Dois anos depois, 1982, entrou em operação o projeto de substituição de óleo combustível por biomassa (redução de 63 mil toneladas anuais de óleo). (SUZANO, 2013).

Em 1983, foi realizada a reforma do conjunto industrial “B.5¹⁴⁴”, aumentando sua capacidade em 18 mil toneladas/ano de papéis brancos e/ou base para papéis couchê. Foram acrescentadas à sua capacidade de produção, 84 mil toneladas acabadas/ano de papéis de imprimir e escrever, pela incorporação dos cinco conjuntos industriais provenientes da cisão parcial do Patrimônio Líquido da Indústria de Papel Leon Feffer S.A., em outubro (SUZANO, 2013).

¹⁴⁴ O conjunto industrial B.5, assim como B.6, B.7, e B.8, são responsáveis pelas linhas de produção de papéis para imprimir e escrever cartão. Situados na unidade industrial de Suzano – SP, este conjunto industrial é conhecido como “Fábrica B” e foi construída a partir do núcleo da Indústria de Papel Euclides Damiani, adquirida por Leon Feffer em 1955. Feffer decidiu instalar a “Fábrica B” com o intuito de produzir celulose de eucalipto, uma vez que a “Fábrica A” dependia do abastecimento de celulose importada. Cf. <http://www.suzano.com.br/portal/grupo-suzano/memoria-empresarial/acervo/unidades-industriais.htm>.

No ano de 1984, foi iniciado o projeto de construção do conjunto industrial "B.8", com capacidade de 93 mil toneladas/ano. Após um ano, 1985, concluiu-se e processou-se a colocação em marcha do conjunto industrial "B.8"¹⁴⁵. A Companhia atinge 100% de verticalização e capacidade de produção de 333 mil toneladas/ano e 486 mil toneladas/ano de papéis e cartões (SUZANO, 2013).

Em 1986, teve início o "Projeto de Otimização" da fábrica de celulose, destinado a aumentar a capacidade de produção para 420 mil toneladas/ano, ao mesmo tempo em que colocou as instalações industriais dentro dos padrões tecnológicos mais avançados de produção. Enfim, todas as características destacadas permitem enxergar uma conexão existente entre a consolidação do setor de papel e celulose e o desenvolvimento de novos projetos. No dizer de Juvenal e Mattos (2011, p. 14-15):

No fim de 1987, o governo federal lançou outro Programa Nacional de Papel e Celulose, que contemplava um novo ciclo de investimentos e estabelecia as seguintes metas para 1995:

- ampliar a oferta de celulose de 3,4 milhões para 6,6 milhões de toneladas;
- ampliar a oferta de papel de 4 milhões para 8,4 milhões de toneladas;
- ampliar a oferta de pasta de 312 mil para 848 mil toneladas;
- implantar florestas destinadas ao auto-abastecimento das fábricas;
- aumentar as exportações de celulose de 921 mil para cerca de 1.400 mil toneladas e as de papel de 543 mil para 820 mil toneladas;
- privilegiar com tratamento preferencial das entidades governamentais de desenvolvimento os investidores de reconhecida capacidade financeira e competência empresarial;
- proporcionar incentivos fiscais para importação de equipamentos e implantação de florestas nos projetos aprovados pelo então CDI;
- estimular a capitalização das empresas pela abertura de capital; e
- cobrir as importações com financiamento externo ou com capital próprio das empresas.

A estratégia do Estado como se vê da análise do II PNPC continua a mesma: garantia das condições gerais de produção, incentivos fiscais, financiamentos pelo BNDES. Mas as estratégias das empresas ao mesmo tempo em que mudam, se ampliam. Vejamos o caso da Suzano: de uma pequena fábrica de papel nascida de um estrangeiro (o ucraniano Leon Feffer), transformou-se paulatinamente num dos maiores grupos empresariais do Brasil, graças ao apoio fornecido pelo Estado na constituição de Planos de Desenvolvimento orientados ao setor de papel e celulose. A estratégia empresarial passa pelo Estado para que este agente público financie, aprove, incentive e condicione o desenvolvimento de atividades privadas de caráter empresarial (classista). A *estatização do desenvolvimento* do setor de celulose e papel foi materializada concretamente através da institucionalização do IPEF,

¹⁴⁵ Vide nota 144.

ESALQ e, principalmente pelo BNDES. O ordenamento jurídico com o Código Florestal também tem seu papel importante na medida em que normatiza as atividades. Mas é o padrão econômico da atividade que influencia majoritariamente a política.

Em consequência do planejamento macroeconômico do II PNPC em 08 de dezembro de 1987 foi constituída a empresa Bahia Sul Celulose S.A. em associação com a então Companhia Vale do Rio Doce¹⁴⁶, para a instalação de uma fábrica de celulose branqueada de eucalipto na região sul da Bahia, com capacidade de até 500 mil toneladas/ano e uma unidade de produção de papéis de imprimir e escrever, com capacidade de até 250 mil toneladas/ano.

A empresa está localizada a 900 km de Salvador, 1.250 km de São Paulo e a 320 km do Porto de Vitória, porto este por onde embarca toda sua produção destinada a exportação. A planta industrial situa-se próximo à rodovia BR 101, no município de Mucuri. Os plantios estão localizados no extremo sul do Estado da Bahia e no norte do Espírito Santo, em áreas descontínuas que totalizam 130 mil hectares, dos quais 76 mil efetivamente plantados com eucalipto. O custo orçado equivale a US\$ 1,4 bilhão. A Companhia Suzano detém 55% do capital votante. Todavia, a fábrica só iria iniciar sua produção em 1992.

A planta de celulose foi concebida para uma produção de 500 mil toneladas por ano. Em decorrência da otimização de processos, a capacidade foi elevada para 570 mil toneladas por ano. Da produção total de celulose cerca de 185 mil são deslocadas para a produção de 215 mil toneladas de papel, totalizando 600 mil toneladas de produtos para comercialização.

Aproximadamente 67% da produção destina-se ao mercado externo, onde a distribuição é feita a mais de 50 países em todos os continentes, através de suas duas subsidiárias, Bahia Sul International Trading Ltd, localizada em Cayman Island e Bahia Sul America Inc., localizada nos Estados Unidos

Sobre a Bahia Sul Celulose assim dissertou Ferreira (2002, p. 130):

[...] abrange os municípios de Conceição da Barra, Pedro Canário e São Mateus, no Espírito Santo, e Alcobaça, Teixeira de Freitas, Caravelas, Nova Viçosa, Ibirapuan e Mucuri, na Bahia. Através da incorporação de 6.320 hectares de terras pertencentes às Florestas Rio Doce S/A, estabeleceu-se no Extremo Norte do Espírito Santo. Atualmente possui 17.964 hectares de terras no Espírito Santo, distribuídos entre os municípios de Conceição da Barra (7.588) e Pedro Canário (4.424).

¹⁴⁶ Atualmente sua razão social é Vale S.A. Desde 2007 utiliza o nome fantasia Vale. A empresa referida é uma das maiores transnacionais e uma das maiores mineradoras do mundo. Seu grupo empresarial é composto por pelo menos 27 empresas coligadas, controladas ou *joint-ventures* distribuídas em mais de 30 países, dentre eles Brasil, Angola, Austrália, Canadá, Chile, Colômbia, Equador, Indonésia, Moçambique, Nova Caledônia e Peru, nos quais desenvolve atividades de prospecção e pesquisa mineral, mineração, operações industriais e logística (RIBEIRO JUNIOR, 2011). Para maiores informações sobre a Vale recomenda-se visitar o sítio eletrônico da Rede Justiça nos Trilhos: www.justicanostrilhos.org.

Em 1989, conclui-se o “Projeto de Otimização”. A Companhia atinge a capacidade de produção de 420 mil toneladas/ano de celulose. Os investimentos no projeto totalizaram o equivalente a US\$ 110 milhões. No mesmo ano, e em 1990 juntaram-se aos sócios majoritários o BNDES Participações S/A – BNDESPAR e o Internacional Finance Corporation – IFC, pela subscrição de capital na forma de ações preferenciais.

Assim, de forma sintética, quando observamos a década de 1980, constatamos que o Grupo Suzano se reestruturou através da aquisição de ativos e empresas, notadamente no setor de reflorestamento e participação acionária.

Não obstante, crucial para se entender o desenvolvimento da Suzano é a década de 1990. Neste decênio tivemos no âmbito nacional o início do governo do presidente Collor de Mello (1990-1992), sucedido pelo governo de Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Em ambos os governos a internacionalização da economia brasileira foi capitaneada pelo ajuste financeiro exigido pelo modelo neoliberal¹⁴⁷.

¹⁴⁷ Sobre o liberalismo e o neoliberalismo, para o nosso caso, assim dissertou Marinho (2010, p.160-161): “Quando Mises fala do individualista sensível quer no fundo deixar claro que a supremacia do “homem comum” advinda da filosofia do Iluminismo converteu o gênero humano num consumidor, num “cidadão regular” (termo de Mises) que é chamado a determinar, em última análise, pelo absentismo do Estado e da sociedade em si, o que deveria ser produzido, em quantidade e com que finalidade. A busca, aí, é a reafirmação do ideal social pautado no livre-mercado direcionando todas as ações do individualista sensível. A clareza pétrea com que Mises expõe as ideias sobre o individualista sensível (ligado ao mundo sensorial) visa senão afirmar o progresso do bem-estar material do homem e não se refere às necessidades interiores, espirituais e metafísicas. Justifica isso dizendo que a filosofia liberal busca produzir apenas o bem-estar exterior, porque acredita que o mais profundo no homem não pode ser tocado por qualquer regulação externa. Bem na verdade tem-se instilado, aí, a produção do enstupidimento no entorno da vida para retornar no homem mesmo o seu caráter utilitarista para com esse próprio entorno. Engrossando os argumentos a favor dos princípios liberais Hayek reafirma a presença desse indivíduo do bem-estar material condicionado que está pelo mercado da ordem espontânea entre indivíduos, onde o ganho de cada um é derivado da localização econômica (informação que cada agente retém dentro da ordem socioeconômica) estimulada pelas funções de produzir, competir e consumir. Entretanto, não é a Mises e a Hayek que adveio a vulgarização dos preceitos liberais, eles são herdeiros diretos de uma filosofia que estimula o primado do individualismo (a competição na realização da sociedade de mercado) sobreposto ao social, em detrimento da prática solidária (de relações de interdependência) entre os indivíduos ao ganho individual-social e não individual-individual. Suspeitamos que a abertura espectral-total para a vulgarização se deu concomitantemente, pelo menos, por duas frentes: 1) a primeira originária no final da década de 1930 quando W. Lippmann, J. Rueff, E. Eucken, W. Ropke (dentre outros) passaram a defender o disciplinamento da economia de mercado pelo viés do intervencionismo pontual do Estado (agindo a favor das multinacionais), da privatização de empresas estatais e da privatização de serviços públicos essenciais (saúde, educação etc.); 2) e a segunda, em sua versão financeira, com origens num clube de banqueiros suíços (dentre eles Franz Heinrich Gunter, idealizador dos famigerados Axiomas de Zurique) que, logo depois da Segunda Guerra, idealizaram, a partir da financeirização da economia (empiricamente estabelecida em Wall Street), uma sociedade pletora de competidores onde, de fato, os mais ricos sempre levariam mais vantagens no auferimento de mais lucro. É o germe da competição e do consumismo repetidos, *ad nauseam*, e levados a última potência. O descolamento entre política e economia é causa filosófica da proposição das duas frentes. Ou seja, para eles, a política não deve interferir nas análises econômicas e estas não dizem respeito à política do mundo cotidiano (ao menos de maneira pífida, é o que nos querem fazer acreditar). Idealisticamente sustentada tal separação, o econômico descolado do político se converte em puro tecnicismo para alcançar, num campo social específico, o quadro de generalizações desconexas à própria realidade a ser interpelada. Assim o neoliberalismo é fruto de tais generalizações e a despolitização é medida exata de sua fortaleza. Se para Mises o liberalismo é economia aplicada o que seria então o neoliberalismo? O neoliberalismo é economia convertida à perversidade.

O que se assiste desde o início dos anos 1990, é uma disputa pelos IED com a adoção de políticas liberalizantes por parte dos países periféricos. Os IED, no entanto, longe de proporcionar o investimento em (*greenfield*), foram direcionados à aquisição de empresas já existentes, provocando um processo de desnacionalização, com a transferência do patrimônio para as mãos de empresas estrangeiras (SPOSITO; SANTOS, 2012, p.32).

No Brasil, os anos 1990 começam com o governo Collor de Mello, eleito presidente em 1989. Collor apresentava como sendo seu programa de governo erradicar a inflação, diminuir a influência do Estado (movimento este internacional) na economia e moralizar a política. Na economia, Collor lançou um plano homônimo que tinha dentre outras funções conter a inflação. Em tese, os motivos do Plano Collor eram justificáveis, mas as medidas tomadas para o atendimento dos objetivos do Plano foram catastróficas, uma vez que o governo lançou mão do confisco monetário (de contas-correntes e poupanças) e congelamento de salários e preços. Após um breve período de relativo apoio popular, o Governo Collor passou por crescente desgaste em sua imagem e fortes acusações de corrupção. No final das contas, Collor sofreu processo de *impeachment* e foi afastado da presidência da República. Itamar Franco assumiu o cargo interinamente.

Joly (2007, p.36) nos caracteriza esta década da seguinte forma:

[...] houve um forte processo de concentração de capital, através de aquisições e fusões, envolvendo também capital externo, pois a abertura comercial neste período foi bastante agressiva. No circuito produtivo de celulose, permaneceram somente as empresas de grande porte e as exportadoras. Elas investiram fortemente em processos de redução de custos, terceirizando boa parte dos serviços de manutenção e fornecimento de insumos. Modernizaram suas fábricas para aumentar a produção sem construir novas plantas. Investiram também na redução dos custos de transporte, armazenamento e embarque da celulose, através da modernização e privatização dos terminais portuários e ferrovias, garantindo assim, as vantagens operacionais. Além disso, apostaram na mecanização e automatização dos processos, desde o plantio e colheita da madeira até os centros de controle da produção.

Dentro desse novo contexto de reconfiguração do capitalismo em sua fase neoliberal, a Suzano também reorientou suas estratégias tendo em vista o momento atribulado da economia brasileira. Exemplo disso é o caso da Bahia Sul Celulose S.A.

[...] uma associação da Cia. Suzano (37,77%), da CVRD (30,91%, através das Florestas Rio Doce), da Bndespar (27,66%) e do IFC (3,66%) para implantar uma fábrica de celulose de fibra curta branqueada de eucalipto, com capacidade de 420 mil toneladas/ano, e uma máquina de papel de imprimir e escrever, com capacidade de 230 mil toneladas/ano, no município de Mucuri (BA). O projeto atendia à necessidade de expandir tanto a produção de papel como a exportação de celulose, pois somente 45% da celulose produzida seria consumida pela empresa. O projeto foi revisto e teve sua capacidade ampliada para 500 mil toneladas/ano de celulose e

250 mil toneladas/ano de papel. O *startup* da fábrica de celulose ocorreu em 1992, e o da máquina de papel, no ano seguinte (JUVENAL; MATTOS, 2011, p.15).

Sendo assim, à medida que evoluía, a Suzano adotava táticas concernentes ao momento econômico do setor de operação de suas atividades. Assim, a associação com a Vale, Bndespar¹⁴⁸ e IFC¹⁴⁹ caracterizam a conformação de uma *joint-venture*¹⁵⁰, ou seja, uma cooperação empresarial para a realização de um projeto comum (FRAGA, 2010).

Na transição da década de 1990 para os anos 2000 a Suzano cresceu, diversificou seus negócios e consolidou-se como uma das maiores empresas do Brasil. Mas para entender esse movimento da empresa é assaz importante compreender o momento econômico do Brasil.

Após o *impeachment* de Collor de Mello, o governo de Itamar Franco (1992-1994), que era o vice de Collor, tem como carro-chefe o Plano Real, lançado pelo então ministro da fazenda, Fernando Henrique Cardoso. No bojo dessa política econômica, é abandonada a política de congelamento dos salários e dos preços das mercadorias. Seu governo, assim como o anterior, é marcado pelo controle dos gastos públicos e pelas medidas pró-privatização. Vejamos qual a relação disso com a Suzano.

Em 10 de abril de 1992, em leilão de privatização realizado pelo BNDES, a Companhia Suzano adquiriu, juntamente com a Nordeste Química S.A. (Norquisa); Companhia Pernambucana de Borracha Sintética (Coperbo) e União de Indústrias Petroquímicas (Unipar), 51,02% do capital votante da Petroflex S.A. Indústria e Comércio, pelo valor equivalente a US\$ 141,8 Milhões. A participação direta da Companhia no capital votante da Petroflex é de 20,41%.

No dia 05 de fevereiro de 1993, entrou em operação a máquina de papel da Bahia Sul Celulose S.A.. A capacidade nominal é de 250 mil t/ano, nas gramaturas de 56 a 90 gramas de papel por m². A Suzano lançou, no mês de outubro, Eurobônus com oito anos de prazo. Com este lançamento foram captados US\$ 80 Milhões, com custo efetivo de 10,38% a.a. Os investimentos destinados a aumento de produção encerrados em 1993 elevaram a capacidade de produção total de papéis e Cartões, de 486 mil t/ano para 525 mil t/ano.

¹⁴⁸ O BNDES Participações S/A é uma *holding* de propriedade integral do BNDES criada para administrar as participações do banco em diversas empresas, atuando como o braço financeiro do banco. Por meio do BNDESpar o banco atua no mercado de capitais, tornando-se sócio das empresas que fazem parte de sua carteira de investimentos.

¹⁴⁹ International Finance Corporation é um ramo do setor privado do Grupo Banco Mundial. Mais informações em <http://www.ifc.org/portuguese>

¹⁵⁰ Milton Santos (2008, p.163) define *joint-venture* como “um sistema de associação entre as sociedades locais já existentes, ou recriadas, e a ajuda técnica e os capitais estrangeiros”.

Em agosto de 1994, através do leilão de privatização realizado pelo BNDES, a Cia. Suzano aumentou sua participação na Politeño, de 20% para 35% do capital votante, e de 17.94% para 30.39% do capital total. Em dezembro, dois importantes acontecimentos: 1) através de emissão pública, a companhia aumentou o capital em R\$ 45 milhões, representado por 7.500 mil novas ações preferenciais; e 2) foi adquirida a participação de 49,99% das unidades de operação da Riverwood International, no Brasil, conhecida como Igaras Papéis e Embalagens S.A.. O investimento foi equivalente à US\$ 100 milhões, realizado através da controlada indireta, Saragy S.A., subsidiária da Suzanopar International S.A.

Em 1994, devido ao sucesso no controle da inflação através do Plano Real, Fernando Henrique Cardoso tornou-se presidenciável pela coalizão PSDB-PFL¹⁵¹. Tal como o governo anterior, o popularmente conhecido FHC, tem como um dos seus pontos fortes o Plano Real, que foi idealizado pelo próprio e sua equipe quando ainda era Ministro da Fazenda do governo Itamar. Pautado no modelo neoliberal, o governo Fernando Henrique Cardoso abdicou do bem-estar social e promoveu o empobrecimento em massa dos brasileiros.

Qual a relação do governo FHC com o setor de papel e celulose do qual a empresa aqui investigada faz parte? É possível entender que até o avanço da fúria neoliberal iniciada com Collor/Itamar e aprofundada por Fernando Henrique Cardoso o Estado tinha seu papel central de investidor em setores chaves da economia brasileira, tais como mineração, siderurgia, papel e celulose, por exemplo. Mas tais governos neoliberais marcados por uma política de controle dos gastos públicos e pelas medidas pró-privatização reconfiguram o papel do Estado e as empresas passam a se destacar como agentes importantes e decisivos no jogo político-econômico. Na visão de Joly (2007, p.38):

Desde a estabilização da economia e da atmosfera política, com o início do Governo Fernando Henrique Cardoso, em 1994, constitui-se um cenário interessante para essas empresas. O Estado brasileiro se colocou numa condição de mero regulador da economia, deixando que as empresas passassem a conduzir o planejamento do território nacional, ou, como ocorre muitas vezes, governando para elas. Isenções fiscais, tributárias, financiamentos, execução de obras de infraestrutura, privatizações, são alguns dos mecanismos de atração de investimentos dos quais o poder público lançou mão para beneficiar a iniciativa privada.

O que Joly chama de estabilização da economia e da atmosfera política no governo FHC eu caracterizaria como o resultado do projeto político-econômico do neoliberalismo. Harvey (2010, p.130-131) nos fornece uma caracterização do projeto neoliberal:

¹⁵¹ O Partido é atualmente conhecido como Democratas (DEM).

O neoliberalismo como doutrina político-econômica remonta ao final dos anos 1930. Radicalmente oposto ao comunismo, ao socialismo e a todas as formas de intervenção ativa do governo para além de dispositivos de garantia da propriedade privada, das instituições de mercado e da atividade de empreendedores, ela começou como um conjunto isolado e em larga medida ignorado de pensamento ativamente moldado na década de 1940 por pensadores como Friedrich Von Hayek, Ludwig Von Mises, Milton Friedman e, ao menos por algum tempo, Karl Popper. [...]. Reunindo recursos oferecidos por corporações que lhe eram simpáticas e fundando grupos exclusivos de pensadores, o movimento produziu um fluxo constante mas em permanente expansão de análises, textos, polêmicas e declarações de posição política nos anos 1960 e 1970. [...] E foi Margareth Thatcher quem, buscando uma estrutura mais adequada para atacar os problemas econômicos de sua época, descobriu politicamente o movimento e voltou-se para seu corpo de pensadores em busca de inspiração e recomendações depois de eleita em 1979. Em reunião com Reagan, ela transformou toda orientação da atividade do Estado, que abandonou a busca do bem-estar social e passou apoiar ativamente as condições “do lado da oferta” da acumulação do capital. O FMI e o Banco Mundial mudaram quase que da noite para o dia seus parâmetros de política, e em poucos anos a doutrina neoliberal fizera uma curta e vitoriosa marcha por sobre as instituições e passara a dominar a política, primeiramente no mundo anglo-saxão porém mais tarde em boa parte da Europa e do mundo. Como a privatização e a liberalização do mercado foram o mantra do movimento neoliberal, o resultado foi transformar em objetivo das políticas do Estado a “expropriação das terras comuns”. Ativos de propriedade do Estado ou destinados ao uso partilhado da população em geral foram entregues ao mercado para que o capital sobreacumulado pudesse investir neles, valorizá-los e especular com eles.(2010, p.130-131).

Assim, compreende-se que o Estado não se coloca como mero regulador da economia, mas sim tem seu papel reconfigurado em conexão com as estruturas políticas privadas com vistas ao planejamento territorial como sustentáculo empírico do processo de acumulação capitalista. Joly entende que as isenções fiscais, tributárias, financiamentos, execução de obras de infraestrutura e privatizações mostram como o Estado continua desempenhando um papel importante, mas parece não atentar que a distinção entre Estado e Capital (financeiro, em especial) não é tão evidente a ponto de o aparato estatal se transformar em um mero regulador da economia. Em verdade o Estado e o Capital *opõem-se* à Sociedade Civil na medida em que agem politicamente para a realização e execução de um projeto econômico antidemocrático e antissocial. Por isso tudo Harvey (2011), acertadamente, fala em **nexo Estado-finanças e instituições internacionais com caráter de Estado**. O primeiro aspecto “é a confluência do poder estatal e das finanças que rejeita a tendência analítica de ver o Estado e o capital como claramente separáveis um do outro (HARVEY, 2011, p.47)”. No segundo aspecto é a criação de instituições como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico. Tais instituições funcionam como “braços armados” do capital, como peças importantes do processo de acumulação capitalista.

Em fevereiro de 1996, através de sua controlada Suzano Resinas Petroquímicas Ltda., a Companhia Suzano, em conjunto com a Montell S.A. e a Companhia Ipiranga de Petróleo,

ofereceram lances, que resultaram vencedores, para a compra em Leilões do Programa Nacional de Desestatização de 2.262.418.168 ações ordinárias (42,86%) e 463.380.762 ações preferenciais (17,20%) representativas do capital social da Polipropileno S.A., por Polipropileno S.A., por R\$ 29,62 por lote de 1.000 ações. E de 19.254.019.511 ações ON representativas de 49,56% do capital social da Koppol Films S.A., por R\$ 0,16 por lote de 1.000 ações, todas de titularidade da Petrobrás Química S.A. – Petroquisa (SUZANO, 2013).

Em setembro do mesmo ano, após a conclusão do projeto Delta, a capacidade da máquina de cartões B-6 foi ampliada para 180.000 ton/ano aumentando a capacidade total de produção de papéis e cartões para 555.000 ton/ano. No ano de 1997, precisamente em novembro, foi concretizado o processo de reestruturação societária nas empresas atuantes no segmento de polipropileno, tendo sido consolidados os negócios em uma única empresa: a Polibrasil Participações S.A. (ex-Suzano Resinas Petroquímicas S.A.), controlada pela Cia. Suzano em conjunto com a Montell Brasil Poliolefinas Ltda., empresa sucessora da SB Poliolefinas S.A.

Em março de 1998, a Companhia Suzano e a Companhia Vale do Rio Doce alteraram as suas participações no capital votante da Bahia Sul Celulose S.A., dos anteriores 55% e 45%, respectivamente, para 50% cada uma, passando o controle da sociedade a ser exercido de forma compartilhada.

No dia 07 de abril do mesmo ano, o Consórcio Globaltelecom, do qual a Companhia Suzano, através de sua controlada Suzano Química Ltda., detém 29% de participação, ofereceu lance de R\$ 773,9 milhões que resultou vencedor para explorar a Banda B, de telefonia celular, na Área 5, que engloba os Estados do Paraná e Santa Catarina. Concomitantemente o consórcio foi transformado em empresa, tendo todos os sócios capitalizado sua parte proporcional, resultando na constituição da Gobaltelecom Ltda., com capital social de R\$ 365 milhões. Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de outubro de 1998, foi aprovada a incorporação da controlada Transurbes Agro Florestal Ltda.

No ano de 1999, dois acontecimentos históricos da empresa são importantes destacar:

1) Em agosto a Companhia encerrou as atividades da Planta Industrial localizada no bairro do Ipiranga – SP, pois aquela unidade já não mais reunia condições de operação em regime competitivo, transferindo-se para as outras duas unidades parte da produção desta unidade. Essas medidas foram tomadas seguindo as decisões adotadas ao final de 1998, quando se decidiu pela incorporação da controlada Transurbes Agro Florestal Ltda. e pela

alienação da Transcel Transportes e Armazéns Gerais Ltda., empresa controlada indiretamente, através da Comercial e Agrícola Paineiras¹⁵² Ltda.

2) Em 29 de setembro de acordo com seu plano estratégico, a Companhia Suzano vendeu a outros acionistas da Global Telecom S.A., 84,9% de ações ordinárias e 100% de ações preferenciais do capital social daquela empresa, pelo montante de R\$ 160.290.900,00, valor equivalente a US\$ 81,000,000.00, tendo recebido R\$ 136.544.100,00, equivalente a US\$ 69,000,000.00 como sinal e o saldo, equivalente a US\$ 12,000,000.00 a ser pago após 15 meses. Ao final do período legal de restrições, os remanescentes 5% de ações ordinárias da Global Telecom S.A., detidas pela Companhia Suzano serão vendidos aos mesmos acionistas pelo montante em Reais equivalente a US\$ 12,000,000.00 (SUZANO, 2013)..

Entendido o momento político-econômico brasileiro da década de 1990 como planejamento, execução e realização do projeto neoliberal iniciado nos governos Thatcher (Inglaterra) e Reagan (Estados Unidos da América do Norte) podemos voltar nosso olhar agora para o setor de papel e celulose propriamente dito. Neste sentido Joly (2007, p.39) nos diz que:

[...] havia no território, no final da década de 90, um obstáculo a ser enfrentado pelas empresas estrangeiras do circuito que decidiram investir no país, e mesmo para as empresas nacionais, que desejavam expandir sua produção. O chamado “apagão florestal” inviabilizava a operação imediata das fábricas, que só foram construídas ou ampliadas no início da década seguinte, como a Veracel. As áreas reflorestadas, destinadas a fabricação de celulose, na época, eram insuficientes para acompanhar a demanda crescente por madeira. As soluções encontradas pelas empresas foram a compra de terras para plantio imediato e a intensificação do programa de fomento florestal. Mas como as árvores levam até sete anos para atingirem a idade de corte, somente entre 2004 e 2005, quando as fábricas estavam ficando prontas, é que elas começaram a usar, de fato, essa madeira.

No início dos anos 2000, particularmente em julho, a Companhia Suzano, através da Saragy S/A, sediada em Luxemburgo e controlada da Suzanopar Investimentos Ltda. (esta por sua vez, subsidiária integral da Companhia Suzano) juntamente com a Riverwood International Corporation assinaram um contato para a venda conjunta da totalidade das ações representativas do capital social da Igaras Papéis e Embalagens S.A. à Klabin Argentina S.A. O valor total da transação foi o equivalente a US\$ 510,000,000.00, e incluiu dívidas no valor equivalente a US\$ 112,000,000.00, a qual foi assumida pela compradora (SUZANO, 2013)..

¹⁵² A Suzano detém 100% do capital total da Paineiras. Cabe destacar ainda que a Paineiras é a empresa que, por mais de 20 anos, pesquisou tecnologias para a produção de mudas no Maranhão. A Paineiras iniciou suas pesquisas em 1985, tendo sido testados até o ano de 2009, 1800 clones, sendo que: 800 ainda estão em fase de estudos, 15 estão aprovados para produção de celulose e 50 para diversos fins. Até o ano de 2013 a Suzano testou aproximadamente 3.000 novos clones. O resultado destas pesquisas foi o aumento da produtividade que passou de 10 m³/ha/ano para 38 m³/ha/ano.

Cabe relevar que o valor total da transação não incluiu a Divisão de Sistemas de Embalagens Múltiplas, que foi cindida da Igaras, criando-se a Riverwood Suzano Embalagens Ltda., que posteriormente, no início de novembro, foi vendida para a Riverwood International Corporation por valor equivalente a US\$ 12,5 milhões (SUZANO, 2013).

Ainda em 2000, no mês de dezembro, a Companhia adquiriu 100% do capital social da SPP Nemo S.A. Industrial e Comercial Exportadora, tornando-se sua controladora e, indiretamente, controladora também das empresas localizadas no exterior: STENFAR S.A. – na Argentina; NEMO TRADE CORPORATION – nos Estados Unidos e SUN PAPER AND BOARD LTD., localizada na Inglaterra, com atividades na União Européia (SUZANO, 2013).

Através da sua controlada Comercial e Agrícola Paineiras Ltda., Suzano, em consórcio constituído com um grupo de empresas (Consórcio Capim Branco Energia) venceu o leilão realizado pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) para a construção e exploração do complexo energético de duas Usinas Hidrelétricas denominadas Capim Branco I e II, que tem capacidade instalada de 450 megawatts, localizadas no Rio Araguari, nos municípios de Uberlândia (MG) e Araguari (MG). A participação da Suzano nesse empreendimento é de 17% (SUZANO, 2013).

Em fevereiro de 2001 a Companhia Suzano firmou com a Companhia Vale do Rio Doce “Contrato de Compra e Venda de Ações”, através do qual a Suzano adquiriu a totalidade da participação acionária detida pela vendedora na Bahia Sul Celulose S/A.

A participação acionária adquirida correspondeu a 682.178.428 ações ordinárias¹⁵³ e 347.224.408 ações preferenciais¹⁵⁴ classe “A”, representando, respectivamente, 50% e 32% do capital social da Bahia Sul.

A negociação foi concluída em 07 de maio e a Suzano passou a deter 100% das ações ordinárias, de 52,4% das ações preferenciais Classe “A”¹⁵⁵ e de 87,6% das ações preferenciais Classe “B”¹⁵⁶, totalizando 72,82% do capital total da Bahia Sul.

Em 2001, como consequência da aquisição do controle total da Bahia Sul, a atividade principal de papel e celulose foi estrategicamente fortalecida. A partir deste momento, a Companhia ampliou seu conjunto de ativos integrados produzindo uma ampla gama de

¹⁵³ As ações ordinárias proporcionam participação nos resultados da empresa e conferem ao acionista o direito de voto em assembleias gerais. Cf. http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/educacional/cursos/curso-basico/cur_acoes2.htm.

¹⁵⁴ As ações preferenciais garantem ao acionista a prioridade no recebimento de dividendos (geralmente em percentual mais elevado do que o atribuído às ações ordinárias) e no reembolso de capital, no caso de dissolução da sociedade. Cf. http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/educacional/cursos/curso-basico/cur_acoes2.htm.

¹⁵⁵ As ações preferenciais classe A indica uma ação com dividendo mínimo. Cf. <http://valoramais.com.br/acoes/>

¹⁵⁶ As ações preferenciais classe B indica uma ação com dividendo fixo. Cf. <http://valoramais.com.br/acoes/>

produtos de papel e celulose para os mercados doméstico e internacional, e passou a ter significativas perspectivas de crescimento (PÖYRY, 2011b).

A partir de setembro de 2001, a Companhia assumiu os estabelecimentos comerciais da SPP-Nemo S/A Industrial Comercial Exportadora, criando a Divisão SPP Nemo de Distribuição.

Na Assembleia Geral de 30 de novembro de 2001, os acionistas da Companhia aprovaram sua cisão parcial, com a incorporação pela Suzano Petroquímica S/A da parcela então cindida correspondente às atividades da companhia no setor petroquímico, passando a Suzano Petroquímica a deter, através das sociedades integralmente controladas SPP-Nemo S/A Industrial e Comercial Exportadora e a Suzano Química Ltda. todas as participações acionárias em empresas controladas/coligadas no segmento petroquímico.

Por fim, ainda no mesmo ano, a Suzano adquiriu 30% da Portucel (Portugal), fato este que demonstra mais uma vez a internacionalização da empresa.

Em 2002, com o objetivo de unificar a estrutura societária da Companhia e da sua controlada Bahia Sul Celulose S.A. foi realizada em 20 de setembro na BOVESPA (Bolsa de Valores de São Paulo) Oferta Pública de Permuta de Ações Preferenciais e emissão daquela controlada por Ações Preferenciais da Companhia, visando o fechamento de capital da Bahia Sul. O resultado do Leilão, porém, não apresentou volume suficiente de aceitação por parte dos acionistas da Bahia Sul em circulação, não permitindo o fechamento de seu capital.

Considerando a quantidade de ações dos aceitantes da Oferta de Permuta, a Companhia teve o seu capital social elevado em R\$ 483.737 mil, passando de R\$ 654.000 mil para R\$ 1.137.737 mil, mediante a emissão de 37.325.404 novas ações preferenciais, passando a Suzano a deter, a partir de 20.09.2002, cerca de 94% do capital social da Bahia Sul Celulose S.A.

Pelo que foi exposto até agora não é difícil imaginar qual foi a postura do Estado brasileiro na figura do então recém-empossado (2003) Luiz Inácio Lula da Silva: incentivou o plantio florestal para que os empresários do setor de celulose e papel pudessem investir o capital excedente e resolver os problemas de sobreacumulação. Continuemos, agora, com a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva:

Foi neste quadro dramático¹⁵⁷ que ao assumirmos o governo em 2003 o Programa Nacional de Florestas virou uma das prioridades do presidente Lula.

¹⁵⁷ O quadro dramático ao qual a ex-ministra se refere é que “entre 1990 e 2002 a área florestal do Brasil caiu de cerca de 7 milhões de ha de florestas plantadas para pouco menos de 5 milhões de hectares plantados. Em 2002, estávamos colhendo 500 mil hectares de florestas e plantando pouco mais de 320 mil. O quadro era de iminência

Definimos uma agenda de trabalho orientada para atingir a meta de ampliar a área de plantio anual de 320 mil para 500 mil hectares até 2007, dando ênfase na recuperação de áreas já degradadas e ampliação da participação de pequenos produtores.

Trabalhamos com afinco nesta agenda.

Criamos 3 novas linhas de crédito para a atividade florestal e adaptamos as regras das outras duas existentes.

Como resultado, a tomada de crédito subiu de R\$ 2 milhões em 2002 para mais de 20 milhões em 2004 e deverá chegar a R\$ 50 milhões em 2005 com uma projeção de R\$ 100 milhões para 2006.

A assistência técnica até então inexistente para atividades florestais atingiu já em 2003, mais de 8 mil produtores e em 2005 atingirá 15 mil famílias.

No tocante a regulamentação da atividade de silvicultura, simplificamos fortemente as regras através da Instrução Normativa 08 de 2004 que tornou livre o plantio, manejo e colheita de espécies exóticas, respeitando-se os limites impostos pelo código florestal.

Para promover o fomento das atividades florestais em bases sustentáveis, enviamos ao Congresso Nacional, em regime de urgência constitucional, o Projeto de Lei 4776 que regulamenta a gestão de florestas públicas e cria na estrutura do Ministério do Meio Ambiente o Serviço Florestal Brasileiro e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, que será formado por recursos oriundos de concessões de manejo florestal em florestas públicas.

Com este trabalho ampliamos a área de plantio florestal anual de 320 mil hectares em 2002 para 475 mil em 2004 e ainda em 2005 estaremos superando a de 500 mil ha planejada para 2007. E, mais importante, a proporção de plantio realizada por pequenos produtores dobrou¹⁵⁸.

Vê-se, portanto, que o Estado continua garantindo a expansão da base produtiva, por meio de programas de fomento florestal, linhas de crédito para que as empresas possam obter financiamento necessário para suas atividades, assistência técnica para apoiar o setor agrícola, e o campo jurídico (Instrução Normativa 08 de 2004¹⁵⁹ e Projeto de Lei 4776/2005) que regulariza e legisla acerca das atividades.

Em 2003, a Suzano aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa¹⁶⁰. No ano seguinte, 2004, ela reduziu custos substanciais com a consolidação das suas operações com as da Bahia Sul realizada em junho do referido ano, concluindo assim uma etapa importante de seu processo de reestruturação organizacional (PÖYRY, 2011b).

Em 10 de novembro de 2004, a Suzano e a VCP (companhia do Grupo Votorantim) celebraram um acordo para aquisição do controle acionário da Ripasa, que ocorreu em duas etapas: (1) aquisição do controle em 31 de março de 2005, sendo celebrado um Acordo de Acionistas entre a Suzano e a VCP; e (2) reestruturação societária em 23 de maio de 2006, com migração dos acionistas minoritários da Ripasa para a Companhia e VCP. A participação

de um APAGÃO FLORESTAL” (Pronunciamento disponível em <http://www.abraflor.org.br/>. Acesso em 04 de setembro de 2011).

¹⁵⁸ Pronunciamento disponível em <http://www.abraflor.org.br/>. Acesso em 04 de setembro de 2011.

¹⁵⁹ Disponível em http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/9/docs/in-mma-8-240804_-_especies_nativas.pdf.

¹⁶⁰ Tanto o Nível 1, quanto o Nível 2, de Governança Corporativa da Bovespa, tratam de segmentos especiais de listagem desenvolvidos com o objetivo de proporcionar um ambiente de negociação que estimulasse, ao mesmo tempo, o interesse dos investidores e a valorização das companhias.

da Companhia passou a ser de 50,0% no capital social total da Ripasa, conforme a deliberação tomada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 24 de maio de 2006. O objetivo é compartilhar o uso de todos os ativos produzidos pela Unidade de Americana, bem como reduzir custos, aumentar ganhos operacionais e a competitividade. Dessa forma, a Ripasa foi transformada em unidade de produção, sendo sua capacidade integralmente absorvida por Suzano Papel e Celulose e VCP. Pelo contrato, a Unidade de Americana passará a funcionar como um consórcio, na proporção de 50% para a Suzano e 50% para a VCP. A partir de 01 de setembro de 2006, a Suzano e a VCP passaram a adquirir a totalidade da produção da Unidade Americana e a comercializar, de forma independente, esses produtos. Em 2007, o CADE aprovou a compra da Ripasa pelas Companhias, autorizando assim o CONPACEL - Consórcio Paulista de Papel e Celulose. O Conpacel é composto pelos ativos que compõem a Unidade Americana da Ripasa, consistentes dos imóveis, máquinas, equipamentos e inventário de peças de reposição, móveis e utensílios, veículos, estoque de suprimentos operacionais, material de escritório e almoxarifado, estoque de matérias primas e produtos intermediários, estoques de produtos acabados e intangíveis (propriedade intelectual, direitos contratuais registrados no ativo ou não) da referida Unidade Americana.

Em 2005, a Suzano Papel e Celulose iniciou a implantação de um projeto de expansão de sua planta localizada em Mucuri (BA), para construir uma segunda linha de celulose com vistas à produção de 1 milhão de toneladas. Em agosto de 2007, o Projeto Mucuri iniciou sua operação aumentando a capacidade final de produtos da Suzano Papel e Celulose, passando da produção de 1,35 milhão de toneladas para mais de 2,8 milhões de toneladas por ano de papel e celulose.

Cabe ressaltar que para financiar esse projeto, foram obtidas linhas de financiamento junto ao BNDES, Banco do Nordeste do Brasil (BNB), ECAs (Export Credit Agencies) e outras fontes. Ademais, foi assinado contrato para escoamento da nova capacidade de produção com o Portocel - Terminal Especializado de Barra do Riacho S.A. – cujas instalações portuárias estão localizadas a aproximadamente 250 km da Unidade Mucuri.

Não obstante, a Unidade Mucuri é titular de benefícios fiscais federais que lhe garantem redução de 75,0% do imposto de renda decorrente do lucro da exploração de suas atividades. Referidos benefícios expiraram em 2011 para as atividades de celulose da Linha 1 e em 2012 para as atividades de papel. A produção advinda da segunda linha de celulose que está sendo construída em razão do Projeto Mucuri e que entrou em operação no segundo semestre de 2007 ainda não possui este benefício.

Em março de 2007, a Suzano adquiriu 50% da Unidade de Embu (com capacidade de fabricação de 48 mil toneladas por ano, especializada na produção de papel cartão). É importante notar que esse passo está alinhado à estratégia da Suzano de consolidar sua posição de liderança no segmento de papel em que atua, com ampliação do portfólio de produtos e marcas.

Em agosto de 2007, a Suzano Papel e Celulose incorporou a Newco, o que não resultou em aumento ou redução do capital social da Suzano e/ou em qualquer modificação dos direitos ou vantagens atribuídos a qualquer espécie ou classe de ações emitidas, atendendo aos interesses das sociedades envolvidas e de seus acionistas e sócios (PÖYRY, 2011b).

E em novembro de 2007, foi assinado o Memorando de Fechamento entre a Suzano Papel e Celulose, VCP, Ripasa e MD Papéis Ltda, referente à venda das unidades fabris da Ripasa localizadas nas cidades de Limeira e Cubatão, no estado de São Paulo, para a MD Papéis Ltda. Esta transação concluiu uma importante etapa do processo de reestruturação da Ripasa.

Com efeito, podemos concluir que todas estas operações serviram como preparação para o *novo ciclo de crescimento* da Suzano. Neste sentido, a Companhia buscou reduzir custos e se reorganizar estruturalmente para atingir os objetivos pretendidos.

Em julho de 2008, a Suzano anunciou ao mercado a decisão de dar início a um Novo Ciclo de Crescimento. O projeto prevê, entre outras iniciativas, a construção de duas novas fábricas: uma no Maranhão e outra no Piauí, que nos permitirá ampliar em 3 milhões de toneladas a capacidade anual de produção de celulose de mercado (hoje em 1,75 milhão).

Com as novas fábricas no Maranhão e Piauí e os outros projetos anunciados em 2008, ainda em estudo – expansão da capacidade de produção da Unidade Mucuri e a instalação de uma terceira fábrica em local ainda a ser definido –, poderemos atingir uma capacidade instalada de 7,2 milhões de toneladas/ano de papel e celulose de mercado (PÖYRY, 2011b, p.16).

Em 2009, a Suzano plantou cerca de 73 milhões de mudas de eucaliptos em áreas próprias, sendo 21 milhões de unidades destinadas às duas novas fábricas. Todas essas realizações demandaram investimento de R\$ 361,1 milhões no ano.

Em julho de 2010, a Suzano comprou a empresa de biotecnologia Futuragene por US\$ 82 milhões. A Futuragene é uma empresa que atua na pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia direcionada para os mercados de culturas “florestais” e biocombustíveis, entre outros. Segundo informações da PÖYRY (2011b, p. 9) “A Futuragene desenvolve tecnologias sustentáveis com forte orientação ambiental para o atendimento das crescentes demandas por

fibras, combustíveis, alimentos e melhor utilização de recursos naturais, como terra e recursos hídricos”.

Na mesma linha de reorganização estrutural e desenvolvimento de novos projetos, em 2010 é criada a Suzano Energia Renovável, que produzirá *pellets* de madeira para energia. Prevê-se a construção de 3 unidades de produção de *pellets* de madeira na região Nordeste com capacidade de 1 milhão de toneladas cada e início de operação entre 2013 e 2014, e contará com serviços de gestão florestal prestados pela Suzano Papel e Celulose. O investimento total será de aproximadamente US\$ 800 milhões.

No mesmo ano, 2010, a Suzano comprou a participação da Fibria nos ativos do Conpacel – Consórcio Paulista de Papel e Celulose (antiga Ripasa) – correspondentes a metade de uma fábrica de papel e celulose, situada em Limeira, interior de São Paulo, terras com área total da ordem de 76 mil hectares e cerca de 71 mil hectares de plantio, sendo 53 mil hectares em oito áreas próprias e 18 mil hectares arrendados passando, portanto, a deter a totalidade do Conpacel. O valor total da operação foi de R\$ 1,45 bilhões. Adicionalmente, foi acordada na transação a aquisição das operações de distribuição de papel da KSR por um valor de R\$ 50 milhões.

Cabe destacar que para a implantação de sua base florestal, até abril de 2010 a Suzano já tinha adquirido 116.400 hectares de terras no Estado do Maranhão e Tocantins. Desta área já adquirida aproximadamente 48.200 hectares serão de efetivo plantio. A meta necessária para aquisição é 173.000 hectares sendo 65% no Maranhão e 35% no Tocantins. Este (a aquisição de terras no Maranhão e Tocantins) é um indício de que deveria ser o IBAMA, o órgão licenciador do *projeto de desenvolvimento Grandis* da Suzano. Não obstante, na prática, a Suzano fragmentou os Estudos de Impacto Ambiental (EIA), bem como os Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) para obter as licenças necessárias buscando anuviar assim a conexão que existe entre os plantios florestais (No Maranhão, Tocantins), plantas industriais (No Piauí e Maranhão), eixos rodoferroviários no Maranhão e terminal portuário em São Luís.

Essa fragmentação dos projetos de desenvolvimento (monoculturas, plantas industriais, eixos rodoferroviários e terminal portuário) é uma estratégia de mascaramento de impactos socioambientais em cadeia; impactos esses decorrentes da utilização de agrotóxicos (FIGURA 02), venenos, açambarcamento de terras, poluição de corpos hídricos (rio, riachos, córregos, lagos, lagoas), etc.

Figura 02. Máquinas de empresa terceirizada utilizadas para a aplicação de agrotóxicos em área de plantio de eucalipto da Suzano em Santa Quitéria do Maranhão. Data: 13/08/2012.

7 A TERRITORIALIZAÇÃO DA SUZANO NO MARANHÃO: OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO¹⁶¹

O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro tem se realizado de maneira desigual e contraditória posto que tem articulado relações não-capitalistas, como o campesinato, e relações propriamente capitalistas, caso do trabalho assalariado. Assim, a proposta teórica de análise da Suzano no campo maranhense está em sintonia com o instrumento de explicação de Oliveira (2004; 2005) que distingue dois processos: a *territorialização do capital monopolista* e a *monopolização do território* pelo capital monopolista.

Como argumentarei adiante, a aquisição de terras (de maneira fraudulenta como a grilagem que faz sentido com o que Harvey chama de mecanismos de espoliação) e a expansão das plantas industriais corroboram com a perspectiva de territorialização do capital monopolista representado pela Suzano.

¹⁶¹ Os dados apresentados neste capítulo devem ser considerados como estimativas e valores aproximados porque foram levantados, em grande parte, em estudos de impacto ambiental e projetos iniciais da Suzano, e nem todos puderam ser confirmados posteriormente em documentos mais recentes.

É tendo como referencial teórico as contribuições advindas de Oliveira (2004; 2005) e de Harvey (1990; 2004; 2006; 2010) que pretendemos desenvolver a análise da territorialização da Suzano no Maranhão e das estratégias adotadas para atingir tal fim: aquisição de terras, novas plantas industriais e investimentos em infraestrutura e logística.

O Grupo Suzano, em 1983, concentrou suas atividades em Urbano Santos, na região do Leste Maranhense¹⁶², tendo como objetivo a implantação de plantios comerciais com o gênero *Eucalyptus*, porém ocorreu inadaptabilidade das espécies de eucalipto utilizadas, levando a empresa a iniciar uma série de pesquisas, visando à seleção de clones adaptados às condições edafoclimáticas da região.

Por isso, desde 1983, ela trabalha no desenvolvimento de tecnologias específicas para a adaptabilidade do eucalipto para o clima seco do Maranhão. Em seus viveiros e plantios experimentais instalados no município maranhense de Urbano Santos, ela pesquisa clones de eucalipto para se adaptar ao clima e aos tipos de solos encontrados na região.

Atualmente são cerca de 500 ha de eucalipto plantados em caráter de pesquisa, distribuídos em cerca de 10 municípios, em estágios diferenciados de desenvolvimento, com resultados que possibilitam a seleção de clones com maior produtividade, melhor capacidade de adaptação, entre outros fatores de desenvolvimento (STCP¹⁶³, 2010).

Em julho de 2008 a Suzano Papel e Celulose anunciou o plano de expansão com a construção de plantas industriais no Maranhão, bem como a ampliação da unidade de Mucuri, na Bahia. No caso da planta industrial do Maranhão, a operação teve início em dezembro de 2013. Isso permitirá ampliar para 3 milhões de toneladas a capacidade anual de produção de celulose de mercado hoje em 1,75 milhão (PÖYRY, 2011).

Isso significa também que com as novas fábricas no Maranhão, Piauí, a expansão da capacidade de produção da Unidade de Mucuri na Bahia e a instalação de uma terceira fábrica em local ainda não definido, a Suzano poderá atingir uma capacidade instalada de 7,2 milhões de toneladas/ano de papel e celulose de mercado (PÖYRY, 2011).

Para a implantação de sua base florestal, até abril de 2010 a Suzano já tinha adquirido 116.400 hectares de terras, desta área já adquirida aproximadamente 48.200 hectares serão de

¹⁶² O interesse da Suzano na região do Leste maranhense deve-se a vários fatores dos quais podem ser destacados: o preço da terra calculado pelo custo na rotação (R\$/ha), a proximidade da infraestrutura de escoamento (rodovias, portos), bem como a maior parte de suas terras (do Leste maranhense) serem classificadas como de boa aptidão para a silvicultura.

¹⁶³ A STCP, fundada há 30 anos em Curitiba/PR, é uma empresa de consultoria de projetos relacionados ao setor florestal, ambiental e de engenharia. Foi a empresa responsável pelos EIA/RIMA do projeto “florestal” da Suzano em Timon, Porto Franco e da indústria de *pellets* em Chapadinha, todos no Maranhão. Para maiores informações, consultar o sítio eletrônico da empresa: <http://www.stcp.com.br>

efetivo plantio. A meta necessária para aquisição é 173.000 hectares sendo 65% no Maranhão e 35% no Tocantins (PÖYRY, 2011).

Em julho de 2010, o Grupo Suzano comprou a FuturaGene, empresa britânica de biotecnologia e uma das três mais importantes do mundo em sua área de atuação, que absorveu o laboratório da Suzano em Itapetininga (SP), mais o campo de testes e suas fazendas experimentais nos estados do Maranhão, Piauí, São Paulo e Bahia. Essa compra está alinhada à atual estratégia de crescimento do grupo e visa ampliar os ganhos de produtividade na cadeia de celulose e papel¹⁶⁴, hoje o seu principal negócio. A FuturaGene consolidou a posição da Suzano em outros mercados, como o de genes de eucalipto ou o de fornecimento de tecnologia para produção de biocombustíveis (há cerca de dois anos foi lançada a Suzano Energia Renovável, dedicada à produção de *pellets*¹⁶⁵ de madeira com essa finalidade¹⁶⁶ (FONTES, 2011).

Até 2015 a Suzano investirá cerca de US\$ 4,6 bilhões na implantação das novas unidades fabris no Piauí e Maranhão, bem como na formação da base florestal, necessária ao empreendimento, no Estado do Tocantins (PÖYRY, 2011).

Hoje, a Suzano se tornou uma empresa de base florestal e uma das maiores produtoras integradas de papel e celulose da América Latina, com atuação global em aproximadamente 80 países. A celulose é produzida a partir de 100% de florestas de eucalipto, plantadas no sul da Bahia, no norte do Espírito Santo, interior de São Paulo, nordeste de Minas Gerais e Maranhão (FIGURA 03). São as chamadas “florestas renováveis¹⁶⁷”, ou seja, elas são renovadas em ciclos de 6 a 7 anos (FIGURA 04) e utilizadas como matéria-prima da Suzano¹⁶⁸.

¹⁶⁴ Segundo Fontes (2011), a Suzano hoje já possui tecnologia para a implantação de “florestas” transgênicas que aguarda apenas a aprovação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) para serem instaladas em escala de mercado.

¹⁶⁵ De acordo com o site oficial da Suzano, *pellets* são partículas desidratadas e prensadas com alto poder calorífico que servem como combustível para caldeiras residenciais, industriais e usinas termoeletricas.

¹⁶⁶ Como ficará mais claro adiante, explicarei os motivos pelos quais a Suzano ainda não construiu a fábrica de Chapadinha – MA.

¹⁶⁷ Empregamos as aspas para destacar que não se tratam de florestas verdadeiramente, e sim de monoculturas. A importância de tais “florestas” para a Suzano diz respeito a produtividade, redução do custo do manejo, otimização da produção industrial, formação de uma base de dados sobre o eucalipto, sua principal matéria-prima, e redução dos gastos com investimentos.

¹⁶⁸ De acordo com: www.suzano.com.br.

Figura 03. Distribuição territorial da Suzano no Brasil. Fonte: www.suzano.com.br

Regiões	Espécie	Rotação	UF	Custo na Rotação ¹ (R\$/ha)		
				Mínimo	Máximo	Média
Nordeste / Sudeste	Eucalipto	7 anos	BA / MG	5.000	5.500	5.250
Sudeste	Eucalipto	7 anos	SP	3.600	4.700	4.150
Nordeste / Norte	Eucalipto	7 anos	PI / MA	4.500	5.000	4.750
Sul	Pinus	16 anos	PR / SC	4.000	4.500	4.250
Centro-Oeste	Eucalipto	7 anos	MT / MS	5.600	6.000	5.800

(1) Já inclui custo da muda (plantio e replantio)

Figura 04. Custos de Formação Florestal em R\$/ha. Fonte: Câmara setorial de silvicultura, 2009.

O quadro acima mostra algumas informações importantes. Primeiro é que o *pinus* plantado na região sul tem como tempo de rotação 16 anos, ou seja, mais que o dobro do

tempo do eucalipto plantado nas regiões Nordeste, Sudeste, Norte e Centro-Oeste. Segundo que o custo na rotação nos estados do Piauí e Maranhão apenas fica atrás, na média, de São Paulo e os estados do Paraná e Santa Catarina que, em compensação, tem como espécie vegetal o *pinus* e não o eucalipto. Como argumentarei adiante, é o preço da terra que será vantajoso para a migração da Suzano para os estados do Maranhão e Piauí, em detrimento dos Estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Um dos fatores que explica a territorialização da Suzano no Maranhão é a questão da “terra barata”. Em matéria publicada no site Monitor Mercantil¹⁶⁹, a Suzano descartou o Estado de São Paulo devido ao elevado preço das terras (FIGURA 05) e dificuldades de logística.

Regiões	UF	Estimativa de Preço de Terra (R\$/ha)		
		Mínimo	Máximo	Média
Nordeste / Sudeste	BA / MG	1.480	6.670	3.790
Sudeste	SP	2.440	7.150	5.680
Nordeste / Norte	PI / MA	430	1.320	760
Sul	PR / SC	2.470	7.200	4.660
Centro-Oeste	MT / MS	1.560	7.090	3.190

Figura 05. **Valor da aquisição de terras.** Fonte: Câmara setorial de silvicultura, 2009.

A reportagem, porém, não fornecia mais informações acerca do valor da aquisição de terras que explica, em parte, o deslocamento da Suzano para áreas do Maranhão e Piauí, por exemplo. Quando analisamos os dados e comparamos a estimativa do preço de terra entre Maranhão/Piauí e São Paulo pode-se concluir que nas duas primeiras unidades federativas o preço médio de terra chega a ser **sete vezes mais barato** do que no Estado de São Paulo.

O deslocamento de empresas florestais, produtoras de papel e celulose, como é o caso da Suzano, para estados como o Maranhão, é reflexo da consolidação dos preços de terra. Esta tese é corroborada pela ABRAF (2011) quando nos aponta o crescimento da área de plantios de *Eucalyptus*, entre 2009 e 2010, de 10,2% no Maranhão (FIGURA 06).

¹⁶⁹ “Terreno Barato Leva Suzano Para Maranhão E Piauí”. Disponível em <http://www.monitormercantil.com.br/mostranoticia.php?id=75502>. Acesso em 02 de setembro de 2011.

Figura 06. Crescimento percentual da área plantada com *Eucalyptus* por estado, 2010. Fonte: ABRAF, 2011.

Até agora pudemos oferecer primariamente um panorama histórico do Grupo Suzano e compreender o quanto o preço da terra foi decisivo para a instalação da Suzano Papel e Celulose no Maranhão. Mas isso explica em parte o processo de territorialização da Suzano no Maranhão. É preciso, pois, analisar os projetos de desenvolvimento e as condições de infraestrutura e logística. Se analisarmos com cuidado a distribuição territorial da Suzano no Maranhão podemos perceber três aspectos primordiais: o plantio de mudas, as plantas industriais e as condições de infraestrutura e logística. É esse, portanto, o nosso caminho analítico.

Na ótica da Suzano, o Estado do Maranhão representa um polo de desenvolvimento importante no setor de papel e celulose do Brasil. Assim, a Suzano Papel e Celulose no seu programa de expansão, assinou com o Governo do Maranhão um Protocolo de Intenções para a construção de uma fábrica para a produção de celulose, como parte dos investimentos para o período de 2009-2013.

O projeto florestal pretende implantar a base florestal com o plantio de florestas de eucalipto para suprir a demanda da fábrica, cuja capacidade de produção prevista é de 1,3 milhões de toneladas de celulose, com investimentos da ordem de 1,8 bilhões de dólares.

Conforme o acordo firmado, ao Governo do Estado caberá a responsabilidade de garantir mão de obra qualificada, enquanto a empresa se compromete em realizar a contratação do trabalhador maranhense e de negociar com empresas locais.

Dessa forma, a Suzano está prevendo a instalação para a produção de 30 milhões de mudas por ano, a partir de viveiros próprios e de terceiros (FIGURA 07), tal como a empresa Comercial e Agrícola Paineiras Ltda., subsidiária da Suzano no Maranhão¹⁷⁰.

Figura 07. Viveiro de mudas de eucalipto de propriedade de pequeno empresário em Urbano Santos-MA.
Data: 14/08/2012

Cabe destacar que em 30 de novembro de 2005, foi celebrado um contrato de arrendamento entre Comercial e Agrícola Paineiras Ltda. (“Paineiras”), empresa controlada pela Companhia, e a Margusa – Maranhão Gusa S.A., empresa do grupo Gerdau, pelo qual a Margusa arrendou 90,0 mil hectares de terras rurais de propriedade da Paineiras, situadas no Estado do Maranhão, que poderá ser ampliada para até 110,0 mil hectares de terras. Essas áreas serão devolvidas a partir de 2018, e poderão então ser utilizadas para plantios voltados para novos projetos (SUZANO, 2007).

¹⁷⁰ Segundo Gaspar (2010), desde 2005 a MARGUSA vem arrendando terras da empresa Paineiras com o objetivo da plantação de eucalipto visando o abastecimento de suas necessidades de carvão vegetal e há previsão de retomada de *projetos de reflorestamento* para oito municípios das atuais *microrregiões* de Chapadinha e Baixo Parnaíba Maranhense: Anapurus, Brejo, Mata Roma, Milagres do Maranhão, Santa Quitéria, São Benedito do Rio Preto, São Bernardo e Urbano Santos. Tal iniciativa prevê um investimento da ordem de R\$ 250 milhões com a implantação de 42 mil hectares de florestas de eucalipto. Essa matéria-prima destina-se à produção de carvão vegetal para o abastecimento de uma unidade de ferro gusa prevista para ser construída no município de Urbano Santos, além disso, atenderá demanda das guseiras instaladas na região de Carajás (CARNEIRO, 2008).

É neste contexto que, visando o abastecimento da madeira necessária para sua nova unidade industrial, a Suzano Papel e Celulose vem adquirindo terras nos estados do Maranhão, Tocantins e Piauí para plantio do eucalipto. Para atender a demanda da indústria, o empreendimento prevê o plantio de 160 mil ha de eucaliptos, destes, 50 mil ha através de fomento a pequenos e médios produtores rurais.

Todavia, o processo de territorialização da Suzano no Maranhão não se faz de maneira harmônica. Antenor Ferreira, em matéria intitulada “Quem é a Suzano e por que o Maranhão?”¹⁷¹, revela que a chegada da Suzano ao Maranhão foi motivada pelo preço da terra e destaca os prejuízos sofridos pela empresa no ano de 2008 (R\$ 451 milhões). Nesse sentido, a Suzano recorreu ao BNDES e solicitou um empréstimo de 2,7 bilhões a serem pagos em 138 meses para justamente viabilizar a instalação de sua unidade fabril. O jornalista destaca os estragos da empresa que vão desde a apropriação de terras antes dedicadas a produção camponesa (leguminosas, arroz, milho) até a degradação de mananciais em virtude da irrigação dos plantios, o que tem, consequentemente, prejudicado o abastecimento das comunidades. Antenor ainda denuncia as práticas empresariais ilegais de aquisição de terras da Suzano via o mecanismo de grilagem que tem lesado os agricultores camponeses nos municípios maranhenses de Anapurus e Santa Quitéria, por exemplo.

Cabe destacar, que a prática da grilagem de terras no Leste Maranhense não é nova. Shiraishi Neto (1995, pp. 68-77) realizou levantamento nos Cartórios de Registro de Imóveis das Microrregiões de Chapadinha e do Baixo Parnaíba Maranhense e demonstrou tal prática de irregularidade e fraudulência que viabiliza para as empresas a aquisição de vastas extensões de terra. Como se vê, a terra-mercadoria é central na questão agrária e o mecanismo de grilagem serve como mais uma artimanha do processo de espoliação capitalista.

¹⁷¹ <http://www.bloginterligado.com.br/2011/01/quem-e-suzano-e-por-que-o-maranhao.html>

7.1 O PROJETO FLORESTAL NA REGIÃO DE PORTO FRANCO

O plantio de mudas em viveiros é uma etapa fundamental do processo produtivo florestal, sem o qual as outras etapas de industrialização e escoamento da produção se tornariam inviáveis.

Projetos florestais produzem madeira como matéria-prima para fins industriais sob condições edafoclimáticas locais. Sua implantação nas regiões tropicais tem apresentado interessante resultado econômico para a atividade silvicultural, obtido através da boa integração entre a produção da madeira e sua utilização industrial, além do ótimo rendimento florestal alcançado e a grande disponibilidade de áreas aptas para a formação do plantio (STCP, 2010a, p.22).

No Maranhão o plantio de mudas está distribuído em duas regiões: a região de Porto Franco (FIGURA 08), no sudoeste maranhense, na hinterlândia de Imperatriz; e na região de Timon, na parte oriental do Maranhão.

Examinemos o projeto florestal na região de Porto Franco. Veremos como os projetos florestais constituem a primeira etapa do agronegócio da silvicultura que é quando as empresas, para o nosso caso a Suzano Papel e Celulose, se apropria dos solos férteis e da água para realizar a reprodução ampliada do capital. Vejamos então qual é o objetivo geral do projeto florestal:

O empreendimento florestal tem como objetivo o plantio comercial de eucalipto para atender as necessidades da produção de celulose e o auto-abastecimento da nova unidade industrial a ser instalada na região. Para isto, o empreendimento visa contemplar todas as questões relativas ao desenvolvimento econômico, social e ecológico, e em consonância com a utilização racional dos recursos naturais existentes e disponíveis.

A capacidade de produção prevista para a nova unidade é de 1,3 milhão de toneladas de celulose ao ano. Para atender a essa demanda, o empreendedor prevê a necessidade de plantio efetivo de uma área de 60.000 hectares na região de Porto Franco (STCP, 2010b, p.15).

A Suzano já implantou 42.855 hectares de monoculturas de eucalipto nas microrregiões de Imperatriz, Porto Franco, Alto Mearim e Grajaú, Chapada das Mangabeiras e Gerais de Balsas. Ainda serão implantados, de 2015 em diante, 17.145 hectares. Com investimentos da ordem de US\$ 1,8 bilhão esta base florestal tem como desígnio ofertar madeira suficiente para a produção de papel e celulose para a planta industrial no município de Imperatriz.

Figura 08. Área de implantação do projeto florestal polo Porto Franco. Fonte: STCP, 2010b.

O relatório de Impacto Ambiental nos conta que:

O projeto que está sendo proposto pela Suzano estará inserido na região do Pólo Integrado Estreito/Porto Franco/Imperatriz, região considerada pelo governo do Estado um pólo de desenvolvimento industrial e agroflorestal, que oferece inúmeras oportunidades para empreendedores de todos os ramos de negócios e com capacidade de oferecer técnicos e profissionais com formação superior com conhecimento baseado em experiências técnico/científicas para atuar na condução do empreendimento (STCP, 2010b, p. 26).

Podemos entender que o empreendimento irá conduzir não apenas o desenvolvimento agroindustrial, já que a Suzano é na mesma pessoa jurídica o capitalista da agricultura e a

proprietária de terras, mas também fazer com que outros empreendimentos capitalistas sejam atraídos para a região.

Cabe ressaltar que um dos fatores que pesaram no direcionamento da Suzano rumo ao sudoeste maranhense foi a proximidade com as áreas reflorestadas pelo programa Vale Florestar, no Estado do Pará. Além de se utilizar da Estrada de Ferro Carajás¹⁷², a Suzano receberá madeiras por parte da Vale, sua principal parceira.

O que favoreceu a escolha dessa região do Estado para a instalação da indústria de celulose foi a logística favorável e também o fato de haver disponibilidade de madeira de plantios florestais, tendo em vista aquisição dos ativos florestais do Programa Vale Florestar, já implantado pela VALE no Estado do Pará, localizados no Sudoeste maranhense, que somam 84.500 hectares de terra, sendo 34.500 hectares plantados com eucaliptos. Com esse suprimento a empresa terá condições de atender a demanda inicial da fábrica até formar sua base florestal própria. (STCP, 2010b, p.26)

Em 2009 a Companhia firmou contrato com a Vale para aquisição de 31,5 milhões m³ de madeira provenientes de plantios de eucalipto do Programa Vale Florestar, em implantação no Estado do Pará desde 2007, a serem fornecidas à Companhia durante o período de 2014 a 2028. Os preços desses volumes, calculados com base em fórmulas pré-estabelecidas em contrato, serão apurados quando das épocas de colheita (SUZANO, 2011c, p.74).

Não podemos esquecer que se trata de um projeto que integra indústria e agricultura capitalista; logo, qualquer outra forma de se fazer a agricultura, como a agricultura camponesa é descartada pelo empreendedor (a Suzano), bem como o Estado (que é o grande indutor destes projetos de desenvolvimento capitalista). Mas não é só isso. A Suzano tem investido também no segmento genético com vistas à melhoria das variedades de eucalipto e sua adaptabilidade edafoclimática nas diversas regiões maranhenses. Exemplo dessa prática é a Fazenda Itabaiana, na região de Imperatriz, adquirida junto à Vale em 2009 com aproximadamente 850 hectares (SUZANO, 2011a, p. 90).

Há de se considerar também que existe um *fator*, e ao mesmo tempo um *fato*, que deveria impedir a monocultura de eucalipto da Suzano na região de Porto Franco: a questão dos recursos hídricos. O relatório de Impacto Ambiental é claro “Os recursos hídricos da região estão inseridos na Bacia do Atlântico Nordeste Ocidental, Bacia do Parnaíba¹⁷³ e na Bacia Tocantins/Araguaia” (STCP, 2010b, p.28). Logo, por se tratar de um projeto florestal

¹⁷² O Decreto nº 77.608, do ano de 1976, outorga a Vale S.A (antiga Companhia Vale do Rio Doce) a concessão para construção, uso e exploração da Estrada de Ferro entre Carajás (PA) e São Luís (MA). A ferrovia constitui no liame do **complexo mina - ferrovia - porto** (Província Mineral - Estrada de Ferro Carajás - Terminal Portuário Ponta da Madeira, de propriedade da Vale). Para uma discussão mais aprofundada sobre a estruturação deste complexo e o atual processo de duplicação dos trilhos recomenda-se a leitura de Silva; Ribeiro Junior; Sant’Ana Júnior (2011).

¹⁷³ Na verdade, trata-se da bacia hidrográfica do *Parnaíba* que abrange os Estados do Piauí e Maranhão.

que se apropria de recursos hídricos situados em bacias que se encontram em dois Estados (como a Bacia do Tocantins/Araguaia que compreende os Estados do Maranhão e Tocantins), *o órgão licenciador deveria ser o IBAMA, um órgão federal, e não um órgão estadual como a Secretaria de Meio Ambiente do Maranhão (SEMA/MA).*

Além da questão dos recursos hídricos, a questão dos indígenas na região merece destaque. Segundo a STCP (2010b), os grupos Timbira são tradicionais dessa região. Do processo de etnocídio vivenciado pelos indígenas desde o início do século XIX até as décadas de 1970, os Krikati e Gavião ainda continuam com aldeias na região de Imperatriz, na área de influência direta do empreendimento da Suzano. Mais ao centro, próximo de Barra do Corda, encontram-se outros povos Timbira que vivem em solo maranhense: Apanjekra-Canela; Ramkokamekra-Canela; Krepynkateyê, Kreyê.

De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental, esses povos compartilham um mesmo sistema cultural, com aldeias redondas, um mesmo arsenal mítico, falantes de uma língua Jê-Timbira, com história de contato bastante próxima e uma relação de dependência econômica e cultural dos recursos naturais presentes nas suas terras.

Na região de Grajaú e municípios próximos, que estão na área de influência do empreendimento da Suzano, existe uma numerosa população pertencente ao povo Guajajara, com mais de 400 anos de história de relacionamento com os não-indígenas, ora de aproximação, ora de repulsa. É a quinta maior população indígena do Brasil, com 27 mil integrantes.

Ressalte-se ainda que a própria STCP (2010b) reconhece a necessidade de serem realizados estudos específicos sobre a influência do monocultivo de eucalipto em municípios que têm terras indígenas (FIGURA 09), como é o caso de Sítio Novo e Grajaú.

Tanto a Suzano, quanto o governo do Estado do Maranhão¹⁷⁴ (na dimensão estadual), buscam convencer a população de que o empreendimento do plantio florestal na região de Porto Franco vai “gerar recursos, empregos e impostos para alavancar a economia regional” (STCP, 2010b, p.27). É verdade que recursos serão gerados, empregos criados e impostos arrecadados. Mas, quando analisamos os dados, fornecidos inclusive pela própria ABRAF (2011), vemos que se trata de um setor agroindustrial *intensivo em capital*, mas que emprega *poucos trabalhadores*, bem como responde por uma pífia participação nos tributos - em 2009, o segmento de indústria florestal (“Florestas Plantadas”) participou na arrecadação de tributos com R\$ 7.307 milhões, enquanto que o total de arrecadação de tributos no Brasil (Tributos

¹⁷⁴ Como o próprio relatório de impacto ambiental reconhece: “O próprio poder público, principal empregador na região, apoia o projeto de Suzano” (STCP, 2010b, p.72).

federais, estaduais e municipais) foi de R\$ 1.096.002. Ou seja, a participação de tributos arrecadados pelos segmentos associados à agroindústria das ditas florestas plantadas no Brasil foi de *miseros* 0,67%.

Figura 09. Terras Indígenas e Unidades de Conservação na Área de Abrangência do Projeto. Fonte: STCP 2010b.

Em 2010, a situação mudou? Vejamos os dados, mais uma vez, da entidade *classista*. A ABRAF (2011) nos conta que o segmento de indústria florestal, as assim chamadas florestas plantadas, participou na arrecadação de tributos com R\$ 7.410 milhões. Em número absolutos, comparando com 2009, houve um aumento de R\$ 103 milhões. Mas, quanto estes valores participaram da totalidade de tributos arrecadados pelo Brasil? A resposta: 0,57 %. Isto porque a arrecadação de tributos da União (somando tributos federais, estaduais e municipais) foi de R\$ 1.291.015. Uma arrecadação irrisória e pífia.

No que tange aos empregos, os números também não são dignos de louvor. Segundo dados da própria entidade de classe (ABRAF, 2011), o dito setor de florestas manteve 4,7

milhões de postos de trabalho. Só que numa análise de número *relativos* temos os seguintes valores respectivamente: 640,4 mil empregos diretos, 1,45 milhões de empregos indiretos e 2,60 milhões de empregos resultantes do efeito-renda. Na artimanha discursiva do conceito de cadeia produtiva esconde-se a verdade de que o setor “florestal” caracteriza-se pela baixa ocupação de mão de obra direta (14%), forte terceirização (31%). Ressalte-se ainda que o conceito de *cadeia produtiva*¹⁷⁵ revela aqui seu caráter mistificador, porque a parte realmente produtiva do setor florestal é de apenas 14%. Logo, se considerarmos o efeito renda como parte da cadeia produtiva alavancamos os 14% para 69%, quando *na verdade* o efeito-renda responde por 55%. Eis a “matemagia” do agronegócio e de suas entidades de classe!

Aliás, essa é uma característica não só do setor do agronegócio da silvicultura, mas também do setor de papel e celulose. Segundo dados de Carvalhaes (2010) em 2008, o número de empregos diretos da indústria de papel e celulose foi de 114 mil, enquanto que o número de empregos indiretos foi de 500 mil.

Outra entidade de classe, a Bracelpa (2011b), em seu *relatório florestal*, contabiliza que na atividade silvicultural o número de empregos próprios em 31/12/2009 foi de *miseros* 7.071 postos de trabalho. Enquanto que os *terceiros* totalizaram 39.779. Sem falar, a título de curiosidade, que foram demitidos no mesmo ano (2009) 339 mil pessoas no referido setor (ABRAF, 2011).

Em contrapartida, o Censo Agropecuário 2006 registrou 12,3 milhões de pessoas vinculadas à agricultura *camponesa* (*abramovaynamente* chamada de agricultura *familiar*) totalizando 74,4% do pessoal ocupado; já a agricultura *capitalista*, qualificada pelo IBGE de “agricultura não familiar”, ocupava 4,2 milhões de pessoas, o que corresponde a 25,6% da mão de obra total.

Reflexo de tudo que temos escrito, acerca da terceirização do setor de papel e celulose, é que o projeto florestal da Suzano na região poderá gerar 1.320 empregos diretos e 5.280 empregos indiretos, totalizando 6.600 postos de trabalho. Muito pouco emprego para um projeto de desenvolvimento que necessita investir ao longo dos 7 primeiros anos do projeto florestal R\$ 352,5 milhões. Esse valor diz respeito à aquisição de terra e formação da base florestal (STCP, 2010b). Se dividirmos o investimento total pelo número de empregos diretos, ou seja, aqueles que serão criados diretamente pela atividade produtiva da Suzano, teremos precisamente R\$ 267.045,45 por emprego gerado!

¹⁷⁵ “No âmbito social, as atividades da cadeia produtiva do setor promovem a geração de empregos e renda e, ao fixarem as populações no campo auxiliam também na melhoria da qualidade de vida nas áreas rurais” (ABRAF, 2011, p.96).

Os investimentos no projeto terão desembolsos desiguais e crescentes ao longo dos sete anos. Do primeiro ao sétimo ano temos o seguinte quantitativo de desembolso em milhões de reais: R\$ 39.435, R\$ 45.350, R\$ 48.083, R\$ 50.816, R\$ 53.549, R\$ 56.282 e R\$ 59.029.

Ressalte-se ainda que a própria STCP reconhece inúmeras desvantagens da implementação do projeto na região de Porto Franco, a saber: o histórico da CELMAR¹⁷⁶ na região, estabilidade no vínculo empregatício, redução de áreas para a agricultura familiar, aumento do desmatamento na região, ausência ou ineficiência das políticas públicas governamentais, falta de fiscalização por meio da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (STCP, 2010b, p. 34).

Estamos diante claramente de um projeto de desenvolvimento que *planta* a concentração fundiária, utiliza a terra com uma *única* atividade econômica (a monocultura do eucalipto), emprega *pouquíssimas* pessoas, *intensivo* em capital e que conta com todo *apoio* financeiro por parte do Estado. Em poucas palavras: eis o *desenvolvimento sustentável do agronegócio!*

Cabe notar um fato importante. A própria confecção do relatório de impacto ambiental segmentado em meio físico, biótico e socioeconômico, leva a um raciocínio que concebe chapadas e rios, por exemplo, dissociados do homem. Anuvia-se que as chapadas são lugares de extração vegetal, da produção de mel a partir da abelha tiúba (*frieseomelitta longipes*) que os rios fornecem o peixe (tucunaré, corvina, piaba), enfim, que meio físico, biótico e social se encontram na economia doméstica.

Em verdade, na totalidade, o projeto florestal é bastante questionável porque não atende às necessidades do polo Porto Franco. As necessidades são citadas de passagem pela própria empresa de consultoria, a saber: a poluição dos rios, aproveitamento mineral para construção civil, combate à pesca predatória, assim como conflitos agrários com camponeses e indígenas.

¹⁷⁶ “A partir da segunda metade da década de 60, a região, especialmente a área próxima ao município de Imperatriz, recebeu diversos programas e projetos de grande impacto econômico, incentivados ou financiados pelos governos federal e estadual. Muitos desses projetos foram implementados em função do Programa Grande Carajás, de exploração de recursos naturais da Amazônia Ocidental, principalmente os de extrativismo mineral e vegetal, assim como das potencialidades energéticas. Um deles foi instalação em 1992, o Projeto CELMAR (Celulose do Maranhão S/A), que previa investimentos de mais de US\$ 1 bilhão em florestamento com eucalipto, implantação de uma indústria de pasta celulose e infra-estrutura, gerando a expectativa de geração de 7.500 empregos em todas as fases, incluindo terceirizados” (STCP, 2010b, p.58). Para compreender o processo de implantação da CELMAR na região tocantina, bem como os impactos socioambientais ver Souza (1995, p.135-186).

Não obstante, os impactos negativos são inúmeros: alteração da qualidade do ar pela emissão de gases particulados, supressão da vegetação, geração de processos erosivos, alteração na qualidade de água, perda estrutura físico-química e biológica do solo, perda da biodiversidade vegetal, afugentamento da fauna, atropelamento de animais silvestres, insegurança da população, especulação imobiliária, conflitos sociais com indígenas e camponeses relacionados à aquisição de terras, risco de poluição dos corpos d'água, contaminação de lençol freático, assoreamento de nascentes, intensificação da caça e pesca, acidentes de trabalho (STCP, 2010b).

Ademais, todas as medidas apresentadas pela STCP¹⁷⁷ “são essencialmente preventivas ou mitigadoras e estão relacionadas a ações de caráter pontual” (STCP, 2010b, p.90). A pontualidade das medidas reflete a ausência de um verdadeiro programa preventivo, o que requereria a imediata paralisação do plantio florestal. O primeiro passo é a necessidade de reforma agrária porque “a aquisição de terras pela SUZANO, com vistas à implantação do seu projeto florestal, afetará famílias que ali vivem” fazendo com que deixem suas residências e procurem “novos locais para moradia e seu plantio de subsistência” (STCP, 2010b, p.98).

Todavia, nem a STCP, muito menos a Suzano, anseiam atacar as origens e a evolução dos conflitos ambientais. O que eles propõem é uma *pretensa* educação ambiental e biblioteca comunitária. Trata-se da mesma biblioteca que a Suzano ofereceu aos camponeses do povoado Vertente (em Santa Quitéria do Maranhão) na tentativa de cooptação e neutralização dos conflitos na luta pela terra. Ademais, ironicamente, quando lemos o RIMA, vemos que a responsabilidade pela queda da qualidade do ar é atribuída às emissões de monóxido e dióxido de carbono, devendo-se às “frequentes queimadas, prática adotada por pequenos produtores rurais da região” (STCP, 2010b, p.110). A responsabilidade é dos camponeses, assim como a responsabilidade da poluição hídrica é dos “grandes núcleos populacionais que lançam diretamente nos rios efluentes domésticos e industriais sem o devido tratamento”. Não obstante, a alternativa da STCP para os conflitos agrários na região é, obviamente, o projeto florestal: “A não implantação do projeto também representará a manutenção do cenário de disputas e conflitos que vem marcando a região, notadamente entre os diversos setores empresariais e as populações tradicionais (índios, quebradeiras de coco) e pequenos produtores rurais”. Sob a *noção* de *populações tradicionais* anuvia-se a cruel *luta de classes*.

¹⁷⁷ A saber, Coleta, Tratamento e Destinação Final Adequada dos Resíduos Sólidos; Implantação de Sistemas Adequados de Captação e Tratamento do Esgoto; Implantação de Sinalização e Redutores de Velocidade nas Vias de Acesso; Controlar o Uso de Fertilizantes, Adubos e Agrotóxicos; Emprego Preferencial de Mão de Obra Local e Regional; Promoção de Parcerias com os Atores Locais (Poder Público, Setor Privado, Instituições Não-Governamentais, Associações de Classe e Outros).

Mas, como diz a célebre música do grupo Titãs, “*a gente não quer só comida, a gente quer bebida diversão e arte*”. E é justamente isso que a Suzano está levando para Porto Franco, segundo matéria publicada no sítio eletrônico www.oprogressonet.com, intitulada “Suzano Papel e Celulose leva o Arte Cidadã para Porto Franco”. Leiamos a reportagem:

O programa é fruto da parceria entre a Suzano e a prefeitura sendo realizado pela Via Gutenberg e pela Companhia Cênica Nau de Ícaros. O projeto consiste na formação de cidadãos a partir de artes performáticas como teatro, dança, música e circo, por meio da exibição gratuita de espetáculos para as comunidades e alunos da rede pública de ensino e realização de oficinas de artes performáticas para professores e educadores. “Investir na formação completa do indivíduo para prepará-lo para o futuro é uma das linhas de atuação da Suzano em sustentabilidade. Acreditamos ser nossa obrigação como empresa colaborar para o aprimoramento da sociedade que nos cerca. Estamos muito orgulhosos de poder proporcionar à população de Itararé eventos culturais de qualidade com duplo objetivo: de educar e entreter”, diz Alexandre Di Ciero – gerente executivo de Sustentabilidade. O programa é dividido em seis fases: sensibilização de professores e educadores ao projeto; apresentações abertas do espetáculo “Tirando os pés do Chão”, eleito o melhor espetáculo de dança de São Paulo em 2010 pelo Guia da Folha; sessões especiais do espetáculo para os alunos da rede pública de ensino; realização de oficinas de artes performáticas com os professores; aplicação em sala de aula do que foi vivenciado nas oficinas e encontro final entre a equipe do Arte Cidadã e os professores para avaliação em conjunto das atividades realizadas com os alunos. De acordo com Di Ciero, o objetivo da Suzano com a implantação desse projeto é tornar a arte acessível a todos. “Acreditamos que temas pedagógicos são mais absorvidos por alunos quando transmitidos fazendo uso de ferramentas mais lúdicas, como a dança, o teatro e o circo. Dessa forma, o Arte Cidadã se apresenta como um complemento educacional que busca fortalecer o papel do professor”, afirma¹⁷⁸.

É curioso perceber como a Suzano, que tem ancorado sua expansão, seu novo ciclo de crescimento, na absorção de crédito do governo federal, com suas obras ultra-intensivas em recursos naturais, se arroga o direito de falar de educação e arte na exata medida em que devasta o próprio município de Porto Franco com seu monocultivo de eucalipto. Tudo isso sob o auspício de “aprimorar a sociedade que nos cerca”. Penso que a expansão do monocultivo de eucalipto em Porto Franco não aprimora sociedade alguma, mas sim *cerca* as terras comunais de indígenas e camponeses colocando em risco sua reprodução material.

178

<http://www.oprogressonet.com/noticiario/14199/regional/2011/9/10/suzano-papel-e-celulose-leva-o-arte-cidada-para-porto-franco/>

7.2 O RAMAL RODOVIÁRIO

Trata-se da “construção de um ramal rodoviário, com extensão de 11 km, interligando a futura fábrica de celulose e papel, da Suzano Papel e Celulose, no município de Imperatriz até a rodovia BR-010 (Belém-Brasília)- Estado do Maranhão” (PÖYRY, 2011b, p.2).

Há, de uma *forma* geral, uma estratégia da parte da Suzano para viabilizar seu *grande projeto de expansão capitalista*, o *projeto Grandis*: trata-se da segmentação do projeto maior (*Grandis*) em projetos de escala menor (plantios florestais, ramais rodo-ferroviários, plantas industriais) com vista à obtenção das licenças necessárias fornecidas pelo órgão responsável.

Continuemos: “O ramal rodoviário terá uma extensão de aproximadamente 11 km e será utilizado para transporte de insumos, para o acesso de funcionários e prestadores de serviço à fábrica e para escoamento da produção de papel da fábrica” (PÖYRY, 2011b, p.4).

Com efeito, o ramal rodoviário é uma importante peça na estratégia de acumulação capitalista da Suzano porque viabiliza o transporte da madeira até a fábrica, haja vista a distância da área de plantio (Porto Franco) em relação à fábrica (Imperatriz).

Foram investidos neste projeto R\$ 24 milhões. De fato, o investimento acarreta uma melhoria na infraestrutura viária da região. Contudo, os benefícios sociais são mínimos como é o caso do quantitativo de empregos: *miseros* 80 postos de trabalho *temporários* (PÖYRY, 2011b). A relação investimento-emprego é da ordem de R\$ 300 mil para unidade de emprego gerada. Sem falar na especulação imobiliária que se desenvolve em virtude da aquisição de terras e expectativa de chegada de novos empreendimentos.

7.3 A PLANTA INDUSTRIAL EM IMPERATRIZ

O projeto florestal de 60 mil hectares da Suzano na região de Porto Franco objetiva fornecer a matéria-prima necessária às plantas industriais. Especificamente, fornecerá a matéria-prima necessária para a planta industrial de Imperatriz que fabricará a celulose e produzirá papel.

De acordo com a Suzano, a unidade fabril deverá produzir 1.500.000 toneladas por ano de celulose branqueada de eucalipto, sendo que parte será convertida para gerar 500.000 toneladas por ano de papel (PÖYRY, 2010). Esta produção de papel e celulose se realizará através da construção de um ambiente propício à acumulação. Refiro-me especificamente à construção da infraestrutura necessária à produção do capital, a saber: estradas de acesso, linha de transmissão de energia elétrica, ramal ferroviário, bem como captação e tratamento

de água. A produção e, conseqüentemente, a distribuição, circulação e consumo tem como destino prioritário a exportação com vista aos mercados da América Latina, Estados Unidos, Europa Ocidental e Ásia.

O Relatório de Impacto Ambiental nos informa que, no que tange aos impostos, “o montante arrecadado, somente na fase de construção, será da ordem de R\$ 342 milhões de PIS/COFINS e ICMS, e em termos de ISS será da ordem de R\$ 97 milhões para o município de Imperatriz” (PÖYRY, 2010, p.5).

Há de se destacar as justificativas fornecidas para a localização do empreendimento na região de Imperatriz: 1) Existência de um espaço para o desenvolvimento de uma base florestal capaz de suprir as necessidades de madeira para a indústria de celulose; 2) Existência de características regionais adequadas para permitir o desenvolvimento de um projeto economicamente viável; 3) Situação sócio-econômica que possa ser melhorada e potencializada a partir do desenvolvimento do projeto; 4) Características ambientais favoráveis ao projeto e em conformidade com a legislação ambiental (PÖYRY, 2010).

Ademais, além da aquisição das terras, o passo mais importante para o desenvolvimento dos projetos, há a necessidade de se considerar determinados aspectos logísticos, como a malha rodo-ferroviária (BR 010, BR 226, MA 122, MA 125, MA 138, MA 280 e MA 338), rede elétrica (Subestação Imperatriz de 500 kV), recursos hídricos (Rio Tocantins), aspectos geológicos (como a localização em áreas de relevo plano), etc. A malha rodoferroviária é uma condição *sine qua non* para o escoamento da produção. Os recursos hídricos e os aspectos geológicos fornecem a base física sobre a qual se tem desenvolvido o projeto.

Destaque-se que o Rio Tocantins tem duas finalidades para a Suzano: a primeira é fornecer a condição necessária para o abastecimento de água; a segunda, mas nem por isso menos importante, é receber os efluentes da referida produção industrial. Notemos que, além de ser uma justificativa locacional (estar perto do Rio Tocantins), a grande disponibilidade hídrica aparece também como uma justificativa ambiental. Assim, é bem provável que o aproveitamento capitalista do Rio Tocantins afete a economia local, no que tange à redução da quantidade de peixes.

A mesma lógica de apropriação do rio Tocantins se aplica ao córrego Cinzeiro, situado no município de Imperatriz. A requisição da Suzano, junto à SEMA, diz respeito à utilização da água subterrânea e superficial do referido córrego para fins de consumo humano e também para fins industriais (inclusive para lançamento de efluentes no referido córrego).

Desse modo, com a apropriação industrial das águas, desvela-se como o nexo Estado-Empresa Privada converte todo um espaço em infraestrutura capaz de alavancar a produção de bens primários como parte de sua estratégia de desenvolvimento.

O descaso da Suzano também atingiu moradores da Vila Macedo, em Imperatriz. Segundo reportagem publicada no blog *territórios livres do baixo parnaíba*¹⁷⁹, os moradores da Avenida Silvino Santis interditaram a avenida como forma de protestar contra o descaso provado pela companhia. A Avenida Silvino Santis foi danificada em virtude do excesso de caminhões e caçambas em circulação. A Avenida em questão é de suma importância para os moradores, bem como para a Suzano, posto que interliga vários bairros da cidade de Imperatriz, assim como articula-se com a Estrada do Arroz e com a BR 0-10.

Cabe destacar que a Estrada do Arroz foi a mesma estrada interditada por trabalhadores da Suzano em julho de 2012¹⁸⁰. Os trabalhadores reivindicavam melhores salários, plano de saúde e até comida de qualidade, já que a que lhes era servida era de qualidade duvidosa.

No que tange particularmente à malha ferroviária, destaque merece ser dado à Ferrovia Norte-Sul e à Estrada de Ferro Carajás. A ferrovia Norte-Sul “tem início na conexão com a ferrovia Carajás em Açailândia e segue em direção ao sul do país. Atualmente ela já está implantada até a região de Palmas-TO, passando, portanto, por toda a região sul de Imperatriz” (PÖYRY, 2010, p. 10-11).

A localização da planta industrial em Imperatriz deve-se também à localização da Estrada de Ferro Carajás. Na visão dos planejadores do governo do Estado do Maranhão:

A Suzano Papel e Celulose é o carro-chefe do novo Polo Industrial de Imperatriz. A Suzano pretende investir R\$ 4 bilhões e iniciar em 2011 a construção de sua fábrica de celulose no estado. A nova unidade terá capacidade de produzir 1,5 milhão de toneladas de celulose de eucalipto por ano e deve gerar 3,5 mil empregos diretos, sendo mil na área industrial, além de 15 mil postos de trabalho indiretos. Oito mil empregos deverão ser gerados durante a fase de construção da fábrica. A produção deverá ser toda voltada para exportação. **A escolha da cidade de Imperatriz para abrigar a nova unidade permitirá à Suzano a utilização da Estrada de Ferro Carajás - EFC para escoar a produção pelo terminal portuário a ser construído em São Luís. A nova fábrica deverá ser transformada na principal referência em produção de celulose no mundo.** Além disso a Suzano criou uma nova empresa - Suzano Energia Renovável - que já iniciou negociações para a implantação, no interior do estado, de duas unidades de produção de pellets¹⁸¹ de madeira com capacidade de 1 milhão de toneladas/ano, cada (MARANHÃO, 2011, p.10, os grifos são meus).

¹⁷⁹ <http://territorioslivresdobaixoparnaiba.blogspot.com.br/2012/05/hamilton-miranda-diz-que-suzano.html>

¹⁸⁰ <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2012/07/trabalhadores-protestam-por-melhores-condicoes-de-trabalho.html>

¹⁸¹ Partículas desidratadas e prensadas com alto poder calorífico que servem como combustível para caldeiras residenciais, industriais e usinas termoeletricas. Fonte: www.suzano.com.br.

Sendo assim, pode-se afirmar que a infraestrutura logística da Vale, no caso específico a Estrada de Ferro Carajás, se configurou como um fator decisivo para a implantação do polo industrial de Imperatriz, segunda maior cidade do Estado do Maranhão. A força da argumentação está posta na quantidade de empregos gerados. Mas se fizermos uma pequena conta do investimento da obra pelo número de empregos diretos, vemos que cada emprego “custa” R\$ 1.142.857 milhões; R\$ 266.666 em relação aos empregos indiretos; e R\$ 216.216 na soma dos empregos diretos e indiretos. A produção de eucalipto objetiva o mercado externo como pode ser visto nos gráficos a seguir do destino das vendas de celulose e papel da Suzano (FIGURA 10).

Figura 10. Destino das vendas de papel e celulose. Fonte: Suzano, 2011d.

Cabe destacar que dos R\$ 4,6 bilhões de receita líquida da Suzano Papel e Celulose para o 1º trimestre de 2011, 57% do total, ou seja, R\$ 2.622.000.000 bilhões são oriundos do Mercado Externo (SUZANO, 2011d).

Voltando a questão da logística, é bom destacar que a Câmara Setorial de Silvicultura (2009, p.31) pontuou que um dos obstáculos ao desenvolvimento do setor de florestas plantadas era: “o financiamento insuficiente para os pequenos e médios, a falta de infraestrutura de estradas, ferrovias, vias de acesso e portos completam o quadro de carências do setor de florestas plantadas, que necessita de uma política nacional de apoio ao setor, mediante políticas públicas direcionadas às atividades florestais”.

É interessante perceber como um setor privado altamente lucrativo necessita tanto de políticas públicas direcionadas às atividades “florestais”. Para se ter uma ideia, segundo a BRACELPA (dados de julho de 2011), o saldo comercial do setor em 2010 registrou US\$ 4,9 bilhões. Em acordo com Harvey, considero esta prática (políticas públicas direcionadas às atividades “florestais”) mais um mecanismo de acumulação por espoliação no qual ocorre uma construção ideológica amparada no neoliberalismo com vistas a uma forma específica de produção, regulação e financeirização da natureza (SMITH, 2009) que se realiza na articulação do Estado com a iniciativa privada, no qual este último agente social converte “domínios públicos”, como as terras, em plantios privados.

Não obstante, além das justificativas ambientais (recursos hídricos, por exemplo) e justificativas locacionais (a EFC, ferrovia Norte-Sul, rodovias federais e estaduais), a principal argumentação, como não poderia deixar de ser, é econômica. Baseia-se na premissa da expansão do mercado de celulose e papel no Brasil e no exterior. Nas palavras da Pöyry (2010, p.13):

O Brasil tem sido um local privilegiado no mundo, em relação ao setor de agronegócios, devido à sua vantagem competitiva para cultivar florestas renováveis. Assim, o Brasil é considerado como o futuro grande fornecedor do mercado mundial de celulose de fibra curta, tendo a seu favor fatores como clima e boa produtividade das florestas, o que resulta em um custo bastante competitivo.

Podemos questionar a pretensa atribuição do conceito de florestas à uma plantação monocultora. Não obstante, os dados demonstram uma evolução no total da produção de celulose e papel (FIGURAS 11 e 12).

Figura 11. Evolução histórica da produção de celulose no Brasil - toneladas/ano. Fonte: BRACELPA, 2011c.

Figura 12. Evolução histórica da produção de papel no Brasil - toneladas/ano. Fonte: BRACELPA, 2011c.

Essa expansão do mercado brasileiro faz com que determinadas áreas, como a região sul do Maranhão (Porto Franco, João Lisboa, Imperatriz) se tornem espaços voltados para a agricultura capitalista, para o nosso caso específico, o agronegócio da silvicultura. Nessa lógica, o clima, as terras, a mão de obra, tudo é capitalizado. Em contrapartida, o número de empregados é muito baixo: na área de produção industrial do empreendimento o número de empregos é de míseros 880 postos de trabalho.

O que estamos assistindo é um claro processo transitório de marginalização da agricultura camponesa e extrativismo vegetal rumo à industrialização da hinterlândia de

Imperatriz. Além do mais, os impactos negativos deste projeto capitalista são vários: especulação imobiliária, alteração da qualidade da água, emissão de materiais particulados, supressão da vegetação, conflitos pela água e no ambiente de trabalho.

Cabe destacar que o Ministério Público do Trabalho tem cobrado a Suzano no que tange à segurança do trabalho na fábrica da empresa em Imperatriz¹⁸². O Ministério Público do Trabalho no Maranhão (MPT-MA) ajuizou uma Ação Civil Pública (ACP) contra a Suzano Papel e Celulose e as empresas contratadas para construir a sua fábrica em Imperatriz. Além de cobrar mais segurança no ambiente de trabalho, a ação requer R\$ 50 milhões por dano moral coletivo.

Para construir o empreendimento de celulose em Imperatriz, a Suzano contratou a Metso Paper South America Ltda, empresa finlandesa incumbida do fornecimento de engenharia conceitual e equipamentos para o setor de celulose, que, por sua vez, contratou a Imetame Metalmecânica Ltda, do ramo da fabricação, montagem e manutenção industrial.

Em ações fiscais realizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em fevereiro e novembro de 2012, foram constatadas diversas irregularidades relacionadas ao meio ambiente de trabalho. Em julho deste ano, os auditores fiscais do Trabalho novamente fiscalizaram a obra, verificando outros problemas que comprometem ainda mais a integridade dos trabalhadores¹⁸³.

Como a Imetame Metalmecânica se recusou a firmar um Termo de Ajuste de Conduta com o MPT-MA e entendendo que a empresa contratante tem o dever de atuar de forma integrada com as contratadas, a instituição ajuizou uma ACP contra as três empresas envolvidas, no objetivo de proteger a vida e a saúde dos trabalhadores.

Segundo a procuradora do Trabalho Adriana Candeira, autora da ação, “desconsiderar o valor da vida e da saúde do trabalhador implica coisificá-lo, em transformá-lo em um mero objeto ou engrenagem no sistema produtivo”¹⁸⁴.

Na ACP, são elencadas 59 obrigações de fazer e não fazer, entre elas: exigir o uso dos equipamentos de proteção individual; manter as instalações elétricas em condições seguras de funcionamento; manter canteiro de obras com área de lazer; manter instalações sanitárias com ventilação e iluminação adequadas.

¹⁸² Conforme matéria publicada no sítio eletrônico <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2013/09/mpt-ma-cobra-mais-seguranca-em-fabrica-da-suzano-em-imperatriz.html>.

¹⁸³ Conforme matéria publicada no sítio eletrônico <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2013/09/mpt-ma-cobra-mais-seguranca-em-fabrica-da-suzano-em-imperatriz.html>

¹⁸⁴ Conforme matéria publicada no sítio eletrônico <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2013/09/mpt-ma-cobra-mais-seguranca-em-fabrica-da-suzano-em-imperatriz.html>

Além da multa por dano moral coletivo, as empresas também estarão sob pena de multa diária de R\$ 50 mil por obrigação descumprida. Os valores arrecadados com as penalidades poderão ser revertidos ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Independentemente de tudo isso, a Suzano Papel e Celulose iniciou, no dia 30 de dezembro de 2013, a produção de celulose de eucalipto na fábrica de Imperatriz. Segundo informações do sítio eletrônico do Jornal Pequeno¹⁸⁵, toda a celulose da nova fábrica já conta com a certificação FSC – Cadeia de Custódia, concedida pela certificadora Imaflora em outubro de 2013. Um mês antes, em setembro, a empresa recebeu a certificação FSC de Manejo Florestal.

7.4 O RAMAL FERROVIÁRIO

Este projeto de desenvolvimento trata da construção de um ramal ferroviário, com extensão de 33 km, interligando a fábrica de celulose e papel, da Suzano Papel e Celulose, no município de Imperatriz até a ferrovia Norte-Sul, localizada em João Lisboa - Estado do Maranhão. Nesse empreendimento foram investidos aproximadamente R\$235 milhões.

Apesar de a Suzano ter conseguido a viabilidade ambiental do projeto graças à elaboração do EIA/RIMA pela PÖYRY, não custa salientar mais uma vez que o projeto *Grandis*, que articula 7 (sete) projetos de desenvolvimento em um (*Grandis*), bem como mais dois Estados além do Maranhão, notadamente Piauí e Tocantins, com seus respectivos plantios florestais e fábricas, deveria ter tido como órgão regulador o IBAMA e não a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA.

O ramal ferroviário objetiva, além do escoamento da produção, o transporte de produtos químicos. “Eventualmente, o ramal ferroviário poderá ser utilizado para transporte de madeira, papel e outros insumos” (PÖYRY, 2011, p.4). O ramal ferroviário terá a capacidade de escoar 2 (dois) milhões de toneladas por ano.

Esta obra, através da interligação da fábrica de celulose até a ferrovia Norte-Sul, tem como destino final o Complexo Portuário de Itaqui, mais precisamente o Porto de Itaqui (gerido pela Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP), o que viabilizará a exportação pelo referido porto.

O ramal ferroviário faz parte de um sistema multimodal que a Suzano utiliza para o transporte de celulose e produtos químicos, a saber: o modal hidroviário, o rodoviário e o

¹⁸⁵ <http://jornalpequeno.com.br/2014/01/02/suzano-papel-e-celulose-inicia-producao-na-fabrica-de-imperatriz/>

ferroviário. No modal hidroviário trata-se da utilização do rio Tocantins como possibilidade de escoamento da produção. No que tange ao modal rodoviário trata-se da utilização de determinadas rodovias federais (BR-222, BR-226 e BR-135). O acesso rodoviário entre a fábrica da Suzano e o Porto de Itaqui, utilizando a rodovia BR-222, teria um percurso de aproximadamente 609 km. Essa rota contemplaria as seguintes rodovias: Estrada do Arroz, BR-010, BR-222, BR-316, BR-135 (FIGURA 13).

Figura 13. Rota através da rodovia BR-222. Fonte: Pöyry, 2011.

O acesso rodoviário entre a fábrica da Suzano e o Porto de Itaqui, utilizando as rodovias BR-226 e BR-135, teria um percurso de aproximadamente 745 km. Essa rota contemplaria as seguintes rodovias: Estrada do Arroz, BR-010, MA-280, MA-275, BR-226, BR-135, BR-316 (FIGURA 14).

A probabilidade de ocorrência de atrasos na entrega dos produtos (confiabilidade) é maior no modal rodoviário quando comparado ao ferroviário, devido a congestionamentos e as condições de tráfego das rodovias (PÖYRY, 2011).

Sendo assim, se o rio Tocantins não é navegável em todo seu curso e, o ramal rodoviário apresenta todos estes aspectos desfavoráveis, só resta como escolha o modal ferroviário. Esse modal ferroviário articula o ramal da Suzano com a Ferrovia Norte-Sul (FNS) e a Estrada de Ferro Carajás (EFC). Dentre as características listadas pela Pöyry (2011) para a escolha do modal ferroviário destaca-se: 1) Alta confiabilidade no transporte, ou seja, a probabilidade de ocorrência de atrasos na entrega dos produtos é baixa; 2) Transporte mais seguro; 3) Carregamento das 4.100 toneladas de celulose ocorrerá uma única vez ao dia (período de 9 horas); 4) Menor custo de manutenção da via; 5) Transporte “porta a porta” com menor manipulação de carga e entrega no terminal da Suzano no porto de Itaquí; 6) Menor consumo de combustível específico (litros combustível/ton. de celulose transportada) quando comparado com o modal rodoviário; 7) Menor emissão de gases que contribuem para o efeito estufa; 8) Possibilidade de uso do biodiesel; 9) Menor poluição nas localidades marginais.

De fato, o ramal ferroviário é o mais viável economicamente, principalmente porque permite a redução dos custos de transporte e, conseqüentemente, a redução do preço final da celulose, o que traz maior competitividade de exportação ao produto da Suzano: “Os custos do transporte ferroviário, tanto para a celulose quanto para os produtos químicos, são aproximadamente 50% inferiores aos custos do transporte rodoviário” (PÖYRY, 2011, p.21).

Segundo informações da Pöyry (2011), o tamanho da composição pode variar de 50 a 115 vagões. Cada vagão tem capacidade de 98 toneladas. A frequência de composições será de acordo com o tamanho da mesma. A composição passa pelo ramal entrando na fábrica até o carregamento no armazém. O traçado ferroviário interno tem o formato de “Pêra”, não sendo necessário o desmembramento da composição. O tempo de carregamento, para uma composição de 50 vagões, será de 9hs. São carregados 5 vagões simultaneamente, dos 2 lados do armazém. O ciclo total da composição será de aprox. 96 horas, sendo 46hs de percurso com composição carregada (fábrica até o Porto), 18hs de operação de carga e descarga, e 32hs de percurso com composição vazia (Porto até a fábrica). A locomotiva que será responsável pelo transporte da celulose e produtos químicos no ramal ferroviário da Suzano, sendo 1.500.000 ton/ano de produto acabado, podendo variar entre 4.100 e 10.100 ton/composição, cada vagão terá capacidade de 98 ton. No ramal ferroviário são transportados aproximadamente 164.000 toneladas/ano em base seca, e 217.000 toneladas/ano em solução (peso bruto) para a fábrica de papel e celulose da Suzano, em Imperatriz. A estimativa será de

uma composição diária, carregando diferentes tipos de químicos líquidos. Os produtos químicos são: Óleo Combustível, Ácido Sulfúrico, Soda Cáustica, Cal, Metanol e Peróxido. Existe também uma possibilidade remota no início da operação de transporte de madeira, sendo esse de aproximadamente 1.650.000 ton/ano.

Apesar de todo investimento neste projeto (R\$ 235 milhões), o número de empregos gerados é muito pequeno: 500 postos de trabalho *temporários* na fase de implantação do empreendimento. Para a fase de operação gerou-se 4 *empregos diretos* (TOF – Técnico de Operação Ferroviária). Na manutenção deverá ter uma equipe com 4 a 6 funcionários (PÖYRY, 2011). Não obstante, o processo de especulação de terra também se fará sentir não apenas pela expectativa que o empreendimento gera acerca da sua instalação, mas também pela necessidade de aquisição de terras, que aquece o mercado.

Na construção da infraestrutura (obras de preparação do terreno, terraplanagem, etc.) houve a supressão da vegetação numa faixa de 30 metros de cada lado a partir do eixo do ramal ferroviário.

Enfim, este é o modelo de desenvolvimento da Suzano: concentrador de terras, gerador de poucos empregos e intensivo em capital.

7.5 O PROJETO FLORESTAL NA REGIÃO DE TIMON

Como já salientamos anteriormente, o objetivo do projeto florestal é o plantio comercial de eucalipto para atender as necessidades da produção de celulose da nova unidade industrial a ser instalada na região de Imperatriz. Para tanto, levando em consideração a capacidade de produção prevista para a nova unidade industrial de Imperatriz (1,3 milhão de toneladas de celulose ao ano), a Suzano prevê a necessidade de plantio efetivo de uma área de 140.000 hectares, distribuídos ao longo de 7 anos, na região de Timon (STCP, 2010a).

Na Região de Timon a base florestal será implantada nos seguintes municípios: Coelho Neto, Afonso Cunha, Codó, Aldeias Altas, Caxias, São João do Sóter, Timon, Matões, Senador Alexandre Costa, Governador Eugênio Barros, Parnarama, Governador Luiz Rocha, Fortuna, Buriti Bravo, Lagoa do Mato, Jatobá, Colinas, Passagem Franca e São Francisco do Maranhão (FIGURA 15).

Figura 15. Área de implantação do projeto florestal da Suzano em Timon. Fonte: STCP 2010a.

A escolha do Maranhão deve-se ao fato de que esse Estado,

[...] desponta com um novo pólo no setor de papel e celulose do Brasil, com grande potencial para o desenvolvimento do setor florestal. Buscando o crescimento das suas atividades, a Suzano firmou com o Governo do Maranhão um protocolo de intenções para a construção de uma fábrica de celulose no Estado, como parte dos investimentos para o período de 2009-2013 (STCP, 2010a, p.21).

A articulação classista entre o setor de papel e celulose e o Estado, notadamente, a Suzano e o Estado do Maranhão, dá a tônica do projeto. Com investimentos da ordem de US\$ 1,8 bilhão, ou seja, incentivo em capital, o Estado fornecerá a mão-de-obra enquanto a Suzano tratará de contratar a mão-de-obra local, *desde que ela seja qualificada* (STCP, 2010a).

Os argumentos centrais em torno do projeto versam sobre o consumo de água do eucalipto, dinamização do setor comercial pela aquisição de fatores de produção; contribuição ao desenvolvimento regional pela implantação da rede rodoviária florestal, a criação de empregos na zona rural, a importância ecológica da silvicultura no que tange a captura de dióxido de carbono (CO₂) e a criação de empregos.

Em 2008 a estimativa de empregos gerados no Sistema Agroindustrial Florestal foi de 4,7 milhões, sendo 636,2 mil diretos, 1,6 milhão indiretos e 2,5 milhões de empregos de efeito renda, totalizando aproximadamente 4,7 milhões. O Projeto Florestal da Suzano Papel e Celulose S.A, na região de Timon, poderá gerar 3.080 empregos diretos e 12.320 indiretos, totalizando 15.400 postos de trabalho. Além de 12.103 empregos que poderão ser gerados pelo efeito renda, conforme estudo econômico realizado (STCP, 2010a, p.26).

Como vemos, a maior parte dos empregos está concentrada nas áreas de empregos gerados indiretamente aqueles oriundos do efeito renda. Não obstante, a estimativa dos investimentos ao longo dos sete primeiros anos do projeto totaliza R\$ 902, 823 milhões entre investimentos na aquisição de terra e formação de base florestal.

O relatório de impacto ambiental no diz ainda que se trata de uma “região com altos índices de desocupação” (STCP, 2010a, p.27) sem apontar qualquer dado estatístico para tal fato. Ademais, não podemos esquecer que foi justamente o preço do terreno o fator determinante para a territorialização da Suzano no Maranhão. Um bom exemplo disso é o motivo da não instalação do projeto florestal no Estado de Goiás dado pela STCP:

Com base nos estudos desenvolvidos, o estado de Goiás constitui uma alternativa para a instalação do Projeto Florestal. Porém, comparativamente à de Região de Timon, apresenta como limitantes o fato de que a microrregião de Quirinópolis, desde 2005 vem apresentando desenvolvimento acelerado, principalmente pela implantação do sistema sucroalcooleiro. A disponibilidade de terras viu-se reduzida com a implantação de canaviais. Além disso, o valor da terra se tornou elevado - U\$ 1.750,00 por hectare - e, por conseguinte, o valor total da implantação do Projeto Florestal se elevaria a inviáveis U\$ 885,1 milhões. Ainda foram levantados problemas de conflitos sociais, principalmente com o MST no Sul do Estado (Jataí-São Simão), com assentamento ao longo da BR 364.

Além do mais é interessante destacar que a Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa, 2010) aponta que os *movimentos sociais* se constituem em um *risco* aos investimentos no setor. Por isso, este também foi certamente um fator que pesou na localização do projeto florestal na região de Timon, uma vez que o MST, principal movimento sócio-territorial do campo brasileiro desde a década de 1980, possui uma lógica distinta de apropriação da terra em relação às empresas do ramo de papel e celulose.

Este projeto traz em si uma gama de impactos ambientais, tais como: alteração no uso tradicional da terra, pressão sobre a infraestrutura, pressão sobre os recursos hídricos (rios) apesar de a STCP (2010a, p.38) afirmar que “os recursos hídricos da região não sofrerão grandes modificações com a implantação do projeto de florestamento da Suzano, levando em consideração a preocupação e responsabilidade que este empreendedor tem em operar as ações de seus projetos”. Esta é uma contradição: enquanto o “abastecimento de pequenas comunidades ainda é feito por captações rasas como cacimbas”, a Suzano se apropriará de importantes recursos hídricos como os rios Alpercatas, Correntes, Iguará, Itapecuru, Munim e Parnaíba.

Enquanto a agricultura camponesa, segundo o IBGE (2006), detém apenas 127.024 hectares de lavoura permanente no Maranhão, só a Suzano tem à sua disposição mais de 140.000 hectares para plantar eucalipto. Uma injustiça brutal.

Enquanto o governo do Estado do Maranhão deveria promover políticas públicas que favorecessem o beneficiamento do babaçu, o extrativismo do pequi e bacuri, ele beneficia justamente a Suzano que, com seu projeto “florestal”, compromete a agricultura camponesa, o aproveitamento econômico do babaçu, do pequi, do bacuri, da mangaba, açaí, cajuí, araticum, macaúba, puçá, murici, guabiraba e pitomba.

Além do mais, é bem provável que os projetos “florestais” da Suzano coloquem em risco a comercialização de peixes como surubim, mandubé, corvina, arenga, traíra e jeju, devido ao aproveitamento capitalista do rio (recurso hídrico).

O pior de tudo é constatar que a agricultura camponesa é qualificada como causadora de impactos ambientais *na mesma ordem* que “a transformação de áreas de florestas nativas em pasto, a criação extensiva de animais, o uso frequente do fogo no manejo da vegetação, a destruição das florestas ciliares, a expansão urbana desordenada e a exploração madeireira destinada a suprir a demanda de fornos da indústria cerâmica, carvoarias e padarias” (STCP, 2010a, p.43).

Não há justificativa plausível para que o projeto capitalista da Suzano, que recebe recursos federais e estímulos fiscais, seja desenvolvido na região de Timon porque a história nos conta que a maior parte dos projetos de desenvolvimento que receberam os incentivos financeiros da parte do Estado, encontram-se parcialmente desativados. E, curiosamente, esses projetos de desenvolvimento capitalista tratam da exploração econômica da cana-de-açúcar, bambu, eucalipto e fábricas para o processamento de celulose (STCP, 2010a).

Ora, mais quais seriam as empresas que causaram tantas experiências negativas à região a ponto de o autor destas linhas dizer que não há justificativa plausível? Com a palavra, a própria STCP (2010a, p.50, grifos meus):

Durante a oficina participativa realizada no município [de Afonso Cunha] no dia 24/08/2009, os participantes demonstraram interesse em obter informações sobre o projeto e colaboraram com todas as etapas do trabalho. **No entanto, demonstraram também apreensão quanto à instalação do Projeto Florestal no município diante das experiências negativas com outras empresas na região, como as do Grupo João Santos, produtor de celulose extraída do Bambu e de álcool extraído da cana-de-açúcar; da empresa do Grupo Costa Pinto, produtor de álcool extraído da Cana-de-açúcar e com os Gaúchos, sojicultores.**

Aliás, a concentração de terras, as experiências negativas, não são uma particularidade do município de Afonso Cunha. No município de Aldeias Altas, o Grupo João Santos possui 28 mil hectares plantados com Bambu. Em Buriti Bravo, os camponeses questionaram sobre sua problemática na região. Em Caxias,

Na oficina participativa que aconteceu em no dia 28/08/2009, os participantes informaram que Caxias **possui uma experiência negativa com uma empresa produtora de carvão vegetal a partir do *Eucalyptus*. Esta empresa não cumpriu o cronograma e as especificações técnicas necessárias à manutenção do empreendimento, levando ao insucesso e então, ao abandono da área. Esta desativação, assim como o êxodo rural foi motivo de preocupação com a implantação do projeto.** Uma das propostas da plenária foi a parceria com os pequenos e médios produtores e que seja feito consórcio com o gado nas áreas plantadas (STCP, 2010a, p.52, grifos meus).

As preocupações dos camponeses se estendem à Codó onde,

Na oficina participativa realizada em 26/08/2009 a principal questão levantada pelos participantes foi sobre as **terras a serem compradas no município**. Argumentaram que **os pequenos produtores mantêm o comercio local**, sendo os fazendeiros apenas pecuaristas. **Ao retirá-los de suas terras, todo o município terá seu comercio afetado. Outra preocupação foi em relação às mata nativa, chapada (cerrado) e campos, de onde são extraídos os meios de sobrevivência de parte da população** (STCP, 2010a, p.53, grifos meus).

Destaque-se ainda que,

Há um movimento crescente da população rural para os centros urbanos e ainda a migração, principalmente na microrregião de Codó, em função dos poucos postos de trabalhos ofertados na região. Especialmente a desativação das indústrias de açúcar obrigou muitos a partirem para colher cana em outros estados.

No que tange à concentração de terra, a situação de Coelho Neto não é muito diferente:

Com 114 anos, Coelho Neto, conforme depoimentos dos participantes da oficina, possui atualmente 85% da população concentrada na zona urbana e em sua zona rural a população vive basicamente da agricultura de subsistência. **O principal fator responsável por essa distribuição e realidade populacional é a apropriação de cerca de 80% das terras municipais por um único grupo – o Grupo João Santos – produtor de celulose e álcool a partir do Bambu e da cana-de-açúcar, respectivamente.**

A oficina participativa, em 24/08/2009, a plenária demonstrou preocupação com a implantação do projeto, principalmente diante da experiência negativa dos últimos anos com o empreendimento implantado e praticamente abandonado do Grupo João Santos. Alegaram que a implantação do projeto não atende às necessidades municipais de geração de trabalho e renda, assim como a possibilidade de aumento da degradação ambiental (STCP, 2010a, p.53, grifos meus).

O projeto “florestal” na região de Timon não parece que vai alterar essa realidade de concentração de terras. Pelo contrário, os 140 mil hectares contribuirão diretamente para aumentar a concentração fundiária na região.

Em Governador Luiz Rocha,

[...] os participantes [da oficina] demonstraram algumas preocupações em relação à implantação do projeto. Citaram a questão do pequeno produtor, que corre o risco de perder sua terra na ilusão de que fará um ótimo negócio ao vendê-la. No que diz respeito ao meio ambiente, as questões mais preocupantes são em relação ao desaparecimento das matas nativas, à degradação do solo, à destruição de rios e riachos e à extinção da fauna e da flora da região (STCP 2010a, p.56).

O medo dos camponeses em serem “varridos” em virtude da territorialização da Suzano deve-se ao fato da mercadorização da terra, que é próprio da lógica capitalista. Também próprio da lógica capitalista é a substituição das matas nativas, a degradação dos recursos hídricos, o comprometimento da fauna e da flora.

Mesmo com isso tudo, no município de Jatobá, “os dois Secretários de Administração e Meio Ambiente se posicionaram favoráveis ao projeto [florestal]” (STCP, 2010a, p.57), requerendo apenas que a Suzano respeitasse os recursos naturais, fizesse parcerias com produtores e agricultores locais, ofertasse emprego aos jovens e pagasse impostos à prefeitura.

Em Matões, “os participantes da oficina colocaram que a população do município está bastante desiludida e já não acreditam mais em promessas dos grandes projetos” (STCP, 2010a, p.58). Em Parnarama os participantes da oficina demonstram preocupação para com a situação do rio Parnaíba, um dos recursos hídricos que será aproveitado pela Suzano. Cabe destacar que no município de Senador Alexandre Costa os participantes da oficina destacaram

como problemas decorrentes da instalação do projeto “florestal” a importação da mão de obra, a violência e a prostituição.

Nos municípios de Lagoa do Mato, Matões e São Francisco do Maranhão, **onde existem propriedades adquiridas pela Suzano, foram averiguados conflitos com as comunidades que viviam dentro ou no entorno das propriedades. Depoimentos dão conta de que, com a aquisição das propriedades pela Suzano, tiveram que deixar a fazenda e perderam seus locais de cultivo.** Estas comunidades geralmente foram formadas com consentimento do proprietário, ao qual repassavam parte da colheita (STCP, 2010a, p.66, grifos meus).

Este é o quadro que as oficinas participativas realizadas pela STCP constatou: concentração de terras, desconfiança para com os grandes projetos de desenvolvimento, comprometimento dos meios físico, biológico e socioeconômico. A iluminação pública é precária, a taxa de alfabetização dos municípios é de 62%, poucas são as escolas existentes na região, o transporte escolar é precário, faltam cursos profissionalizantes, instituições de ensino superior, os leitos existentes não atendem totalmente a demanda da população, o acesso a medicamentos é restrito, faltam equipamentos e profissionais da área de saúde, desemprego, baixos salários, etc. O que deveria ser feito, na verdade, não se trata de uma agroindústria de papel e celulose, mas sim de um plano econômico camponês voltado para a produção familiar, como o caso do arroz, milho e mandioca.

Enfim, a lógica dos projetos de desenvolvimento da Suzano é a lógica da mitigação e da compensação. Mas, essa lógica, não consegue prevenir ou evitar a alteração da qualidade do ar pela emissão de gases e material particulado, os processos erosivos, a redução da biodiversidade vegetal e virtude da monocultura do eucalipto afugentamento da fauna, atropelamento de animais silvestres, conflitos de terra, conflitos sociais, especulação imobiliária, assoreamento de nascentes, poluição dos corpos d’água, contaminação do lençol freático, etc. Sabe-se que os municípios da região de Timon devem ser desenvolvidos; mas para um desenvolvimento autêntico que permita em última instância a humanização do homem pelo próprio homem, a *forma* capitalista de desenvolvimento do campo maranhense absolutamente não serve. Caso queira-se um desenvolvimento autêntico, a forma capitalista do desenvolvimento deve ceder lugar a um plano de desenvolvimento camponês, que saiba articular devidamente a agricultura, a terra comunal, o extrativismo, a pesca e o trabalho familiar.

No Maranhão, segundo o IBGE (2006), a agricultura camponesa, mesmo ocupando 262.089 estabelecimentos, 91% do total, representa apenas 34% da área total. Contudo, os camponeses são responsáveis por produzirem 88% da quantidade de arroz em casca

(968.962.828 kg), 74% do feijão preto (1.671.710 kg), 88% do feijão de cor (16.465.328 kg), 84% do feijão-fradinho, caupi, de corda ou macáçar em grão (15.597.385 kg), 86% da produção de mandioca (1.137.557.912 kg), 78% da produção de milho em grão (491.501.420 kg), 96% da produção de café arábica em grão (5.016 kg), 73% da produção de Café canephora (robusta, conilon) em grão (565 kg), 41% da produção de bovinos (2.322.628 cabeças em 31/12/2006), 56% da produção de leite de vaca (91.502.812 litros), 67% do leite de cabra (143.871 litros), 61% do número de aves (4.721.282 cabeças em 31.12/2006), 64% da quantidade de ovos de galinha (2.641.610), 86% da produção de suínos (601.898 cabeças em 31.12/2006).

Projetos “florestais” como o da Suzano acabam recebendo, pelo seu caráter classista, total apoio governamental, seja no âmbito da União ou do Estado, apesar do risco potencial de perda da qualidade da água, a vulnerabilidade à processos de lixiviação de insumos agrícolas, atropelamentos da fauna, supressão da biodiversidade, mudança na forma tradicional de utilização da terra com a consequente alteração do conteúdo (mudanças de plantios de subsistência para o plantio de eucalipto).

7.6 A INDÚSTRIA DE *PELLETS* EM CHAPADINHA

A indústria de pellets da Suzano Energia Renovável deve ser pensada no contexto da inviabilidade, em curto prazo (para o ano de 2012¹⁸⁶) da fábrica de celulose que a Suzano planejara para o estado vizinho do Piauí. Assim, a Suzano mudou a finalidade das plantações de eucalipto no Baixo Parnaíba, não mais para a produção de papel e celulose, mas sim para a produção de *pellets* para o mercado externo europeu. Isso porque a Europa tem demandado fontes alternativas de energia que possa substituir o carvão mineral e o petróleo. Assim,

Em 2009, no apagar das luzes do governo estadual do ex-governador Jackson Lago, a Suzano conseguiu obter a licença ambiental – de instalação e operação – para seu projeto de plantio de eucalipto na região, recebendo autorização para o desmatamento de cerca de 40 mil hectares de Cerrado para plantar uma área correspondente de monocultura de eucaliptos nos municípios de Santa Quitéria, Urbano Santos e Anapurus.

O objetivo do projeto em questão é a produção de *pellets* de madeira tendo como matéria-prima os plantios de eucalipto da Suzano Energia Renovável na região. A fábrica de pellets fica em Chapadinha, aproximadamente 230 km de São Luís (FIGURA 16),

¹⁸⁶ Atualmente, em virtudes de nulidades ocorridas durante o licenciamento, a Suzano sequer construiu a indústria.

precisamente na Fazenda Santo Anjo, uma área rural que fica a aproximadamente 20 km do centro da cidade de Chapadinha (FIGURA 17).

Figura 16. Localização e acessos à área do empreendimento a partir do Município de São Luís. Fonte: STCP, 2012.

Figura 17. Localização do empreendimento da Suzano Energia Renovável. Fonte: STCP, 2012.

De acordo com o site da empresa, www.suzano.com.br, a Suzano Energia Renovável assinou um Protocolo de Intenções com Governo do Maranhão, precisamente no dia 29 de setembro de 2011, para atuar no mercado de biomassa¹⁸⁷ para geração de energia. O negócio de biomassa para energia é parte importante dos planos de crescimento da Suzano Papel e Celulose, que acaba por potencializar sua “vocação florestal”. Com investimento de cerca de R\$ 1 bilhão entre a formação dos monocultivos de eucalipto e a parte industrial (a indústria propriamente dita), a estimativa é de gerar 2,7 mil empregos diretos e 11 mil empregos indiretos no Maranhão quando as unidades estiverem em operação.

¹⁸⁷ A venda de *pellets* de madeira para uso energético no continente europeu apresentou um crescimento significativo, atingindo de cerca de 9 milhões de toneladas no último ano (STCP, 2012, p.24).

Trata-se de produzir *pellets* de madeira (*wood pellets*) para exportação, o que faz parte do seu plano estratégico de crescimento. O site diz que a Suzano Energia Renovável já “nasce para ser a líder mundial no mercado de pellets para energia. O primeiro ciclo de investimentos da empresa inclui três unidades produtoras de pellets de madeira com capacidade anual de 1 milhão de toneladas cada”.

Cabe destacar que o ciclo de produção de uma árvore voltada à produção de pellets é de 2 a 3 anos, ou seja, a metade de um ciclo de produção de uma árvore voltada à produção de papel e celulose.

A produção de pellets é feita a partir de madeira (biomassa) que depois de triturada (serragem) é submetida a um processo secagem, de modo a eliminar o máximo de resinas e umidade (STCP, 2012, p.24). A Suzano previa que os trabalhos de construção (instalação) durariam cerca de 21 meses (1 ano 9 meses) e que a unidade estaria apta a operar com capacidade máxima em 30 meses (2 anos e 6 meses).

A matéria-prima a ser utilizada na Suzano Energia Renovável será a madeira retirada de seus monocultivos de eucalipto plantados pela própria empresa. Estima-se o consumo de um volume de cerca de 3,3 milhões de toneladas de madeira por ano (STCP, 2012, p.24). O regime de operação da Unidade de Produção seria de 24 horas diárias durante os 365 dias do ano com um consumo de energia elétrica de 50 MW.

Do ponto de vista geomorfológico, o relevo plano da região acaba por favorecer tais monocultivos, além é claro de outras atividades econômicas como a pecuária. Os rios da região, como o rio Munim possui fragilidade geológica qualificada pelos próprios desenvolvedores do projeto como sendo de “moderada a alta, com potencial erosivo alto a muito alto e a desertificação nas partes baixas e secas, mais distantes dos rios” (STCP, 2012, p.34).

Destaque-se ainda que na Área de Influência do Empreendimento, temos espécies ameaçadas e/ou protegidas como é o caso do Gonçalo-Alves (*Astronium fraxinifolium*), Babaçu (*Attalea speciosa*) e Pequi (*Caryocar brasiliensis*). O gonçalo-alves é protegido pela Instrução Normativa MMA nº6/2008; O babaçu é protegido pela Lei Estadual nº4.734/1986; e o Pequi é protegido pela portaria do IBAMA nº113/1995.

Sendo assim, não é difícil imaginar a pressão que o plantio homogêneo de eucalipto promove sobre a vegetação do bioma cerrado. Não obstante, a leitura do referido Relatório de Impacto Ambiental leva o leitor desatento a justificar o empreendimento na exata medida em que a empresa produtora do RIMA desconsidera a tradição das comunidades locais e sua

relação com o ecossistema cerrado, ou seja, a relação das comunidades com as atividades agrícolas, caça, pesca e extrativismo. O texto é inequívoco:

Associado ao problema da diminuição da cobertura vegetal que causa a perda de habitat de várias espécies, há a captura ilegal que é facilitada em muitos casos pelo quadro social de pouca oportunidade de empregos no meio rural o que faz com que a população humana dessas regiões possua poucos recursos e usem esses animais até mesmo como fonte de proteína e nos comércios. Além disso, existe um nível primário, quando muito, de instrução, que é um empecilho para a compreensão da legislação ambiental (STCP, 2012, p.47).

Como em um passe de mágica, camponeses “deseducados” são agora os grandes culpados por não cumprirem a legislação ambiental. Talvez mesmo sejam pensados como cidadãos de *segunda classe* ou mesmo *incivis* (MARQUES, 2004) por utilizarem as caças (tatu, anta) como fonte de proteína. A salvação de todos os males desta população humana se encontra, como não poderia deixar de ser, na proletarianização destes grupos a ser engendrada pela Suzano.

Ademais, o próprio relatório de impacto ambiental produzido pela STCP para a Suzano Energia Renovável identificou a existência “de potencial arqueológico positivo e relevante na região do empreendimento. Através de informações obtidas por entrevistas, foram registradas 129 sobre registros arqueológicos para todas as áreas identificadas, sendo três delas localizadas nas Áreas de Influência do empreendimento” (STCP, 2012, p.50). Exemplifica-se o povoado de Lago Amarela que “apresentou o maior potencial arqueológico da região, inclusive com a existência de um sítio arqueológico pré-histórico e áreas de interesse histórico. Uma das áreas de interesse é uma casa de alvenaria, com característica de Casa Grande rural, com 7 cômodos internos e um pomar aos fundos com casa de farinha e curral” (STCP, 2012, p.51).

Mas, para cada impacto e risco ambiental, os técnicos da STCP julgam haver sempre uma medida e/ou programa socioambiental que controla e/ou minimiza o referido impacto e/ou risco. Estamos diante da lógica *impacta-compensa*. A alteração da qualidade do ar, a emissão de gases e material particulado, redução da diversidade vegetal, afugentamento da fauna, atropelamento de animais silvestres, dentre outros impactos, podem ser, na ótica da STCP, controlados, minimizados e/ou compensados com programas sociais e ambientais. Exemplo dessa lógica é a criação da *reserva legal* da propriedade, uma área na qual os camponeses *não* podem praticar o extrativismo vegetal e muito menos caçar.

Destarte, o plantio homogêneo de eucalipto, além de poluir o solo, os corpos d'água e assorear nascentes, coloca em risco a reprodução camponesa na medida em que investe contra a agricultura, caça e extrativismo vegetal.

Assim, a leitura do RIMA permite-nos entender com precisão a lógica do empreendimento. A agricultura camponesa é desqualificada e reduzida à mera subsistência. Em contrapartida a agricultura capitalista, o agronegócio do eucalipto e a consequente produção de *pellets* são apontados como uma pretensa melhoria na qualidade de vida. Se existirem riscos de erosão e contaminação de corpos d'água haverá sempre um programa socioambiental que controlará, minimizará e/ou compensará os impactos gerados. A caça, um dos elementos do campesinato da região, aparece como prática primitiva diante da oportunidade de proletarização destes camponeses como mão de obra para o empreendimento.

Todavia, nem tudo foram flores para a Suzano. Em março de 2012, segundo informações da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos¹⁸⁸ (SMDH), a 5ª turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) acatou o pedido da Procuradoria Regional da República da 1ª Região (PRR1) e decidiu suspender licenciamento ambiental concedido pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Maranhão à empresa Suzano Papel e Celulose S/A para produção de celulose em área de 42 mil hectares.

A Decisão da 8ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão negou, em março de 2012, o pedido de liminar do MPF que pretendia a paralisação das obras em região abrangida pelos municípios de Santa Quitéria, Anapurus, Belágua, Mata Roma, Santana do Maranhão, São Benedito do Rio Preto, São Bernardo, Urbano Santos, Chapadinha, Coelho Neto, Caxias e Codó.

Isso porque a empresa Suzano havia recebido a licença para plantio de eucalipto destinado à produção de *pellets*, no entanto, pretendia exercer atividade de plantio para a produção de celulose. O MPF ainda alegou que as licenças obtidas foram concedidas pela Secretaria do Estado do Meio Ambiente (Sema), quando deveriam ter sido concedidas pelo Ibama, já que a área afetada compreende a bacia do Rio Parnaíba, que divide os estados do Maranhão e Piauí, sendo, portanto, de propriedade da União.

Após o pedido ter sido negado pela Justiça Federal, o MPF recorreu ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que ficou encarregado de julgar o processo. A Procuradoria Regional da República da 1ª Região emitiu parecer pedindo a paralisação das obras, por

¹⁸⁸ <http://smdh.org.br/?p=291>.

acreditar que elas podem provocar impactos ambientais sensíveis sobre a área dos dois estados.

De acordo com a Procuradoria Regional da República da 1ª. Região, ainda há outras nulidades ocorridas durante o licenciamento. O parecer da Secretaria de Meio Ambiente do Maranhão, que concluiu pela viabilidade do empreendimento, teria deixado de apreciar os questionamentos de cidadãos quanto aos possíveis impactos sociais no local, além de não considerar as populações remanescentes de quilombos.

Assim, a 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região concordou com o posicionamento do Ministério Público Federal e decidiu dar provimento ao recurso, concedendo o pedido de liminar que determina a paralisação da obra a partir de março de 2012.

7.7 O TERMINAL PORTUÁRIO GRANDIS EM SÃO LUÍS

O Terminal Portuário Grandis em São Luís faz parte do complexo de infraestrutura e logística que a Suzano está implantando no Maranhão como parte do seu Novo Ciclo de Crescimento. O Terminal Portuário Grandis é a última ponta do complexo monocultivo-indústria-rodovia/ferrovia-porto.

O Terminal Portuário Grandis e seus acessos rodoviário e ferroviário têm como finalidade receber, armazenar e expedir a celulose produzida, no Estado do Maranhão, pela fábrica da Suzano Papel e Celulose, localizada em Imperatriz. Com a implantação deste terminal, os maranhenses vão ganhar um importante corredor de exportação de celulose, cujos investimentos da ordem de R\$4 bilhões, permitirão ao país atingir significativos mercados consumidores do produto: Europa, América e Ásia (PLANAVE, 2011, p.9).

No discurso da empresa, a obra aparece como proporcionando crescimento econômico para a nação e em especial para a região onde está inserida; mas, na essência, o fator localização pesou na escolha do Terminal Portuário Grandis uma vez que está articulado à BR 135 (acesso rodoviário) e à Estrada de Ferro Carajás (FIGURA 18).

Figura 18. Localização do Terminal Portuário Grandis. Fonte: Planave, 2011.

O terminal portuário se localiza no povoado de pescadores/agricultores Bom Jesus do Cajueiro¹⁸⁹, próximo ao Itaqui, na capital maranhense. No momento cabe perguntar: como pode o governo do Estado do Maranhão articulado com a empresa Suzano Papel e Celulose, construir um empreendimento portuário numa área qualificada como zona rural? A resposta

¹⁸⁹ Ateste-se de passagem que o Cajueiro foi um dos povoados ameaçados de deslocamento compulsório quando da tentativa de implantação do pólo siderúrgico de São Luís. Para uma análise sociológica deste tema consultar Bartolomeu Rodrigues Mendonça. **CAJUEIRO: entre as durezas da vida e do ferro, no tempo do aço**. Monografia (graduação) - Universidade Federal do Maranhão, Curso de Ciências Sociais, 2006.109p.

está baseada claramente na força do poder econômico, mais precisamente na articulação classista entre a Secretaria de Indústria e Comércio do Maranhão e a empresa Suzano:

Os grandes projetos no Maranhão, como de resto em qualquer lugar do Brasil, estão acima de qualquer suspeita. O governo do Maranhão, no caso governo da secretaria de indústria e comércio, na pessoa do senhor Mauricio Macedo, ex-funcionário da Alcoa, manobra para que se expurgue a reserva extrativista do Tauá-Mirim, que engloba comunidades como Taim, Cajueiro, Porto Grande, Rio dos Cachorros, Limoeiro e a ilha de Tauá-Mirim, das propostas de reservas extrativistas que o Instituto Chico Mendes atualmente analisa e que pretende criar nos próximos anos. Segundo a secretaria de indústria e comércio, o governo do Maranhão requer parte da área da futura RESEX para implantação de projetos como o da construção de um porto na região do Cajueiro que beneficiaria a Suzano Papel e Celulose com vistas à exportação de pellets para a Europa.

O governo do Maranhão desapropriou a região do Cajueiro com o intuito de doar a área para a Suzano Papel e Celulose, só que o povoado de Cajueiro é um assentamento rural criado nos anos 90 pela então governadora Roseana Sarney a mesma que governa o estado atualmente. Portanto, esse é um governo que se contradiz e que comete atos ilícitos, pois originar um ato administrativo para favorecer um ente privado em detrimento ao coletivo é virar de cabeça para baixo toda a fundamentação jurídica e toda a legislação na qual se baseiam as ações do Estado.

A secretaria de indústria e comércio asseverou ao Instituto Chico Mendes que possui uma gama de projetos para a região do Cajueiro e que a desafetação da área faria com que o governo do estado retirasse os entraves para a criação da RESEX, entretanto o próprio nunca mostrou que projetos seriam esses e como as comunidades se desencaixam nessa pretensão visto que em 2005 elas resistiram ao plano do governo do Maranhão e da Vale do Rio Doce de implantar um polo siderúrgico com investimentos da China, da Alemanha e da Índia. É bem capaz dessa história de projetos mascarar outros propósitos como o da especulação imobiliária. Com a Suzano ou sem a Suzano, de qualquer forma o governo do Maranhão sai ganhando e a população perde.

Em reuniões com as comunidades, o secretário Mauricio Macedo envia o seu adjunto que propõe uma relação diferente com vistas, é claro, ao desalojamento de todos ou de parte dos moradores. Bem que gostariam que as comunidades do Taim e Rio dos Cachorros fossem removidas como nos velhos tempos da implantação da Alumar no começo dos anos 80. A tradição autoritária e cafajeste das elites maranhenses de expulsar as comunidades permanece com outras vestimentas não menos autoritárias e cafajestes, contudo mais adequadas para os tempos atuais pródigos em discursos de geração de emprego e renda praticados pelo governo federal.

Enquanto o governo do Maranhão e o Instituto Chico Mendes não se resolvem, figuras ligadas a secretaria de indústria e comércio entraram na comunidade do Limoeiro e desmataram uma área de manguezal. Eles agem dessa forma para desacreditar a proposta da RESEX¹⁹⁰.

Observe-se que, a intensa movimentação de veículos e maquinário pesado, bem como os ruídos provenientes da obra de passagem de nível da ferrovia sobre o tráfego na Rodovia BR-135 afeta diretamente, não só a comunidade de Cajueiro, como também a comunidade de Mãe Chica.

¹⁹⁰ Cf. RÉGIS, Mayron. “Os grandes projetos: acima de qualquer suspeita”. Disponível em <http://territorioslivresdobaixoparnaiba.blogspot.com.br/2012/06/os-grandes-projetos-acima-de-qualquer.html>.

O objetivo da Planave, a produtora do RIMA, era *desruralizar* o povoado, provar que os habitantes do Cajueiro não são, de fato, pescadores:

A comunidade de Cajueiro, zona rural de São Luís, capital do Maranhão, pergunta sobre os impactos que a construção que um terminal portuário acarretará para a pesca. Em vez de responder a pergunta, os funcionários da Suzano respondem que o empreendimento beneficiará a comunidade com empregos, com a construção de equipamentos públicos e a construção de uma estrada.

Interrogando as pessoas da comunidade de Cajueiro sobre as suas atividades econômicas, os pesquisadores se identificam como funcionários de uma empresa de consultoria sem indicar que a Suzano contratou essa empresa para um trabalho de pesquisa na comunidade. Um trabalho que ao fim e ao cabo, dentro dos interesses da empresa, descaracterizaria os entrevistados como pescadores, como comunidade tradicional e como integrantes de um processo de criação de reserva extrativista marinha¹⁹¹.

Objetivamente, a construção do porto da Suzano na zona rural de São Luís, precisamente no povoado Cajueiro, representa mais uma afronta à tentativa de criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim.

Há que se destacar as áreas de influência do empreendimento. A área Diretamente Afetada (ADA) compreende as comunidades de Bom Jesus do Cajueiro e Mãe Chica que sentirão fortemente as intervenções do empreendimento como a supressão da vegetação e acesso rododiferroviário. Já a Área de Influência Direta (AID) compreende os bairros do Anjo da Guarda, Vila Embratel e Vila Maranhão que serão impactadas pela operação portuária bem como ocupação antrópica. Por fim, mas não menos importante, existe a Área de Influência Indireta (AII) representada pelo território da cidade de São Luís cujos impactos da obra poderão causar alterações na dinâmica de ocupação e uso do solo, núcleos urbanos da região e fluxo rodoviário e ferroviário (PLANAVE, 2011). Esta territorialização da Suzano nos ajuda a pensar a produção de uma *escala* (SMITH, 2002) político-econômica da diferença espacial. Em outras palavras, a partir da concepção da escala como produção (política) é possível pensar como este projeto de desenvolvimento se relaciona nos mais diversos territórios do capital: a dimensão local (área de influência) não está dissociada da dimensão da unidade federativa (as redes rodoviária e ferroviária permitem a construção do conexão do complexo monocultivo - planta industrial - acessos rododiferroviário - infraestrutura/logística), tampouco da estruturação da Suzano a nível nacional (plantio florestal e planta industrial no Piauí, Bahia e São Paulo). Mais ainda, os gráficos a seguir (FIGURAS 19 e 20) demonstram que a atuação

¹⁹¹ Cf. RÉGIS, Mayron. “A pólvora e a responsabilidade social da Suzano no Maranhão”. Disponível em <http://territorioslivresdobaixoparnaiba.blogspot.com.br/2011/09/polvora-e-responsabilidade-social-da.html>.

capitalista-monopolista da Suzano e seu plano de crescimento e reestruturação devem simultaneamente ser local-regional-nacional-global.

Figura 19. Destino das Vendas nos últimos doze meses - Celulose. Fonte: SUZANO, 2011b.

Figura 20. Destino das Vendas nos últimos doze meses - Papel. Fonte: SUZANO, 2011b

Assim, a produção político-econômica da escala assentada na diferença geográfica abre espaço para se discutir o movimento do capital para além da dicotomia local-global uma vez que tal dicotomia apenas “obscurece” os recortes espaciais que o capital promove fazendo que um território local, por exemplo, o povoado de Bom Jesus do Cajueiro, possa ser pensado tanto em nível regional, quanto nacional e global.

La escala global puede ser concebida como la escala del capital financiero y el mercado mundial, y se diferencia interna y principalmente de acuerdo con las condiciones comparativas, costos y capacidades organizativas y tendencias de la fuerza de trabajo. La escala nacional se construye vía cooperación política -militar y competición, pero es dividida en regiones según cuestiones económicas que también relacionan el trabajo. La escala local, por el contrario, puede ser vista como la escala de la reproducción social e incluye el territorio geográfico sobre el cual las

actividades diarias se desarrollan normalmente. La renta del suelo constituye el primer medio de diferenciación (SMITH, 2002, 143).

Há que se destacar que o Terminal Portuário compõe o Complexo Portuário de São Luís. Tal complexo é formado pelos portos da Vale¹⁹², ALUMAR¹⁹³ e Itaqui¹⁹⁴. É importante ressaltar que a história do Porto de São Luís, posteriormente, Itaqui¹⁹⁵, sempre esteve de alguma forma, imerso em constantes problemas (administrativos, financeiros e geográficos), principalmente no período que vai de 1612 até 1971, quando os Projetos de Modernização, do Regime Ditatorial, o PGC (Programa Grande Carajás) e a ALUMAR (Alumínio do Maranhão S/A, consórcio firmado entre as empresas Billiton Metais S/A e a ALCOA do Brasil S/A), chegam à Ilha do Maranhão.

Foi justamente no período ditatorial, que as perspectivas de crescimento e melhoramento das condições portuárias de São Luís afloraram. A chegada dos Projetos de Modernização acima citados acabam por desencadear uma melhoria na situação portuária ludovicense. Afinal, era necessário modernizar o porto de São Luís para acolher de forma satisfatória os empreendimentos da VALE e da ALUMAR.

O Complexo Portuário de São Luís possui importância e fama internacional em virtude da sua condição geográfica (amplitude de maré, navegabilidade, acesso) que permitem um amplo volume de cargas movimentadas tanto do Maranhão, quanto da sua hinterlândia primária e terciária (Pará e Tocantins, respectivamente).

Atualmente o acesso ao Complexo Portuário de São Luís é articulado por meio de vários modos de transporte, ou seja, utilizando-se do Transporte Multimodal, que é aquele em

¹⁹² Terminal Portuário Ponta da Madeira.

¹⁹³ A chegada da ALUMAR ao Maranhão propiciou o melhoramento do porto. O consórcio entre a Alcoa Alumínio S/A e a Billiton Metais S/A se responsabilizou em construir ancoradouros que beneficiassem as suas atividades de exportação e de industrialização, graças à ótima localização de São Luís. O Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar) é, ao lado da Vale, uma das principais indústrias do Estado do Maranhão. Formado pelas empresas Alcoa, RioTintoAlcan e BHP Billiton, basicamente atua na produção de alumina (óxido de alumínio, extraído do minério bauxita) e alumínio primário (resultante da redução de alumina. Em 2007, a Alumar produziu 450.000 toneladas de alumínio e 1.500.000 toneladas de alumina (GOMES; SANT'ANA JÚNIOR, 2009).

¹⁹⁴ Importante projeto ligado ao porto do Itaqui foi a construção da barragem do Bacanga, que consiste de um barramento do Rio Bacanga e foi esquematizada no intuito de diminuir as distâncias e servir de ligação entre São Luís e o Porto do Itaqui pela BR-315, reduzindo a distância de 36 km para apenas 9 km, além de propiciando um significativo crescimento urbano em direção ao Porto, e com intuito de gerar energia elétrica com a construção de uma usina maré-motriz e para formação do lago artificial para auxiliar no processo de urbanização e de saneamento da cidade.

¹⁹⁵ É importante notar que a inserção da economia maranhense em nível mundial se deve, também, ao Complexo Portuário que permitiu certo nível de desenvolvimento no Estado, a partir da situação geográfica da cidade de São Luís, que funciona como centro escoaador da produção brasileira e maranhense. O Porto do Itaqui possui grande representatividade no cenário nacional pela sua condição geográfica (profundidade, acesso, proximidade dos grandes comércios mundiais: EUA, Europa e Japão). Hoje, o Porto do Itaqui, de qualificação pública, é administrado pela Empresa Maranhense de Administração Portuária. Esta, por sua vez, tem vínculo junto à Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo.

que serão necessários mais de um tipo de veículo para conduzir a mercadoria até ao seu destino final (trem, caminhões e navios), sendo assim um porto de referência nacional e internacional de entrada e escoamento de mercadorias.

Enfim, no quadro da ficha técnica do empreendimento observa-se que o investimento para o empreendimento é da ordem de R\$ 450 milhões com a geração de aproximadamente 300 empregos diretos e um expressivo quantitativo de empregos indiretos (PLANAVE, 2011). Fazendo um cálculo da divisão do investimento pelo número de empregos chegamos ao resultado de R\$ 1.500.000. Ou seja, um empreendimento intensivo em capital, mas que em contrapartida gera poucos empregos.

8 A PRODUÇÃO DA NATUREZA COMO ESTRATÉGIA DE ACUMULAÇÃO: A AQUISIÇÃO DA FUTURAGENE¹⁹⁶

Buscaremos aqui, partindo da análise de documentos oficiais da Suzano, refletir sobre a aquisição da empresa de biotecnologia FuturaGene, como este aspecto se relaciona com as atividades econômicas da Suzano e o que isso implica para a questão agrária contemporânea.

Para os nossos objetivos cabe dizer que a partir de 2008 a Suzano está implantando um plano de expansão, intitulado “Novo Ciclo de Crescimento”, que consta da construção de três novas plantas industriais – no Maranhão, Piauí e uma terceira em local ainda não definido. Como parte deste Novo Ciclo de Crescimento, em 13 de julho de 2010, a controlada Suzano Papel e Celulose através da subsidiária Suzano Trading, obteve autorizações das autoridades do Reino Unido para aquisição do total das ações do capital social da FuturaGene, quando também ocorreu a transferência do controle da companhia. Desde 2001, a Suzano já era detentora da participação indireta de 7,125% do capital social da FuturaGene. Assim, em 19 de julho de 2010 a Suzano concluiu o processo de aquisição do restante (92,875%) de ações da empresa pelo montante de US\$ 84.169 milhões (SUZANO HOLDING S.A, 2010), operação essa que foi aprovada pelos acionistas da FuturaGene em assembleia realizada em 21 de junho de 2010. A empresa global de biotecnologia direciona suas atividades aos mercados de florestas¹⁹⁷ e biocombustíveis. No site da Suzano (www.suzano.com), a empresa afirma ainda que:

¹⁹⁶ Este capítulo toma como base as discussões realizadas em Ribeiro Junior (2012).

¹⁹⁷ É bom deixar claro que a produtividade florestal ligada à cadeia de papel e celulose é resultante da monocultura. E o próprio prefixo *mono* define que aquilo que é cultivado/produzido é algo único. Nesse sentido, empresas como a Suzano Papel e Celulose podem destruir a diversidade florestal (sem qualquer exagero nessa afirmação) em nome de um monocultivo que é considerado, erroneamente, como floresta.

Com competências complementares entre as empresas, a aquisição permitirá a criação de projetos relevantes para o desenvolvimento da produtividade florestal. Além dos negócios no setor de papel e celulose, principais atividades da Suzano, algumas tecnologias que estão no portfólio da FuturaGene poderão ser usadas para outras culturas, como, por exemplo, o cultivo de algodão, milho e outras espécies, além da produção de bioenergia e biocombustível. A aquisição contribui para o processo de internacionalização da Suzano, que passará a operar centros de pesquisa em Israel e na China, além de comandar experimentos em campo em Israel, Estados Unidos, China e Sudeste Asiático. A Companhia já possui escritórios comerciais para o negócio de papel e celulose na China, Estados Unidos, Europa e Argentina.

Não podemos esquecer também que o argumento sustentado pela Suzano acerca da produtividade florestal¹⁹⁸ é, na verdade, o uso intencional de um discurso de sustentabilidade que falseia a realidade. Isso porque floresta é muito mais que uma área coberta de árvores (no caso da Suzano, eucaliptos). Além disso, o domínio tecnológico permite que a Suzano avance para a fronteira da produção de energia, ou seja, a produtividade florestal cambia-se também em produtividade energética num processo simbiótico. Não é por acaso que em 2010, mesmo ano da aquisição da FuturaGene, a Suzano anunciou sua entrada no setor de energia por meio da Suzano Energia Renovável.

Compreende-se, portanto, que uma atividade vai complementar a outra: a monocultura servirá de base para a produção de energia; e a energia produzida será incorporada ao processo produtivo. Isso significa também atuar em dois mercados: monocultura e energia renovável.

Esse *movimento* da Suzano em busca de inovações, vantagens tecnológicas (nesse caso da FuturaGene, biotecnológicas) e mercado de biomassa de energia (Suzano Energia Renovável) traz à tona um aspecto interessante. Inegavelmente a qualidade da terra como mercadoria, ou seja, essa propriedade de ser alienável, monopolizável, continua sendo central à estrutura de toda questão agrária. Mas a centralidade da terra-mercadoria tem se relacionado com novas faces da questão agrária. Marques (2011, p.03) compreendeu isso quando escreveu:

Apesar de a concentração da propriedade da terra continuar no centro da problemática agrária, esta passa a se relacionar também com formas de privatização e mercadificação de processos biofísicos (como a captura de carbono), de códigos genéticos e de etnosaberes, que estão implicadas em um emaranhado de formas de valorização do capital, por vezes contraditórias entre si.

¹⁹⁸ “A aquisição da FuturaGene [...] resultará em sinergias relevantes para o desenvolvimento de nossa produtividade florestal”. Cf. Suzano. **Relatório de Sustentabilidade 2010**. Disponível em www.suzano.com.br. Acesso em 27 de agosto de 2011. p.23.

Além do mais, estas novas faces da questão agrária que surgem são acompanhadas de um forte apelo ambiental e tecnológico que tem sido subsumido ao processo de reprodução do capital.

Em todo caso, continuemos com a explanação da Suzano acerca da aquisição da FuturaGene:

Sua aquisição, portanto, reforçará nosso programa de melhoramento genético de eucalipto, iniciado há três décadas e conduzido por nosso Centro de Tecnologia Florestal (CTF), cuja divisão de biotecnologia passou a integrar a FuturaGene após a aquisição. Mesmo sem o uso de biotecnologia, o CTF já havia desenvolvido uma base genética de eucalipto capaz de produzir florestas que estão entre as de maior produtividade do mundo e têm potencial para se adaptar a diferentes condições de solo e clima, e a diversos usos finais.

Além dos ganhos esperados em nossas operações, as sinergias potencializam a atuação da FuturaGene no campo da biotecnologia florestal como um negócio independente.

No segundo semestre de 2010, nos dedicamos à integração de nossas operações com as da FuturaGene, assim como à estruturação do desenho organizacional e do modelo de governança da empresa, enquanto ela se mantinha em plena operação, com contratos fechados em mercados-chave e avanços nas pesquisas (SUZANO, 2011a, p.23).

Este quadro mostra como a tecnologia tem se transformado crescentemente numa força produtiva da acumulação capitalista. Investimentos em pesquisas e desenvolvimento de tecnologias tem se configurado como fatores importantes da concorrência/competitividade nos mercados de papel e celulose. Como Neil Smith (2009, p.6) escreveu:

Biotecnologia permite a ciência furar e transformar o núcleo de formas de vida específicas e isto tem uma miríade de resultados. Por um lado, novas mercadorias são produzidas, como sementes geneticamente modificadas, culturas e outros organismos, envolvendo-se em uma mercadificação numa escala completamente nova: mercadorias subatômicas, tais como genes fabricados em laboratórios. Este, por sua vez desencadeou um episódio frenético de bio-prospecção em que piratas corporativos vasculham o mundo natural para material genético patenteável¹⁹⁹.

De fato, empresas como a Suzano têm penetrado os níveis mais elementares dos organismos vegetais, como é o caso do perfil genético de sementes modificadas em laboratórios (como os da FuturaGene em Israel, Estados Unidos, Brasil e China). A lógica capitalista da Suzano passa pela pesquisa genética para o cultivo de clones adaptados ao entorno edafoclimático que receberá a monocultura. Ao desenvolver tais pesquisas de

¹⁹⁹ Biotechnology allows science to bore into and transform the core of specific life forms and this has myriad results. On the one hand, new commodities are produced, such as genetically modified (GM) seeds, crops and other organisms, themselves involving commodification on a completely new scale: subatomic commodities such as laboratory-manufactured genes. This in turn has set off a frantic episode of bio-prospecting in which corporate pirates scour the natural world for patentable genetic material.

melhoramento genético com vistas ao aumento da produtividade, a Suzano tem alterado substancialmente a natureza. O eucalipto, por exemplo, tem sido fabricado sob os auspícios da tecnologia humana. Por isso, entendemos nesta investigação que a distinção entre uma natureza-natural (primeira natureza, externa ao homem) e uma segunda natureza, já não faz mais sentido. Utilizamos, destarte, o conceito de **produção da natureza** como fundamento teórico que responde às nossas necessidades de investigação.

8.1 A PRODUÇÃO DA NATUREZA

A primeira vista o conceito de produção da natureza pode causar estranheza. Tal estranhamento pressupõe que a natureza não é produzida pelos seres humanos, pois é algo externo à atividade humana. Baseado nesse pressuposto positivista, Neil Smith e Phil O’Keefe (1980) perscrutam qual a relação existente entre Geografia, Marx e o Conceito de Natureza buscando compreender dentro da ciência e do materialismo histórico quais as implicações de se pensar a produção da natureza.

Smith e O’Keefe (1980, p.30) apontam a existência de uma concepção dual da natureza na ciência social:

Por um lado, a natureza é externa, realidade não-humana, pura e dada por Deus; por outro, a natureza é mais abstrata, incorporando esferas da realidade humanas, bem como não-humanas. Na prática, esta concepção dual da natureza é contraditória dentro do positivismo. Ao mesmo tempo, como é estritamente não-humana, a "natureza" deve ser simultaneamente humana e não-humana.²⁰⁰

Visando resolver esta contradição interna da concepção positivista da ciência, presente tanto na ciência natural quanto na social, Smith e O’Keefe argumentam que natureza e história são indissociáveis. Concebem, portanto, a natureza no seio do materialismo histórico. Se, como dizem Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*, não há sentido uma natureza separada da história, é justamente a atividade humana que unifica a primeira e a segunda natureza²⁰¹. Esta será uma das críticas que Smith e O’Keefe (1980, p.33) farão à *Dialética da Natureza* de Engels:

²⁰⁰ On the one hand, nature is external, non-human reality, pure and god-given; on the other, nature is more abstract, incorporating human as well as non-human spheres of reality. In practice, this dual conception of nature is contradictory within positivism. At the same time as it is strictly non-human, “nature” is expected to be simultaneously human and non-human.

²⁰¹ Esta ideia será, em trabalhos posteriores, questionada por Neil Smith.

[...] Engels, comete o mesmo pecado metafísico como os cientistas cuja teoria ele tenta impulsionar com a dialética. Ele trata a natureza como algo externo, existente em si mesmo, e bastante separado de sua apropriação humana. [...] Engels tentou encontrar a dialética dentro do próprio objeto. A chamada "dialética da natureza" não é inerente à natureza, mas sim, [...], é incorporada na relação humana com a natureza. A dialética, separada dos seres humanos, não tem significado²⁰².

Após tecer as críticas ao trabalho de Engels, Smith e O’Keefe criticam a ideia de dominação da natureza presente na análise de Alfred Schmidt em *O Conceito de Natureza em Marx*. Eles apontam que existem dois conceitos de natureza em Schmidt: a natureza como externa ao homem e objeto de sua atividade; e a natureza como totalidade de tudo que existe. É justamente esta separação que leva à discussão da dominação da natureza.

Assim, a saída oferecida por Smith e O’Keefe para o imbróglio que envolve a dualidade positivista da concepção da natureza tem como base o materialismo histórico e a *relação social*. E esta relação é o *processo de produção* pelo qual a natureza é modificada pelo homem. Pelo processo produtivo do trabalho o conteúdo da natureza tem sua forma alterada. A produção de valores de uso é, com o advento da produção capitalista, transformada em produção de valores de troca. O capitalismo produz a natureza de modo progressivo e revolucionário na medida em que se desenvolve internacionalmente na busca de acumulação de capital. Além disso, Smith e O’Keefe (1980, p.35-36) salientam que:

Mas não apenas essa "segunda natureza" que é cada vez mais produzida como parte do modo de produção capitalista. A "primeira natureza" é também produzida. De fato, a "segunda natureza" não é mais produzida a partir da primeira natureza, mas a primeira é produzida *pela* e dentro dos limites da segunda²⁰³. [...] Atrás da vaga e mecânica "dominação da natureza", encontramos, na realidade, a *produção* da natureza²⁰⁴ (idem, p.36).

As implicações do entendimento da produção da natureza compreendem a relação dialética entre ciência e história (natural e social/humana). Enfim, Smith e O’Keefe problematizam a noção de externalidade, apontam que a natureza não produz burgueses e

²⁰² [...] Engels, commits the same metaphysical sin as the scientists whose theory he attempts to inject with the dialectic. He treats nature as something external, existing in itself, and quite separate from its human appropriation. [...] Engels has attempted to find the dialectic within the Object itself. The so-called “dialectic of nature” is not inherent in nature but rather, [...], it is embedded in the human relation with nature. The dialectic, separate from human beings, has no meaning.

²⁰³ But it is not just this “second nature” that is increasingly produced as part of the capitalist mode of production. The “first nature” is also produced. Indeed the “second nature” is no longer produced *out* of the first nature, but rather the first is produced *by* and within the confines of the second.

²⁰⁴ Behind the vague and mechanical “domination of nature” we find in reality the *production* of nature.

proletários²⁰⁵ e que um entendimento sofisticado da natureza passa também pelo entendimento sofisticado de como o espaço é produzido pelo modo capitalista de produção. Assim, o conceito de produção da natureza permite compreender o movimento político-econômico que representa a aquisição da FuturaGene pela Suzano. O mapeamento genético com utilização da biotecnologia admite a produção de culturas mais adaptadas às condições de solo e clima, trazendo em consequência o aumento da produtividade.

8.2 NATUREZA COMO ESTRATÉGIA DE ACUMULAÇÃO

Smith (2009) aponta que estamos vivendo um período no qual o núcleo da relação socioeconômica com a natureza está sendo transformada. Isto expressa basicamente o quê? Primeiro que a natureza se transformou em uma fronteira financeira; segundo que a natureza tem sido constantemente produzida; terceiro que, assim como o trabalho, a natureza passou da subsunção formal para a real subsunção ao capital. Estes são os três argumentos que levam Smith a concluir que a natureza funciona como estratégia de acumulação. Vamos examinar mais de perto.

Dizer que a natureza foi transformada pelos capitalistas em uma fronteira financeira expressa claramente o momento histórico do capitalismo no qual os bancos (mas sem diminuir o papel dos Estados Nacionais e instituições multilaterais como o Fundo Monetário Internacional) funcionam como instituições reguladoras da atividade econômica, como é o caso do Banco Mundial.

Para estes e outros capitalistas ambientais a natureza tem de fato se tornado uma nova fronteira, e não diferente de “fronteiras” anteriores, esta fronteira tornou-se quase instantaneamente financeira. Um mercado de “derivativos ambientais” rapidamente surgiu no qual créditos ecológicos são agrupados juntos e vendidos em massa para financiadores bancários especulativos no aumento dos preços dos créditos já estabelecidos. O Banco Mundial abriu seu Fundo BioCarbon em 2004, capitalizado com 30 milhões de dólares iniciais e mirando 100 milhões de dólares, que permite aos investidores (investimento mínimo de 2,5 milhões de dólares) contribuir para sequestro de carbono em troca de uma renda gerada pela venda de créditos²⁰⁶ (SMITH, 2009, p.05).

²⁰⁵ O fato de Smith e O’Keefe apontarem que a natureza não produz burgueses e proletários significa dizer que a relação que produziu proprietários de meios de produção e trabalhadores livres para vender sua força de trabalho não é uma relação *natural*, *não é produto da natureza*, mas sim produto histórico de um determinado modo de produção, de uma formação socioeconômica, o capitalismo.

²⁰⁶ For these and other environmental capitalists nature has indeed become a new frontier, and not unlike earlier ‘frontiers’, that frontier became almost instantaneously financial. An ‘environmental derivatives’ market very quickly sprang up whereby ecological credits are bundled together and sold in bulk to speculative financiers banking on the increased price of already established credits. The World Bank opened its BioCarbon Fund in 2004, capitalized with an initial \$30 million and aiming for \$100 million, which allows investors (minimum

Então, compreende-se que é justamente este poder econômico (e político) que os bancos possuem de fazer investimentos diretos ou emprestar dinheiro às empresas para a realização de determinadas atividades econômicas que tem capitalizado a natureza criando, mais recentemente um mercado financeiro de produtos ambientais e mercadorias ecológicas que asseguram seu desenvolvimento.

Smith atesta que a tese da produção da natureza não significa dominação ou controle. Já vimos que ele criticou, junto com Phil O'Keefe, a ideia de dominação da natureza presente no famoso livro *O Conceito de Natureza em Marx* de Alfred Schmidt. A crítica pautou-se na separação entre uma natureza externa ao homem e objeto de sua atividade.

Não há dúvida de que o objetivo amplo da ciência em uma sociedade capitalista é explicitamente destinada à dominação da natureza, mas este projeto incorpora uma externalização agressiva da natureza, como vimos, e de diferentes maneiras esta externalização da natureza também é incorporada, seja qual for o grau de lamentação, na tese de dominação da natureza. [...]

Em termos políticos, a tese da dominação da natureza é um beco-sem-saída: se tal dominação é um aspecto inevitável da vida social, as únicas alternativas são uma política anti-social (literalmente) da natureza ou renúncia a outra dominação suave²⁰⁷ (Idem, ibidem, p.09)

Smith invoca, portanto, além da contra-argumentação da natureza como externa ao homem, a dimensão política. *E aqui política enquanto a arte de dominação de um homem sobre o outro*²⁰⁸. Smith esclarece ainda a perspectiva da tese do controle da natureza:

A tese da produção da natureza não tenta convencer ninguém do controle da natureza. Na melhor das hipóteses, a gente pode querer pensar sobre uma hegemonia gramsciana sobre a natureza, mas mesmo aquela formulação pode ser muito radical. Assim como os capitalistas nunca controlam inteiramente o processo de produção, seus resultados, ou o capitalismo global que gera, então a sociedade capitalista não controla inteiramente a natureza. Aquecimento Global e organismos geneticamente modificados são certamente socialmente produzidos, mas eles não são totalmente

investment US\$2.5 million) to contribute to carbon sequestration in return for an income generated by the sale of credits.

²⁰⁷ There is no question that the broad intent of science in a capitalist society is explicitly aimed at the domination of nature, but that project embodies an aggressive externalization of nature, as we have seen, and in different ways this externalization of nature is also embodied, whatever the degree of lamentation, in the domination-of-nature thesis. In political terms, the domination-of-nature thesis is a cul-de-sac: if such domination is an inevitable aspect of social life, the only political alternatives are an anti-social (literally) politics of nature or else resignation to a kinder, gentler domination.

²⁰⁸ A política é uma forma de relacionamento entre os homens através da qual os conflitos sociais são resolvidos pela força, através da dominação de classe. E os instrumentos indispensáveis desta dominação são o Estado, o casamento monogâmico e, obviamente, a propriedade privada. A política é o exercício, pela mediação do Estado, do poder do "ter" de um indivíduo sobre outro indivíduo. Apenas nas sociedades de classe encontramos contradições sociais que possibilitam e, ao mesmo tempo, requerem, tal forma de poder do homem sobre o homem (LESSA, 2012, p.7).

controlados. Nem sociedades futuras devem cogitar qualquer fantasia de controle da natureza²⁰⁹ (Idem, Ibidem, p.9-10).

Assim, a tese do controle da natureza se mostra falha porque a sociedade não controla em sua totalidade a (produção da) natureza. Cabe destacar também que Smith rejeita a produção da natureza como sinônimo de construção social. Em suas palavras:

Enquanto a melhor consideração construcionista enfatiza a combinação material e discursiva da construção da natureza e frequentemente convida uma discussão de raça, gênero, sexualidade e outras formas de diferença social em relação a natureza, a conexão entre materialidade e discurso frequentemente permanece vaga, as origens sociais dos discursos são subespecificados, e a fonte da mudança em dadas construções sociais da natureza é obscura²¹⁰ (SMITH, 2009, p.10).

Entende-se que a defesa da tese da produção da natureza por Smith é bem argumentada posto que o autor lança mão de uma abordagem materialista, histórica, dialética e geográfica, para mostrar como mesmo o discurso tem origens históricas e práticas sociais concretas que revelam a capitalização da natureza como produto da sociedade.

Nesse sentido, o desenvolvimento do capitalismo tem alterado profundamente a natureza e a sociedade. Consciente disso, Smith elabora um paralelo com o trabalho para distinguir a transição da subsunção formal para subsunção real da natureza.

Com a subsunção formal da natureza, a acumulação de capital é facilitada predominantemente por uma expansão contínua na conversão do material extraído em objetos de produção. Mais e mais petróleo e madeira, algodão e carvão são extraídos para a produção. O colonialismo funcionou como uma estratégia fundamental para, entre outras coisas, esta subsunção formal da natureza²¹¹ (Idem, Ibidem, p.13).

A subsunção formal da natureza aconteceu quando os capitalistas passaram a controlar (nunca totalmente, é necessário dizer) a exploração de recursos naturais nos mais amplos

²⁰⁹ The production of nature thesis makes no pretence to the control of nature. At best, we may want to think about a Gramscian hegemony over nature but even that formulation may be too extreme. Just as capitalists never entirely control the production process, its results, or the global capitalism it generates, so capitalist society does not entirely control nature. Global warming and genetically modified organisms are certainly socially produced but they are by no means entirely controlled. Nor should future societies entertain any fantasy of controlling nature.

²¹⁰ While the best constructionist accounts emphasize the combined material and discursive construction of nature and often invite a discussion of race, gender, sexuality and other forms of social difference in relation to nature, the connection between materiality and discourse often remains vague, the social origins of discourses are underspecified, and the source of change in given social constructions of nature is obscure.

²¹¹ With the formal subsumption of nature, capital accumulation is facilitated predominantly by a continual expansion in the conversion of extracted material into objects of production. More and more oil and wood, cotton and coal are extracted for production. Colonialism functioned as a primary strategy for, among other things, this formal subsumption of nature.

territórios geográficos (exploração de matérias-primas na América e África, por exemplo). Já a transição para subsunção real da natureza:

[...] é marcada não apenas pela intensificação desta dependência da acumulação de capital sobre a natureza. Em vez disso, uma mudança nos dois lados tem lugar. Primeiro, enquanto o capital tem sempre circulado através da natureza, seja na produção agrícola ou na “melhoria” da terra de uma miríade de tipos, a subsunção real da natureza não só intensifica essa circulação, mas a transforma de um efeito incidental da acumulação de capital em uma estratégia intencional: o que antes eram consequências não intencionais se tornam objetivos estratégicos. [...] Segundo, o processo inverso, ou seja, a circulação da natureza através de capital, é igualmente transformada a partir de um processo acessório para um estratégico ²¹²(Idem, Ibidem, p.13-14).

Na subsunção formal da natureza, o capital explora os recursos naturais e os territórios como uma necessidade de produção. Com a subsunção real da natureza o capital passa a produzir naturezas para sustentar o processo de acumulação do capital.

Por isso tudo, a Suzano tem se consolidado como uma das principais empresas do agronegócio da silvicultura. Tem investido maciçamente em plantios florestais (monoculturas de eucalipto), plantas industriais (Maranhão, Piauí, Bahia, São Paulo), em infraestrutura e logística (acessos rodoviários, ferroviários, portos)., O desenvolvimento das atividades econômicas da Suzano tem trazido importantes questões para se analisar as contradições do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro. A questão central da problemática agrária no Brasil, a qualidade da terra-mercadoria, tem se relacionado com novas questões que surgem, como no caso da biotecnologia e do melhoramento genético. Assim, os elementos aqui levantados permitem admitir que a aquisição da FuturaGene pela Suzano Papel e Celulose tem sinalizado para novos mecanismos de acumulação capitalista.

²¹²[...] is marked not simply by an intensification of this dependence of capital accumulation on nature. Rather, a two-sided shift takes place. First, while capital has always circulated through nature, whether in agricultural production or in land ‘improvement’ of myriad kinds, the real subsumption of nature not only intensifies this circulation but transforms it from an incidental effect of capital accumulation to an intended strategy: what were once unintended consequences become strategic goals. [...] Second, the reverse process, namely the circulation of nature through capital, is similarly transformed from an incidental to a strategic process.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos nossos maiores desafios desta pesquisa foi tentar analisar o que determinados geógrafos compreendem como desenvolvimento/subdesenvolvimento. Isso porque além de ser uma questão que me intriga (subjetivamente), é uma questão que está na ordem do dia (objetivamente). Os geógrafos aqui visitados (Yves Lacoste, Milton Santos, Horieste Gomes, Germán Wettstein, Carlos Walter Porto-Gonçalves e Montenegro Gómez) divergiam ou se aproximavam, conforme os critérios, conceitos, ou ainda posicionamentos filosóficos.

Yves Lacoste, por um lado, trabalha o subdesenvolvimento como *conceito* que permite a inteligência e apreensão da realidade geográfica dos países subdesenvolvidos como fruto de um *desequilíbrio interno*, uma *discrepância entre o crescimento econômico e o demográfico*; por outro lado, as causas profundas do subdesenvolvimento, para este geógrafo, se situam nos poderes exorbitantes de minorias privilegiadas e na *ausência de uma burguesia*.

Milton Santos, por seu turno, considera o planejamento capitalista uma mediação essencial na produção do subdesenvolvimento. Ademais, a produção do subdesenvolvimento e da pobreza planejada não se faz sem a mediação do Estado, uma vez que ele, para Milton, é o indutor da *industrialização*, promotor das *políticas de desenvolvimento*, *financiador das grandes firmas* e *fornecedor de infraestruturas*.

Quando comparamos as posições de Horieste Gomes com as de Yves Lacoste, identificamos uma discordância quanto ao papel do fator demográfico. Para Horieste Gomes, diferentemente de Yves Lacoste, é um equívoco conceber o fator demográfico como constitutivo do subdesenvolvimento. No entanto, Gomes e Lacoste pensam que a causa profunda do subdesenvolvimento repousa na *não existência de uma classe empresarial* (a *ausência de burguesia*, em termos lacosteanos).

Para Germán Wettstein o subdesenvolvimento é caracterizado como uma situação de dependência econômico-política no que tange à relação de dominação que os países desenvolvidos exercem sobre os países ditos de Terceiro Mundo. Wettstein também se afasta tanto de Yves Lacoste, quanto de Horieste Gomes, posto que a condição de subdesenvolvimento tem uma mediação essencial desempenhada pelas “burguesias intermediárias” (latifundiários, grandes comerciantes e burocratas). Além do mais, o esforço de desenvolvimento (articulação entre agricultura, indústria e comércio) do qual nos fala Wettstein, tem a mediação essencial do Estado. Todavia, torna difícil pensar em um *desenvolvimento para além do capital* no qual o Estado ainda aparece como mediador ou planejador. Na visão de Wettstein, o Estado é um instrumento fundamental para garantir uma

melhoria social. Em que pese o mercado ter se transformado como lócus político-econômico, o Estado, na concepção de Wettstein, deve ser a principal ferramenta política de controle econômico. Desde, pelo menos o século XIX, o Estado, onde quer que ele exista, provou ser um *Estado de classe, fator de alienação*. O Estado passa a ilusão de que todos os interesses de classe estão amparados nele, mas na verdade, ontologicamente, ele atende sempre à uma classe determinada. Ademais, pôr a questão em termos nacionais, em termos do Estado-Nação, como quer Wettstein, é pôr a questão nos próprios termos de quem governa o Estado-Nação, notadamente a burguesia. É por isso, que um desenvolvimento pós-capitalista deve transcender a mediação ou planejamento do Estado-Nação. Deve ser um desenvolvimento organizado e gestado pelos próprios trabalhadores. E Wettstein perdeu isso de vista.

Com Wettstein fechou-se o ciclo de geógrafos de inspiração marxista que versaram sobre (sub)desenvolvimento. Carlos Walter Porto-Gonçalves concebe como desenvolvimento a *dominação da natureza*. Em virtude disso, contrapomos a concepção negativa que Carlos Walter tem do *progresso* com a concepção lukacsiana, arvorada nas melhores tradições do Iluminismo (humanismo, historicismo, razão dialética). É justamente a filiação *ideo-teórica* de Porto-Gonçalves ao pós-estruturalismo que o leva a conceber o progresso e o desenvolvimento como *discurso*, falsa consciência, ideologia. Nesse sentido, a história parece não avançar, não evoluir: capitalismo, feudalismo, escravismo, comunismo primitivo, enfim, os diversos modos de produção que a humanidade desenvolveu, não são indícios suficientes para atestar que a humanidade construiu a si mesma, humanizou a si mesma, e que o desenvolvimento das forças produtivas permitiu ao ser humano ter uma maior qualidade de vida, superar algumas carências e necessidades. O foco, a meu ver, *não* está no desenvolvimento das forças produtivas, mas sim nas *relações de produção do capitalismo* que, pelo menos desde o século XX, travam a possibilidade de a humanidade galgar valores humanos mais elevados. É chegada a hora de o capitalismo ser derrubado para pormos em seu lugar um modo de produção mais justo, com democratização do acesso às conquistas sociais e materiais alcançadas até aqui.

Por fim, Montenegro Gómez aprofunda a crítica incisiva de Carlos Walter Porto-Gonçalves ao desenvolvimento. Claramente identificada com o *pós-estruturalismo* e a *Antropologia*, a análise de Montenegro Gómez, tal qual a de Porto-Gonçalves, *não* é dialética. Foi curioso ver como ambos os autores, especialmente Montenegro Gómez, não conseguem compreender como a crítica do *desenvolvimento capitalista*, é *parte constitutiva da superação* do próprio desenvolvimento capitalista. Por esse motivo, Montenegro Gómez *fetichizou* a *forma capitalista* do desenvolvimento: *identificou desenvolvimento com capitalismo*; ele

consegue até ver a reprodução do capital, mas não consegue compreender que a própria reprodução do capital enseja o seu contrário: o proletariado. Montenegro Gómez transforma o *desenvolvimento* em uma *entidade* que *controla* a sociedade e, fazendo isso, anuvia os verdadeiros agentes do controle social: *os capitalistas, burgueses*.

Para além da dicotomia desenvolvido-subdesenvolvido, busquei compreender a leitura do capitalismo contemporâneo tomando como base a *teoria do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo*, concebida pelos geógrafos Neil Smith e David Harvey. Esta teoria foi fundamental para compreender a *produção capitalista do espaço* em suas mais diferentes escalas (mundial, nacional, regional, local). Também nos permitiu compreender como a busca da Suzano em garantir as condições necessárias à produção e circulação de suas mercadorias resultou no que eu chamei de *complexo monocultura – indústria – rodovia/ferrovia – porto*.

Esse *complexo monocultura – indústria – rodovia/ferrovia – porto* não teria sido desenvolvido sem a mediação do Estado brasileiro. O Estado cumpre uma função social no capitalismo de legítimo *comitê político da burguesia*: ele é o responsável pelas condições gerais da produção (infraestrutura, sistemas de engenharia), pela gestão dos fundos territoriais e do patrimônio natural; desenvolve, financia e promove políticas econômicas (Plano de Metas, II PND, I e II PNPC, Fiset, isenções fiscais e tributárias) que favorecem a concentração e os oligopólios (como percebeu GOLDENSTEIN, 1975), induz a industrialização, institui legislações normativas (Código Florestal, por exemplo) e cria instituições que favorecem o desenvolvimento de atividades econômicas (BNDES, BNB e, para o nosso caso, o IPEF, o IBDF e a ESALQ). Por todas essas *determinações objetivas* ofertadas, compreendemos que o Estado funciona muito bem para atender aos interesses burgueses. Ademais, diante dos problemas sociais o Estado demonstra sua *total ineficiência*, sua *total impotência administrativa*, como compreendeu Marx (2010). Por isso, o entendimento do Estado, para além do nível fenomenológico, foi remetido para o nível *ontológico*, do que ele é objetivamente, do seu ser tal como ele é²¹³. Assim, concordando com Marx (2010) mais uma vez, é impossível que o Estado e seus burocratas, encontrem no próprio Estado a solução para o fundamento dos males sociais. Portanto, caso almejemos outro modelo de desenvolvimento, que implica outro modo de produção, o Estado será antes de tudo um *obstáculo* a esse objetivo.

²¹³ Marx (2010, p.58-59) é inequívoco: “Onde há partidos políticos, cada um encontra o fundamento de qualquer mal no fato de que não ele, mas o seu partido adversário, acha-se ao leme do Estado. Até os políticos radicais e revolucionários já não procuram o fundamento do mal na essência do Estado, mas numa determinada forma de Estado, no lugar da qual eles querem colocar outra forma de Estado”.

Os projetos de desenvolvimento conformam o *complexo monocultura – indústria – rodovia/ferrovia – porto* da Suzano no Maranhão. A interconexão entre projetos “florestais”, plantas industriais, acessos rododiferroviários e terminal portuário são a materialização daquilo que Harvey (2013) chamou de *ambiente construído*: um sistema de recursos vasto, humanamente criado, compreendendo valores de uso incorporados na paisagem física, que pode ser utilizado para a produção, a troca e o consumo.

Como vimos, há uma gama de determinações que explicam a territorialização da Suzano no Maranhão: o baixo preço da terra, que chega a ser *sete vezes mais barato* do que no Estado de São Paulo; conjuntura política favorável à instalação de projetos de desenvolvimento; a proximidade da infraestrutura de escoamento (rodovias, como a BR 135; proximidade para com o Porto do Itaqui, em São Luís), bem como a maior parte das terras do Maranhão serem classificadas como de boa aptidão para a silvicultura (susceptibilidade do solo à erosão, declividade do terreno, disponibilidade de água e oxigênio).

Em se tratando da questão da aquisição de terras, jornalistas (como Antenor Ferreira e Mayron Régis) e intelectuais (SHIRAISHI NETO, 1995) apontaram a prática da *grilagem de terras* como um dos mecanismos de aquisição desse meio de produção²¹⁴. Essa prática de grilagem de terras tem causado inúmeros *conflitos sociais e impactos ambientais* como retrataram diversos autores (PAULA ANDRADE, 1995; 2011; 2012; OLIVEIRA; RIBEIRO JUNIOR; COSTA, 2013; MARQUES, 2014).

De um modo geral, o setor de papel e celulose, do qual a Suzano faz parte, é um setor *intensivo em capital*, que emprega *poucos trabalhadores* e responde por uma participação ínfima nos tributos. Vimos que, em 2009, a participação de tributos arrecadados pelos segmentos associados à agroindústria das ditas florestas plantadas no Brasil foi de *miseros*

²¹⁴ Na concepção de Marx, os meios de produção é a totalidade formada por meios e objetos de trabalho. (MARX, 2010, p.215). O objeto de trabalho é (1) a natureza propriamente dita, ou (2) a natureza transformada, a matéria-prima: “A terra (do ponto de vista econômico, compreende a água), que, ao surgir o homem, o provê com meios de subsistência prontos para utilização imediata, existe independentemente da ação dele, sendo o objeto universal do trabalho humano. Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com seu meio natural constituem objetos de trabalho fornecidos pela natureza. Assim, os peixes que se pescam, que são tirados do seu elemento, a água; a madeira derrubada na floresta virgem; o minério arrancado dos filões. Se o objeto de trabalho é, por assim dizer, filtrado através de trabalho anterior, chamamo-lo de matéria-prima. Por exemplo, o minério extraído depois de ser lavado. Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima. Objeto de trabalho é matéria-prima depois de ter experimentado modificação efetuada pelo trabalho” (MARX, 2010, p.212). E por meio de trabalho deve-se compreender: “uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir suas atividades sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas, para fazê-las atuarem como forças sobre outras coisas, de acordo com o fim que tem em mira” (MARX, 2010, p.213). Como se compreende, as coisas ou o complexo de coisas “pertencem ao mundo natural” (LESSA, 2011, p.143), são “as propriedades mecânicas, físicas, químicas” dos “entes naturais que adentram ao processo de trabalho como meios empregados pelo homem para converter a natureza (o objeto de trabalho) em valores de uso” (LESSA, 2011, p.144).

0,67%. Em 2010, o segmento de indústria florestal, as assim chamadas florestas plantadas, participou na totalidade da arrecadação de tributos no Brasil com *pífios* 0,57% (ABRAF, 2011).

No que tange aos empregos, observamos que apenas 640,4 mil empregos gerados são diretos, 1,45 milhões de empregos são indiretos e 2,60 milhões de empregos são resultantes do efeito – renda (ABRAF, 2011). O fato é que na artimanha discursiva do conceito de cadeia produtiva esconde-se a verdade de que o setor “florestal” caracteriza-se pela *baixa ocupação de mão de obra direta* (14%) e *forte terceirização* (31%). Ressalte-se ainda que o conceito de *cadeia produtiva* revela aqui seu caráter *mistificador*, porque a parte realmente produtiva do setor florestal é de apenas 14%. Logo, se considerarmos o efeito renda como parte da cadeia produtiva alavancamos os 14% para 69%, quando *na verdade* o efeito-renda responde por 55% (ABRAF, 2011).

Ainda no que tange aos empregos, o setor de papel e celulose caracteriza-se por forte terceirização e pouca geração de empregos diretos. A Bracelpa (2011b) contabilizou que na atividade silvicultural o número de empregos próprios em 31/12/2009 foi de *miseros* 7.071 postos de trabalho. Enquanto que os *terceiros* totalizaram 39.779. Sem falar que, segundo a ABRAF (2011), foram demitidos no mesmo ano (2009) 339 mil pessoas no referido setor.

Reflexo de tudo que escrevemos, acerca da terceirização do setor de papel e celulose, é que a monocultura da Suzano na região de Porto Franco gerou 1.320 empregos diretos e 5.280 empregos indiretos, totalizando 6.600 postos de trabalho (STCP, 2010b). Muito pouco emprego para um projeto de desenvolvimento que investiu mais de R\$ 251,7 milhões de um total de R\$ 352,5 milhões. Se dividirmos o investimento total pelo número de empregos diretos, ou seja, aqueles que foram criados diretamente pela atividade produtiva da Suzano, teremos precisamente R\$ 267.045,45 por emprego gerado.

Ademais, continuando no caso da monocultura de Porto Franco – MA, a apropriação de recursos hídricos situados em bacias que se encontram em dois Estados (como a Bacia do Tocantins/Araguaia que compreende os Estados do Maranhão e Tocantins), nos revela que *o órgão licenciador deveria ser o IBAMA, um órgão federal, e não um órgão estadual como a Secretaria de Meio Ambiente do Maranhão*. Vemos como a irracionalidade do capital se põe efetiva sob a racionalidade burocrática do Estado.

No caso do ramal rodoviário, que liga a fábrica da Suzano em Imperatriz à rodovia Belém-Brasília, foram investidos R\$ 24 milhões que, contudo, geraram *miseros* 80 postos de trabalho *temporários* (PÖYRY, 2011b). A relação investimento-emprego é da ordem de R\$ 300 mil para unidade de emprego gerada.

No que tange à indústria em Imperatriz, a situação não é diferente. A apropriação privada da água doce do rio Tocantins, além de fornecer o potencial fluvial necessário, é quem recebe os efluentes da produção industrial. Ademais, fazendo a conta do investimento da obra (R\$ 4 bilhões) pelo número de empregos diretos (3,5 mil), vemos que cada emprego custa R\$ 1.142.857 milhões. Esse é o exemplo de modelo de desenvolvimento da Suzano: concentrador de terras, de riquezas, gerador de poucos empregos, intensivo em capital, produtor de conflitos sociais e impactos ambientais.

No caso do ramal ferroviário, de 33 km que liga a fábrica em Imperatriz até a ferrovia Norte-Sul, apesar de todo investimento (R\$ 235 milhões), o número de empregos gerados é muito pequeno: 500 postos de trabalho *temporários* na fase de implantação do empreendimento.

No caso da indústria de *pellets* de Chapadinha, a tônica foi a mesma: uso intensivo de capital e baixo em mão de obra. Os investimentos previstos foram da ordem de 650 milhões, gerando cerca de 250 (duzentos e cinquenta) novos empregos diretos e cerca de 1000 (um mil) empregos indiretos nas áreas industrial, além de aproximadamente 1.500 (um mil e quinhentos) empregos temporários diretos durante o período de instalação. Ou seja, para cada emprego direto gerado necessita-se de R\$ 2.600.000 milhões. Todavia, diferentemente dos outros projetos, neste caso, em março de 2012, a Suzano teve sua obra paralisada em virtude do Tribunal Regional Federal ter acatado o pedido da Procuradoria Regional da República, uma vez que a empresa havia recebido a licença para plantio de eucalipto destinado à produção de *pellets*, mas pretendia exercer atividade de plantio para a produção de celulose. O MPF ainda alegou que as licenças obtidas deveriam ter sido concedidas pelo IBAMA, já que a área afetada compreende a bacia do Rio Parnaíba, que divide os estados do Maranhão e Piauí, sendo, portanto, de propriedade da União.

Finalmente, o terminal portuário, que é a última ponta do *complexo monocultura – indústria – rodovia/ferrovia – porto* chama a atenção pelo fato de o governo do Estado do Maranhão, articulado com a Suzano, ter liberado a construção do empreendimento numa área qualificada como zona rural. Saliente-se que a área do porto da Suzano foi subtraída da área da futura Reserva Extrativista de Tauá-Mirim²¹⁵.

A Suzano tem se consolidado como uma das principais empresas do agronegócio da silvicultura. Tem investido maciçamente em monoculturas de eucalipto, plantas industriais

²¹⁵ Para um maior aprofundamento acerca da RESEX de Tauá-Mirim, consultar SANT'ANA JÚNIOR, H. A.; PEREIRA, M. J. F.; ALVES, E. J. P.; PEREIRA, C. R. A (orgs.). **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA, 2009. 322p.

(Maranhão, Bahia, São Paulo), em infraestrutura e logística (acessos rodoviários, ferroviários, portos). Não obstante, a questão central da problemática agrária no Brasil, a qualidade da terra-mercadoria, tem se relacionado com novas questões que surgem, como a biotecnologia e o melhoramento genético. Assim, a aquisição da FuturaGene pela Suzano tem sinalizado para novos mecanismos de acumulação capitalista.

Por isso tudo, se faz necessário outro modelo de desenvolvimento. Um modelo de desenvolvimento que vá além do modelo capitalista. Modelo de desenvolvimento esse no qual haja uma utilização plena e racional dos recursos naturais que objetiva suprir as necessidades e realizar as possibilidades dos seres humanos com o intuito de transformar quantitativamente e qualitativamente a própria sociedade, seu espaço, sua história, enfim, o gênero humano.

REFERÊNCIAS

- ABRAF. **Anuário estatístico da ABRAF 2011 ano base 2010**. Brasília: 2011. Disponível em www.abraflor.org.br.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ed. Campinas: Hucitec e Unicamp, 1998.
- ACSELRAD, Henri As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004. pp.13-35.
- ALTVATER, Elmar. Existe um marxismo ecológico? In: BORON, A; AMADEO, J; GONZÁLEZ, S(orgs.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO: 2006. p.327-349.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Atualidade do pensamento de Élisée Reclus. In ANDRADE, Manuel Correia de (org.). **Élisée Reclus**. Tradução Maria Cecília França, Januário Francisco Megale e B. F. Ramiz Galvão. São Paulo: Editora Ática, 1985.
- AQUINO, Maria José S; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Ferro, “Canga”, Mangue: conservação ambiental e exploração mineral na Amazônia brasileira. In: FERRETTI, S. F. e RAMALHO, J. R. **Amazônia: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural**. São Luís: EDUFMA, 2009.
- BARCELOS, Eduardo Álvares da Silva. **A ESPACIALIDADE DAS PLANTAÇÕES ARBÓREAS E A INTEGRAÇÃO AGROINDUSTRIAL. O Programa Produtor Florestal e seus (im)pactos na agricultura capixaba**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2010. 319p.
- BECKER, Bertha K; EGLER, Claudio A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. 4ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 272p.
- BONENTE, Bianca Imbiriba. **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista**. Anais do VII Colóquio Internacional Marx e Engels. Campinas, 2012.
- BRACELPA. **Resultados 2009 & Perspectivas 2010 Indústria Brasileira de Celulose e Papel**. 15 de março de 2010. Disponível em www.bracelpa.org.br. Acesso em 02 de setembro de 2011.
- BRACELPA. **Relatório Florestal 2009**. Disponível em www.bracelpa.org.br. Acesso em 02 de setembro de 2011b.

BRACELPA. **Relatório Estatístico 2009**. Disponível em www.bracelpa.org.br. Acesso em 03 de setembro de 2011c.

CÂMARA SETORIAL DE SILVICULTURA. **Agenda estratégica do setor de florestas plantadas**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.abraflor.org.br/agenda/agenda_silvicultura_web.pdf>. Acessado em: 04 de setembro de 2011.

CARNEIRO, Marcelo Domingos Sampaio. A expansão e os impactos da soja no Maranhão. In: SCHLESINGER, Sergio *et alli*. **Agricultura familiar da soja na região Sul e o monocultivo no Maranhão**: duas faces do cultivo de soja no Brasil. Rio de Janeiro: FASE, 2008, p. 77-146.

CARVALHAES, Elizabeth de. **Contribuição da Indústria Florestal na Mitigação das Mudanças do Clima**. CONGRESSO MADEIRA 2010, 23 de Junho, São Paulo, Brasil. Disponível em. www.bracelpa.org.br. Acesso em 03 de set.2011.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. São Paulo: Bertrand Brasil, 1992.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

COSTA, H. S. M. Meio Ambiente e Desenvolvimento. In HISSA, C. E. V (org.). **Saberes Ambientais**: desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. 9ªed. 1ªreimp. São Paulo: Contexto, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução em português [www.terravista.pt/IlhadoMel/1540](http://www.terraviva.pt/IlhadoMel/1540). Paráfrase em português do Brasil: Railton Sousa Guedes. Coletivo Periferia. www.geocities.com/projetoperiferia. Editoração, tradução do prefácio e versão para ebook: ebooksbrasil.com. 2003.

ESCOBAR, Arturo. Planejamento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Trad. Vera Lúcia M. JOSCELYNE, Susana de GAYLOKAY e Jaime A. CLASEN. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 211-228.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. In: CPT, **Conflitos no Campo Brasil 2010**. Goiânia: CPT, 2011.

FERREIRA, Antônio José Araújo. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia Humana São Paulo, 2008. 269 f.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia Humana São Paulo, 2002. 217 f.

FONTES, Stella. FuturaGene aplica R\$ 40 mi entre Brasil, China e Israel, **Valor Econômico**, São Paulo [online], 22 jul 2011. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/impresso/empresas/102/460317/futuragene-aplica-r-40-mi-entre-brasil-china-e-israel>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: Materialismo e natureza**. Trad. Maria Teresa MACHADO. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida SAMPAIO. 19ªed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FRAGA, Thais Fróes. **As joint ventures e a Defesa da Livre Concorrência. Estudo do caso: Formação de Consórcio envolvendo as empresas Ripasa, Suzano e Votorantim**. Monografia de graduação. Faculdade de Ciência Jurídicas e Sociais, Centro de Ensino Unificado de Brasília, 2010.

FREDERICO, Celso. **O jovem Marx: 1843-1844 as origens da ontologia do ser social**. 2ªed. São Paulo: 2009. 216p.

GASPAR, Rafael Bezerra. **O eldorado dos gaúchos: Deslocamento de agricultores do Sul do país e seu estabelecimento no Leste Maranhense**. 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís. Disponível em <http://www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=184&Itemid=120>.

GOLDENSTEIN, Léa. **Aspectos da reorganização do espaço brasileiro face a novas relações de intercâmbio. Uma análise geográfica do reflorestamento e da utilização da madeira por indústrias de celulose**. 1975. Tese (livre-docência) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.

GOMES, Horieste. Geografia e subdesenvolvimento. **Boletim Goiano de Geografia**. Vol.7/8.n.1/2.jan.dez.1987.p.39-52.

GOMES, Antônio Marcos; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. A questão ambiental numa indústria de alumínio. In SANT'ANA JÚNIOR, H. A. *Et. al.* **Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim**. São Luís: EDUFMA, 2009. p.301-319.

GOWAN, Peter. **A Roleta Global**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

- GRONEMEYER, Marianne. Ajuda. In: SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Trad. Vera Lúcia M JOSCELYNE, Susana de GYALOKAY e Jaime A. CLASEN. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p.18-39).
- HARVEY, David. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. México, Fondo de Cultura Económica, 1990.
- HARVEY, David. **Espaços de esperança**. Loyola: São Paulo, 2004.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Trad. Carlos SZLAK. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, David. **Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development**. New York, Verso, 2006.
- HARVEY, David. **Limits to Capital**. London: Verso, 2006b.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. Trad. Adail SOBRAL e Maria Stela GONÇALVES. 4ªed. Loyola: São Paulo, 2010.
- HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, David. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da Filosofia do Direito**. 3ª tiragem. Trad. Orlando VITORINO. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- HILGEMBERG, Emerson Martins; BACHA, Carlos José Caetano. A evolução da indústria brasileira de celulose e sua atuação no mercado mundial. **Análise Econômica** Ano 18, nº 33, março, 2000 - Porto Alegre, Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, 2000.
- HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos (O breve século XX: 1914-1991)**. Trad. Marcos SANTARRITA. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 265p.
- JOLY, Carolina. **Especialização produtiva do território e o circuito espacial produtivo de celulose em Eunápolis, BA**. 2007. Dissertação (mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- JUVENAL, Thaís Linhares; MATTOS, René Luiz Grion. **O SETOR DE CELULOSE E PAPEL**. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_setorial/setorial04.pdf. Acesso em 02 de setembro de 2011.
- KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Trad. C. IPEROIG. 3ª. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

- KROPOTKIN, Piotr. **O Estado e seu papel histórico**. Tradução Alfredo Guerra. São Paulo: Editora Imaginário, 2000.
- LACOSTE, Yves. **Geografia do Subdesenvolvimento**. São Paulo: Difel, 1971.
- LANDER, Edgardo (Org.). **A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Trad. Júlio César C. B. SILVA. Buenos Aires: CLACSO: 2005
- LENIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: O processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LÊNIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. Trad. Olinto BECKERMAN. 4ªed. São Paulo: Global, 1987.
- LESSA, Sérgio. **Praticismo, Alienação e Individuação**. Revista Práxis, n.8, pp.47-72, Belo Horizonte, 1997.
- LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3. ed. Ijuí-RS: Editora Unijui, 2007.
- LESSA, Sérgio. **Ética, Política e Serviço Social**. Disponível em < <http://sergiolessa.com> >. Acesso em 01 set.2012.
- LOPES, C. R. A; CONTADOR, C. R. **Análise da indústria de papel e celulose no Brasil**. Disponível em <http://www.reocities.com/Eureka/Enterprises/1900/palestras/artigo-coppead.PDF>. Acesso em 02 de setembro de 2011.
- LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Tradução de Henrique Carneiro. **Actuel Marx**, 18, 1995. p.73-80.
- LUKÁCS, György. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- LUKÁCS, György. **Marxismo e Teoria da Literatura**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- LUKÁCS, Georg. **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem**. Tradução de Carlos Nelson COUTINHO. Cf.<<http://sergiolessa.com/BibliotecaLukacs.html>>. Acesso em 01 set.2012a. p.1-20.
- LUKÁCS, G. O trabalho. In **Per una Ontologia dell'Essere Sociale**. Trad. Ivo Tonet. Disponível em < <http://sergiolessa.com/BibliotecaLukacs.html> >. Acesso em 01 set. 2012b.
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social, 2**. Tradução Nélcio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MALTHUS, Thomas Robert. Ensaio Sobre a População. In: MALTHUS, Thomas Robert; RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Considerações Sobre sua Aplicação Prática; Ensaio Sobre a População; Notas aos Princípios e Economia Política de**

Malthus. Trad. Regis de Castro ANDRADE, Dinah Abreu AZEVEDO e Antonio Alves CURY. 2ªed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MARANHÃO. **O Maranhão e a nova década. Oportunidades e desafios.** 2011. Disponível em www.ma.gov.br. Acesso em 26 de outubro de 2011.

MARINHO, Samarone Carvalho. **Um homem, um lugar: Geografia da vida e Perspectiva ontológica.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia Humana São Paulo, 2010. 335 f.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A Questão Agrária Hoje e os Desafios do Governo Lula. **AGRÁRIA**, nº 1, pp. 37-54, 2004.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **Análise geográfica da expansão recente da indústria de papel e celulose no campo brasileiro, o caso do Grupo Suzano Papel e Celulose.** Projeto de Pesquisa apresentado ao CNPq - Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, Agosto de 2011.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **Análise geográfica da expansão recente da indústria de papel e celulose no campo brasileiro, o caso da Suzano Papel e Celulose.** Relatório de Pesquisa apresentado ao CNPq - Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, fevereiro de 2014. 219p.

MARTÍNEZ ALIER, Juan. **O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização.** Trad. Mauricio WALDMAN. São Paulo: Contexto, 2007.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1984.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** 9ªed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** 2ªed. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel.** 2ªed. Portugal-Brasil: Editorial Presença, 1983.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** Trad. Alex MARINS. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte.** Trad. Leandro Konder. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro I.** Trad. Reginaldo SANT'ANNA. 27ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2010.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política, livro primeiro: o processo de produção do capital, volume II; Trad. Reginaldo SANT'ANNA. 25ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista, volume VI; Trad. Reginaldo SANT'ANNA. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2008.

MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social: de um prussiano”**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Feuerbach - A Oposição entre as Cosmovisões Materialista e Idealista. Trad. Frank Müller. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MORAES, Antonio Carlos Robert. A antropogeografia de Ratzel: indicações. In MORAES, Antonio Carlos Robert (org.). **Ratzel**. Tradução Fátima Murad e Denise Bottman. São Paulo: Editora Ática, 1990.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. 4ªed. São Paulo: Annablume, 2005a.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Ordenamento territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico. In: Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. **Anais da Oficina sobre Política Nacional de Ordenamento Territorial, realizada em Brasília, em 13-14 de novembro de 2003**. Brasília: MIN/SPDR, 2005b, p.43-47.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas**. 5ªed. São Paulo: Annablume, 2005c.158p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 5ªed. São Paulo: Annablume, 2005d.154p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume, 2011.160p.

MORAES, Antonio Carlos Robert; COSTA, Wanderley Messias. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. 4ªed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge R. **Desenvolvimento em (des)construção**. Narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. 2006. 438 f. Tese (Doutorado em Geografia) — Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

NETTO, José Paulo. Posfácio. In COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A geografia das lutas no campo**. 6ªed. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. Contexto: São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia Agrária: perspectivas no início do Século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inez Medeiros. (Org.). **O Campo no Século XXI**. São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004, p.29-70.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Ed. Labur, 2007. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/livro_aviovaldo.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2011.

PAULA ANDRADE, Maristela de. A produção de carvão vegetal e o plantio de eucalipto no Leste Maranhense. In: PAULA ANDRADE, Maristela de. (org). **Carajás: desenvolvimento ou destruição?** Relatórios de Pesquisa. São Luis: CPT, 1995. p. 15-65.

PAULA ANDRADE, Maristela de. **A Suzana – o cerco das terras camponesas e a destruição dos recursos naturais pela Suzano Papel e Celulose**. In: 35º Encontro Anual da Anpocs. 2011.

PAULA ANDRADE, Maristela de (Coord.). **Conflitos socioambientais no Leste Maranhense: problemas provocados pela atuação da Suzano Papel e Celulose e dos chamados *gaúchos* no Baixo Parnaíba** (Relatório de Pesquisa). São Luís: GERUR/ PPGCS/ UFMA, 2012. 232p.

OLIVEIRA, D. M V; RIBEIRO JUNIOR, J.A.S; COSTA, S.B. **Desenvolvimento, conflitos e impactos ambientais: a territorialização da Suzano e a resistência camponesa na Mesorregião Leste Maranhense**. Anais do VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária/ VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária/1ª Jornada de Geografia Agrária. João Pessoa: UFPB, 22 a 26 de Setembro de 2013. 25p.

PLANAVE S.A. **Relatório de Impacto Ambiental - RIMA Terminal Portuário Grandis e seus acessos rodoviário e ferroviário**. São Luís - MA. Disponível em www.suzano.com.br. Acesso em 26 de agosto de 2011.

POLITZER, Georges. **Princípios Elementares de Filosofia**. Trad. Silvio Donizete CHAGAS. São Paulo: Moraes, 1986.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Parte II: Desenvolvimento, tecnociência e poder. p.59-156.

PÖYRY. **Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) referente à implantação da unidade industrial da SUZANO PAPEL E CELULOSE para Fabricação de Celulose Branqueada e Papel, no município de Imperatriz, no Estado do Maranhão** (2010). Disponível em www.suzano.com.br. Acesso em 26 de agosto de 2011.

PÖYRY. **Estudo de Impacto Ambiental - EIA/RIMA Ramal Ferroviário**. Disponível em www.suzano.com.br. Acesso em 26 de agosto de 2011.

PÖYRY. **Estudo de Impacto Ambiental - EIA/RIMA Ramal Rodoviário**. Disponível em www.suzano.com.br. Acesso em 26 de agosto de 2011b.

PRADO JUNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

RAHNEMA, Majid. Pobreza. In: SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Trad. Vera Lúcia M JOSCELYNE, Susana de GYALOKAY e Jaime A. CLASEN. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p.229-250.

RECLUS, Élisée. A natureza da geografia. In ANDRADE, Manuel Correia de (org.). **Élisée Reclus**. Tradução Maria Cecília França, Januário Francisco Megale e B. F. Ramiz Galvão. São Paulo: Editora Ática, 1985.

RECLUS, Élisée. **O Homem e a terra: O Estado Moderno**. Tradução Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Expressão & Arte: Editora Imaginário, 2011a.

RECLUS, Élisée. **O Homem e a terra: Progresso**. Tradução Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Expressão & Arte: Editora Imaginário, 2011b.

RIBEIRO JUNIOR, José Arnaldo dos Santos. **O discurso de responsabilidade socioambiental empregado pela Vale no período pós-privatização (1997-2010) em São Luís**. Monografia (graduação) - Universidade Federal do Maranhão, Curso de Geografia, 2011. 132p.

RIBEIRO JUNIOR, José Arnaldo dos Santos. **A produção da natureza como estratégia de acumulação**. Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Uberlândia, 15 a 19 de outubro de 2012. 21p.

RODRIGUES, Mavi. **MICHEL FOUCAULT SEM ESPELHOS**: um pensador *proto* pós-moderno. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/ESS, 2006.

SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Trad. Vera Lúcia M JOSCELYNE, Susana de GYALOKAY e Jaime A. CLASEN. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos Estudos CEBRAP**, 79, novembro. 2007. p. 71-94.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ªed. São Paulo: Edusp, 2006.
- SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. Trad. Myrna T. Rego Viana. 2ªed. 1.reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SANTOS, Milton. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. Tradução Maria Irene Q. F. Szmerecsányi. 2ªed. 2ªreimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.
- SARTORI, Vitor Bartoletti. O segundo Heidegger e Lukács: alienação, história e práxis. **Verinotio** – revista on-line de educação e ciências humanas. Espaço de interlocução em ciências humanas n. 11, Ano VI, abr./2010 – Publicação semestral – ISSN 1981-061X.p. 23-44.
- SARTRE, Jean Paul. **Questão de Método**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- SCARLATO, Francisco Capuano. O espaço industrial brasileiro. In ROSS, Jurandyr Luciano Sanches (Org.). **Geografia do Brasil**. 6ªed. 1. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.
- SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e representação**. Trad. M. F. Sá CORREIA. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- SHIRAISHI NETO, Joaquim. Grilagem de terras no Leste Maranhense. In: In: PAULA ANDRADE, Maristela de. (org). **Carajás: desenvolvimento ou destruição? Relatórios de Pesquisa**. São Luis: CPT, 1995.pp.67-80.
- SHIVA, Vandana. Recursos Naturais. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Trad. Vera Lúcia M. JOSCELYNE, Susana de GAYLOKAY e Jaime A. CLASEN. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 300-316.
- SICILIANO, Rosana. **O desenvolvimento da indústria de papel e celulose no Brasil (1960-2000)**. **Champion - International Paper. Um estudo de caso**. Tese (Doutorado em História)

- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. 331f.

SILVA, Eliane Penha. **Análise Econômico-Financeira do Setor de Papel e Celulose 1983-89: Comparação do Desempenho das Empresas com a Rentabilidade de Suas Ações em Bolsa**. Dissertação de Mestrado em Economia, Escola de Pós-Graduação em Economia, Fundação Getúlio Vargas, 1994.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SMITH, Neil. Geografía, diferencia y las políticas de escala. Traducción de María Franco García. **Terra Livre**, São Paulo, Ano 18, n. 19, p. 127-146 jul./dez. 2002.

SMITH, Neil. **Nature as accumulation strategy**. 2009. Disponível em: <http://neil-smith.net/wp-content/uploads/2009/10/nature-as-accumulation-strategy.pdf> . Acesso em 31 de agosto de 2011.

SMITH, Neil; O'KEEFE, Phil. Geography, Marx and the concept of nature. **Antipode**. Volume 12, Nº2. 1980. p 30-39.

SOUZA, Moisés Matias Ferreira. A implantação da indústria de celulose no Maranhão. In: PAULA ANDRADE, Maristela de. (org). **Carajás: desenvolvimento ou destruição?** Relatórios de Pesquisa. São Luis: CPT, 1995. p. 135-186.

SPOSITO, Elisei Savério; SANTOS, Leandro Bruno. **O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras**. São Paulo: Outras expressões, 2012.

STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA. **RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DO PROJETO FLORESTAL DA SUZANO, NA REGIÃO DE TIMON, ESTADO DO MARANHÃO**. Curitiba, janeiro de 2010a. Disponível em www.suzano.com.br.

STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA. **RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DO PROJETO FLORESTAL DA SUZANO, NA REGIÃO DE PORTO FRANCO, ESTADO DO MARANHÃO**. Curitiba, janeiro de 2010b. Disponível em www.suzano.com.br.

STCP ENGENHARIA DE PROJETOS LTDA. **RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL – RIMA DA IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA DE PELLETS NO MUNICÍPIO DE CHAPADINHA, ESTADO DO MARANHÃO**. Curitiba, fevereiro de 2012. Disponível em www.suzano.com.br. Acesso em 19 de abril de 2012.

SUZANO. **Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Preferenciais Classe “A” de Emissão da Suzano Papel e Celulose**. 07 de fevereiro de 2007. Disponível em www.suzano.com.br. Acesso em 27 de agosto de 2011.

- SUZANO. **Eucaliptocultura e desenvolvimento socioambiental**. 2008. Disponível em www.suzano.com.br. Acesso em 26 de agosto de 2011.
- SUZANO. **A Suzano e o fomento na Bahia**. 2009. Disponível em www.suzano.com.br. Acesso em 27 de agosto de 2011.
- SUZANO. **Relatório de Sustentabilidade 2010**. Disponível em www.suzano.com.br. Acesso em 27 de agosto de 2011a.
- SUZANO. **Apresentação em maio de 2011**. Disponível em www.suzano.com.br. Acesso em 28 de agosto de 2011b.
- SUZANO. **ITR - Informações Trimestrais - 30/06/2011**. Disponível em www.suzano.com.br. Acesso em 28 de agosto de 2011c.
- SUZANO. **Fact sheet 1T11**. Disponível em www.suzano.com.br. Acesso em 28 de agosto de 2011d.
- SUZANO. **Apresentação institucional**. Janeiro de 2012. Disponível em www.suzano.com.br. Acesso em 05 de maio de 2013.
- SUZANO. **Breve histórico**. Disponível em www.suzano.com.br. Acesso em 22 de julho de 2013.
- SUZANO HOLDING S.A. **Demonstrações Contábeis 31 de dezembro de 2010**. Disponível em www.suzano.com. Acesso em 26 de agosto de 2011.
- WETTSTEIN, German. **Subdesenvolvimento e geografia**. São Paulo: Contexto, 1992.
- WOLF, Eric R. **Guerras Camponesas do século XX**. São Paulo: Global Ed, 1984.